



MUNICÍPIO DE
SÃO JORGE D'OESTE

ESTADO DO PARANÁ | www.pmsjorge.pr.gov.br | CNPJ: 76.995.380/0001-03

000001

DOCUMENTO DE FORMALIZAÇÃO DE DEMANDA

DFD N° 140/2024

CONTRATAÇÃO DIRETA – INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO

São Jorge D'Oeste/Pr, 05 de agosto de 2024.

Da:

**SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, CONTABILIDADE E
FINANÇAS DE SÃO JORGE D'OESTE/PR**

Para:

EQUIPE TÉCNICA DE LICITAÇÃO

1 - DESCRIÇÃO DO OBJETO

Tem-se por OBJETO:

CONTRATAÇÃO, POR INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO, DA EMPRESA: IAGP – INSTITUTO APLICADO EM GESTÃO PÚBLICA LTDA – (IGAM PR), INSCRITA NO CNPJ SOB O N° 32.651.451/0001-85, RUA MINAS GERAIS, N° 1391, ED. ELLON, 5º ANDAR/SALA 502, BAIRRO N. SRA. APARECIDA FRANCISCO BELTRÃO/PR., POR SEU REPRESENTANTE LEGAL: RODRIGO ANZILIERO – CPF N° 062.856.909-28, PARA A INSCRIÇÃO DE PARTICIPAÇÃO NO 4º SIMPÓSIO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS, PROMOVIDO PELA IGAM PARANÁ NOS DIAS DE 04 A 06 DE SETEMBRO, PARA DOIS SERVIDORES MUNICIPAIS DE VINCULADO A SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, CONTABILIDADE E FINANÇAS DE SÃO JORGE D'OESTE/PR.



2. ALINHAMENTO COM PCA

A contratação está prevista no PCA 2023/2024, publicado no site no Município.

<https://pmsjorge.pr.gov.br/divulga-licitacoes/plano-anual-de-compras-2023-2024>.

3. ESPECIFICAÇÕES QUALITATIVAS, QUANTITATIVAS E VALORATIVAS DO OBJETO

Item	Descrição do Serviço	Unidade	Qtde
01	04/09/2024 - 08h30 às 12h. TATIANA CAMARÃO. Mestre em Direito Administrativo pela Universidade Federal de Minas Gerais – UFMG (1997). Diretora de Relações Institucionais do Instituto Mineiro de Direito Administrativo – IMDA. Professora da Pós-Graduação da Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais – PUC Minas. Palestrante e instrutora de cursos de capacitação. Autora de diversas obras como: Comentários à Lei de Licitações e Contratos Administrativos - Volume 1 e 2; Termo de referência: O impacto da especificação do objeto e do termo de referência na eficácia das licitações e contratos; Processo Administrativo. Comentários À Lei número 9.784/1999; Licitações e contratos - aspectos relevantes. DESCOMPLICANDO O ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR E TERMO DE REFERÊNCIA I – Estudo Técnico Preliminar - ETP Definição e Propósito Principais elementos do ETP Estudo de Solução e Interação com o Mercado Hipóteses que o ETP é dispensado Responsabilidade pela elaboração Boas Práticas Jurisprudência das Cortes de Contas sobre o tema II – Termo de Referência - TR Responsabilidade pela elaboração e autorização do Termo de Referência; Projeto Básico X Termo de Referência Elementos do Termo de Referência Cuidados na elaboração e pontos de atenção Descrição do objeto: como descrever o bem e evitar especificações impróprias; esclarecimento sobre a indicação de marca e utilização da expressão "ou similar"; Indicação de marca: situações nas quais o TR poderá indicar marca específica. Cases: objetos mal definidos e impactos nas contratações Decisões do TCU que podem auxiliar na descrição do objeto; Padronização e Pré-qualificação Exigência de laudos e amostras A Divisão em Lotes e a Formação de Grupos de Itens Justificativa da Contratação; Fundamentação, Modelo de Execução e Modelo de Gestão Publicação do Documento Jurisprudência das Cortes de Contas sobre o tema Boas Práticas para evitar incorreções no TR 04.09.24 14h às 17h30 CHRISTIANNE STROPPIA Doutora e Mestre em Direito pela PUCSP, Advogada especialista em contratações públicas, Assessora de Controle Externo no Tribunal de Contas do Município de São Paulo. Especialista em contratações públicas. Autora de diversos artigos na área da contratação pública, dentre os quais: "Considerações a respeito do controle dos Procedimentos de Manifestação de Interesse (PMI) pelos Tribunais de Contas"; "A aplicação da Lei nº 13.979/2020 pelas empresas estatais"; "A teoria da imprevisão na Lei nº 8.666/93 e sua aplicação perante a pandemia da Covid-19"; "A oportunidade de negócio como alternativa à desestatização das empresas estatais de saneamento básico"; e "Quem tem competência para julgar recursos no pregão eletrônico?" OFICINA: APLICAÇÃO DAS PENALIDADES DA LEI Nº 14.133/2021	Und	2



MUNICÍPIO DE SÃO JORGE D'OESTE

ESTADO DO PARANÁ | www.pmsjorge.pr.gov.br | CNPJ: 76.995.380/0001-03

000003

1. Contextualização sobre a importância da aplicação correta das penalidades na gestão pública.
2. Visão geral da Lei nº 14.133/21 e sua relevância para os servidores municipais.
3. *Explicação detalhada das penalidades previstas na Lei nº 14.133/21:*
 - 3.1. Tipos de penalidades: advertência, multa, suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a administração pública.
 - 3.2 Critérios e condições para aplicação de cada penalidade.
 - 3.3 Estudos de casos para compreensão prática.
4. Procedimentos e Processos:
 - 4.1 Passo a passo para a aplicação das penalidades.
 - 4.2 Fluxograma dos procedimentos internos desde a identificação da infração até a aplicação da penalidade.
 - 4.3 Documentação necessária e formalidades a serem seguidas.
 - 4.4 Exemplos de relatórios e pareceres para embasar as decisões.
5. Garantias processuais e direitos dos servidores no contexto da aplicação das penalidades.
6. Limites e possibilidades de recurso por parte do servidor.
7. Boas práticas para evitar questionamentos legais e garantir a efetividade das penalidades aplicadas.

05.09.24 | 08h30 as 12h.

FELIPE ANSALONI

Mestre em Administração pela Centro Universitário Unihorizontes; Especialista em Direito Público pela Faculdade Milton Campos; Especialista em Gestão Pública pelo SENAC-MG (2011); Graduado em Direito pela Universidade Federal de Minas Gerais; Graduado em Administração Pública pela Fundação João Pinheiro; Professor em cursos de Pós Graduação em disciplinas de Direito e Administração dos Centros Universitários UNA e UNI/BH; Advogado especializado em licitações e contratos administrativos; Consultor de Governança e Gestão; Consultor do Sistema SEBRAE; Instrutor e consultor do Ministério da Fazenda, nos Centros de Treinamentos Regionais da Escola Superior de Administração Fazendária de Minas Gerais ESAF-MG e ESAF-PA; Instrutor e consultor da Associação Mineira de Municípios AMM; Consultor credenciado da Confederação Nacional de Municípios CNM. Professor e Instrutor de cursos na área de Licitações e Contratos.

OFICINA DE CREDENCIAMENTO: QUANDO USAR E COMO FAZER NO SEU MUNICÍPIO

1. O Credenciamento:
 - 1.1 O que é?
 - 1.2 Quando utilizar?
 - 1.3 Quando adotar o Credenciamento ou as modalidades licitatórias?
 - 1.4 Como o Credenciamento pode auxiliar as contratações em serviços públicos sensíveis nas áreas da Saúde, Educação, Trânsito e Obras?
2. Boas Práticas recomendadas pela Jurisprudência sobre o Credenciamento;
3. Estudo de Casos de Editais de Credenciamento já realizados:
 - 3.1 Paralela e Não Excludente: foco em serviços demandados pelas Prefeituras;
 - 3.2 Com Seleção a Critério de Terceiros: foco em serviços de Saúde oferecidos à população;
 - 3.3 Em Mercados Fluidos: foco em medicamentos;
4. Oficina de Exercícios:
 - 4.1 Quiz: principais perguntas e respostas sobre o Credenciamento?
 - 4.2 Hora de estruturar as cláusulas de um Edital de Credenciamento?

05.09.24 | 14h as 17h30

RODRIGO CARDOSO

Graduado em Ciências Contábeis, Pós Graduado em Direito e Economia pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul - UFRGS. Servidor público federal nomeado pela Advocacia Geral da União como Pregoeiro e Presidente da Comissão Permanente de Licitação da Superintendência do Estado do Rio Grande do Sul. Instrutor da Escola Superior de Administração Fazendária no Rio Grande do Sul - ESAF/RS, Ministério do Planejamento, Escola Nacional de Administração Pública - ENAP/DF, Escola da Advocacia Geral da União para Formação de Pregoeiro e Fiscalização e Gestão Contratual e Palestrante na área de licitações e contratos.

OFICINA PRÁTICA DE PREGÃO, CONCORRÊNCIA E DISPENSA ELETRÔNICA

1. Pregão Eletrônico /Concorrência e Dispensa Eletrônica



MUNICÍPIO DE

SÃO JORGE D'OESTE

ESTADO DO PARANÁ | www.pmsjorge.pr.gov.br | CNPJ: 76.995.380/0001-03

000004

2. Fases de Julgamento 3. Habilitação e Recurso 4. Preço Inexequível 5. Inclusão, substituição de habilitação 6. Prorrogação de prazos 7. A legislação x A prática 06.09.24 08h30 as 12h. PAULO ALVES Servidor de carreira do Superior Tribunal de Justiça, titular da unidade de Auditoria Operacional e de Governança do Conselho da Justiça Federal. Bacharel em Direito, Pós-Graduado em Direito Administrativo Contemporâneo, Mestrando em Ciências Jurídicas. Extensões em Auditoria Governamental, Gestão de Riscos e Auditoria Baseada em Riscos pelo ISC/TCU e Tutoria e Docência pelo CEJ/CJF. Instrutor de capacitações em Gestão Pública, Governança, Gestão de Riscos e Auditoria Governamental. Professor de Direito Administrativo em instituições privadas de ensino. Professor convidado da Academia Militar das Agulhas Negras - AMAN, do Conselho Nacional de Justiça - CNJ, da Escola Nacional de Administração Pública - ENAP, e da Escola da Advocacia Geral da União - EAGU. Membro e Coordenador do Comitê de Governança das Contratações da Rede Governança Brasil - RGB e membro-fundador da Associação Latino-americana de Governança - ALAGOV. Experiência de uma década realizando auditorias por todo o Brasil. Professor de pós-graduação na Faculdade Amadeus, na Faculdade CERS e na Faculdade Baiana de Direito. OFICINA DE GESTÃO DE RISCOS 1. A NLLC e a obrigação de Governança; 2. Etapas do processo de Gestão de Riscos (oficina): 2.1 Estabelecimento do contexto; 2.2 Identificação do risco; 2.3 Análise do risco; 2.4 Avaliação do risco; 2.5 Tratamento do risco; 2.6 Monitoramento e comunicação. 3. Instrumentos de Gerenciamento de Riscos em Contratações: 3.1 Plano de Tratamento de Riscos do Metaprocessos; 3.2 Mapa de Riscos; 3.3 Matriz de Riscos		
--	--	--

4 – JUSTIFICATIVAS: DA INEXIGIBILIDADE DA LICITAÇÃO / RAZÃO DA ESCOLHA DO FORNECEDOR/EXECUTOR / DO PREÇO / AVISO DE DIVULGAÇÃO A INTERESSADOS

Justifica a preterição de contratação desta empresa, ante a natureza intelectual e notória especialização, advinda do alto gabarito dos professores palestrantes, conforme ampla juntada de títulos e publicações de formações nas áreas de atuação

4.1 – QUANTO A INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO:

Indica-se a INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO, considerando o previsto no **caput** do Art. 74 da Lei 14.133/2021, inciso III, alínea f e §3º:



MUNICÍPIO DE

SÃO JORGE D'OESTE

ESTADO DO PARANÁ | www.pmsjorge.pr.gov.br | CNPJ: 76.995.380/0001-03

300005

Art. 74. É inexigível a licitação quando inviável a competição, em especial nos casos de:

I – [...];

II – [...];

III – contratação dos seguintes serviços técnicos especializados de natureza predominantemente intelectual com profissionais ou empresas de notória especialização, vedada a inexigibilidade para serviços de publicidade e divulgação:

[...]

f) treinamento e aperfeiçoamento pessoal;

[...]

§3º - Para fins do disposto no inciso III do caput deste artigo, considera-se de notória especialização o profissional ou empresa cujo conceito de sua especialidade, decorrente de desempenho anterior, estudos, experiência, publicações, organização, aparelhamento, equipe técnica ou outros requisitos relacionados a sua atividades, permita inferir que seu trabalho é essencial e reconhecidamente adequado à plena satisfação do objeto do contrato.

4.2 – JUSTIFICATIVA DA CONTRATADA

A definição pela Entidade executora **ESTÁ VINCULADA A ORGANIZAÇÃO DO SIMPÓSIO**, e é de responsabilidade da empresa, os procedimentos de inscrições dos participantes

4.3 – INTENÇÃO DE PROPOSTAS ADICIONAIS:

Não se aplica, considerando que se trata de um evento singular.

5 - ESTIMATIVA PRELIMINAR DO VALOR TOTAL DA CONTRATAÇÃO

Estima-se a contratação para duas participações, para servidores lotados na área jurídica e a equipe técnica de licitações e contratações integradas a Secretaria de Administração, Contabilidade e Finanças do Município de São Jorge D' Oeste/PR.

6 - PREVISÃO DE DATA DESEJADA PARA A CONTRATAÇÃO;



Deseja-se a realização da contratação até 15 de agosto de 2024.

7 - GRAU DE PRIORIDADE DA COMPRA OU CONTRATAÇÃO;

ALTO grau de prioridade para viabilizar treinamento e aperfeiçoamento.

8 - SE HÁ VINCULAÇÃO OU DEPENDÊNCIA COM A CONTRATAÇÃO DE OUTRO DFD PARA SUA EXECUÇÃO, VISANDO A DETERMINAR A SEQUÊNCIA EM QUE AS RESPECTIVAS CONTRATAÇÕES SERÃO REALIZADAS;

Não se aplica.

9 - CLASSIFICAÇÃO ORÇAMENTÁRIA DA DESPESA ATÉ NÍVEL DE ELEMENTO E DESDOBRAMENTOS;

Município de São Jorge D'Oeste - 2024					
Saldo das contas de despesa					
Calculado em: 12/08/2024					
Página 1					
Órgão / Unidade / Projeto ou Atividade / Conta de despesa / Fonte de recurso / F. PADRÃO / ORIG. APL. DES. DET.					
Valor autorizado					
Valor atualizado					
Líquido empenhado					
Saldo atual					
01 - SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO, CONTABILIDADE E FINANÇAS					
001 - Departamento de Administração					
04.102.0004.3026 - Serviços Administrativos					
3.3.90.39.00.00 - OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURIDICA					
01770 E 00000 000001070000 Recursos Ordinários (Límites)					
01770 EA 00000 000001070000 Recursos Ordinários (Límites)					
01775 E 00000 000001070000 Desvinculação das Receitas dos Municípios - DIRM					
01780 E 00504 000499990000 Outros Regimes e Compensações Financeiras e Patrimoniais não Presidenciais					
01790 E 00510 001001070000 Taxas - Exercício Poder de Polícia					
01790 EA 00510 001001070000 Taxas - Exercício Poder de Polícia					
01800 E 00511 001101070000 Taxas - Prestação de Serviços					
Total Geral					
Críticas de seleção					
Data do cálculo: 12/08/2024					
Órgão entre: 01 e 07					
Unidade entre: 001 e 001					
Natureza de despesa entre: 3.3.90.39.00.00 e 3.3.90.39.00.00					
Emitido por: JHAYR DA SILVA no arquivo: 56361					
E - Grupo da fonte do exercício / EA - Grupo da fonte de exercícios anteriores					
12/08/2024 11:07:40					



MUNICÍPIO DE
SÃO JORGE D'OESTE

ESTADO DO PARANÁ | www.pmsjorge.pr.gov.br | CNPJ: 76.995.380/0001-03

300007

10 – DO ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR, ANÁLISE DE RISCOS, PROJETO BÁSICO OU PROJETO EXECUTIVO

Indica-se dispensável, devido a condição facultativa motivada pela singularidade do objeto, a elaboração do Estudo Técnico Preliminar, em consonância com o **caput** do Art. 72 da Lei nº 14.133/2021, e do Inciso III do art. 145 do Decreto nº 3.927/2023.

11 – HABILITAÇÃO E QUALIFICAÇÃO MINIMA

Conforme Termo de Referência.

12 – AUTORIZAÇÃO DO EXECUTIVO.

Por fim requer que seja enviado o feito a divisão de licitação para autorização do executivo e demais atos necessários visando a elaboração do caderno para conclusão do feito, nos termos da Lei 14.133/21, regularizada pelo Decreto nº 3.927/2023.


LEANDRO PAGLIARI JACOBS

Secretário de Administração, Contabilidade e Finanças de São Jorge D'Oeste/PR.
Decreto nº 4095/2024



MUNICÍPIO DE FRANCISCO BELTRÃO
Secretaria Municipal da Fazenda
NOTA FISCAL DE SERVIÇOS ELETRÔNICA - NFS-e
 www.esnfs.com.br

Número da Nota:
1830
 Data e Hora da Emissão:
30/08/2023 10:45:01
 Operador Emissor:
 IAGP I. A. E.

PRESTADOR DE SERVIÇOS



CPF/CNPJ: **32651451000185** I.E.: I.M.: **309103** Telefone: **46999708582**
 Nome/Razão: **IAGP INSTITUTO APLICADO EM GESTAO PUBLICA LTDA**
 Endereço: **RUA Minas Gerais, 1391 - SL 502 Q217 L04 - NOSSA SENHORA APARECIDA - 85601060**
 Município: **Francisco Beltrão** UF: **PR** e-Mail: **igam.parana@gmail.com**

TOMADOR DE SERVIÇOS

CPF/CNPJ: **76282698000147** I.E.: I.M.:
 Nome/Razão: **MUNICIPIO DE ITAMBÉ**
 Endereço: **Praça Rui Barbosa, 34 - CENTRO - 87175000**
 Município: **Itambé** UF: **PR** e-Mail:

Cód.	Discriminação	Val.Serviço	Dedução	Base Cál.	Aliq.	ISS
8.02	Referente inscrição no III SIMPÓSIO do IGAM PR sobre a LEI N° 14.133/2021 - Os principais desafios para aplicação da Nova Lei de Licitações e Contratos Administrativos, ministrado pelos professores Christianne Stroppa, Jorge Ulisses Jacoby Fernandes, Evaldo Ramos, Edgar Guimarães, Paulo César Flores e Vivian Cristina Lima López Valle, nos dias 3 a 5 de Outubro de 2023 em Curitiba, a servidora Liliâne Inário de Paula.	2.590,00	0,00	2.590,00	2,00	51,80

CONTA:
 Banco 756 | Agência 4342 C/C n°. 29657-0 IAGP - Instituto Aplicado em Gestão Pública LTDA
 PIX: CNPJ 32.651.451/0001-85.

Total Serviços (R\$) **2.590,00**

Total ISS (R\$) **51,80**

Retenções (R\$)	COFINS	ISS (0,00)	PIS	IRRF	CSLL	INSS
	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Total Líquido (R\$) **2.590,00**

OUTRAS INFORMAÇÕES

Esta NFS-e foi emitida com respaldo na Lei 3717 / 2010 e Decreto 209/2011
 A tributação desta NFS-e está definida como: Tributado no município.
 Prestador de serviços optante pelo Simples Nacional.

DISCRIMINAÇÃO DE IMPOSTOS

PROCON FRANCISCO BELTRÃO - Rua Niterói, 468 - Alvorada - Francisco Beltrão - PR
 Fone (46) 3524-5063

Autenticidade: E3F06C63.A47171F7.A5B423AE.C3096F26 (verificada em 30/08/2023 às 10:45:02)

Equiplano - NFS-e 500.2005u





MUNICÍPIO DE FRANCISCO BELTRÃO
Secretaria Municipal da Fazenda
NOTA FISCAL DE SERVIÇOS ELETRÔNICA - NFS-e
 www.esnfs.com.br

Número da Nota:
1939
 Data e Hora da Emissão:
09/10/2023 13:34:39
 Operador Emissor:
 IAGP I. A. E.

PRESTADOR DE SERVIÇOS



CPF/CNPJ: **32651451000185** I.E.: I.M.: **309103** Telefone: **46999708582**
 Nome/Razão: **IAGP INSTITUTO APLICADO EM GESTAO PUBLICA LTDA**
 Endereço: **RUA Minas Gerais, 1391 - SL 502 Q217 L04 - NOSSA SENHORA APARECIDA - 85601060**
 Município: **Francisco Beltrão** UF: **PR** e-Mail: **igam.parana@gmail.com**

TOMADOR DE SERVIÇOS

CPF/CNPJ: **01612441000107** I.E.: **isenta** I.M.:
 Nome/Razão: **MUNICÍPIO DE BELA VISTA DA CAROBA**
 Endereço: **AV. RIO GRANDE DO SUL, 107 - predio - CENTRO - 85745000**
 Município: **Bela Vista da Caroba** UF: **PR** e-Mail: **contabilidade@belavistadacaroba.pr.gov.br**

Cód.	Discriminação	Val.Serviço	Dedução	Base Cál.	Aliq.	ISS
8.02	Referente inscrições no III SIMPÓSIO do IGAM PR sobre a LEI N° 14.133/2021 - Os principais desafios para aplicação da Nova Lei de Licitações e Contratos Administrativos, ministrado pelos professores Christianne Stroppa, Jorge Ulisses Jacoby Fernandes, Evaldo Ramos, Edgar Guimarães, Paulo César Flores e Vivian Cristina Lima López Valle, nos dias 3 a 5 de Outubro de 2023 em Curitiba, aos servidores: João Luis Nicolotti e Rennan Servelin.	5.180,00	0,00	5.180,00	2,00	103,60

Contrato 104/2023
 Inexigibilidade de Licitação no. 033/2023

CONTA:
 Banco 756 | Agência 4342 C/C n°. 29657-0 IAGP - Instituto Aplicado em Gestão Pública LTDA
 PIX: CNPJ 32.651.451/0001-85.

Empresa optante pelo Simples Nacional

Total Serviços (R\$) **5.180,00**

Total ISS (R\$) **103,60**

Retenções (R\$)	COFINS	ISS (0,00)	PIS	IRRF	CSLL	INSS
	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Total Líquido (R\$) **5.180,00**

OUTRAS INFORMAÇÕES

Esta NFS-e foi emitida com respaldo na Lei 3717 / 2010 e Decreto 209/2011
 A tributação desta NFS-e está definida como: Tributado no município.
 Prestador de serviços optante pelo Simples Nacional.

DISCRIMINAÇÃO DE IMPOSTOS

PROCON FRANCISCO BELTRÃO - Rua Niterói, 468 - Alvorada - Francisco Beltrão - PR
 Fone (46) 3524-5063

Autenticidade: 541A4468.369A640B.B3AA86A0.B019B4CB (verificada em 09/10/2023 às 13:34:39)

Equiplano - NFS-e 500.2005u



300010

**MUNICÍPIO DE FRANCISCO BELTRÃO**

Secretaria Municipal da Fazenda

NOTA FISCAL DE SERVIÇOS ELETRÔNICA - NFS-e

www.esnfs.com.br

Número da Nota:

1943

Data e Hora da Emissão:

09/10/2023 14:11:07

Operador Emissor:

IAGP I. A. E.

PRESTADOR DE SERVIÇOSCPF/CNPJ: **32651451000185**

I.E.:

I.M.: **309103**Telefone: **46999708582**Nome/Razão: **IAGP INSTITUTO APLICADO EM GESTAO PUBLICA LTDA**Endereço: **RUA Minas Gerais, 1391 - SL 502 Q217 L04 - NOSSA SENHORA APARECIDA - 85601060**Município: **Francisco Beltrão**UF: **PR**e-Mail: **igam.parana@gmail.com****TOMADOR DE SERVIÇOS**CPF/CNPJ: **76331941000170**

I.E.:

I.M.: **337275**Nome/Razão: **MUNICIPIO DE CORNELIO PROCOPIO**Endereço: **AV MINAS GERAIS, 301 - CENTRO - 86300000**Município: **Cornélio Procopio**UF: **PR**

e-Mail:

Cód.	Discriminação	Val.Serviço	Dedução	Base Cál.	Aliq.	ISS
8.02	Referente inscrição no III SIMPÓSIO do IGAM PR sobre a LEI N° 14.133/2021 - Os principais desafios para aplicação da Nova Lei de Licitações e Contratos Administrativos, ministrado pelos professores Christianne Stroppa, Jorge Ulisses Jacoby Fernandes, Evaldo Ramos, Edgar Guimarães, Paulo César Flores e Vivian Cristina Lima López Valle, nos dias 3 a 5 de Outubro de 2023 em Curitiba, a servidora Vanessa Gomes Fernandes.	2.590,00	0,00	2.590,00	2,00	51,80

CONTA:

Banco 756 | Agência 4342 C/C n°. 29657-0 IAGP - Instituto

Aplicado em Gestão Pública LTDA

PIX: CNPJ 32.651.451/0001-85.

Empresa optante pelo Simples Nacional

Total Serviços (R\$) **2.590,00**Total ISS (R\$) **51,80**

Retenções (R\$)

COFINS

ISS (0,00)

PIS

IRRF

CSLL

INSS

0,00

0,00

0,00

0,00

0,00

0,00

Total Líquido (R\$) **2.590,00****OUTRAS INFORMAÇÕES**

Esta NFS-e foi emitida com respaldo na Lei 3717 / 2010 e Decreto 209/2011

A tributação desta NFS-e está definida como: Tributado no município.

Prestador de serviços optante pelo Simples Nacional.

DISCRIMINAÇÃO DE IMPOSTOS

PROCON FRANCISCO BELTRÃO - Rua Niterói, 468 - Alvorada - Francisco Beltrão - PR

Fone (46) 3524-5063

Autenticidade: E22CCD61.3538F1E1.DB5F4F72.3CCBD681 (verificada em 09/10/2023 às 14:11:07)

Equiplano - NFS-e 500.2005u





Memorando 2.813/2024



Prefeitura de
São Jorge d'Oeste

000011

Responder apenas via 1Doc

Clodoaldo B. LIC

Para

DVC

CC

3 setores envolvidos

SACF - Secretaria Municipal de Administração

LIC

DVC

SACF

Contabilidade e Finanças

DVC - Divisão de Contabilidade

09/08/2024 14:23

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

Boa tarde,

Para atender interesses da Secretaria de Administração, Contabilidade e Finanças, para desenvolvimento da equipe Técnica de Licitações:

Solicita-se a indicação de dotação orçamentária para inscrição em evento de treinamento e aperfeiçoamento em licitações e contratos, conforme valores em anexo.

—
Clodoaldo Blank

Agente de licitações



Quem já visualizou? 1 pessoa

09/08/2024 14:24:08

Clodoaldo Blank LIC assinou digitalmente **Memorando 2.813/2024** com o certificado

CLODOALDO BLANK CPF 700.XXX.XXX-53 conforme MP nº 2.200/2001.

Prefeitura de São Jorge D'Oeste - Av. Iguaçu, 281 - Cx. Postal 31 - São Jorge D'Oeste-PR - CEP: 85575-000 • 1Doc • www.1doc.com.br

Impresso em 09/08/2024 14:24:13 por Clodoaldo Blank - Agente de licitações

Este documento contém assinatura digital, realizada por CLODOALDO BLANK CPF 700.XXX.XXX-53. Para verificar a validade das assinaturas, acesse <https://pmsjo.1doc.com.br/verificacao/> e informe o código 0DE8-99AE-2399-69EC





TERMO DE REFERÊNCIA

1. IDENTIFICAÇÃO DO(S) ÓRGÃO(S) SOLICITANTE(S).

1.1 ÓRGÃO(S) PÚBLICO(S) INTERESSADO(S)

1.1.1 Órgão gestor:

Secretaria Municipal de Administração, Contabilidade e Finanças.

1.1.2 Órgãos participantes:

Divisão de Licitações e contratos.

1.1.3 Planejamento municipal:

Verifica-se a consonância com o Plano de Contratação Anual, elaborado pela Administração Municipal para os anos 2023-2024, regulamentado no art. 30º do Decreto nº 3.927/23, prevalecendo a execução de um serviço novo posto a disposição dos munícipes.

1.2 RESPONSÁVEL(IS) PELO TERMO DE REFERÊNCIA

Leandro Pagliari Jacobs – Secretário de Administração, Contabilidade e Finanças.

2. MODALIDADE, FORMA, FORMATO E PROCEDIMENTO(S) AUXILIAR(ES).

2.1 DA MODALIDADE DA LICITAÇÃO/CONTRATAÇÃO

Indica-se a inexigibilidade do procedimento de licitação, em conformidade com o inciso III do art. 74º da Lei nº 14.133/2021.

2.2 DA FORMA DA LICITAÇÃO/CONTRATAÇÃO.

Indica-se contratação direta por inexigibilidade de procedimento licitatório, segundo a alínea f, inciso III do art. 74º da Lei nº 14.133/2021.

2.3 DO FORMATO DOS DOCUMENTOS

Destaca-se que no presente processo de contratação, os documentos deverão ser preferencialmente entregues de forma digital, ou em canal disponibilizado pela Administração Municipal, na forma do edital.



2.4 DO(S) PROCEDIMENTO(S) AUXILIAR(S)

Não se aplica.

3 RESUMO DO OBJETO

3.1 OBJETO:

CONTRATAÇÃO, POR INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO, DA EMPRESA: IAGP – INSTITUTO APLICADO EM GESTÃO PÚBLICA LTDA – (IGAM PR), INSCRITA NO CNPJ SOB O Nº 32.651.451/0001-85, RUA MINAS GERAIS, Nº 1391, ED. ELLON, 5º ANDAR/SALA 502, BAIRRO N. SRA. APARECIDA FRANCISCO BELTRÃO/PR., POR SEU REPRESENTANTE LEGAL: RODRIGO ANZILIERO – CPF Nº 062.856.909-28, PARA A INSCRIÇÃO DE PARTICIPAÇÃO NO 4º SIMPÓSIO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS, PROMOVIDO PELA IGAM PARANÁ NOS DIAS DE 04 A 06 DE SETEMBRO, PARA DOIS SERVIDORES MUNICIPAIS DE VINCULADO A SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, CONTABILIDADE E FINANÇAS DE SÃO JORGE D'OESTE/PR.

3.2 ARTIGO(S) DE LUXO

Verifica-se e certifica-se que os itens objeto desta contratação não se enquadram como artigos de luxo com características descritas no art. 41 do Decreto nº 3.927/23.

3.3 – NATUREZA DO(S) OBJETO(S)

O objeto desta contratação é caracterizado como serviço de natureza predominantemente intelectual, de profissionais de notória especialização, conforme alínea f, inciso XVIII do art. 6º da Lei nº 14.133/2021.

4. IDENTIFICAÇÃO DOS ITENS, DOS QUANTITATIVOS DO OBJETO DA CONTRATAÇÃO.

Item	Descrição do Serviço	Unidade	Qtde
01	04/09/2024 - 08h30 às 12h. TATIANA CAMARÃO. Mestre em Direito Administrativo pela Universidade Federal de Minas Gerais – UFMG (1997). Diretora de Relações Institucionais do Instituto Mineiro de Direito Administrativo – IMDA. Professora da Pós-Graduação da Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais – PUC Minas. Palestrante e instrutora de cursos de capacitação. Autora de diversas obras como: Comentários à Lei de Licitações e Contratos Administrativos - Volume 1 e 2; Termo de referência: O impacto da especificação do objeto e do termo de referência na eficácia das licitações e contratos; Processo Administrativo. Comentários À Lei número 9.784/1999; Licitações e contratos - aspectos relevantes. DESCOMPLICANDO O ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR E TERMO DE REFERÊNCIA I – Estudo Técnico Preliminar - ETP Definição e Propósito Principais elementos do ETP Estudo de Solução e Interação com o Mercado Hipóteses que o ETP é dispensado	Und	2



MUNICÍPIO DE
SÃO JORGE D'OESTE

ESTADO DO PARANÁ | www.pmsjorge.pr.gov.br | CNPJ: 76.995.380/0001-03

000014

Responsabilidade pela elaboração Boas Práticas Jurisprudência das Cortes de Contas sobre o tema II – Termo de Referência - TR Responsabilidade pela elaboração e autorização do Termo de Referência; Projeto Básico X Termo de Referência Elementos do Termo de Referência Cuidados na elaboração e pontos de atenção Descrição do objeto: como descrever o bem e evitar especificações impróprias; esclarecimento sobre a indicação de marca e utilização da expressão "ou similar"; Indicação de marca: situações nas quais o TR poderá indicar marca específica. Cases: objetos mal definidos e impactos nas contratações Decisões do TCU que podem auxiliar na descrição do objeto; Padronização e Pré-qualificação Exigência de laudos e amostras A Divisão em Lotes e a Formação de Grupos de Itens Justificativa da Contratação; Fundamentação, Modelo de Execução e Modelo de Gestão Publicação do Documento Jurisprudência das Cortes de Contas sobre o tema Boas Práticas para evitar incorreções no TR 04.09.24 14h às 17h30 CHRISTIANNE STROPPA Doutora e Mestre em Direito pela PUCSP, Advogada especialista em contratações públicas, Assessora de Controle Externo no Tribunal de Contas do Município de São Paulo, Especialista em contratações públicas. Autora de diversos artigos na área da contratação pública, dentre os quais: "Considerações a respeito do controle dos Procedimentos de Manifestação de Interesse (PMI) pelos Tribunais de Contas"; "A aplicação da Lei nº 13.979/2020 pelas empresas estatais"; "A teoria da imprevisão na Lei nº 8.666/93 e sua aplicação perante a pandemia da Covid-19"; "A oportunidade de negócio como alternativa à desestatização das empresas estatais de saneamento básico"; e "Quem tem competência para julgar recursos no pregão eletrônico?" OFICINA: APLICAÇÃO DAS PENALIDADES DA LEI Nº 14.133/2021 1. Contextualização sobre a importância da aplicação correta das penalidades na gestão pública. 2. Visão geral da Lei nº 14.133/21 e sua relevância para os servidores municipais. 3. Explicação detalhada das penalidades previstas na Lei nº 14.133/21: 3.1. Tipos de penalidades: advertência, multa, suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a administração pública. 3.2 Critérios e condições para aplicação de cada penalidade. 3.3 Estudos de casos para compreensão prática. 4. Procedimentos e Processos: 4.1 Passo a passo para a aplicação das penalidades. 4.2 Fluxograma dos procedimentos internos desde a identificação da infração até a aplicação da penalidade. 4.3 Documentação necessária e formalidades a serem seguidas. 4.4 Exemplos de relatórios e pareceres para embasar as decisões. 5. Garantias processuais e direitos dos servidores no contexto da aplicação das penalidades. 6. Limites e possibilidades de recurso por parte do servidor. 7. Boas práticas para evitar questionamentos legais e garantir a efetividade das penalidades aplicadas. 05.09.24 08h30 as 12h. FELIPE ANSALONI Mestre em Administração pela Centro Universitário Unihorizontes; Especialista em Direito Público pela Faculdade Milton Campos; Especialista em Gestão Pública pelo SENAC-MG (2011); Graduado em Direito pela		
---	--	--



Universidade Federal de Minas Gerais; Graduado em Administração Pública pela Fundação João Pinheiro; Professor em cursos de Pós Graduação em disciplinas de Direito e Administração dos Centros Universitários UNA e UNI/BI; Advogado especializado em licitações e contratos administrativos; Consultor de Governança e Gestão; Consultor do Sistema SEBRAE; Instrutor e consultor do Ministério da Fazenda, nos Centros de Treinamentos Regionais da Escola Superior de Administração Fazendária de Minas Gerais ESAF-MG e ESAF-PA; Instrutor e consultor da Associação Mineira de Municípios AMM; Consultor credenciado da Confederação Nacional de Municípios CNM. Professor e Instrutor de cursos na área de Licitações e Contratos.

OFICINA DE CREDENCIAMENTO: QUANDO USAR E COMO FAZER NO SEU MUNICÍPIO

1. O Credenciamento:

1.1 O que é?

1.2 Quando utilizar?

1.3 Quando adotar o Credenciamento ou as modalidades licitatórias?

1.4 Como o Credenciamento pode auxiliar as contratações em serviços públicos sensíveis nas áreas da Saúde, Educação, Trânsito e Obras?

2. Boas Práticas recomendadas pela Jurisprudência sobre o Credenciamento;

3. Estudo de Casos de Editais de Credenciamento já realizados:

3.1 Paralela e Não Excludente: foco em serviços demandados pelas Prefeituras;

3.2 Com Seleção a Critério de Terceiros: foco em serviços de Saúde oferecidos à população;

3.3 Em Mercados Fluidos: foco em medicamentos;

4. Oficina de Exercícios:

4.1 Quiz: principais perguntas e respostas sobre o Credenciamento?

4.2 Hora de estruturar as cláusulas de um Edital de Credenciamento?

05.09.24 | 14h as 17h30

RODRIGO CARDOSO

Graduado em Ciências Contábeis, Pós Graduado em Direito e Economia pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul - UFRGS. Servidor público federal nomeado pela Advocacia Geral da União como Pregoeiro e Presidente da Comissão Permanente de Licitação da Superintendência do Estado do Rio Grande do Sul. Instrutor da Escola Superior de Administração Fazendária no Rio Grande do Sul - ESAF/RS, Ministério do Planejamento, Escola Nacional de Administração Pública - ENAP/DF, Escola da Advocacia Geral da União para Formação de Pregoeiro e Fiscalização e Gestão Contratual e Palestrante na área de licitações e contratos.

OFICINA PRÁTICA DE PREGÃO, CONCORRÊNCIA E DISPENSA ELETRÔNICA

1. Pregão Eletrônico /Concorrência e Dispensa Eletrônica

2. Fases de Julgamento

3. Habilitação e Recurso

4. Preço Inexequível

5. Inclusão, substituição de habilitação

6. Prorrogação de prazos

7. A legislação x A prática

06.09.24 | 08h30 as 12h.

PAULO ALVES

Servidor de carreira do Superior Tribunal de Justiça, titular da unidade de Auditoria Operacional e de Governança do Conselho da Justiça Federal. Bacharel em Direito, Pós-Graduado em Direito Administrativo Contemporâneo, Mestrando em Ciências Jurídicas. Extensões em Auditoria Governamental, Gestão de Riscos e Auditoria Baseada em Riscos pelo ISC/TCU e Tutoria e Docência pelo CEJ/CJF. Instrutor de capacitações em Gestão Pública, Governança, Gestão de Riscos e Auditoria Governamental. Professor de Direito Administrativo em instituições privadas de ensino. Professor convidado da Academia Militar das Agulhas Negras - AMAN, do Conselho Nacional de Justiça - CNJ, da Escola Nacional de Administração Pública - ENAP, e da Escola da Advocacia Geral da União - EAGU. Membro e Coordenador do Comitê de Governança das Contratações da Rede Governança Brasil - RGB e membro-fundador da Associação Latino-americana de Governança - ALAGOV. Experiência de uma década realizando auditorias por todo o Brasil. Professor de pós-graduação na Faculdade Amadeus, na Faculdade CERS e na Faculdade Baiana de Direito.

OFICINA DE GESTÃO DE RISCOS

1. A NLLC e a obrigação de Governança;

2. Etapas do processo de Gestão de Riscos (oficina):

2.1 Estabelecimento do contexto;

2.2 Identificação do risco;

2.3 Análise do risco;



2.4 Avaliação do risco; 2.5 Tratamento do risco; 2.6 Monitoramento e comunicação. 3. Instrumentos de Gerenciamento de Riscos em Contratações: 3.1 Plano de Tratamento de Riscos do Metaprocessos; 3.2 Mapa de Riscos; 3.3 Matriz de Riscos		
--	--	--

4.1 ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS DO OBJETO(S) DA CONTRATAÇÃO

4.1.1 PADRÕES ACEITÁVEIS

A empresa organizadora, deverá se comprometer em manter os respectivos profissionais para trabalhar com as oficinas propostas para executar durante o 4º Simpósio de Licitações e Contratos.

5. CONDIÇÕES GERAIS DE EXECUÇÃO DA CONTRATAÇÃO

5.1 Condições gerais:

5.1.1 Fica a contratada, obrigada a enviar no momento da emissão do documento fiscal, o arquivo XML da Nota Fiscal no e-mail oficial: compras@pmsjorge.br.gov.br sendo condição obrigatória para empenho.

5.2 Condições específicas:

5.2.1 Por ocasião da inscrição, a Contratada deverá indicar na Nota Fiscal, a data, o nome dos servidores que inscritos no simpósio, fazer constar o número do processo de inexigibilidade de licitação e o número do Contrato.

5.2.2 A contratada deverá **EXECUTAR/REALIZAR** o Simpósio nos dias e horários programados, de modo a justificar a falta dois servidores em local de trabalho habitual.

5.2.3 O objeto se estiver de acordo com o edital e a proposta, será recebido:

- a) PROVISORIAMENTE, no ato da inscrição de participação no evento, para posterior verificação de sua conformidade com o solicitado no edital de licitação;
- b) DEFINITIVAMENTE, após a verificação da qualidade, características e quantidade do bem e consequente aceitação, após a conclusão do evento.

5.2.4 Constatadas irregularidades no objeto contratual, o Contratante poderá, se disser respeito à especificação, rejeitá-lo no todo ou em parte, determinando sua substituição ou rescindindo a contratação, sem prejuízo das penalidades cabíveis.

6. OBRIGAÇÕES DAS PARTES NA EXECUÇÃO DA CONTRATAÇÃO



6.1 Obrigações gerais:

6.1.1 Aplicam-se as obrigações gerais estabelecidas na minuta do contrato administrativo.

6.2. Obrigações específicas da contratada;

6.2.1 Manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas neste documento e demais documentos do presente processo de contratação.

6.2.2 Não transferir a terceiros (subcontratar), por qualquer forma, nem mesmo parcialmente, as obrigações assumidas, sob pena de interrupção do contrato e aplicação das demais sanções administrativas cabíveis.

6.2.3 Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos; nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre.

6.2.4 Responsabilizar-se: pelas despesas dos tributos, encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais, comerciais, taxas, frete, seguros, deslocamento de pessoal, prestação e garantia de quaisquer outras que incidam ou venham a incidir na execução do contrato.

6.2.5 Sujeitar-se a eventual alteração na forma e periodicidade de emissão das notas fiscais e dos pagamentos, conforme mecanismos para aperfeiçoar a relação entre as partes e reduzir a burocracia diária de trocas de documentos, quando da implementação, sem qualquer acréscimo contratual.

6.2.6 No âmbito de eventual responsabilidade civil ou administrativa pelos vícios e/ou defeitos, relacionados com o objeto da contratação, aplicam-se as disposições do Código de Defesa do Consumidor, cujo ônus da prova é do Contratado(a).

6.3 Obrigações do Município de São Jorge D'Oeste:

6.3.1 Dar preferência para o formato digital dos documentos a serem emitidos no âmbito do relacionamento com a empresa contratada, especialmente durante a execução do objeto de contratação, liquidação e pagamento, por meio do processamento e armazenamento em meio digital dos documentos.

6.3.2 Disponibilizar à empresa contratada, os dados **NÃO SENSÍVEIS** e necessários para conferência da efetiva autorização para o recebimento/retirada dos produtos objetos da contratação, representada na assinatura no físico do documento fiscal (Nota Fiscal).



7. DA GESTÃO E FISCALIZAÇÃO DA EXECUÇÃO DO OBJETO DA CONTRATAÇÃO.

7.1 Condições Gerais:

7.1.1 Aplicam-se as condições gerais de gestão e de fiscalização estabelecidas na minuta padrão do contrato administrativo.

7.2 Condições especiais:

7.2.1 Estará sob a responsabilidade dos servidores indicados no Decreto nº 4.358/2024, de onde se extrai que o **Gestor do Contrato** é o Secretário nomeado para a Secretaria de Administração, Contabilidade e Finanças. Ainda, no anexo I do referido Decreto, fica designado o servidor Mário Sangaletti, como Fiscal Técnico, Luiza Herpich como Fiscal Administrativo e Ellen de Souza Fiscal Setorial

8. DO RECEBIMENTO DO OBJETO DA CONTRATAÇÃO.

8.1 Condições gerais:

8.1.1 Aplicam-se as condições gerais de gestão e de fiscalização estabelecidas na minuta padrão do contrato administrativo.

8.2 Condições especiais:

8.2.1 Não se confunde com o recebimento provisório a colhida da assinatura do servidor no documento fiscal emitido no ato da inscrição de participação dos servidores.

8.2.2 O recebimento provisório e o recebimento definitivo, serão nos termos do art. 19 do Decreto Municipal nº 3.976/2023, e dos art. 3º, §7º do art. 7º do Decreto Municipal nº 4.116/2024.

8.2.3 As notas fiscais deverão ser emitidas conforme orientações da Secretaria Municipal de Finanças, permitida a exigência de emissão dos documentos fiscais, de forma separada, incluindo a diversidade de CNPJs.

8.2.4 Recebidos os documentos mencionados no subitem 8.2.3, a Secretaria Municipal de Finanças, por meio do órgão competente e do(s) servidor(es) designado(s), realizará a conferência da documentação encaminhada e, se regular, emitirá a(s) nota de empenho(s) necessário(s), de forma separada por cada órgão público a que esteja vinculado o objeto do procedimento, a(s) qual(is) depois de assinada(s), (conforme instrução no art. 157 do Decreto nº 3.927/2023), pelos fiscais competentes e designados por Secretaria Municipal, constantes no Anexo I do Decreto nº 4.358/2024, servirá como acusação do recebimento definitivo do objeto.



8.2.5 A nota de empenho (ou documento anterior) identificará o servidor que realizará a conferência dos documentos e emissão da(s) nota(s) de empenho.

8.2.6 Emitida(s) a(s) nota(s) de empenho, o procedimento de liquidação de despesa será encaminhado para os órgãos competentes, até o seu encerramento na Tesouraria, que efetuará o pagamento, respeitando-se o prazo limite estabelecido em contrato.

8.2.7 Os procedimentos de liquidação de despesa, com toda a documentação, mencionada acima, deverão ser armazenados em arquivo próprio, preferencialmente em formato digital, na forma indicada pelo Controle Interno, permitindo a fiscalização de órgãos internos e externos.

8.2.8 O recebimento definitivo (emissão da nota de empenho) poderá ser suspenso, no todo ou em parte, quando a execução do objeto de execução ou a documentação encaminhada pelo Contratado estiver em desacordo com as exigências estabelecidas neste processo de contratação.

8.2.9 Em se tratando de irregularidade na documentação encaminhada pelo Contratado, não será iniciado o prazo para pagamento até que a documentação seja completamente regularizada pelo Contratado.

8.2.10 Em se tratando de vício ou defeito na execução do objeto da contratação, poderão ser aplicadas medidas cautelares administrativas, nos termos da minuta padrão de contrato.

8.2.11 O recebimento definitivo não excluirá a responsabilidade civil, criminal e administrativa pelos vícios e/ou defeitos, relacionados com o objeto da contratação, descobertos em momento posterior, aplicando-se as hipóteses e os prazos previstos no Código de Defesa do Consumidor.

9. DO PAGAMENTO

9.1 Condições gerais:

9.1.1 Aplicam-se as condições gerais de gestão e de fiscalização estabelecidas na minuta padrão do contrato administrativo.

9.2 Condições especiais:

9.2.1 O pagamento será feito pelo Município de São Jorge D'Oeste de forma parcelada, na periodicidade definida em contrato, de acordo com a periodicidade do encaminhamento da documentação relacionada no subitem 8.2.4.

9.2.2 O prazo para pagamento será de até 30 (trinta) dias úteis, subsequentes ao recebimento definitivo.



9.2.3 O Município de São Jorge D'Oeste poderá deduzir do montante a pagar os valores correspondentes a tributos, multas ou indenizações devidas pelo(a) fornecedor(a), incidentes sobre a execução do objeto da contratação.

9.2.4 O pagamento efetuado não isentará o fornecedor das responsabilidades decorrentes do fornecimento.

9.2.5 O Município de São Jorge D'Oeste, tem regulamentado no Art. 159 do Decreto nº 3.924/2023, a **ORDEM CRONOLÓGICA DOS PAGAMENTOS**. Aos pontos sobre as possibilidades de alteração desta ordem cronológica e classificatória para a efetivação dos pagamentos, poderá ser nas condições do Art. 160 do Decreto nº 3.927/2023.

10. DA DECLARAÇÃO DE ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

10.1 Os valores que se pretende despender com a presente contratação, estão de acordo com o planejamento orçamentário.

10.2 A dotação orçamentária específica está indicada no Parecer Contábil que se segue.

Município de São Jorge D'Oeste - 2024					
Saldo das contas de despesa					
Calculado em: 12/08/2024					
Página 1					
Órgão / Unidade / Projeto ou Atividade / Conta de despesa / Fonte de recurso / F. PADRAO ORIG APL DES DET		Valor autorizado	Valor atualizado	Líquido empenhado	Saldo atual
07 SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO, CONTABILIDADE E FINANÇAS		689.762,12	913.219,96	535.406,39	377.813,57
001 Despesamento de Administração		689.762,12	913.219,96	535.406,39	377.813,57
04 120.0004.2020 Serviços Administrativos		689.762,12	913.219,96	535.406,39	377.813,57
3.3.90.39.00.00 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA					
01770 E 00000 000001070000 Recursos Ordinários (Livre)		95.095,20	95.095,20	94.323,97	681,23
01770 EA 00000 000001070000 Recursos Ordinários (Livre)		0,00	100.000,00	11.806,96	88.193,04
01775 E 00000 000201070000 Desempenho das Receitas dos Municípios - DRM		0,00	91.448,34	91.456,96	9.981,48
01780 E 00004 000499990000 Outros Regimes e Compensações Financeiras e Patrimoniais não Presidenciais		230.000,00	230.000,00	69.038,43	161.961,57
01790 E 00010 001001070000 Taxas - Exercício Poder de Polícia		267.338,46	267.338,46	256.496,88	10.841,58
01790 EA 00010 001001070000 Taxas - Exercício Poder de Polícia		0,00	31.989,50	14.722,85	17.266,65
01800 E 00011 001101070000 Taxas - Prestação de Serviços		97.438,46	97.438,46	8.570,87	88.867,59
Total Geral		689.762,12	913.219,96	535.406,39	377.813,57
Critérios de seleção:					
Data do cálculo: 12/08/2024					
Órgão entre: 07 e 07					
Unidade entre: 001 e 001					
Natureza de despesa entre: 3.3.90.39.00.00 e 3.3.90.39.00.00					
Elaborado por: IVANIR DA SILVA, no versão: 5035					
E - Grupo da fonte do exercício / EA - Grupo da fonte de exercícios anteriores					
12/08/2024 11:07:40					



11. JUSTIFICATIVA PARA A CONTRATAÇÃO

11.1 DA NECESSIDADE DO OBJETO

11.1.1 A referida contratação visa a participação de servidores municipais lotados no departamento de licitações, em evento de treinamento e aperfeiçoamento, para posterior replicação dos conteúdos para os demais servidores ligados em referidos procedimentos.

11.2. DO PREÇO

11.2.1 Os preços estão apresentados na proposta comercial, abaixo listada. O valor total para contratação R\$ 4.580,00 (quatro mil, quinhentos e oitenta reais). Tais informações podem ser verificadas nos dispostos abaixo:



MUNICÍPIO DE

SÃO JORGE D'OESTE

ESTADO DO PARANÁ | www.pmsjorge.pr.gov.br | CNPJ: 76.995.380/0001-03

300022

PROPOSTA COMERCIAL

4º SIMPÓSIO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS IGAM PARANÁ



EVENTO INÉDITO | **DE 4 A 6**
COM OFICINAS
PRÁTICAS | **DE SETEMBRO**

À PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JORGE D'OESTE-PR



MUNICÍPIO DE

SÃO JORGE D'OESTE

ESTADO DO PARANÁ | www.pmsjorge.pr.gov.br | CNPJ: 76.995.380/0001-03

300023

CRONOGRAMA

04/09/2024 - 08:30 - 12:00
04/09/2024 - 14:00 - 17:30
05/09/2024 - 08:30 - 12:00
05/09/2024 - 14:00 - 17:30
06/09/2024 - 08:30 - 12:00



Carga Horária: 17 horas 30 minutos

INVESTIMENTO PARA O 4º SIMPÓSIO

Investimento para 2 participantes: R\$ 2.290,00 cada inscrição

** Cliente de Implantação da NLL no Município.

LOCAL:

FOZ DO IGUAÇU, PR

JL Hotel by Bourbon - Av. Costa e Silva, 154 - Centro, Foz do Iguaçu - PR,
85863-000

Observações

• O empenho deverá ser feito em nome de IAGP INSTITUTO APLICADO EM GESTÃO PÚBLICA LTDA (IGAM Paraná).
CNPJ: 32.651.451/0001-85.

Dados Bancários:

Banco 756 | Agência 4342 C/C nº. 29657-0

IAGP – Instituto Aplicado em Gestão Pública LTDA | PIX: CNPJ
32.651.451/0001-85

Atenciosamente,

Depto Comercial

IGAM Paraná – Assessoria a Órgãos Públicos

Rua Minas Gerais, 1391, Edifício Ellon, 5º andar

Francisco Beltrão PR

Francisco Beltrão, 5 de Agosto de 2024.

(46) 99970 8582

www.igam.com.br

igam.parana@gmail.com

@igamparana



11.3 DEMAIS JUSTIFICATIVAS EXIGIVEIS

11.3.1 DO(S) FUNDAMENTOS PARA CONTRATAÇÃO

Justifica-se a indicação de contratação direta por inexigibilidade, nas condições da *alínea f*, do inciso III, e no § 3º, do Art. ° 74, da Lei nº 14.133/2021, conforme transcritos:

Art. 74. É inexigível a licitação quando inviável a competição, em especial nos casos de:

[...]

III – contratação dos seguintes serviços técnicos especializados de natureza predominantemente intelectual com profissionais ou empresas de notória especialização, vedada a inexigibilidade para serviços de publicidade e divulgação:

[...]

f) treinamento e aperfeiçoamento de pessoal;

[...]

§ 3º Para fins do disposto no inciso III do caput deste artigo, considera-se de notória especialização o profissional ou empresa cujo o conceito no campo de sua especialidade, decorrente de desempenho anterior, estudos, experiência, publicações, organização, aparelhamento, equipe técnica ou outros requisitos relacionados com suas atividades, permita inferir que o seu trabalho é essencial e reconhecidamente adequado à plena satisfação do objeto que tenham justificado.

11.3.2 DA RAZÃO PELA ESCOLHA DO FORNECEDOR(A)

A definição pela Entidade executora **ESTÁ VINCULADA A ORGANIZAÇÃO DO SIMPÓSIO**, e é de responsabilidade da empresa, os procedimentos de inscrições dos participantes. Justifica a preterição de contratação desta empresa, ante a natureza intelectual e notória especialização, advinda do alto gabarito dos professores palestrantes, conforme ampla juntada de títulos e publicações de formações nas áreas de atuação, e ainda, pelas características apresentadas em documento abaixo anexado.



IGAM[®]

PARANÁ

A Prefeitura Municipal de São Jorge D'Oeste, Paraná

DECLARAÇÃO UNIFICADA

O IAGP - INSTITUTO APLICADO EM GESTÃO PÚBLICA LTDA – (IGAM PR)

CNPJ 32.651.451/0001-85

**Rua Minas Gerais nº1391, Ed. Ellon, 5º Andar/Sala 502 Bairro N.Sra
Aparecida Francisco Beltrão-PR**

Representante Legal: Eduardo Anziliero - CPF 062.856.909-28.

DECLARA expressamente que:

I - Até a presente data inexistem fatos supervenientes impeditivos para habilitação no presente processo licitatório, estando ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores.

II - Não foi declarada inidônea por nenhum órgão público de qualquer esfera de governo, estando apta a contratar com o poder público.

III - Para cumprimento do disposto no inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal, não empregamos menores de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e nem menores de dezesseis anos, em qualquer trabalho, salvo na condição de aprendiz, a partir dos quatorze anos de idade, em cumprimento ao que determina o inciso VI do art. 68 da Lei nº 14.133/21.

IV - Comprometo-me a manter durante a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

Rua Minas Gerais nº1391, Ed. Ellon, 5º Andar/Sala 502 Bairro N.Sra Aparecida -Francisco Beltrão-PR

Fone/WhatsApp: (46) 99970-8582 / (46) 99908-6422

Site: www.igampr.com.br - E-mail: igamparana@igam.com.br - Facebook/Instagram: [@igamparana](https://www.facebook.com/igamparana)

INSTITUTO APLICADO EM GESTÃO PÚBLICA LTDA – CNPJ 32.651.451/0001-85



IGAM®

PARANÁ

V - Não possuímos em nosso quadro societário e de empregados, servidor ou dirigente de órgão ou entidade contratante ou responsável pela licitação, nos termos do inciso IV, do artigo 14 da Lei nº 14.133, de 1 de abril de 2021.

VI - Que para fins do disposto no inciso IV do art. 63 da Lei Federal nº 14.133/2021, cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

VII - Que atesta o atendimento à política pública ambiental de licitação sustentável, em especial que se responsabiliza integralmente com a logística reversa dos produtos, embalagens e serviços pós-consumo no limite da proporção que fornecerem ao poder público, assumindo a responsabilidade pela destinação final, ambientalmente adequada (se este for o caso das atividades desenvolvidas pela empresa);

Por ser verdade firmamos o presente.

Francisco Beltrão, 5 de agosto de 2024.

EDUARDO ANZILIERO
Direção Administrativa
CNPJ 32.651.451/0001-85
CPF 062.856.909-28

Rua Minas Gerais nº1391, Ed. Ellison, 5º Andar/Sala 502 Bairro N. Sra. Aparecida -Francisco Beltrão-PR

Fone/WhatsApp: (46) 99970-8582 / (46) 99908-6422

Site: www.igampr.com.br - E-mail: igamparana@igam.com.br - Facebook/Instagram: @igamparana

INSTITUTO APLICADO EM GESTÃO PÚBLICA LTDA – CNPJ 32.651.451/0001-85



MUNICÍPIO DE

SÃO JORGE D'OESTE

ESTADO DO PARANÁ | www.pmsjorge.pr.gov.br | CNPJ: 76.995.380/0001-03

000029

MUNICÍPIO DE FRANCISCO BELTRÃO		Número da Nota: 1943					
Secretaria Municipal da Fazenda		Data e Hora da Emissão: 09/10/2023 14:11:07					
NOTA FISCAL DE SERVIÇOS ELETRÔNICA - NFS-e		Operador Emissor: IAGP I. A. E.					
www.esnfs.com.br							
PRESTADOR DE SERVIÇOS							
	CPF/CNPJ: 32651451000185	I.E.: 309103	Telefone: 46999708582				
Nome/Razão: IAGP INSTITUTO APLICADO EM GESTAO PUBLICA LTDA							
Endereço: RUA Minas Gerais, 1391 - SL 502 Q217 L04 - NOSSA SENHORA APARECIDA - 85601060							
Município: Francisco Beltrão UF: PR e-Mail: igam.parana@gmail.com							
TOMADOR DE SERVIÇOS							
CPF/CNPJ: 76331941000170		I.E.: 337275					
Nome/Razão: MUNICÍPIO DE CORNELIO PROCOPIO							
Endereço: AV MINAS GERAIS, 301 - CENTRO - 86300000							
Município: Cornélio Procopio UF: PR e-Mail:							
Cod.	Discriminação	Val.Serviço	Dedução	Base Calc.	Aliq.	ISS	
8.02	Referente inscrição ao III SINGOSIO do IGAM PR sobre a Lei nº 14.133/2021 - Os principais desafios para aplicação da Nova Lei de Licitação e Contratos Administrativos, ministrado pelos professores Christianne Stoppa, Jorge Ulisses Tannoy Fernandes, Ronaldo Ramo, Edson Guimarães, Paulo Cesar Figueira e Valden Cristiano Lima Lopes Galia, nos dias 3 e 5 de Outubro de 2023 em Curitiba, e servidores Vaneza Goretti Zetzsche.	2.590,00	0,00	2.590,00	2,00	51,80	
CÓDIGO: 756 - Agência 4342 C/C nº. 29657-0 IAGP - Instituto Aplicado em Gestão Pública LTDA PIX: CNPJ 32.651.451/0001-85. Empresa optante pelo Simples Nacional.							
Total Serviços (R\$)		2.590,00					
Total ISS (R\$)		51,80					
Retenções (R\$)		ODFINS	ISS (0-00)	PIS	PPF	COSL	NSS
		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Total Líquido (R\$)		2.590,00					
OUTRAS INFORMAÇÕES							
Esta NFS-e foi emitida com respaldo na Lei 3717 / 2010 e Decreto 209/2011 A tributação desta NFS-e está definida como: Tributado no município. Prestador de serviços optante pelo Simples Nacional.							
DISCRIMINAÇÃO DE IMPOSTOS							
PRCCON FRANCISCO BELTRÃO - Rua Niterói, 410 - Alameda - Francisco Beltrão - PR Fone (46) 3524-5053							
Autorização: 822C0B1-3518F1E1-285F4F72-3C0B0B1 Versão: Emitida em 09/10/2023 às 14:11:07							
Exemplar - NFS-e 500.20012							

1/1



12. ADOÇÃO DO SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS

Não se aplica.

13. PRAZO DE VIGÊNCIA E PECULIARIDADES DO QUANTITATIVO DO CONTRATO.

13.1 Mesmo que se trata de objeto que não possui natureza contínua, **O PRAZO DE VIGÊNCIA ESTARÁ VINCULADO A REALIZAÇÃO DO EVENTO.**

13.2 Não será admitido alteração nos termos da proposta e da minuta padrão do contrato.

14. INFORMAÇÕES PARA CONFEÇÃO DO EDITAL E/OU CONTRATO

14.1 DO IMPEDIMENTO DE PARTICIPAÇÃO

Não se aplica

15 DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO EXIGÍVEIS

15.1 A empresa deverá apresentar os seguintes documentos **válidos**:

15.1.1 HABILITAÇÃO JURÍDICA:

- a. No caso de empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;
- b. No caso de sociedade empresária ou empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado na Junta Comercial da respectiva sede, acompanhado de documento comprobatório de seus administradores;
- c. Em se tratando de microempreendedor individual - MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio www.portaldoempreendedor.gov.br;
- d. Inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz, no caso de ser o participante sucursal, filial ou agência;
- e. No caso de sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil das Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de prova da indicação dos seus administradores;



f. Ato constitutivo, Estatuto ou Contrato Social e todas as alterações ou Contrato Social Consolidado, no caso de empresa Ltda, ou Estatuto, no caso de sociedade por ações, acompanhado de documento de eleição de seus administradores, ou Ato Constitutivo, devidamente registrado;

g. No caso de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País: decreto de autorização.

Os documentos acima deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

15.1.2 REGULARIDADE FISCAL, SOCIAL E TRABALHISTA:

a. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ) ou no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF), conforme o caso;

b. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02/10/2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional;

c. Prova de regularidade com a Fazenda Estadual do domicílio ou sede do licitante;

d. Prova de regularidade com a Fazenda Municipal do domicílio ou sede do licitante;

e. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

f. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a justiça do trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;

g. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes estadual e/ou municipal, relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

Caso o licitante seja considerado isento dos tributos estaduais relacionados ao objeto licitatório, deverá comprovar tal condição, mediante declaração da Fazenda Estadual do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.



15.1.3 REGULARIDADE TÉCNICA:

Base curricular dos palestrantes, para que se evidencie notória especialidade intelectual.

15.1.3.1 – JUSTIFICATIVA PARA A EXIGÊNCIA DA REGULARIDADE TÉCNICA

Solicita-se a apresentação do currículo pessoal dos palestrantes para que se possa evidenciar o atendimento ao disposto no §3º do Art. 74 da Lei nº 14.133/2021.

15.1.4 FORMATO DOS DOCUMENTOS

A apresentação da documentação listada acima será aceita em formato digital, ou em outro canal disponibilizado pela contratante, nos limites temporais admitido no edital.

16. DA RESPONSABILIDADE PELA ELABORAÇÃO DO TERMO DE REFERÊNCIA

16.1 Declaro estar ciente de todas as implicações pelas informações prestadas no presente Termo de Referência e em relação a elas assumimos de forma solidária a responsabilidade.

Elaborado em: 12 de agosto de 2024

Aprovado em: 12 de agosto de 2024

LEANDRO PAGLIARI JACOBS
Secretário de Administração, Contabilidade e Finanças
Decreto nº . 4.095/2024

PROPOSTA COMERCIAL

300033

4º SIMPÓSIO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS IGAM PARANÁ



Felipe
Ansaldi

Christianne
Stroppa

Tatiana Camarão

Paulo Alves

Rodrigo
Cardoso

VENTO INÉDITO | DE 4 A 6
COM OFICINAS | DE SETEMBRO
PRÁTICAS

À PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JORGE D'OESTE-PR

IGAM[®]

PARANÁ

300034

4 • SIMPÓSIO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS IGAM PARANÁ



Felipe
Ansaloni

Christianne
Stroppa

Tatiana Camarão

Paulo Alves

Rodrigo
Cardoso

**EVENTO INÉDITO
COM OFICINAS
PRÁTICAS**

**DE 4 A 6
DE SETEMBRO**

FOZ DO IGUAÇU - PR

DESCOMPLICANDO O ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR E TERMO DE REFERÊNCIA

04.09.24 | 08h30 às 12h.

I – Estudo Técnico Preliminar - ETP

Definição e Propósito

Principais elementos do ETP

Estudo de Solução e Interação com o Mercado

Hipóteses que o ETP é dispensado

Responsabilidade pela elaboração

Boas Práticas

Jurisprudência das Cortes de Contas sobre o tema

II – Termo de Referência - TR

Responsabilidade pela elaboração e autorização do Termo de Referência;

Projeto Básico X Termo de Referência

Elementos do Termo de Referência

Cuidados na elaboração e pontos de atenção

Descrição do objeto: como descrever o bem e evitar especificações impróprias; esclarecimento sobre a indicação de marca e utilização da expressão "ou similar";

Indicação de marca: situações nas quais o TR poderá indicar marca específica.

Cases: objetos mal definidos e impactos nas contratações

Decisões do TCU que podem auxiliar na descrição do objeto;

Padronização e Pré-qualificação

Exigência de laudos e amostras

A Divisão em Lotes e a Formação de Grupos de Itens

Justificativa da Contratação;

Fundamentação, Modelo de Execução e Modelo de Gestão

Publicação do Documento

Jurisprudência das Cortes de Contas sobre o tema

Boas Práticas para evitar incorreções no TR.



TATIANA CAMARÃO

Mestre em Direito Administrativo pela Universidade Federal de Minas Gerais – UFMG (1997). Diretora de Relações Institucionais do Instituto Mineiro de Direito Administrativo – IMDA. Professora da Pós-Graduação da Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais – PUC Minas. Palestrante e instrutora de cursos de capacitação. Autora de diversas obras como: Comentários à Lei de Licitações e Contratos Administrativos - Volume 1 e 2; Termo de referência: O impacto da especificação do objeto e do termo de referência na eficácia das licitações e contratos; Processo Administrativo. Comentários À Lei número 9.784/1999; Licitações e contratos - aspectos relevantes.

OFICINA: APLICAÇÃO DAS PENALIDADES DA LEI Nº 14.133/2021

04.09.24 | 14h às 17h30

1. Contextualização sobre a importância da aplicação correta das penalidades na gestão pública.
2. Visão geral da Lei nº 14.133/21 e sua relevância para os servidores municipais.
3. Explicação detalhada das penalidades previstas na Lei nº 14.133/21:
 - 3.1. Tipos de penalidades: advertência, multa, suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a administração pública.
 - 3.2 Critérios e condições para aplicação de cada penalidade.
 - 3.3 Estudos de casos para compreensão prática.
4. Procedimentos e Processos:
 - 4.1 Passo a passo para a aplicação das penalidades.
 - 4.2 Fluxograma dos procedimentos internos desde a identificação da infração até a aplicação da penalidade.
 - 4.3 Documentação necessária e formalidades a serem seguidas.
 - 4.4 Exemplos de relatórios e pareceres para embasar as decisões.
5. Garantias processuais e direitos dos servidores no contexto da aplicação das penalidades.
6. Limites e possibilidades de recurso por parte do servidor.
7. Boas práticas para evitar questionamentos legais e garantir a efetividade das penalidades aplicadas.



CHRISTIANNE STROPPIA

Doutora e Mestre em Direito pela PUCSP, Advogada especialista em contratações públicas, Assessora de Controle Externo no Tribunal de Contas do Município de São Paulo. Especialista em contratações públicas. Autora de diversos artigos na área da contratação pública, dentre os quais: "Considerações a respeito do controle dos Procedimentos de Manifestação de Interesse (PMI) pelos Tribunais de Contas"; "A aplicação da Lei nº 13.979/2020 pelas empresas estatais"; "A teoria da imprevisão na Lei nº 8.666/93 e sua aplicação perante a pandemia da Covid-19"; "A oportunidade de negócio como alternativa à desestatização das empresas estatais de saneamento básico"; e "Quem tem competência para julgar recursos no pregão eletrônico?"

OFICINA DE CREDENCIAMENTO: QUANDO USAR E COMO FAZER NO SEU MUNICÍPIO

05.09.24 | 08h30 as 12h.

1. O Credenciamento:

1.1 O que é?

1.2 Quando utilizar?

1.3 Quando adotar o Credenciamento ou as modalidades licitatórias?

1.4 Como o Credenciamento pode auxiliar as contratações em serviços públicos sensíveis nas áreas da Saúde, Educação, Trânsito e Obras?

2. Boas Práticas recomendadas pela Jurisprudência sobre o Credenciamento;

3. Estudo de Casos de Editais de Credenciamento já realizados:

3.1 Paralela e Não Excludente: foco em serviços demandados pelas Prefeituras;

3.2 Com Seleção a Critério de Terceiros: foco em serviços de Saúde oferecidos à população;

3.3 Em Mercados Fluidos: foco em medicamentos;

4. Oficina de Exercícios:

4.1 Quiz: principais perguntas e respostas sobre o Credenciamento?

4.2 Hora de estruturar as cláusulas de um Edital de Credenciamento.



FELIPE ANSALONI

Mestre em Administração pela Centro Universitário Unihorizontes; Especialista em Direito Público pela Faculdade Milton Campos; Especialista em Gestão Pública pelo SENAC-MG (2011); Graduado em Direito pela Universidade Federal de Minas Gerais; Graduado em Administração Pública pela Fundação João Pinheiro; Professor em cursos de Pós Graduação em disciplinas de Direito e Administração dos Centros Universitários UNA e UNI/BH; Advogado especializado em licitações e contratos administrativos; Consultor de Governança e Gestão; Consultor do Sistema SEBRAE; Instrutor e consultor do Ministério da Fazenda, nos Centros de Treinamentos Regionais da Escola Superior de Administração Fazendária de Minas Gerais ESAF-MG e ESAF-PA; Instrutor e consultor da Associação Mineira de Municípios AMM; Consultor credenciado da Confederação Nacional de Municípios CNM. Professor e Instrutor de cursos na área de Licitações e Contratos.

OFICINA PRÁTICA DE PREGÃO, 000038 CONCORRÊNCIA E DISPENSA ELETRÔNICA

05.09.24 | 14h as 17h30

1. Pregão Eletrônico /Concorrência e Dispensa Eletrônica
2. Fases de Julgamento
3. Habilitação e Recurso
4. Preço Inexequível
5. Inclusão, substituição de habilitação
6. Prorrogação de prazos
7. A legislação x A prática.



RODRIGO CARDOSO

Graduado em Ciências Contábeis, Pós Graduado em Direito e Economia pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UFRGS. Servidor público federal nomeado pela Advocacia Geral da União como Pregoeiro e Presidente da Comissão Permanente de Licitação da Superintendência do Estado do Rio Grande do Sul. Instrutor da Escola Superior de Administração Fazendária no Rio Grande do Sul - ESAF/RS, Ministério do Planejamento, Escola Nacional de Administração Pública - ENAP/DF, Escola da Advocacia Geral da União para Formação de Pregoeiro e Fiscalização e Gestão Contratual e Palestrante na área de licitações e contratos.

06.09.24 | 08h30 as 12h.

1. A NLLC e a obrigação de Governança;
2. Etapas do processo de Gestão de Riscos (oficina):
 - 2.1 Estabelecimento do contexto;
 - 2.2 Identificação do risco;
 - 2.3 Análise do risco;
 - 2.4 Avaliação do risco;
 - 2.5 Tratamento do risco;
 - 2.6 Monitoramento e comunicação.
3. Instrumentos de Gerenciamento de Riscos em Contratações:
 - 3.1 Plano de Tratamento de Riscos do Metaprocessos;
 - 3.2 Mapa de Riscos;
 - 3.3 Matriz de Riscos.



PAULO ALVES

Servidor de carreira do Superior Tribunal de Justiça, titular da unidade de Auditoria Operacional e de Governança do Conselho da Justiça Federal. Bacharel em Direito, Pós-Graduado em Direito Administrativo Contemporâneo, Mestrando em Ciências Jurídicas. Extensões em Auditoria Governamental, Gestão de Riscos e Auditoria Baseada em Riscos pelo ISC/TCU e Tutoria e Docência pelo CEJ/CJF. Instrutor de capacitações em Gestão Pública, Governança, Gestão de Riscos e Auditoria Governamental. Professor de Direito Administrativo em instituições privadas de ensino. Professor convidado da Academia Militar das Agulhas Negras - AMAN, do Conselho Nacional de Justiça - CNJ, da Escola Nacional de Administração Pública - ENAP, e da Escola da Advocacia Geral da União - EAGU. Membro e Coordenador do Comitê de Governança das Contratações da Rede Governança Brasil - RGB e membro-fundador da Associação Latino-americana de Governança - ALAGOV. Experiência de uma década realizando auditorias por todo o Brasil. Professor de pós-graduação na Faculdade Amadeus, na Faculdade CERS e na Faculdade Baiana de Direito.

SOBRE O IGAM...

300040

O IGAM nasceu, em 1992, de uma percepção sobre a necessidade de gerar conhecimento para que todos os que atuam na administração pública, em todos os Poderes, tanto no ambiente federal, estadual, distrital ou municipal, possam atuar e decidir com mais segurança técnica.

Para levar adiante sua missão, o IGAM, pela sua diretoria e seu time de profissionais técnicos com atuação nas áreas do Direito Público, da Contabilidade aplicada à Administração Pública e da ciência da Administração aplicada à Gestão Pública, produz e disponibiliza informação e conhecimento técnico por meio do Gestor Público, que é o seu Boletim de Orientação Técnica para a Administração Pública, abrangendo dezessete áreas, em cinco formatos (textos, podcasts, vídeos, infográficos e modelos), por meio de treinamentos e capacitações, nas modalidades presenciais, in company, EAD, online e híbrido) e por meio de serviços especificamente demandados, como, por exemplo, revisão de legislação, reforma administrativa, diagnóstico organizacional e plano de ações.

O IGAM tem um diferencial que agrega valor aos órgãos e agentes públicos parceiros, que é a pesquisa, o estudo, a reflexão e o tratamento da informação, para que ela seja apropriada como conhecimento, a partir de uma visão técnica interdisciplinar construída por profissionais dos seus núcleos jurídico, contábil e de gestão.

O que manteve a credibilidade do IGAM, nestes mais de 31 anos de caminhada, foi a fidelização ao seu propósito inicial, a qualidade de seu trabalho de pesquisa, de fundamentação e de apresentação "decifrada" de conteúdo, com consistente argumentação e segurança técnica, e a postura de vanguarda na interpretação de novas legislações.

Com sedes no Rio Grande do Sul, Santa Catarina e Paraná, o IGAM atende órgãos públicos e entidades governamentais de todo País.

O IGAM é reconhecido, há três décadas de atuação, pela eficiência de suas orientações, essa competência não é por acaso! São centenas de órgãos e entidades públicas atendidos em todo o Brasil.

 (46) 99970 8582 

 www.igam.com.br

 igam.parana@gmail.com

 @igamparana

CRONOGRAMA

04/09/2024 - 08:30 - 12:00
04/09/2024 - 14:00 - 17:30
05/09/2024 - 08:30 - 12:00
05/09/2024 - 14:00 - 17:30
06/09/2024 - 08:30 - 12:00



Carga Horária: 17 horas 30 minutos

INVESTIMENTO PARA O 4º SIMPÓSIO

Investimento para 2 participantes: R\$ 2.290,00 cada inscrição

** Cliente de Implantação da NLL no Município.

LOCAL:

FOZ DO IGUAÇU, PR

JL Hotel by Bourbon - Av. Costa e Silva, 154 - Centro, Foz do Iguaçu - PR,
85863-000

Observações

• O empenho deverá ser feito em nome de IAGP INSTITUTO APLICADO EM GESTÃO PÚBLICA LTDA (IGAM Paraná).
CNPJ: 32.651.451/0001-85.

Dados Bancários:

Banco 756 | Agência 4342 C/C nº. 29657-0

IAGP - Instituto Aplicado em Gestão Pública LTDA | PIX: CNPJ
32.651.451/0001-85

Atenciosamente,

Depto Comercial

IGAM Paraná - Assessoria a Órgãos Públicos

Rua Minas Gerais, 1391, Edifício Ellon, 5º andar

Francisco Beltrão PR

Francisco Beltrão, 5 de Agosto de 2024

 (46) 99970 8582 

 www.igam.com.br

 igam.parana@gmail.com

 @igamparana

CONTRATO SOCIAL

POR TRANSFORMAÇÃO DE EMPRESÁ INDIVIDUAL DE RESPONSABILIDADE LIMITADA PARA SOCIEDADE EMPRESÁRIA LIMITADA.

IAGP INSTITUTO APLICADO EM GESTÃO PÚBLICA LTDA

CNPJ MF N.º 32.651.451/0001-85

Folha 1/5

EDUARDO ANZILIERO, brasileiro, solteiro, maior e capaz, nascido em 03.11.1986, natural de Francisco Beltrão, PR., empresário, portador da Cédula de Identidade Civil n.º 9.392.204-2, expedida pela SSP/PR em 14.09.2015 e portador do CPF MF n.º 062.856.909-28, residente e domiciliado na Travessa dos Estudantes n.º 84, Bairro Presidente Kennedy em Francisco Beltrão, Paraná, CEP 85.605-080, TITULAR DA EMPRESA INDIVIDUAL DE RESPONSABILIDADE LIMITADA, que gira sob o nome empresarial de **IAGP INSTITUTO APLICADO EM GESTÃO PÚBLICA – EIRELI**, com sede na Travessa dos Estudantes n.º 84, Centro, CEP 85.605-080 em Francisco Beltrão, Estado do Paraná, inscrita no CNPJ MF sob n.º 32.651.451/0001-85, com Ato Constitutivo arquivado na MM Junta Comercial do Estado do Paraná sob o NIRE n.º 41600821173 em 04.02.2019, fazendo uso do que permite o parágrafo 3.º do artigo 968 da Lei n.º 10.406/2002, com a redação alterada pelo artigo 10 da Lei Complementar n.º 128/2008, RESOLVE, transformar a EMPRESA INDIVIDUAL DE RESPONSABILIDADE LTDA em SOCIEDADE EMPRESÁRIA LIMITADA, uma vez que admitiu a sócia **MICHELLA KARINA MASSONI MOREIRA**, brasileira, solteira, maior e capaz, nascida em 25.02.1987, natural de Capanema PR., empresária, portadora da Cédula de Identidade Civil n.º 9.621.201-1, expedida pela SSP/PR em 29.01.2018 e portadora do CPF MF n.º 055.263.609-62, residente e domiciliada na Rua São Paulo n.º 1234, Apto 105, Edifício Gaia, Centro, em Francisco Beltrão, Paraná, CEP 85.601-010, passando a constituir o tipo jurídico de SOCIEDADE EMPRESÁRIA LIMITADA, a qual será regida nos termos dos artigos 1.052 a 1.087 do Código Civil (Lei n.º 10.406/2002), tendo como regência supletiva as Normas Regimentais das Sociedade Anônimas (Lei 6.404/1976) e pelo presente CONTRATO SOCIAL, ao qual os sócios se obrigam mutuamente e RESOLVEM alterar e consolidar os dados constantes do Ato Constitutivo, conforme as cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA: A sociedade constituída sob a forma de sociedade empresária limitada, irá girar sob o nome empresarial de **IAGP INSTITUTO APLICADO EM GESTÃO PÚBLICA LTDA**,

CLÁUSULA SEGUNDA: Fica alterado o endereço da sede da empresa que era na Travessa dos Estudantes n.º 84, Centro, CEP 85.605-080 em Francisco Beltrão, Estado do Paraná, passará a ser na Rua Minas Gerais n.º 1391, Sala 502, 5.º Andar, Edifício Ellon, Bairro Nossa Senhora Aparecida, CEP 85.601-060 em Francisco Beltrão, Estado do Paraná.

CLÁUSULA TERCEIRA: A sociedade passará a ter por objeto social o ramo de atividade de Prestação de serviços de treinamento em desenvolvimento profissional e gerencial em gestão pública e privada. Prestação de serviços de assessoria nas áreas contábeis, jurídicas e de gestão, a órgãos públicos e privados.

CLÁUSULA QUARTA: O Capital Social no valor de R\$ 100.000,00 (cem mil reais), fica elevado para R\$ 120.000,00 (cento e vinte mil reais) dividido em 120.000 (cento e vinte mil) quotas no valor de R\$ 1,00 (um real) cada uma, o qual será integralizado pelos sócios na seguinte maneira:

a) – O sócio **EDUARDO ANZILIERO**, subscreve 100.000 (cem mil) quotas no valor de R\$ 1,00 (um real) cada uma, totalizando R\$ 100.000,00 (cem mil reais) e os integraliza com

CERTIFICO O REGISTRO EM 29/01/2020 16:24 SOB N.º 41209261297.
PROTOCOLO: 200577247 DE 29/01/2020. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO:
12000413429. NIRE: 41209261297.
IAGP INSTITUTO APLICADO EM GESTÃO PÚBLICA LTDA



LEANDRO MARCOS RAYSEL BISCAIA
SECRETÁRIO-GERAL
CURITIBA, 29/01/2020
www.empresafacil.pr.gov.br

CONTRATO SOCIAL
POR TRANSFORMAÇÃO DE EMPRESÁ INDIVIDUAL DE RESPONSABILIDADE
LIMITADA PARA SOCIEDADE EMPRESÁRIA LIMITADA.

IAGP INSTITUTO APLICADO EM GESTÃO PÚBLICA LTDA

CNPJ MF N.º 32.651.451/0001-85

Folha 2/5

a incorporação do Capital Social da Empresa Individual de Responsabilidade Limitada, ora transformada; e,

b) – A sócia MICHELLA KARINA MASSONI MOREIRA, subscreve 20.000 (vinte mil) quotas no valor de R\$ 1,00 (um real) cada uma, totalizando R\$ 20.000,00 (vinte mil reais) e os integraliza em moeda corrente do país neste ato.

CLÁUSULA QUINTA: Em virtude da alteração ocorrida o Capital Social no valor de R\$ 120.000,00 (cento e vinte mil reais), dividido em 120.000 (cento e vinte mil) quotas no valor de R\$ 1,00 (um real) cada uma, totalmente subscrito e integralizado na forma prevista, fica assim distribuído entre os sócios:

SÓCIOS	QUOTAS	VALORES
EDUARDO ANZILIERO	100.000	100.000,00
MICHELLA KARINA MASSONI MOREIRA	20.000	20.000,00
TOTAL	120.000	120.000,00

CLÁUSULA SEXTA: O sócio EDUARDO ANZILIERO, que possui na sociedade 100.000 (cem mil) quotas no valor de R\$ 1,00 (um real) cada uma totalizando R\$ 100.000,00 (cem mil reais), vende e transfere de forma onerosa para a sócia MICHELLA KARINA MASSONI MOREIRA, 40.000 (quarenta mil) quotas no valor de R\$ 1,00 (um real) cada uma, totalizando R\$ 40.000,00 (quarenta mil reais), pelo valor nominal e recebe a referida importância em moeda corrente do país neste ato.

CLÁUSULA SÉTIMA: Em virtude da alteração ocorrida o Capital Social no valor de R\$ 120.000,00 (cento e vinte mil reais), dividido em 120.000 (cento e vinte mil) quotas no valor de R\$ 1,00 (um real) cada uma, totalmente subscrito e integralizado na forma prevista, fica assim distribuído entre os sócios:

SÓCIOS	QUOTAS	VALORES
EDUARDO ANZILIERO	60.000	60.000,00
MICHELLA KARINA MASSONI MOREIRA	60.000	60.000,00
TOTAL	120.000	120.000,00

CLÁUSULA OITAVA: A administração da sociedade será exercida pelos sócios **EDUARDO ANZILIERO e MICHELLA KARINA MASSONI MOREIRA**, com poderes e atribuições de Administrar, autorizado o uso do nome empresarial individualmente, vedado, no entanto, em atividades estranhas ao interesse social ou assumir obrigações seja em favor de qualquer dos quotistas ou de terceiros, bem como onerar bens imóveis da sociedade, sem autorização do outro sócio

CLÁUSULA NONA: Os Administradores declaram, sob as penas da lei, de que não estão impedidos de exercer a administração da sociedade, por lei especial, ou em virtude de condenação criminal, ou por se encontrar sob efeitos dela, a pena que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos; ou por crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato, ou contra a economia popular, contra o sistema financeiro nacional, contra normas de defesa da concorrência, contra as relações de consumo, fé pública ou a propriedade.

CERTIFICO O REGISTRO EM 29/01/2020 16:24 SOB Nº 41209261297.
 PROTOCOLO: 200577247 DE 29/01/2020. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO:
 12000413429. NIRE: 41209261297.
 IAGP INSTITUTO APLICADO EM GESTÃO PÚBLICA LTDA



LEANDRO MARCOS RAYSEL BISCAIA
 SECRETÁRIO-GERAL
 CURITIBA, 29/01/2020
www.empresafacil.pr.gov.br

**CONTRATO SOCIAL
POR TRANSFORMAÇÃO DE EMPRESÁ INDIVIDUAL DE RESPONSABILIDADE
LIMITADA PARA SOCIEDADE EMPRESÁRIA LIMITADA.**

IAGP INSTITUTO APLICADO EM GESTÃO PÚBLICA LTDA

CNPJ MF N.º 32.651.451/0001-85

Folha 3/5

CLÁUSULA DÉCIMA: A responsabilidade de cada sócio é restrita ao valor de suas quotas, mas todos respondem solidariamente pela integralização do Capital Social.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA: As quotas de capital são indivisíveis em relação à sociedade e não poderão ser cedidas, transferidas, oneradas, caucionadas ou empenhadas a terceiros sem o consentimento dos demais sócios, a quem fica assegurado, em igualdade de condições e preço o direito para a sua aquisição se postas à venda, com prazo de trinta (30) dias para ser exercido o direito de preferência.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA: Permanecem inalteradas as demais cláusulas e condições contidas no Ato Constitutivo que não colidiram direta ou indiretamente com as disposições decorrentes do presente instrumento.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA: Tendo em vistas as alterações ora ajustadas e em consonância com o que determina o artigo 2031 da Lei 10406/2002, os sócios, RESOLVEM por este instrumento atualizar e consolidar o Contrato Social, tornado assim sem efeito, a partir desta data, as cláusulas e condições contidas no Ato Constitutivo que, adequado às disposições da referida Lei n.º 10.406/2002 aplicáveis a este tipo societário passa a ter a seguinte redação:

IAGP INSTITUTO APLICADO EM GESTÃO PÚBLICA LTDA

CNPJ MF N.º 32.651.451/0001-85

CONSOLIDAÇÃO DO CONTRATO SOCIAL

EDUARDO ANZILIERO, brasileiro, solteiro, maior e capaz, nascido em 03.11.1986, natural de Francisco Beltrão, PR., empresário, portador da Cédula de Identidade Civil n.º 9.392.204-2, expedida pela SSP/PR em 14.09.2015 e portador do CPF MF n.º 062.856.909-28, residente e domiciliado na Travessa dos Estudantes n.º 84, Bairro Presidente Kennedy em Francisco Beltrão, Paraná, CEP 85.605-080; e,

MICHELLA KARINA MASSONI MOREIRA, brasileira, solteira, maior e capaz, nascida em 25.02.1987, natural de Capanema PR., empresária, portadora da Cédula de Identidade Civil n.º 9.621.201-1, expedida pela SSP/PR em 29.01.2018 e portadora do CPF MF n.º 055.263.609-62, residente e domiciliada na Rua São Paulo n.º 1234, Apto 105, Edifício Gaia, Centro, em Francisco Beltrão, Paraná, CEP 85.601-010;

Sócios componentes da sociedade empresária limitada que gira sob o nome empresarial de **IAGP INSTITUTO APLICADO EM GESTÃO PÚBLICA LTDA**, com sede na Rua Minas Gerais n.º 1391, Sala 502, 5.º Andar, Edifício Ellison, Bairro Nossa Senhora Aparecida, CEP 85.601-060 em Francisco Beltrão, Estado do Paraná, inscrita no CNPJ MF sob n.º 32.651.451/0001-85, com Ato Constitutivo arquivado na MM Junta Comercial do Estado do Paraná sob o NIRE n.º 41600821173 em 04.02.2019, a qual é regida sob a forma de sociedade empresária limitada nos termos dos artigos 1.052 a 1.087 do Código Civil (Lei n.º 10.406/2002), tendo como regência supletiva as Normas Regimentais das Sociedades Anônimas (Lei n.º 6.404/76), **RESOLVEM**, por este instrumento atualizar e consolidar o Contrato Social, conforme as cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA: A sociedade constituída sob a forma de sociedade empresária limitada, gira sob o nome empresarial de **IAGP INSTITUTO APLICADO EM GESTÃO PÚBLICA LTDA**, com sede na Rua Minas Gerais n.º 1391, Sala 502, 5.º Andar, Edifício

CERTIFICO O REGISTRO EM 29/01/2020 16:24 SOB Nº 41209261297.
PROTOCOLO: 200577247 DE 29/01/2020. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO:
12000413429. NIRE: 41209261297.
IAGP INSTITUTO APLICADO EM GESTÃO PÚBLICA LTDA



LEANDRO MARCOS RAYSEL BISCAIA
SECRETÁRIO-GERAL
CURITIBA, 29/01/2020
www.empresafacil.pr.gov.br

CONTRATO SOCIAL
POR TRANSFORMAÇÃO DE EMPRESÁ INDIVIDUAL DE RESPONSABILIDADE
LIMITADA PARA SOCIEDADE EMPRESÁRIA LIMITADA.
IAGP INSTITUTO APLICADO EM GESTÃO PÚBLICA LTDA
CNPJ MF N.º 32.651.451/0001-85

Folha 4/5

Ellon, Bairro Nossa Senhora Aparecida, CEP 85.601-060 em Francisco Beltrão, Estado do Paraná.

CLÁUSULA SEGUNDA: A sociedade tem por objeto social o ramo de atividade de Prestação de serviços de treinamento em desenvolvimento profissional e gerencial em gestão pública e privada. Prestação de serviços de assessoria nas áreas contábeis, jurídicas e de gestão, a órgãos públicos e privados.

CLÁUSULA TERCEIRA: A sociedade iniciou as atividades em 08 de fevereiro de 2019, considerando a EIRELI e seu prazo de duração é indeterminado.

CLÁUSULA QUARTA: O Capital Social no valor de R\$ 120.000,00 (cento e vinte mil reais), dividido em 120.000 (cento e vinte mil) quotas no valor de R\$ 1,00 (um real) cada uma, totalmente subscrito e integralizado na forma prevista, é assim distribuído entre os sócios:

SÓCIOS	QUOTAS	VALORES
EDUARDO ANZILIERO	60.000	60.000,00
MICHELLA KARINA MASSONI MOREIRA	60.000	60.000,00
TOTAL	120.000	120.000,00

CLÁUSULA QUINTA: A responsabilidade de cada sócio é restrita ao valor de suas quotas, mas todos respondem solidariamente pela integralização do Capital Social.

CLÁUSULA SEXTA: As quotas de capital são indivisíveis em relação à sociedade e não poderão ser cedidas, transferidas, oneradas, caucionadas ou empenhadas a terceiros sem o consentimento dos demais sócios, a quem fica assegurado, em igualdade de condições e preço o direito para a sua aquisição se postas à venda, com prazo de trinta (30) dias para ser exercido o direito de preferência.

CLÁUSULA SÉTIMA: A administração da sociedade é exercida pelos sócios **EDUARDO ANZILIERO e MICHELLA KARINA MASSONI MOREIRA**, com poderes e atribuições de Administrar, autorizado o uso do nome empresarial individualmente, vedado, no entanto, em atividades estranhas ao interesse social ou assumir obrigações seja em favor de qualquer dos quotistas ou de terceiros, bem como onerar bens imóveis da sociedade, sem autorização do outro sócio.

CLÁUSULA OITAVA: Ao término de cada exercício social, em 31 de dezembro, os administradores prestarão contas justificadas de sua administração, procedendo à elaboração do inventário, do balanço patrimonial e do balanço de resultado econômico, cabendo aos sócios, na proporção das quotas, os lucros ou perdas apurados.

CLÁUSULA NONA: Nos quatro primeiros meses ao término do exercício social, os sócios deliberarão sobre as contas e designarão administradores quando for o caso.

CLÁUSULA DÉCIMA: A sociedade poderá a qualquer tempo, abrir ou fechar filial ou outra dependência, mediante alteração contratual assinada por todos os sócios.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA: Os sócios poderão de comum acordo, fixar uma retirada mensal, a título de pró-labore observadas às disposições regulamentares pertinentes.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA: Falecendo ou interditado qualquer sócio, a sociedade continuará suas atividades com os herdeiros, sucessores e o incapaz. Não sendo possí-

CERTIFICO O REGISTRO EM 29/01/2020 16:24 SOB Nº 41209261297.
 PROTOCOLO: 200577247 DE 29/01/2020. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO:
 12000413429. NIRE: 41209261297.
 IAGP INSTITUTO APLICADO EM GESTÃO PÚBLICA LTDA



LEANDRO MARCOS RAYSEL BISCAIA
 SECRETÁRIO-GERAL
 CURITIBA, 29/01/2020
www.empresafacil.pr.gov.br

CONTRATO SOCIAL
POR TRANSFORMAÇÃO DE EMPRESÁ INDIVIDUAL DE RESPONSABILIDADE
LIMITADA PARA SOCIEDADE EMPRESÁRIA LIMITADA.
IAGP INSTITUTO APLICADO EM GESTÃO PÚBLICA LTDA
CNPJ MF N.º 32.651.451/0001-85

Folha 5/5

vel ou inexistindo interesse deste(s) ou do(s) sócio(s) remanescente(s), o valor de seus haveres será apurado e liquidado com base na situação patrimonial da sociedade, à data da resolução verificada em balanço especialmente levantado.

Parágrafo Único: O mesmo procedimento será adotado em outros casos em que a sociedade se resolva em relação a seus sócios.

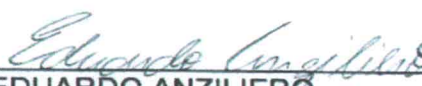
CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA: Os Administradores declaram, sob as penas da lei, de que não estão impedidos de exercer a administração da sociedade, por lei especial, ou em virtude de condenação criminal, ou por se encontrar sob efeitos dela, a pena que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos; ou por crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato, ou contra a economia popular, contra o sistema financeiro nacional, contra normas de defesa da concorrência, contra as relações de consumo, fé pública ou a propriedade.

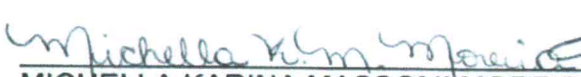
CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA: A sociedade poderá distribuir lucros aos sócios, lucros acumulados ou lucros apurados em balanços intermediários, que serão partilhados na proporção da participação de cada sócio no Capital Social.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA: Os sócios declaram, sob as penas da Lei que a presente empresa se enquadra na condição de MICROEMPRESA, nos termos da Lei Complementar n.º 123, de 14.12.2006.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA: Fica eleito o foro da comarca de Francisco Beltrão PR., para o exercício e o cumprimento dos direitos e obrigações resultantes deste contrato. E, por estarem em tudo justos e contratados, firmam o presente instrumento em uma via, para que valha na melhor forma de direito.

Francisco Beltrão, 22 de janeiro de 2020


EDUARDO ANZILIERO


MICHELLA KARINA MASSOMI MOREIRA

CERTIFICO O REGISTRO EM 29/01/2020 16:24 SOB N° 41209261297.
PROTOCOLO: 200577247 DE 29/01/2020. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO:
12000413429. NIRE: 41209261297.
IAGP INSTITUTO APLICADO EM GESTÃO PÚBLICA LTDA



LEANDRO MARCOS RAYSEL BISCAIA
SECRETÁRIO-GERAL
CURITIBA, 29/01/2020
www.empresafacil.pr.gov.br

 **2º TABELIONATO DE NOTAS** Jader Luiz Ribeiro - Tabelião
Rua Tenente Camargo, 1999 - Centro - Francisco Beltrão - PR - CEP: 85.601-510 - Telefax: (46) 3055-6280

Reconheço por Verdadeira a(s) firma(s) de:
☒ EDUARDO ANZILIERO
☒ MICHELLE KARINE MASSINI MOREIRA

Cm test. da Verdade de Jader Luiz Ribeiro - PR 27 de
 Janeiro de 2020

ESCREVENTE: KARINE SARTORI APARAN WALTER
 R\$22,28 + R\$0,80
 4hQT9 . sUHX2 . j5qTy - zrAra . eycNA < Confira em:
<http://funarpen.com.br>

QUAQUEREMENDA OU RASURA SERA CONSIDERADO COMO INDICIO DE ADULTERACAO

CERTIFICO O REGISTRO EM 29/01/2020 16:24 SOB N° 41209261297.
 PROTOCOLO: 200577247 DE 29/01/2020. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO:
 12000413429. NIRE: 41209261297.
 IAGP INSTITUTO APLICADO EM GESTÃO PÚBLICA LTDA



LEANDRO MARCOS RAYSEL BISCAIA
 SECRETÁRIO-GERAL
 CURITIBA, 29/01/2020
www.empresafacil.pr.gov.br



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

CADASTRO NACIONAL DA PESSOA JURÍDICA

NÚMERO DE INSCRIÇÃO 32.651.451/0001-85 MATRIZ	COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO E DE SITUAÇÃO CADASTRAL	DATA DE ABERTURA 04/02/2019
NOME EMPRESARIAL IAGP INSTITUTO APLICADO EM GESTAO PUBLICA LTDA		
TÍTULO DO ESTABELECIMENTO (NOME DE FANTASIA) IGAM PARANA		PORTE ME
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE ECONÔMICA PRINCIPAL 85.99-6-04 - Treinamento em desenvolvimento profissional e gerencial		
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÔMICAS SECUNDÁRIAS 70.20-4-00 - Atividades de consultoria em gestão empresarial, exceto consultoria técnica específica		
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA NATUREZA JURÍDICA 206-2 - Sociedade Empresária Limitada		
LOGRADOURO R MINAS GERAIS	NÚMERO 1391	COMPLEMENTO SALA 502 ANDAR 5. EDIF ELLON
CEP 85.601-060	BAIRRO/DISTRITO NOSSA SENHORA APARECIDA	MUNICÍPIO FRANCISCO BELTRAO
UF PR		
ENDEREÇO ELETRÔNICO IGAMPARANA@IGAM.COM.BR		
TELEFONE (46) 9970-8582/ (46) 2601-1978		
ENTE FEDERATIVO RESPONSÁVEL (EFR) *****		
SITUAÇÃO CADASTRAL ATIVA	DATA DA SITUAÇÃO CADASTRAL 04/02/2019	
MOTIVO DE SITUAÇÃO CADASTRAL		
SITUAÇÃO ESPECIAL *****	DATA DA SITUAÇÃO ESPECIAL *****	

Aprovado pela Instrução Normativa RFB nº 2.119, de 06 de dezembro de 2022.

Emitido no dia 02/07/2024 às 15:20:04 (data e hora de Brasília).

Página: 1/1



MINISTÉRIO DA FAZENDA
Secretaria da Receita Federal do Brasil
Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional

**CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS RELATIVOS AOS TRIBUTOS FEDERAIS E À DÍVIDA
ATIVA DA UNIÃO**

Nome: IAGP INSTITUTO APLICADO EM GESTAO PUBLICA LTDA
CNPJ: 32.651.451/0001-85

Ressalvado o direito de a Fazenda Nacional cobrar e inscrever quaisquer dívidas de responsabilidade do sujeito passivo acima identificado que vierem a ser apuradas, é certificado que não constam pendências em seu nome, relativas a créditos tributários administrados pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e a inscrições em Dívida Ativa da União (DAU) junto à Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN).

Esta certidão é válida para o estabelecimento matriz e suas filiais e, no caso de ente federativo, para todos os órgãos e fundos públicos da administração direta a ele vinculados. Refere-se à situação do sujeito passivo no âmbito da RFB e da PGFN e abrange inclusive as contribuições sociais previstas nas alíneas 'a' a 'd' do parágrafo único do art. 11 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991.

A aceitação desta certidão está condicionada à verificação de sua autenticidade na Internet, nos endereços <<http://rfb.gov.br>> ou <<http://www.pgfn.gov.br>>.

Certidão emitida gratuitamente com base na Portaria Conjunta RFB/PGFN nº 1.751, de 2/10/2014.

Emitida às 14:28:48 do dia 10/06/2024 <hora e data de Brasília>.

Válida até 07/12/2024.

Código de controle da certidão: **EDBF.AB2B.3D10.9D8B**

Qualquer rasura ou emenda invalidará este documento.



Estado do Paraná
Secretaria de Estado da Fazenda
Receita Estadual do Paraná

300050

Certidão Negativa
de Débitos Tributários e de Dívida Ativa Estadual
Nº 033919977-79

Certidão fornecida para o CNPJ/MF: **32.651.451/0001-85**

Nome: **CNPJ NÃO CONSTA NO CADASTRO DE CONTRIBUINTES DO ICMS/PR**

Ressalvado o direito da Fazenda Pública Estadual inscrever e cobrar débitos ainda não registrados ou que venham a ser apurados, certificamos que, verificando os registros da Secretaria de Estado da Fazenda, constatamos não existir pendências em nome do contribuinte acima identificado, nesta data.

Obs.: Esta Certidão engloba todos os estabelecimentos da empresa e refere-se a débitos de natureza tributária e não tributária, bem como ao descumprimento de obrigações tributárias acessórias.

Válida até 29/10/2024 - Fornecimento Gratuito

A autenticidade desta certidão deverá ser confirmada via Internet
www.fazenda.pr.gov.br



MUNICÍPIO DE FRANCISCO BELTRÃO
ESTADO DO PARANÁ
SECRETARIA MUNICIPAL DA FAZENDA

CERTIDÃO NEGATIVA
Nº22896/2024

RAZÃO SOCIAL: IAGP INSTITUTO APLICADO EM GESTAO PUBLICA LTDA

CNPJ: 32.651.451/0001-85

INSCRIÇÃO MUNICIPAL: 309103

INSCRIÇÃO ESTADUAL:

ALVARÁ: 20190114

ENDEREÇO: RUA Minas Gerais, 1391 - NOSSA SENHORA APARECIDA - SL 502 Q217 L04 Francisco Beltrão - PR
CEP: 85601060

ATIVIDADE: Treinamento em desenvolvimento profissional e gerencial, Atividades de consultoria em gestão empresarial, exceto consultoria técnica específica

Certificamos que não existem pendências em nome do contribuinte supramencionado relativas aos tributos administrados pela Secretaria Municipal da Fazenda. Fica ressalvado o direito de a Fazenda Pública do Município de Francisco Beltrão cobrar quaisquer dívidas provenientes de tributos que venham a ser apurados ou que se verifiquem a qualquer tempo, inclusive em relação ao período abrangido por esta certidão.

DATA	DE	EMIÇÃO:	01/07/2024
DATA	DE	VALIDADE:	28/12/2024
FINALIDADE:	CADASTRO	E/OU	CONCORRÊNCIA
		E/OU	LICITAÇÃO
CÓDIGO DE AUTENTICAÇÃO: 9ZTMHBUFFH4JMXMHQ9RU			

A autenticidade desta certidão deverá ser confirmada na Internet, no endereço www.franciscobeltrao.pr.gov.br

Certidão emitida gratuitamente pela internet em: 01/07/2024 - 11:28:31
Qualquer rasura invalidará este documento.



MUNICÍPIO DE FRANCISCO BELTRÃO
ESTADO DO PARANÁ
SECRETARIA MUNICIPAL DA FAZENDA

CERTIDÃO NEGATIVA
Nº22898/2024

RAZÃO SOCIAL: IAGP INSTITUTO APLICADO EM GESTAO PUBLICA LTDA

CNPJ: 32.651.451/0001-85

INSCRIÇÃO MUNICIPAL: 309103

INSCRIÇÃO ESTADUAL:

ALVARÁ: 20190114

ENDEREÇO: RUA Minas Gerais, 1391 - NOSSA SENHORA APARECIDA - SL 502 Q217 L04 Francisco Beltrão - PR
CEP: 85601060

ATIVIDADE: Treinamento em desenvolvimento profissional e gerencial, Atividades de consultoria em gestão empresarial, exceto consultoria técnica específica

Certificamos que não existem pendências em nome do contribuinte supramencionado relativas aos tributos administrados pela Secretaria Municipal da Fazenda. Fica ressalvado o direito de a Fazenda Pública do Município de Francisco Beltrão cobrar quaisquer dívidas provenientes de tributos que venham a ser apurados ou que se verifiquem a qualquer tempo, inclusive em relação ao período abrangido por esta certidão.

DATA	DE	EMIÇÃO:	01/07/2024
DATA	DE	VALIDADE:	28/12/2024
FINALIDADE:			VERIFICAÇÃO
CÓDIGO DE AUTENTICAÇÃO: 9ZTMHBUFFH4JMXMHQQRU			

A autenticidade desta certidão deverá ser confirmada na Internet, no endereço www.franciscobeltrao.pr.gov.br

Certidão	emitida	gratuitamente	pela	internet	em:	01/07/2024	-	11:29:31
----------	---------	---------------	------	----------	-----	------------	---	----------

Qualquer rasura invalidará este documento.

[Voltar](#)[Imprimir](#)

Certificado de Regularidade do FGTS - CRF

Inscrição: 32.651.451/0001-85
Razão Social: IAGP INSTITUTO APLICADO EM GESTÃO PÚBLICA LTDA
Endereço: R MINAS GERAIS 1391 SL 502 ANDAR 5 EDIF / ALVORADA / FRANCISCO BELTRAO / PR / 85601-060

A Caixa Econômica Federal, no uso da atribuição que lhe confere o Art. 7, da Lei 8.036, de 11 de maio de 1990, certifica que, nesta data, a empresa acima identificada encontra-se em situação regular perante o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS.

O presente Certificado não servirá de prova contra cobrança de quaisquer débitos referentes a contribuições e/ou encargos devidos, decorrentes das obrigações com o FGTS.

Validade: 13/08/2024 a 11/09/2024

Certificação Número: 2024081307595314586623

Informação obtida em 27/08/2024 11:29:59

A utilização deste Certificado para os fins previstos em Lei esta condicionada a verificação de autenticidade no site da Caixa:
www.caixa.gov.br

[Voltar](#)[Imprimir](#)

Certificado de Regularidade do FGTS - CRF

Inscrição: 32.651.451/0001-85
Razão Social: IAGP INSTITUTO APLICADO EM GESTÃO PÚBLICA LTDA
Endereço: R MINAS GERAIS 1391 SL 502 ANDAR 5 EDIF / ALVORADA / FRANCISCO BELTRAO / PR / 85601-060

A Caixa Econômica Federal, no uso da atribuição que lhe confere o Art. 7, da Lei 8.036, de 11 de maio de 1990, certifica que, nesta data, a empresa acima identificada encontra-se em situação regular perante o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS.

O presente Certificado não servirá de prova contra cobrança de quaisquer débitos referentes a contribuições e/ou encargos devidos, decorrentes das obrigações com o FGTS.

Validade: 25/07/2024 a 23/08/2024

Certificação Número: 2024072509375314586641

Informação obtida em 26/07/2024 10:28:22

A utilização deste Certificado para os fins previstos em Lei esta condicionada a verificação de autenticidade no site da Caixa:
www.caixa.gov.br



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO

CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS TRABALHISTAS

Nome: IAGP INSTITUTO APLICADO EM GESTAO PUBLICA LTDA (MATRIZ E FILIAIS)

CNPJ: 32.651.451/0001-85

Certidão nº: 46094505/2024

Expedição: 01/07/2024, às 11:36:07

Validade: 28/12/2024 - 180 (cento e oitenta) dias, contados da data de sua expedição.

Certifica-se que **IAGP INSTITUTO APLICADO EM GESTAO PUBLICA LTDA (MATRIZ E FILIAIS)**, inscrito(a) no CNPJ sob o nº **32.651.451/0001-85**, **NÃO CONSTA** como inadimplente no Banco Nacional de Devedores Trabalhistas.

Certidão emitida com base nos arts. 642-A e 883-A da Consolidação das Leis do Trabalho, acrescentados pelas Leis ns.º 12.440/2011 e 13.467/2017, e no Ato 01/2022 da CGJT, de 21 de janeiro de 2022. Os dados constantes desta Certidão são de responsabilidade dos Tribunais do Trabalho.

No caso de pessoa jurídica, a Certidão atesta a empresa em relação a todos os seus estabelecimentos, agências ou filiais.

A aceitação desta certidão condiciona-se à verificação de sua autenticidade no portal do Tribunal Superior do Trabalho na Internet (<http://www.tst.jus.br>).

Certidão emitida gratuitamente.

INFORMAÇÃO IMPORTANTE

Do Banco Nacional de Devedores Trabalhistas constam os dados necessários à identificação das pessoas naturais e jurídicas inadimplentes perante a Justiça do Trabalho quanto às obrigações estabelecidas em sentença condenatória transitada em julgado ou em acordos judiciais trabalhistas, inclusive no concernente aos recolhimentos previdenciários, a honorários, a custas, a emolumentos ou a recolhimentos determinados em lei; ou decorrentes de execução de acordos firmados perante o Ministério Público do Trabalho, Comissão de Conciliação Prévia ou demais títulos que, por disposição legal, contiver força executiva.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARANÁ
Secretaria do Ofício Distribuidor e Anexos de FRANCISCO BELTRÃO

CERTIDÃO DE DISTRIBUIÇÃO – FINS GERAIS – CÍVEIS – FALÊNCIA – NEGATIVA

Certifico que revendo os livros, sistemas e arquivos de distribuição CÍVEIS, especificamente: FALÊNCIA, CONCORDATA, RECUPERAÇÃO JUDICIAL, RECUPERAÇÃO EXTRAJUDICIAL desta Secretaria, verifiquei NÃO CONSTAR nenhum registro em andamento contra:

IAGP INSTITUTO APLICADO EM GESTAO PUBLICA LTDA

CNPJ: 32.651.451/0001-85

Local da Sede: Francisco Beltrão - PR

Orientações:

Esta certidão NÃO APONTA ordinariamente os processos em que a pessoa cujo nome pesquisado figura como Autor(a). São apontados os feitos em tramitação cadastrados no Sistema Informatizado referente à comarca de FRANCISCO BELTRÃO

Não existe qualquer conexão com qualquer outra base de dados de instituição pública ou com a Receita Federal que verifique a identidade do NOME/RAZÃO SOCIAL com o CPF/CNPJ. A conferência dos dados pessoais fornecidos pelo pesquisado é de responsabilidade exclusiva do destinatário da certidão.

A certidão em nome de pessoa jurídica considera os processos referentes à matriz e às filiais.

Considera-se NEGATIVA a certidão que aponta somente homônimos não qualificados, nos termos do art. 8º, §2º da Resolução CNJ 121/2010.

A presente certidão menciona somente o registro de distribuição, para dados complementares do procedimento, deve-se dirigir até a Secretaria para onde foi distribuído e solicitar uma CERTIDÃO DE OBJETO E PÉ.

A Busca de MICROEMPREENDEDOR INDIVIDUAL e EMPRESÁRIO INDIVIDUAL abrange também a pessoa física.

FRANCISCO BELTRÃO, 21 de maio de 2024



Daniela Cristina Ravaneli Knechtel
Distribuidor

**TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO PARANÁ****Certidão Negativa de Pendências****CNPJ: 32.651.451/0001-85****Requerente: IAGP INSTITUTO APLICADO EM GESTAO PUBLICA LTDA**

O Tribunal de Contas do Estado do Paraná CERTIFICA, em consulta ao banco de dados da Coordenadoria de Monitoramento e Execuções - CMEX, que, nesta data, não consta registro de pendências, referentes a contas julgadas irregulares nos últimos 8 (oito) anos e sanções ou determinações, de responsabilidade do requerente.

Esta certidão não se aplica aos seguintes casos:

- a) aos registros para obtenção de certidão liberatória pelas entidades e suas vinculadas, conforme Instrução Normativa nº 68/2012;
- b) aos registros constantes da apreciação pelo Tribunal, mediante emissão de parecer prévio, das contas anuais prestadas pelos chefes dos poderes executivo estadual e municipais, conforme inciso I, do art. 1º, da Lei Complementar nº 113/2005.

Certidão emitida em 26/07/2024 10:27:24, com validade de 30 (trinta) dias, a contar da emissão.

A autenticidade desta certidão poderá ser confirmada no site www.tce.pr.gov.br mediante digitação do código de controle.

Código de controle desta certidão: 355340019

Certidão emitida nos termos da Instrução de Serviço nº 92, de 15/12/2014.



TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO

CERTIDÃO NEGATIVA

DE

LICITANTES INIDÔNEOS

Nome completo: **IAGP INSTITUTO APLICADO EM GESTAO PUBLICA LTDA**

CPF/CNPJ: **32.651.451/0001-85**

O Tribunal de Contas da União CERTIFICA que, na presente data, o (a) requerente acima identificado(a) NÃO CONSTA da relação de responsáveis inidôneos para participar de licitação na administração pública federal, por decisão deste Tribunal, nos termos do art. 46 da Lei nº 8.443/92 (Lei Orgânica do TCU).

Não constam da relação consultada para emissão desta certidão os responsáveis ainda não notificados do teor dos acórdãos condenatórios, aqueles cujas condenações tenham tido seu prazo de vigência expirado, bem como aqueles cujas apreciações estejam suspensas em razão de interposição de recurso com efeito suspensivo ou de decisão judicial.

Certidão emitida às 10:26:21 do dia 26/07/2024, com validade de trinta dias a contar da emissão.

A veracidade das informações aqui prestadas podem ser confirmadas no sítio <https://contas.tcu.gov.br/ords/f?p=INABILITADO:5>

Código de controle da certidão: I351260724102621

Atenção: qualquer rasura ou emenda invalidará este documento.



CONTROLADORIA-GERAL DA UNIÃO

Certidão negativa correcional (ePAD, CGU-PJ, CEIS, CNEP e CEPIM)

Consultado: IAGP INSTITUTO APLICADO EM GESTAO PUBLICA LTDA

CPF/CNPJ: 32.651.451/0001-85

Certifica-se que, em consulta aos sistemas ePAD e CGU-PJ e aos cadastros CEIS, CNEP e CEPIM mantidos pela Corregedoria-Geral da União, **NÃO CONSTAM** registros de penalidades vigentes relativas ao CNPJ/CPF consultado.

Destaca-se que, nos termos da legislação vigente, os referidos cadastros consolidam informações prestadas pelos entes públicos, de todos os Poderes e esferas de governo.

Os Sistemas ePAD e CGU-PJ consolidam os dados sobre o andamento dos processos administrativos de responsabilização de entes privados no Poder Executivo Federal.

O Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS) apresenta a relação de empresas e pessoas físicas que sofreram sanções que implicaram a restrição de participar de licitações ou de celebrar contratos com a Administração Pública.

O Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP) apresenta a relação de empresas que sofreram qualquer das punições previstas na Lei nº 12.846/2013 (Lei Anticorrupção).

O Cadastro de Entidades Privadas sem Fins Lucrativos Impedidas (CEPIM) apresenta a relação de entidades privadas sem fins lucrativos que estão impedidas de celebrar novos convênios, contratos de repasse ou termos de parceria com a Administração Pública Federal, em função de irregularidades não resolvidas em convênios, contratos de repasse ou termos de parceria firmados anteriormente.

Certidão emitida às 10:25:26 do dia 26/07/2024 , com validade até o dia 25/08/2024.

Link para consulta da verificação da certidão <https://certidoes.cgu.gov.br/>

Código de controle da certidão: KtlTASdTrh69g14IrYZz

Qualquer rasura ou emenda invalidará este documento.

SECRETARIA DE ESTADO DA SEGURANÇA PÚBLICA
E ADMINISTRAÇÃO PENITENCIÁRIA
INSTITUTO DE IDENTIFICAÇÃO DO PARANÁ

RG: 9.392.204-2

REGISTRO GERAL: 9.392.204-2

DATA DE EXPEDIÇÃO: 14/09/2015

NOME: EDUARDO ANZILIERO

300060

FILIAÇÃO: ADELAR LAURIDES ANZILIERO
DEONIDA TEREZINHA ANZILIERO

NATURALIDADE: FRANC. BELTRÃO/PR

DATA DE NASCIMENTO: 03/11/1986

DOC. ORIGEM: COMARCA=FCO BELTRÃO/PR, DA SEDE
C.NASC=20069, LIVRO=41A, FOLHA=169

CPF: 062.856.909-28

CURITIBA/PR

ASSINATURA DO TITULAR
CAPTEIRA DE IDENTIDADE

ASSINATURA DO DIRETOR
LEI Nº 7.116 DE 29/08/83

É PROIBIDO PLASTIFICAR

POLEGAR DIREITO

Eduardo Anzilio

ASSINATURA DO TITULAR
CAPTEIRA DE IDENTIDADE

2º TABELIONATO DE NOTAS

Jader Luiz Ribeiro - Tabelião

Rua Tenente Camargo, 1999 - Centro - Francisco Beltrão - PR - CEP: 85.601-610 - Telef: (41) 3095-6209

AUTENTICAÇÃO

A presente fotocopia confere com o documento a mim
apresentado

C. referido é verdadeiro e Dou Fe.
Francisco Beltrão - PR 27/01/2020

KARINE SARTORI PAVAN WALTER - ESCRIVENTE
R\$5,11

QUALQUER EMENDA OU RASURA SERÁ CONSIDERADO COMO INDÍCIO DE ADULTERAÇÃO

Lei 13.226 de 18/07/2001

SELO
FUNARPEN

Tabelionato de Notas
Exclusivo para
Autenticação de Cópia

FRU61376

EM BRANCO



PARANÁ

A Prefeitura Municipal de São Jorge D'Oeste, Paraná

DECLARAÇÃO UNIFICADA

**O IAGP - INSTITUTO APLICADO EM GESTÃO PÚBLICA LTDA – (IGAM PR)
CNPJ 32.651.451/0001-85**

**Rua Minas Gerais nº1391, Ed. Ellon, 5º Andar/Sala 502 Bairro N.Sra
Aparecida Francisco Beltrão-PR**

Representante Legal: Eduardo Anziliero - CPF 062.856.909-28.

DECLARA expressamente que:

I - Até a presente data inexistem fatos supervenientes impeditivos para habilitação no presente processo licitatório, estando ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores.

II - Não foi declarada inidônea por nenhum órgão público de qualquer esfera de governo, estando apta a contratar com o poder público.

III - Para cumprimento do disposto no inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal, não empregamos menores de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e nem menores de dezesseis anos, em qualquer trabalho, salvo na condição de aprendiz, a partir dos quatorze anos de idade, em cumprimento ao que determina o inciso VI do art. 68 da Lei nº 14.133/21.

IV - Comprometo-me a manter durante a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

Rua Minas Gerais nº1391, Ed. Ellon, 5º Andar/Sala 502 Bairro N.Sra Aparecida -Francisco Beltrão-PR

Fone/WhatsApp: (46) 99970-8582 / (46) 99908-6422

Site: www.igampr.com.br - E-mail: igamparana@igam.com.br - Facebook/Intagram: [@igamparana](https://www.facebook.com/igamparana)

INSTITUTO APLICADO EM GESTÃO PÚBLICA LTDA – CNPJ 32.651.451/0001-85

The logo for IGAM, featuring the letters "IGAM" in a bold, blue, sans-serif font. A light blue swoosh underline is positioned beneath the letters.**PARANÁ**

V - Não possuímos em nosso quadro societário e de empregados, servidor ou dirigente de órgão ou entidade contratante ou responsável pela licitação, nos termos do inciso IV, do artigo 14 da Lei nº 14.133, de 1 de abril de 2021.

VI - Que para fins do disposto no inciso IV do art. 63 da Lei Federal n.º 14.133/2021, cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

VII - Que atesta o atendimento à política pública ambiental de licitação sustentável, em especial que se responsabiliza integralmente com a logística reversa dos produtos, embalagens e serviços pós-consumo no limite da proporção que fornecerem ao poder público, assumindo a responsabilidade pela destinação final, ambientalmente adequada (se este for o caso das atividades desenvolvidas pela empresa);

Por ser verdade firmamos o presente.

Francisco Beltrão, 5 de agosto de 2024.

EDUARDO
ANZILIERO:06285
690928

Assinado de forma digital por
EDUARDO
ANZILIERO:06285690928
Dados: 2024.08.05 09:30:38
+03'00'

EDUARDO ANZILIERO
Direção Administrativa
CNPJ 32.651.451/0001-85
CPF 062.856.909-28

Rua Minas Gerais nº1391, Ed. Ellison, 5º Andar/Sala 502 Bairro N.Sra Aparecida -Francisco Beltrão-PR

Fone/WhatsApp: (46) 99970-8582 / (46) 99908-6422

Site: www.igampr.com.br - E-mail: igamparana@igam.com.br - Facebook/Intagram: [@igamparana](https://www.facebook.com/igamparana)

INSTITUTO APLICADO EM GESTÃO PÚBLICA LTDA – CNPJ 32.651.451/0001-85

RODRIGO DO CANTO CARDOSO



Servidor público federal nomeado pela AGU Advocacia Geral da União como Pregoeiro e Presidente da Comissão Permanente de Licitação da Superintendência do Estado do Rio Grande do Sul, graduado em Ciências Contábeis, Pós Graduado em Direito e Economia, Instrutor da Escola Superior de Administração Fazendária no Rio Grande do Sul - ESAF/RS, Ministério do Planejamento, Escola Nacional de Administração Pública - ENAP/DF, Escola da Advocacia Geral da União para Formação de Pregoeiro e Fiscalização e Gestão Contratual e Palestrante da Escola Itinerária da Consultoria Jurídica da União em Porto Alegre - CJU/RS na área de licitações e contratos.

FORMAÇÃO ACADÊMICA

- Graduado em Ciências Contábeis pela FARGS.
- Pós Graduado em Direito e Economia pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UFRGS

ATUAÇÃO COM RESPONSÁVEL DE ÁREAS

- Chefe da Divisão de Licitações, Compras e Contratos Administrativos da Advocacia Geral da União/RS
- Servidor público federal desde 1986.
- Chefe do Serviço de Pagamento de Pessoal do Ministério da Saúde – 1987;
- Chefe do Serviço de Frequência da Secretaria Municipal da Saúde de Porto Alegre/RS – 1998;
- Cedido para a AGU em 09/1999;
- Chefe do Setor de Compras da URA/RS – 2000;
- Chefe do Setor de Contratos da URA/RS – 2001;
- Nomeado pela Advocacia Geral da União como Pregoeiro e Presidente da Comissão Permanente de Licitação da Superintendência do Estado do Rio Grande do Sul – 2000, reconduzido até a presente data;
- Chefe da Divisão de Licitações e Contrato da SAD/RS – 2002;
- Ordenador de Despesa Substituto – 2003;
- Chefe do Serviço de Licitações e Contratos da SAD/RS – 2020;
- Gestor de Contratos da SAD/RS;
- Gestor de Contratos Internacionais – SGA/AGU/DF.
- Pregoeiro da Advocacia Geral da União desde 2000, reconduzido até a presente data.
- Atuação como Instrutor

Atuação em treinamentos específicos

- Instrutor da Escola Superior de Administração Fazendária no Rio Grande do Sul – ESAF/RS para Formação de Pregoeiro e Fiscalização e Gestão Contratual;
- Instrutor do Ministério do Planejamento e Gestão para Formação de Pregoeiros;
- Instrutor da Escola Nacional de Administração Pública – ENAP/DF para Fiscalização e Gestão Contratual;
- Instrutor da Escola da Advocacia Geral da União para Formação de Pregoeiro e Fiscalização e Gestão Contratual;
- Palestrante da Escola Itinerária da Consultoria Jurídica da União em Porto Alegre – CJU/RS na área de licitações e contratos;
- Instrutor do Instituto Gama de Assessoramento em Porto Alegre – IGAM – na área de licitações e contratos.

- Gestão e Fiscalização dos Contratos Administrativos
- Elaboração de Editais
- Julgamento da Licitação
- Planilha de Custos e Formação de Preços
- Curso Prático sobre Sanções e Penalidades nas Licitações Públicas
- Curso sobre Reajuste, Repactuação, Planilha de Custos e Formação de Preços
- Noções Gerais da Licitação
- Prático para Formação de Pregoeiro Presencial e Eletrônico
- Módulo I - Básico de Licitação – Lei nº 8.666/93 e Lei nº 10.520/02
- Fiscalização de Contratos Administrativos
- Módulo II – Licitação Pública
- Processos Licitatórios
- Sanções e Penalidades nas Licitações Públicas
- Modalidades de Licitação
- Formação e Habilitação de Pregoeiro Presencial e Eletrônico
- Nova Lei de Licitações e Contratos Administrativos
- Fiscalização de Contratos de Terceirização de Serviços com ênfase na parte Documental
- Pregão Eletrônico – Normas e Sistema Segundo o Decreto Federal Nº 10.024/2019
- Curso Prático de Formação de Pregoeiro Presencial e Eletrônico
- Pregão Eletrônico com ênfase no Decreto 10.024/2019
- Elaboração de Planilhas de Custos e Formação de Preços-
- Gestão e Fiscalização de Contratos Administrativos
- Gestão e Fiscalização de Contratos Administrativos Conforme as Leis 8.666 e 14.133 (Nova Lei de Licitações)
- Simpósio do IGAM PR - NOVA LEI DE LICITAÇÕES E CONTRATOS ADMINISTRATIVOS
- NOS MUNICÍPIOS Aspectos práticos e jurídicos (Módulo de Modalidades de Licitações).



PAULO ALVES

RESUMO:

Paulo Alves, servidor de carreira do Superior Tribunal de Justiça, titular da unidade de Auditoria Operacional e de Governança do Conselho da Justiça Federal.

EXPERIÊNCIA PROFISSIONAL:

Bacharel em Direito, Pós-Graduado em Direito Administrativo Contemporâneo.

Mestrando em Ciências Jurídicas (Master of Science in Legal Studies) com concentração em Riscos e Compliance pela Ambra University – Florida/EUA.

Instrutor de capacitações em Gestão Pública, Governança, Gestão de Riscos e Auditoria Governamental.

Professor de Direito Administrativo em instituições privadas de ensino.

Professor convidado da Academia Militar das Agulhas Negras – AMAN, do Conselho Nacional de Justiça – CNJ, da Escola Nacional de Administração Pública – ENAP, e da Escola da Advocacia Geral da União – EAGU.

Membro da Rede Governança Brasil – RGB e membro-fundador da Associação Latino-americana de Governança – ALAGOV.

Experiência de uma década realizando auditorias por todo o Brasil.

Atualmente integrando a equipe de auditoria para verificação do grau de implementação da Gestão de Riscos nos órgãos da Justiça Federal e na equipe de fiscalização dos órgãos patrocinadores da FUNPRESP-JUD.

**Felipe Jose Ansaloni Barbosa**Endereço para acessar este CV: <http://lattes.cnpq.br/5066135272387915>ID Lattes: **5066135272387915**

Última atualização do currículo em 16/01/2018

Mestre em Administração pela Centro Universitário Unihorizontes (2017); Especialista em Direito Público pela Faculdade Milton Campos (2012); Especialista em Gestão Pública pelo SENAC-MG (2011); Graduado em Direito pela Universidade Federal de Minas Gerais (2008); Graduado em Administração Pública pela Fundação João Pinheiro (2005); Professor em cursos de Pós Graduação em disciplinas de Direito e Administração dos Centros Universitários UNA (desde 2012) e UNI/BH (desde 2014); Diretor da 11E Licitações; Advogado especializado em licitações e contratos administrativos; Consultor de Governança e Gestão; Consultor do Sistema SEBRAE (desde 2014); Instrutor e consultor do Ministério da Fazenda, nos Centros de Treinamentos Regionais da Escola Superior de Administração Fazendária de Minas Gerais ESAF-MG (desde 2011) e ESAF-PA (desde 2014); Instrutor e consultor da Associação Mineira de Municípios AMM (desde 2010); Instrutor aprovado no Credenciamento de Docentes da Escola de Governo da Fundação João Pinheiro (2011); Consultor credenciado da Confederação Nacional de Municípios CNM (desde 2013); Consultor, Auditor e Instrutor da Federação das Indústrias de Minas Gerais FIEMG (desde 2015); foi Analista de Políticas Públicas do SEBRAE-MG (entre 2008 e 2013), onde trabalhou com mais de 400 municípios mineiros; foi servidor público concursado do Governo do Estado de Minas Gerais (entre 2006 e 2008), onde gerenciou a implantação do Módulo de Fornecedores do Portal de Compras do Estado de Minas Gerais, projetou que alcançou mais de 20.000 empresas nacionais e internacionais. www.felipeansaloni.com.br (Texto informado pelo autor)

Identificação**Nome**

Felipe Jose Ansaloni Barbosa

**Nome em citações
bibliográficas**

ANSALONI BARBOSA, F. J.

Lattes iD<http://lattes.cnpq.br/5066135272387915>**Endereço****Endereço
Profissional**

11E Consultoria e Treinamentos LTDA.
Rua Indiana n.º 282, sala 3
Jardim América
30421379 - Belo Horizonte, MG - Brasil

Formação acadêmica/titulação

2015 - 2017

Mestrado em Administração.
Centro Universitário Unihorizontes,
Uniorizontes, Brasil.
Título: AVALIAÇÃO DA IMPLEMENTAÇÃO
DA POLÍTICA PÚBLICA DO ESTATUTO DAS
MICRO E PEQUENAS EMPRESAS: um
estudo das licitações realizadas pelo Centro
de Preparação de Oficiais da Reserva de
Belo Horizonte entre 2004 e 2015, Ano de
Obtenção: 2017.
Orientador: 🇧🇷 Alfredo Alves de Oliveira
Melo.
Palavras-chave: Licitação, Micro e
Pequenas Empresas; Licitações, Compras
Sustentáveis.
Grande área: Ciências Sociais Aplicadas

2012 - 2013

Especialização em Especialização em
Direito Público. (Carga Horária: 420h).
Faculdades Milton Campos, FMC, Brasil.
Título: Licitações.
Orientador: Mateus Simões de Almeida.

2010 - 2011

Especialização em Administração Pública.
(Carga Horária: 360h).
Faculdade Senac Minas, FACSENACMINAS,
Brasil.
Título: Discussão sobre a subcontratação
de bens e serviços de microempresas e
empresas de pequeno porte em licitações
públicas: uma alternativa para o fomento
dos pequenos negócios com a utilização
do.
Orientador: Davi Leonard Barbieri.

2002 - 2008

Graduação em Direito.
Universidade Federal de Minas Gerais,
UFMG, Brasil.
Título: ANÁLISE DA REGULAMENTAÇÃO
DO ESTATUTO DA MICROEMPRESA E DA
EMPRESA DE PEQUENO PORTE NAS
LICITAÇÕES DO PODER EXECUTIVO DO
GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS.
Orientador: Gustavo Alexandre Magalhães.

2002 - 2005

Graduação em Administração Pública.
Fundação João Pinheiro, FJP, Brasil.
Título: ANÁLISE DAS SEMELHANÇAS E

Formação Complementar

2012 - 2012

DS Controle de Contratos. (Carga horária: 8h).
TOTVS, TOTVS, Brasil.

2012 - 2012

Formação de Agentes de Desenvolvimento. (Carga horária: 32h).
Serviço de Apoio às Micro e Pequenas Empresas de Belo Horizonte, SEBRAE/MG, Brasil.

2011 - 2011

Sistema Registro Preços | Dispensa | Inexigibilid. (Carga horária: 24h).
Zênite Consultoria Jurídica, ZÊNITE, Brasil.

2011 - 2011

Indicadores e Sistema Monitoramento da Lei Gerall. (Carga horária: 8h).
Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas, SEBRAE, Brasil.

2011 - 2011

Referenciais Educacionais. (Carga horária: 24h).
Serviço de Apoio às Micro e Pequenas Empresas de Belo Horizonte, SEBRAE/MG, Brasil.

2011 - 2011

Estratégias com foco em Marketing. (Carga horária: 4h).
Serviço de Apoio às Micro e Pequenas Empresas de Belo Horizonte, SEBRAE/MG, Brasil.

2010 - 2010

2010 - 2010

APG Middle Amana-Key (Programa
Avançado de Gestão). (Carga horária:
50h).
Amana-KEy, AMANA-KEY, Brasil.

2010 - 2010

EMPRETEC. (Carga horária: 80h).
Serviço de Apoio às Micro e Pequenas
Empresas de Belo Horizonte, SEBRAE/MG,
Brasil.

2010 - 2010

Alterações Aditivos aos Contratos
Administrativos. (Carga horária: 24h).
Zênite Consultoria Jurídica, ZÊNITE, Brasil.

2010 - 2010

Licitações e Contratos de Objetos
Específicos. (Carga horária: 24h).
Zênite Consultoria Jurídica, ZÊNITE, Brasil.

2009 - 2009

Formação de Gestores em Compras
Governamentais. (Carga horária: 16h).
Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e
Pequenas Empresas, SEBRAE, Brasil.

2009 - 2009

Técnicas de Negociação - EAD. (Carga
horária: 20h).
Fundação Getúlio Vargas, FGV, Brasil.

2009 - 2009

Iniciação em Desenvolvimento Territorial.
(Carga horária: 36h).
Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e
Pequenas Empresas, SEBRAE, Brasil.

2009 - 2009

Oficina de Elaboração de Editais. (Carga
horária: 4h).
Negócios Públicos Eventos, NP EVENTOS,
Brasil.

2009 - 2009

2009 - 2009

Impugnações e Recursos de Licitação.
(Carga horária: 8h).
RHS Licitações, RHS, Brasil.

2009 - 2009

Oficina Elaboração Termo de Referência.
(Carga horária: 4h).
Negócios Públicos Eventos, NP EVENTOS,
Brasil.

2009 - 2009

Oficina de Contratos Administrativos.
(Carga horária: 4h).
Negócios Públicos Eventos, NP EVENTOS,
Brasil.

2008 - 2008

Formação Multiplicadores Compras
Governamentais. (Carga horária: 24h).
Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e
Pequenas Empresas, SEBRAE, Brasil.

2008 - 2008

Como Vender para o Governo. (Carga
horária: 12h).
Serviço de Apoio às Micro e Pequenas
Empresas de Maceio, SEBRAE/AL, Brasil.

2008 - 2008

Licitação Sustentável: Conceitos, Práticas,
Ferram. (Carga horária: 8h).
Internacional Council for Local
Environmental Initiatives, ICLEI, Brasil.

2007 - 2007

Sistema de Registro de Preços. (Carga
horária: 16h).
Fundação João Pinheiro, FJP, Brasil.

2007 - 2007

Implicações Lei Geral MPE nas Licitações.
(Carga horária: 8h).
Negócios Públicos Eventos, NP EVENTOS,
Brasil.

2007 - 2007

Formação de Pregoeiros. (Carga horária: 20h).

Fundação João Pinheiro, FJP, Brasil.

000071

2006 - 2006

Licitações e Contratos na Administração Pública. (Carga horária: 16h).

Fundação João Pinheiro, FJP, Brasil.

2006 - 2006

Licitações e Contratos Administrativos. (Carga horária: 16h).

Companhia Energética de Minas Gerais, CEMIG, Brasil.

2006 - 2006

Business Objects Utilização Armazém SIAD. (Carga horária: 20h).

Universidade Corporativa PRODEMGE, PRODEMGE, Brasil.

2005 - 2005

Extensão universitária em 18º Sistema de Treinamento Universitário. (Carga horária: 40h).

Bolsa de Valores Minas Gerais - Espírito Santo - Brasília, BOLSA MG/ES/BSB, Brasil.

2005 - 2005

Atualização em Direito Eleitoral. (Carga horária: 40h).

Curso Orville Carneiro, ORVILE CARNEIRO, Brasil.

2005 - 2005

Estágio em Planejamento Estratégico. (Carga horária: 90h).

Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão de Minas Gerais, SEPLAG, Brasil.

2004 - 2004

ACORDO RESULTADOS: Gestão Pública Focada Resultado. (Carga horária: 32h).

Fundação João Pinheiro, FJP, Brasil.

2004 - 2004

Estágio no Centro de Desenvolvimento Administração.

Fundação João Pinheiro, FJP, Brasil.

2003 - 2003

Extensão universitária em Visita Técnica do Programa de Estágio.

2002 - 2002

Extensão universitária em Desafio SEBRAE
2002 ? Jogo de Empresas. (Carga horária:
16h).

Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e
Pequenas Empresas, SEBRAE, Brasil.

Atuação Profissional

Fundação João Pinheiro, FJP, Brasil.

Vínculo institucional

2011 - Atual

Vínculo: Prestação de Serviço,
Enquadramento Funcional: Instrutor
Credenciado

**Outras
informações**

Instrutor aprovado no credenciamento de
docentes para ministrar curso de Formação
de Pregoeiros.

Escola Superior de Administração Fazendária, ESAF, Brasil.

Vínculo institucional

2011 - Atual

Vínculo: Prestação de Serviço,
Enquadramento Funcional: Instrutor e
Consultor

**Outras
informações**

Consultor e Instrutor responsável pelo
desenvolvimento da metodologia e
material didático dos Cursos: Sistema de
Registro de Preços; Formação de
Pregoeiros.

Associação Mineira de Municípios, AMM, Brasil.

Vínculo institucional

2010 - Atual

Vínculo: Prestação de Serviço,
Enquadramento Funcional: Instrutor e
Consultor

**Outras
informações**

Consultor responsável pelo desenvolvimento da metodologia e material didático dos Cursos: o Pregão: Formação de Pregoeiros e Sistema de Registro de Preços. Instrutor dos cursos citados. Palestrante em treinamentos e eventos promovidos pela AMM como o Congresso Mineiro de Municípios. Autor de artigos técnicos para o informativo Notícias das Gerais.

Serviço de Apoio às Micro e Pequenas Empresas de Belo Horizonte, SEBRAE/MG, Brasil.

Vínculo institucional**2008 - Atual**

Vínculo: Celetista formal, Enquadramento
Funcional: Analista da Unidade de Políticas
Públicas, Carga horária: 40

**Outras
informações**

Coordenador de Projetos que envolvem Políticas Públicas de Apoio às Micro e Pequenas Empresas, o que envolve: 1) Prestar consultoria, instrutoria e ministrar palestras e cursos sobre o tema para: empreendedores, empresários, contadores, contabilistas, consultores, colaboradores do SEBRAE-MG, prefeitos, vereadores, gestores públicos de compras municipais, estaduais e federais; 2) Criar metodologias para novos produtos e serviços do SEBRAE-MG; 3) Definição das regras de construção do software de Gestão da Lei Geral das Micro e Pequenas Empresas: www.gestaodascompraspublicas.com.br; 4) Organizar e participar de visita técnica ao exterior (Peru) de representantes do Poder Público municipal a fim de conhecer experiências internacionais de fomento aos pequenos negócios; 5) Realizar pesquisas e estudos com empresários e gestores públicos, principalmente aquelas(es) relacionadas(os) à Lei Geral das Micro e Pequenas Empresas; 6) Captar e manter parcerias estratégicas que contribuam para o desenvolvimento do Projeto, tais como: Tribunal de Contas do Estado de Minas

Gerais ? TCE-MG; Associação Mineira do Ministério Público ? AMMP; Associação Mineira dos Municípios (AMM) e suas Microrregiões; Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão (SEPLAG); Câmara de Dirigentes Lojistas de Belo Horizonte (CDL-BH); Federação das Indústrias do Estado de Minas Gerais (FIEMG); Centro Industrial e Empresarial de Minas Gerais (CIEMG); Casa dos Prefeitos, da Universidade Federal de Viçosa (UFV); Sindicato do Comércio Varejista de Gêneros Alimentícios de Belo Horizonte (SINCOVAGA-BH), entre outros; 7) Articular a realização de políticas públicas que beneficiem as micro e pequenas empresas; 8) Articular e negociar a participação de representantes de órgãos públicos em eventos promovidos ou apoiados pelo SEBRAE-MG; 9) Gerenciar o curso à distância Como Vender para o Governo de Minas Gerais, desenvolvido pela Faculdade de Tecnologia do Comércio (FATEC), da CDL-BH, em parceria com o SEBRAE-MG; 10) G

Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão, SEPLAG-MG, Brasil.

Vínculo institucional

2006 - 2008

Vínculo: Servidor Público, Enquadramento Funcional: Especialista Políticas Públicas Gestão Govern, Carga horária: 40

Outras informações

Membro da equipe técnica da SEPLAG responsável por regulamentar a aplicação da Lei Geral das Micro e Pequenas Empresas, nas licitações do Governo do Estado de Minas Gerais. Responsável técnico pela integração dos bancos de dados da Junta Comercial do Estado de Minas Gerais ? JUCEMG e do Cadastro Geral de Fornecedores do Estado de Minas Gerais ? CAGEF, visando a identificar o porte das micro e pequenas empresas. Representante da SEPLAG nas ações relativas às licitações estaduais do Projeto Estruturador Descomplicar, o que envolveu: 1) Ministrando palestra sobre Como Vender para o Governo de Minas Gerais; 2) Participar do Workshop sobre Doing Business Subnacional em Minas Gerais; 3) Capacitação dos funcionários do Minas Fácil para prestarem informações sobre as compras públicas estaduais; 4) Gerenciamento da implantação do Novo Módulo de Fornecedores (a partir de 04/2006), do Sistema Integrado de

Administração de Materiais e Serviços do Estado de Minas Gerais ? SIAD/MG, o que envolveu: 4.1) Definição das regras de construção do software e do tutorial eletrônico utilizados pelos fornecedores e servidores públicos estaduais; 4.2) Planejamento e gerenciamento das etapas de implantação do software e de descentralização das atividades do CAGEF; 4.3) Elaboração de manuais operacionais do software destinados a fornecedores e servidores públicos; 4.4) Organizar e manter atualizadas as informações transmitidas a fornecedores e servidores públicos; 4.5) Descentralização do credenciamento de fornecedores para os órgãos e entidades do Governo do Estado de Minas Gerais; 4.6) Desconcentrar o credenciamento de fornecedores e representantes para as regionais da SEPLAG no interior; 4.7) Gerenciamento da equipe de call center do LigMinas (Linha de Informações do Governo de Minas Gerais) para assuntos relacionados às licitações estaduais; 4.8) Participação em licitações do Estado de Minas Gerais: Compondo a equipe de apoio; Esclarecendo os procedimentos licitatórios, especialmente sobre o

Áreas de atuação

1.

Grande área: Ciências Sociais Aplicadas /
 Área: Direito / Subárea: Direito
 Público/Especialidade: Direito
 Administrativo.

2.

Grande área: Ciências Sociais Aplicadas /
 Área: Administração / Subárea:
 Administração Pública.

3.

Grande área: Ciências Sociais Aplicadas /
 Área: Administração / Subárea:
 Administração Pública/Especialidade:
 Política e Planejamento Governamentais.

4.

Grande área: Ciências Sociais Aplicadas /
 Área: Direito / Subárea: Direito Público.

5.

Grande área: Ciências Sociais Aplicadas /
 Área: Administração / Subárea:

6.

Grande área: Ciências Sociais Aplicadas /
Área: Direito.

Idiomas

Inglês

Compreende Razoavelmente, Fala Pouco,
Lê Razoavelmente, Escreve Pouco.

Espanhol

Compreende Bem, Fala Razoavelmente, Lê
Bem, Escreve Razoavelmente.

Produções

Produção bibliográfica

Artigos completos publicados em periódicos

Ordenar por

Ordem Cronológica



1.

★ **ANSALONI BARBOSA, F. J..** DISCUSSÃO SOBRE A SUBCONTRATAÇÃO DE BENS E SERVIÇOS DE MICROEMPRESAS E EMPRESAS DE PEQUENO PORTE EM LICITAÇÕES PÚBLICAS: Uma alternativa para o fomento dos pequenos negócios com a utilização do "poder" de compra público.. JAM Jurídica (Salvador), v. 3, p. 9-19, 2012.

2.

ANSALONI BARBOSA, F. J.. A regulamentação do estatuto nacional da microempresa e da empresa de pequeno porte nas compras do Governo do Estado de Minas Gerais: uma alternativa de interpretação e aplicação.. Governet. Boletim de Licitações e Contratos, v. 9, p. 866-875, 2009.

3.

ANSALONI BARBOSA, F. J.. A regulamentação do estatuto nacional da microempresa e da empresa de pequeno porte nas compras do Governo do Estado de Minas Gerais: uma alternativa de interpretação e aplicação.. Fórum de Contratação e Gestão Pública (Impresso), v. 86, p. 50-59, 2009.

300077

4.

ANSALONI BARBOSA, F. J.. A regulamentação do estatuto nacional da microempresa e da empresa de pequeno porte nas compras do Governo do Estado de Minas Gerais: uma alternativa de interpretação e aplicação.. JAM Jurídica (Salvador), v. 1, p. 11-20, 2009.

Textos em jornais de notícias/revistas

1.

ANSALONI BARBOSA, F. J.. Políticas Públicas e as Micro e Pequenas Empresas. Pacto, p. 10 - 10, 01 jun. 2012.

2.

ANSALONI BARBOSA, F. J.. Políticas Públicas e as Micro e Pequenas Empresas. Notícias das Gerais, p. 3 - 4, 01 set. 2010.

Apresentações de Trabalho

1.

ANSALONI BARBOSA, F. J.. Seminário Internacional 'Artesanía y Turismo, Araucanía 2012'. 2012. (Apresentação de Trabalho/Seminário).

2.

ANSALONI BARBOSA, F. J.. Plano de Cargos e Salários para Servidores da Educação. 2011. (Apresentação de Trabalho/Conferência ou palestra).

3.

ANSALONI BARBOSA, F. J.. O Sistema S: Foco nas Micro e Pequenas Empresas, LC 123/06, PL 32. 2011. (Apresentação de Trabalho/Conferência ou palestra).

4.

ANSALONI BARBOSA, F. J.. Os Benefícios para as Micro e Pequenas Empresas em licitações públicas. 2010. (Apresentação de Trabalho/Conferência ou palestra).

5.

ANSALONI BARBOSA, F. J.. Os Benefícios para as Micro e Pequenas Empresas em licitações públicas. 2010. (Apresentação de Trabalho/Conferência ou palestra).

6.

ANSALONI BARBOSA, F. J.. Aula sobre o Mercado das Compras Governamentais. 2010. (Apresentação de Trabalho/Outra).

7.

ANSALONI BARBOSA, F. J.. Licitações - Implicações da Lei Geral das Micro e Pequenas Empresas nas Compras Governamentais. 2010. (Apresentação de Trabalho/Conferência ou palestra).

8.

ANSALONI BARBOSA, F. J.. Licitações ? Como Vender para o Governo ? Encontro Empresarial Compras Governamentais do Estado de Minas Gerais. 2010. (Apresentação de Trabalho/Conferência ou palestra).

9.

ANSALONI BARBOSA, F. J.. O Papel dos Advogados Lei Geral das Micro e Pequenas Empresas. 2009. (Apresentação de Trabalho/Conferência ou palestra).

10.

ANSALONI BARBOSA, F. J.. Licitações ? Como Vender para o Governo. 2009. (Apresentação de Trabalho/Conferência ou palestra).

11.

12.

ANSALONI BARBOSA, F. J.. Licitações ? Como Vender para o Governo ? Encontro Empresarial Compras Governamentais. 2009. (Apresentação de Trabalho/Conferência ou palestra).

13.

ANSALONI BARBOSA, F. J.. Licitações ? Como Vender para o Governo e os Benefícios para as Micro e Pequenas Empresas. 2009. (Apresentação de Trabalho/Conferência ou palestra).

14.

ANSALONI BARBOSA, F. J.. O Papel dos Vereadores na Promoção do Desenvolvimento Econômico Local. 2009. (Apresentação de Trabalho/Conferência ou palestra).

15.

ANSALONI BARBOSA, F. J.. 4º Congresso Municipal de Gestores Eleitos ? Os desafios de uma Gestão Pública Responsável. 2008. (Apresentação de Trabalho/Congresso).

Produção técnica

Programas de computador sem registro

1.

ANSALONI BARBOSA, F. J.. Software de Gestão das Compras Públicas. 2010.

2.

ANSALONI BARBOSA, F. J.. EAD - Como Vender para o Governo de Minas Gerais. 2009.

3.

Entrevistas, mesas redondas, programas e comentários na mídia

1.

ANSALONI BARBOSA, F. J.. Lei Geral das Micro e Pequenas Empresas. 2012. (Programa de rádio ou TV/Entrevista).

2.

ANSALONI BARBOSA, F. J.. Investimentos Governamentais em Compras e Contratação de Serviços. 2009. (Programa de rádio ou TV/Entrevista).

Demais tipos de produção técnica

1.

ANSALONI BARBOSA, F. J.. Pregão: Formação de Pregoeiros. 2012. .

2.

ANSALONI BARBOSA, F. J.. Sistema de Registro de Preços. 2012. .

3.

ANSALONI BARBOSA, F. J.. Sistema de Registro de Preços. 2012. .

4.

ANSALONI BARBOSA, F. J.. Pesquisa de Opinião - Empresas que Não Vendem para o Setor Público. 2012. (Relatório de pesquisa).

5.

ANSALONI BARBOSA, F. J.. Pregão: Formação de Pregoeiros. 2011. .

6.

ANSALONI BARBOSA, F. J.. Sistema de Registro de Preços. 2011. .

7.

ANSALONI BARBOSA, F. J.. Políticas Tributárias Municipais de Incentivo às Micro e Pequenas Empresas. 2011. .

8.

ANSALONI BARBOSA, F. J.. Pregão: Formação de Pregoeiros. 2011. .

9.

ANSALONI BARBOSA, F. J.. Sistema de Registro de Preços. 2011. .

10.

ANSALONI BARBOSA, F. J.. Capacitação em Compras Governamentais para a Prefeitura de Divinópolis. 2011. .

11.

ANSALONI BARBOSA, F. J.. Pregão: Formação de Pregoeiros. 2011. .

12.

ANSALONI BARBOSA, F. J.. Formação de Pregoeiros. 2011. .

13.

ANSALONI BARBOSA, F. J.. Sistema de Registro de Preços. 2011. .

14.

15.

ANSALONI BARBOSA, F. J.. Pregão: Formação de Pregoeiros.
2011. .

16.

ANSALONI BARBOSA, F. J.. Pregão: Formação de Pregoeiros.
2011. .

17.

ANSALONI BARBOSA, F. J.. Sistema de Registro de Preços.
2011. .

18.

ANSALONI BARBOSA, F. J.. Pesquisa de Avaliação sobre
Compras Governamentais do Estado de Minas Gerais. 2011.
(Relatório de pesquisa).

19.

ANSALONI BARBOSA, F. J.. Conceitos e Princípios Básicos:
Licitações, Contratos Administrativos e Sistema de Registro de
Preços. 2010. .

20.

ANSALONI BARBOSA, F. J.. Pregão: Formação de Pregoeiros.
2010. .

21.

ANSALONI BARBOSA, F. J.. Pregão: Formação de Pregoeiros.
2010. .

22.

ANSALONI BARBOSA, F. J.. Pregão: Formação de Pregoeiros.
2010. .

23.

ANSALONI BARBOSA, F. J.. Pregão: Formação de Pregoeiros. 2010. .

24.

ANSALONI BARBOSA, F. J.. Sistema de Registro de Preços. 2010. .

25.

ANSALONI BARBOSA, F. J.. Licitações - Implicações da Lei Geral das Micro e Pequenas Empresas nas Compras Governamentais. 2010. (Desenvolvimento de material didático ou instrucional - Manual do Participante).

26.

ANSALONI BARBOSA, F. J.. Licitações - Implicações da Lei Geral das Micro e Pequenas Empresas (LC 123/06) nas Compras Governamentais. 2009. .

27.

ANSALONI BARBOSA, F. J.. As Compras Municipais como Instrumento de Promoção do Desenvolvimento Econômico e Social do Município. 2009. .

28.

ANSALONI BARBOSA, F. J.. Licitações - Implicações da Lei Geral das Micro e Pequenas Empresas nas Compras Governamentais. 2009. .

29.

ANSALONI BARBOSA, F. J.. Licitações - Implicações da Lei Geral das Micro e Pequenas Empresas nas Compras Governamentais. 2009. .

30.

ANSALONI BARBOSA, F. J.. Licitações - Implicações da Lei Geral das Micro e Pequenas Empresas nas Compras

31.

ANSALONI BARBOSA, F. J.. Licitações - Implicações da Lei Geral das Micro e Pequenas Empresas nas Compras Governamentais. 2009. .

32.

ANSALONI BARBOSA, F. J.. Licitações - Implicações da Lei Geral das Micro e Pequenas Empresas nas Compras Governamentais. 2009. .

33.

ANSALONI BARBOSA, F. J.. Licitações - Implicações da Lei Geral das Micro e Pequenas Empresas nas Compras Governamentais. 2009. .

34.

ANSALONI BARBOSA, F. J.. Licitações - Implicações da Lei Geral das Micro e Pequenas Empresas nas Compras Governamentais. 2009. .

35.

ANSALONI BARBOSA, F. J.. As compras municipais como instrumento de promoção do desenvolvimento econômico e social do município. 2009. .

36.

ANSALONI BARBOSA, F. J.. As compras municipais como instrumento de promoção do desenvolvimento econômico e social do município. 2009. .

37.

ANSALONI BARBOSA, F. J.. As compras municipais como instrumento de promoção do desenvolvimento econômico e social do município. 2009. .

38.

39.

ANSALONI BARBOSA, F. J. As compras municipais como instrumento de promoção do desenvolvimento econômico e social do município. 2009. .

40.

ANSALONI BARBOSA, F. J. As compras municipais como instrumento de promoção do desenvolvimento econômico e social do município. 2009. .

41.

ANSALONI BARBOSA, F. J. As compras municipais como instrumento de promoção do desenvolvimento econômico e social do município. 2009. .

42.

ANSALONI BARBOSA, F. J. As compras municipais como instrumento de promoção do desenvolvimento econômico e social do município. 2009. .

43.

ANSALONI BARBOSA, F. J. Os benefícios para as micro e pequenas empresas nas compras do Governo de Minas Gerais. 2008. (Desenvolvimento de material didático ou instrucional - Cartilha).

44.

ANSALONI BARBOSA, F. J. Como Vender ao Governo de Minas Gerais - Para Micro e Pequenas Empresas. 2008. (Desenvolvimento de material didático ou instrucional - Cartilha).

45.

ANSALONI BARBOSA, F. J. Portal de Compras/MG ? Módulo de Fornecedores. 2006. .

Eventos

Participação em eventos, congressos, exposições e feiras

1.

Congresso de Licitações e Contratos da Região Norte. O Sistema S: Foco nas Micro e Pequenas Empresas, LC 123/06, PL 32. 2011. (Congresso).

2.

IV Fomenta Nacional ? Encontro de Oportunidades para as Micro e Pequenas Empresas nas Compras Governamentais. 2011. (Encontro).

3.

IV Fórum Mineiro de Educação.Plano de Cargos e Salários para Servidores da Educação. 2011. (Encontro).

4.

27º Congresso Mineiro de Municípios ? Gestão e Tecnologia ? Modernização e Resultados na Administração Pública. Licitações - Implicações da Lei Geral das Micro e Pequenas Empresas nas Compras Governamentais. 2010. (Congresso).

5.

Aula sobre o Mercado das Compras Governamentais.Aula sobre o Mercado das Compras Governamentais. 2010. (Outra).

6.

Feira do Empreendedor.Os Benefícios para as Micro e Pequenas Empresas em licitações públicas. 2010. (Outra).

7.

FOPEMIMPE ? Fórum Permanente Mineiro das Microempresas e Empresas de Pequeno Porte. 2010. (Encontro).

8.

300087

II Fomenta Mato Grosso ? Encontro de Oportunidades para as Micro e Pequenas Empresas nas Compras Governamentais. 2010. (Encontro).

9.

Oportunidades de Negócios com o Poder Público.Licitações ? Como Vender para o Governo ? Encontro Empresarial Compras Governamentais do Estado de Minas Gerais. 2010. (Encontro).

10.

Circuito Jurídico Estrada Real.O Papel dos AdvogadosLei Geral das Micro e Pequenas Empresas. 2009. (Seminário).

11.

Congresso Oh! Minas Gerais. 2009. (Congresso).

12.

Feira do Empreendedor.Licitações ? Como Vender para o Governo ? Encontro Empresarial Compras Governamentais. 2009. (Encontro).

13.

Feira do Empreendedor.Licitações ? Como Vender para o Governo ? Encontro Empresarial Compras Governamentais. 2009. (Encontro).

14.

FOPEMIMPE ? Fórum Permanente Mineiro das Microempresas e Empresas de Pequeno Porte. 2009. (Encontro).

15.

II FOMENTA ? Encontro de Oportunidades para as Micro e Pequenas Empresas nas Compras Governamentais. 2009. (Congresso).

IV Congresso Brasileiro de Pregoeiros. 2009. (Congresso).

17.

Licitações ? Como Vender para o Governo. Licitações ? Como Vender para o Governo. 2009. (Seminário).

18.

Oportunidades no Mercado das Compras Governamentais. Licitações ? Como Vender para o Governo e os Benefícios para as Micro e Pequenas Empresas. 2009. (Encontro).

19.

Seminário Capacitando os Vereadores do Brasil para um Novo Mandato. O Papel dos Vereadores na Promoção do Desenvolvimento Econômico Local. 2009. (Seminário).

20.

XVII Congresso Brasileiro e X Congresso Estadual de Micro e Pequenas Empresas. Lei Geral das Micro e Pequenas Empresas. 2009. (Congresso).

21.

XVII Congresso Brasileiro e X Congresso Estadual de Micro e Pequenas Empresas. Lei Geral das Micro e Pequenas Empresas. 2009. (Congresso).

22.

1º Seminário Estadual de Compras Governamentais. 2008. (Seminário).

23.

4º Congresso Municipal de Gestores Eleitos ? Os desafios de uma Gestão Pública Responsável. Lei Geral das Micro e Pequenas Empresas. 2008. (Congresso).

Fomenta ? Encontro de Oportunidades para as Micro e Pequenas Empresas nas Compras Governamentais. 2008. (Congresso).

25.

Ciclo de Seminários ?O BRASIL E AS REFORMAS? ? 1º Seminário: ?A Reforma do Judiciário. Uma discussão crítica: como, por que e para quem??. 2004. (Seminário).

26.

Fazendo Negócios com a Índia. 2004. (Seminário).

27.

III Encontro Anual dos Estudantes de Administração Pública. 2004. (Encontro).

28.

Criminologia Latino-Americana: Aspectos Políticos e Sociais da Criminalidade e da Violência na América Latina. 2003. (Seminário).

29.

Defendendo os Direitos Humanos. 2003. (Seminário).

30.

Temas Atuais do Direito Brasileiro. 2002. (Seminário).

Organização de eventos, congressos, exposições e feiras

1.

ANSALONI BARBOSA, F. J.. III Fomenta Minas ? Encontro de Oportunidades para as Micro e Pequenas Empresas nas Compras Governamentais. 2011. (Congresso).

2.

300090

ANSALONI BARBOSA, F. J. Seminário A Responsabilidade da Administração Municipal na Implementação da Lei no 123/2006 ? Estatuto de Micro e Pequena Empresa. 2010. (Outro).

3.

ANSALONI BARBOSA, F. J. II Fomenta Minas ? Encontro de Oportunidades para as Micro e Pequenas Empresas nas Compras Governamentais. 2010. (Congresso).

4.

ANSALONI BARBOSA, F. J. Fomenta Minas ? Encontro de Oportunidades para as Micro e Pequenas Empresas nas Compras Governamentais. 2009. (Congresso).

Outras informações relevantes

Aprovado, em abril de 2009, no Exame da OAB-MG ? No. Inscrição: 90400401/04/2009; Membro do Grupo de Acesso a Mercados do Fórum Permanente Mineiro das Micro e Pequenas Empresas - FOPEMIMPE; Conselheiro do Conselho Estadual do Trabalho, Emprego e Geração de Renda - CETER; Ex-Membro da Consultoria Jr. da Fundação João Pinheiro. Instituição prestadora de serviços de consultoria na área de administração pública: entre 2002 e 2005; Ex-Membro da Diretoria de Ensino e Pesquisa do Centro Acadêmico Afonso Pena (Faculdade de Direito da UFMG), gestão 2003-2004. Conhecimentos de Informática: Internet e MS-Office (Windows, Word, Excel, PowerPoint, Project e Outlook);



Tatiana Martins da Costa Camarão

Endereço para acessar este CV: <http://lattes.cnpq.br/6430077006221554>

ID Lattes: **6430077006221554**

Última atualização do currículo em 21/05/2024

Possui graduação em Direito pela Universidade Federal de Minas Gerais (1993) e mestrado em Direito pela Universidade Federal de Minas Gerais (1997). Diretora de Relações Institucionais do Instituto Mineiro de Direito Administrativo - IMDA e Professora da Pós-Graduação da PUC/MG. Palestrante e coautora dos livros Licitações e contratos: aspectos relevantes (2. ed. Belo Horizonte: Fórum, 2008). Termo de Referência (4. ed. Belo Horizonte: Fórum, 2014), Processo Administrativo: Comentários à Lei n 9.784/99 (2. ed. Belo Horizonte: Fórum, 2009) e Manual prático do pregão (Belo Horizonte: Mandamentos, 2006). COMENTÁRIOS À LEI DE LICITAÇÕES E CONTRATOS ADMINISTRATIVOS V.01 e V.02. (Belo Horizonte: Fórum, 2022). Tem experiência na área de Direito, com ênfase em Direito Administrativo, atuando principalmente nos seguintes temas: licitação, servidor público, direito administrativo e processo administrativo. **(Texto informado pelo autor)**

Identificação

Nome

Tatiana Martins da Costa Camarão

Nome em citações bibliográficas

CAMARAO, T. M. C.

Lattes iD



<http://lattes.cnpq.br/6430077006221554>

Endereço

Formação acadêmica/titulação

1995 - 1997

Mestrado em Direito.
Universidade Federal de Minas Gerais,
UFMG, Brasil.
Título: Sistema de Registro de Preços, Ano
de Obtenção: 2002.
Orientador: Pedro Paulo de Almeida
Dutra.
Bolsista do(a): Conselho Nacional de

Desenvolvimento Científico e Tecnológico,
CNPq, Brasil.

1989 - 1993

Graduação em Direito.
Universidade Federal de Minas Gerais,
UFMG, Brasil.

Formação Complementar

2021 - 2021

Webinar - Proteção de Dados Pessoais no
TJMG. (Carga horária: 1h).
Escola Judicial Desembargador Edésio
Fernandes, EJEJ, Brasil.

2021 - 2021

Introdução à Aprendizagem em Gestão de
Riscos. (Carga horária: 6h).
Escola Judicial Desembargador Edésio
Fernandes, EJEJ, Brasil.

2021 - 2021

LGPD e o Compliance Penal. (Carga
horária: 24h).
Escola Judicial Desembargador Edésio
Fernandes, EJEJ, Brasil.

2020 - 2020

I Jornada de Direito Administrativo
Comissão 4 - Licitações, Contratos ADM.
(Carga horária: 12h).
Centro de Estudos Judiciários, CEJ,
Portugal.

2020 - 2020

Curso Código de Conduta do TJMG -
Programa de Integridade. (Carga horária:
4h).
Escola Judicial Desembargador Edésio
Fernandes, EJEJ, Brasil.

2020 - 2020

Programa de Compliance e Proteção de
Dados. (Carga horária: 4h).
OPICE BLUM ACADEMY, OPICE BLUM
ACADE, Brasil.

2020 - 2020

LGPD aplicada a contratos. (Carga horária: 4h).
OPICE BLUM ACADEMY, OPICE BLUM ACADE, Brasil.

2019 - 2019

Compliance. (Carga horária: 30h).
Fundação Getúlio Vargas, FGV, Brasil.

2019 - 2019

13º Curso de Formação Inicial de Juízes de Direito Substituto. (Carga horária: 4h).
Escola Judicial Desembargador Edésio Fernandes, EJEJ, Brasil.

2015 - 2015

Encontro Internacional para Desenvolvimento da Educação Fiscal. (Carga horária: 32h).
EUROSOCIAL, EUROSOCIAL, Brasil.

Atuação Profissional

Qualificare Consultoria, Assessoria, Treinamento Ltda, QCAT, Brasil.

Vínculo institucional

2010 - Atual

Vínculo: Sócia, Enquadramento Funcional: Sócia

Escola Superior de Advocacia de OAB/MG, OAB-ESA, Brasil.

Vínculo institucional

2010 - Atual

Vínculo: Colaborador, Enquadramento Funcional: Coordenadora dos Cursos de Direito Público

Outras informações

Na área de Direito Administrativo.

Instituto de Ensino Superior de João Monlevade, IES, Brasil.

Vínculo institucional**2006 - 2007**

Vínculo: Celetista formal, Enquadramento
Funcional: Professora - Pós Graduação

Atividades**03/2006 -
08/2007**

Ensino, direito e Administração pública,
Nível: Pós-Graduação

Disciplinas ministradas
Licitações e Contratos

**06/2005 -
12/2005**

Ensino, Processo Administrativo, Nível:
Pós-Graduação

Disciplinas ministradas
Processo Administrativo

Centro Universitário UNA, UNA, Brasil.

Vínculo institucional**2005 - 2017**

Vínculo: Professora, Enquadramento
Funcional: Professora, Carga horária: 20

Atividades**08/2008 - Atual**

Ensino, Direito, Nível: Pós-Graduação

Disciplinas ministradas
Direito Administrativo

08/2005 - Atual

Direção e administração, Coordenação.

Cargo ou função
Coordenadora da Atividade Complementar
e da Oficina Jurídica do Centro
Universitário.

Ouvidoria Geral do Estado de Minas Gerais, OGEMG, Brasil.

Vínculo institucional

2005 - 2006

Vínculo: Assessora Jurídica II,
Enquadramento Funcional: Assessora
Jurídica II

Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais - Arcos, PUC-MG, Brasil.

Vínculo institucional

2005 - 2005

Vínculo: , Enquadramento Funcional:
Professora - Pós Graduação

Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais - Unidade BH, PUC-MG, Brasil.

Vínculo institucional

2005 - 2005

Vínculo: , Enquadramento Funcional:
Professora - Pós Graduação

Fundação Superior de Passos, FSP, Brasil.

Vínculo institucional

2005 - 2005

Vínculo: , Enquadramento Funcional:
Professora - Pós Graduação

**Outras
informações**

CURSO DE POS-GRADUAÇÃO ?LATO
SENSU? EM DIREITO DIREITO
ADMINISTRATIVO.

Fundação Ezequiel Dias, FUNED, Brasil.

Vínculo institucional

2003 - 2004

Vínculo: Contratada, Enquadramento
Funcional: Procuradora

Vínculo institucional

2000 - 2001

Vínculo: Consultoria, Enquadramento
Funcional: assessoria jurídica

Atividades

**01/2003 -
02/2004**

Direção e administração, Procuradoria.

Cargo ou função
Cargo administrativo.

Fundação de Educação para o Trabalho de Minas Gerias, UTRAMIG, Brasil.

Vínculo institucional

2003 - 2003

Vínculo: Contratada, Enquadramento
Funcional: Consultoria Jurídica, Carga
horária: 5

Faculdade Metodista Izabela Hendrix, FMIH, Brasil.

Vínculo institucional

2002 - 2007

Vínculo: Contratada, Enquadramento
Funcional: Professora, Carga horária: 6

Atividades

**09/2003 -
12/2007**

Ensino, Direito, Nível: Pós-Graduação

Disciplinas ministradas
Direito Administrativo

Instituto de Direito Municipal, IDM, Brasil.

Vínculo institucional

2002 - 2002

Vínculo: Celetista formal, Enquadramento
Funcional: 20

Escola Superior do Ministério Público, ESMP, Brasil.

Vínculo institucional

2001 - 2006

Vínculo: Contratada, Enquadramento
Funcional: professora, Carga horária: 20

Atividades

11/2001 - Atual

Ensino, Direito Público, Nível: Pós-
Graduação

Disciplinas ministradas
Licitação e Contratos Administrativos

Secretaria de Desenvolvimento Urbano, SEDU, Brasil.

Vínculo institucional

1998 - 2000

Vínculo: Colaborador, Enquadramento
Funcional: Pesquisadora

**Outras
informações**

Pesquisadora que resultaram na legislação
inerente à formação e ao funcionamento
de Consórcios Municipais.

Fundação João Pinheiro, FJP, Brasil.

Vínculo institucional**1997 - 1998**

Vínculo: Contratada, Enquadramento
Funcional: Professora, Carga horária: 20

Atividades**01/2005 -
06/2005**

Ensino, Administração Pública, Nível: Pós-
Graduação

Disciplinas ministradas
Processualidade Administrativa

Escritório Advocacia Vale Martins, EAVM, Brasil.

Vínculo institucional**1995 - 2003**

Vínculo: Contratada, Enquadramento
Funcional: Advogada, Carga horária: 20

Secretaria de Estado de Saúde de Minas Gerais, SES-MG, Brasil.

Vínculo institucional**1995 - 1999**

Vínculo: Contratada, Enquadramento
Funcional: Assessora Jurídica, Carga

horária: 30

**Outras
informações**

Realizou trabalhos financiados pelo BIRD e BID.

Fundação Hospitalar do Estado de Minas Gerais, FHEMIG, Brasil.

Vínculo institucional

1995 - 1997

Vínculo: Contratada, Enquadramento
Funcional: Assessora Jurídica, Carga
horária: 30

Tribunal de justiça de Minas Gerais, TJMG, Brasil.

Vínculo institucional

2018 - Atual

Vínculo: Servidor Público, Enquadramento
Funcional: Assessora da Presidência,
Regime: Dedicação exclusiva.

Programas das Nações Unidas para o Desenvolvimento no Brasil, PNUD BRASIL, Brasil.

Vínculo institucional

2021 - 2021

Vínculo: Professora no Módulo VIII,
Enquadramento Funcional: Professora no
Módulo VIII, Carga horária: 2

**Outras
informações**

Atuou como Professora no Módulo VIII do Curso Modular em Laboratório de Inovação, Centro de Inteligência e Objetivos do Desenvolvimento Sustentável, promovido pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento ? PNUD e Conselho Nacional de Justiça ? CNJ em parceria com a Associação Paranaense de Juizes Federais ? APAJUFÉ e o Conselho da Justiça Federal ? CJF, na modalidade a distância, no período de 19 de maio a 23 de junho de 2021, perfazendo o total de 2 (duas) horas/aula

Áreas de atuação

1.

Grande área: Ciências Sociais Aplicadas /
 Área: Direito / Subárea: Direito
 Público/Especialidade: Direito
 Administrativo.

2.

Grande área: Ciências Sociais Aplicadas /
 Área: Direito / Subárea: Direito Público.

Idiomas

Inglês

Compreende Razoavelmente, Fala
 Razoavelmente, Lê Razoavelmente,
 Escreve Razoavelmente.

Espanhol

Compreende Razoavelmente, Fala
 Razoavelmente, Lê Razoavelmente,
 Escreve Razoavelmente.

Prêmios e títulos

2021

Pioneirismo ao Criar Programa de Integridade do Poder Judiciário, Tribunal de Justiça Militar do Minas Gerais - Tribunal do Estado Democrático de Direito.

2019

Colar Mulheres da Inconfidência Mineira,
Ordem dos Cavaleiros da Inconfidência
Mineira.

2018

Colar do Mérito do Tribunal de Contas do
Piauí, Tribunal de Contas do Piauí.

2016

Menção Honrosa no Projeto Colaborativo
Noções de Educação Fiscal, Centro
Universitário UNA - Anima Educação.

2015

Comenda Direito e Cidadania, Câmara
Municipal de Belo Horizonte.

1993

Oradora da turma de formandos de Direito,
UFMG.

Produções

Produção bibliográfica

Artigos completos publicados em periódicos

Ordenar por

Ordem Cronológica



1.

CAMARAO, T. M. C.; PEREIRA, M. F. P. C. . A Inexibilidade de
licitação para a contratação de serviços jurídicos à luz da Nova
Lei de Licitações. SLC - Solução em Licitações e Contratos, v. 39,
p. 77-80, 2021.

2.

CAMARAO, T. M. C.. Estudo Técnico Preliminar: arquitetura,
conteúdo, obrigatoriedade e a previsão no PL 1292/95. FORUM
ADMINISTRATIVO, v. 1, p. 1-1, 2020.

3.

CAMARAO, T. M. C.; FORTINI, C. . A busca por procedimentos
mais singelos na tradicional dispensa de emergência:

aprendizados do COVID-19.. FÓRUM ADMINISTRATIVO, v. 1, p. 1, 2020.

4.

CAMARAO, T. M. C.; DOMINGUES, J. . Medida Provisória: 951 ? reflexões sobre a adoção da dispensa de licitação para registro de preços pelos municípios.. FORUM ADMINISTRATIVO, v. 1, p. 1, 2020.

5.

CAMARAO, T. M. C.; LINHARES, C. P. . Os impactos da pandemia do COVID-19 nas contratações públicas: a hora e a vez da mediação.. FORUM ADMINISTRATIVO, v. 1, p. 1, 2020.

6.

CAMARAO, T. M. C.. Os impactos da pandemia do COVID-19 nas contratações públicas: a hora e a vez da mediação? citado na matéria Artigo discute a mediação como alternativa para apaziguar impactos da COVID-19 nas contratações públicas,. FORUM ADMINISTRATIVO, v. 1, p. 1, 2020.

7.

CAMARAO, T. M. C.. O PL nº 1292/95 e a importância do planejamento das contratações. Forum de Contratação e Gestão Pública, v. 1, p. 1-1, 2019.

8.

CAMARAO, T. M. C.. Alguns Apontamentos sobre Pregão Presencial e Eletrônico. Boletim de Licitações e Contratos, v. 5, p. 462-466, 2006.

9.

CAMARAO, T. M. C.. Aspectos Relevantes do Pregão. Fórum de contratação e gestão pública, Belo Horizonte, v. 36, p. 4753-4758, 2004.

10.

CAMARAO, T. M. C. A Aplicação da Lei nº 9.784/99, à Lei de Licitações e Contratos Administrativos. Revista do Curso de Direito (Nova Lima), v. 4, p. 169-174, 2004.

11.

CAMARAO, T. M. C. Análise da Influência da Lei 9784/99 que Regula o Processo Administrativo no Âmbito da Administração Pública, Sobre a Lei de Licitações e Contratos Administrativos. RAP. Revista Brasileira de Administração Pública ~~CR~~, v. -, p. -, 2000.

Livros publicados/organizados ou edições

1.

CAMARAO, T. M. C.; CASTRO, R. P. A. ; CUNHA, W. L. A. . Plano de Intensificação do Teletrabalho nos Órgãos e Entidades Públicas.. 35. ed. Belo Horizonte - Minas Gerais: Editora FORUM, 2020. 233p .

2.

Jair Eduardo Santana ; **CAMARAO, T. M. C.** ; CHRISPIM, A. C. D. . Termo de Referência: O impacto da especificação do objeto e do termo de referência na eficácia das licitações e contratos. 6. ed. Belo Horizonte: Forum, 2016. v. 1. 203p .

3.

Jair Eduardo Santana ; **CAMARAO, T. M. C.** ; CHRISPIM, A. C. D. . Gestão e Fiscalização de Contratos Administrativos. 1. ed. Belo Horizonte: Fórum, 2015. v. 1. 210p .

4.

CAMARAO, T. M. C.; FORTINI, Cristiana ; PEREIRA, M. F. P. C. . Comentários à Lei n. 9.784/199. Belo Horizonte: Editora Fórum, 2008.

5.

CAMARAO, T. M. C.; FORTINI, Cristiana ; PEREIRA, M. F. P. C. . Licitações e Contratos: aspectos relevantes. 1. ed. Belo Horizonte: Forum, 2007. v. 1000. 143p .

6.

CAMARAO, T. M. C.; GUSMAO, F. ; PEREIRA, F. C. . Manual Prático do Pregão Presencial. 1. ed. Belo Horizonte: Mandamentos, 2006. v. 1. 155p .

Capítulos de livros publicados

1.

CAMARAO, T. M. C.. PROTEÇÃO DE DADOS NO ÂMBITO DO PODER JUDICIÁRIO. In: Rodrigo Pironti. (Org.). Lei Geral de Proteção de Dados no Setor Público. 1ed.Belo Horizonte: FORUM Conhecimento Jurídico, 2021, v. 1, p. 259-274.

2.

CAMARAO, T. M. C.; FORTINI, Cristiana . O Presente e o Futuro das Contratações e o COVID-19. In: Tatiana Camarão; Cristiane Fortini. (Org.). Direito em Tempo de Crise - Covid-19 - Volume 4 - Administrativo e Controle. 1ed.São Paulo: Editora Quartier Latin do Brasil, 2020, v. 4, p. 225-238.

3.

CAMARAO, T. M. C.. A CONTRATAÇÃO PÚBLICA COMO INSTRUMENTO DE FOMENTO A INTEGRIDADE E NÃO A CORRUPÇÃO. COMPLIANCE NO SETOR PÚBLICO. 1ed.Belo Horizonte: FORUM Conhecimento Jurídico, 2020, v. 1, p. 375-389.

4.

CAMARAO, T. M. C.. Ponderações Sobre a Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais no Poder Público. In: Augusto Neves Dal Pozzo; Ricardo Marcondes Martins. (Org.). LGPD e Administração Pública: uma análise ampla dos impactos. 1ed.São Paulo: Thomson Reuters Brasil, 2020, v. 1, p. 137-146.

5.

CAMARAO, T. M. C.. O Compliance Público Precisa ser Diferente do Privado?. In: ANDRADE, Renato Campos; SOUZA, Fernanda Nunes Coelho Lana e; TOMAGNINI, Flávia Neves; UCHOA, Maria Raquel de Souza Lima. (Org.). Compliance em

Perspectiva: abrangência, especificidades, mecanismos de atuação e a salvaguarda das organizações. 1ed. Belo Horizonte: D'Plácido, 2019, v. 1, p. 313-328.

6.

CAMARAO, T. M. C. Criação, alteração e extinção de cargo público. In: Cristiana Fortini. (Org.). Servidor Público: estudos em homenagem ao professor Pedro Paulo de Almeida Dutra.. 1ed. Belo Horizonte: Fórum, 2009, v. 1, p. 287-304.

Textos em jornais de notícias/revistas

1.

CAMARAO, T. M. C. Implementação de programas de integridade na esfera pública: uma análise do acórdão nº 1.905/2017, do Tribunal de Contas da União. Controle em Foco: Revista do MPC-MG, MPC-MG, p. 73 - 80, 01 jun. 2021.

2.

CAMARAO, T. M. C. Lei Anticorrupção Empresarial e o impedimento de contratar com o governo. Opinião, CONJUR, p. 1 - 1, 13 mar. 2019.

3.

CAMARAO, T. M. C. Necessidade da Regulamentação da Lei Anticorrupção Empresarial. Opinião, Conjur, p. 1 - 1, 19 dez. 2018.

4.

CAMARAO, T. M. C. Cuidados na Preparação de Licitações. Direito e Justiça, Jornal Estado de Minas, p. 1 - 1, 06 jun. 2017.

5.

CAMARAO, T. M. C. Das Vantagens e Desvantagens do Regime Diferenciado da Contratações: Reflexões e Perspectiva. Ensaio, Belo Horizonte, p. 13 - 17, 01 abr. 2014.

Apresentações de Trabalho

1.

CAMARAO, T. M. C.. Conectados com o Controle. 2021. (Apresentação de Trabalho/Conferência ou palestra).

2.

CAMARAO, T. M. C.. Palestra Gestão Pública do Poder Judiciário. 2021. (Apresentação de Trabalho/Conferência ou palestra).

3.

CAMARAO, T. M. C.. Aplicabilidade da Lei Geral de Proteção de Dados na Justiça Militar de Minas Gerais. 2021. (Apresentação de Trabalho/Conferência ou palestra).

4.

CAMARAO, T. M. C.. Inovação Aberta e Contratação Pública. 2021. (Apresentação de Trabalho/Conferência ou palestra).

5.

CAMARAO, T. M. C.. PL 10887/17 Improbidade: O que comemorar e o que lamentar. 2021. (Apresentação de Trabalho/Outra).

6.

CAMARAO, T. M. C.. Planejamento na Lei 14.133/2021: por onde começar?.. 2021. (Apresentação de Trabalho/Seminário).

7.

CAMARAO, T. M. C.. Seminário Lei Geral de Proteção de Dados. 2020. (Apresentação de Trabalho/Seminário).

8.

CAMARAO, T. M. C.. Encontro Nacional de Tecnologia, Inovação e Cultura. 2020. (Apresentação de Trabalho/Conferência ou palestra).

9.

CAMARAO, T. M. C. A aplicação da Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais no Cotidiano do Poder Judiciário e do Superior Tribunal de Justiça. 2020. (Apresentação de Trabalho/Conferência ou palestra).

10.

CAMARAO, T. M. C. A Tensa Relação entre o Pregoeiro e a Fase de Planejamento. 2020. (Apresentação de Trabalho/Conferência ou palestra).

11.

CAMARAO, T. M. C. Programa de Integridade nas Contratações Públicas e Da IN1 - Plano Anual de Contratações. 2020. (Apresentação de Trabalho/Conferência ou palestra).

12.

CAMARAO, T. M. C. Pesquisa de Preço: O que ela nos mostra? O que o Controle vê? E o que ela fundamenta?. 2020. (Apresentação de Trabalho/Conferência ou palestra).

13.

CAMARAO, T. M. C. A Governança nas Contratações Públicas para Professores de Renome na área de Gestão Pública no País. 2020. (Apresentação de Trabalho/Conferência ou palestra).

14.

CAMARAO, T. M. C. Estudos Avançados do Pregão e o Papel do Pregoeiro. 2020. (Apresentação de Trabalho/Outra).

15.

CAMARAO, T. M. C. Os Consórcios Públicos e as Compras Consorciadas. 2020. (Apresentação de Trabalho/Conferência ou palestra).

16.

Tatiana Camarão ; **CAMARAO, T. M. C.** . Mudanças em licitações e contratos: inovações, boas práticas e

aprimoramentos. 2019. (Apresentação de Trabalho/Conferência ou palestra).

17.

CAMARAO, T. M. C.. Fase Interna da Licitação: Cuidados, Inovação e Boas Práticas. 2019. (Apresentação de Trabalho/Conferência ou palestra).

18.

CAMARAO, T. M. C.. Governança, Compliance e integridade na Administração Pública: do Discurso à prática. 2019. (Apresentação de Trabalho/Conferência ou palestra).

19.

CAMARAO, T. M. C.. XI Congresso Mineiro de Direito Administrativo. 2019. (Apresentação de Trabalho/Congresso).

20.

CAMARAO, T. M. C.. Workshop Governança e Integridade. 2019. (Apresentação de Trabalho/Conferência ou palestra).

21.

CAMARAO, T. M. C.. XVII Fórum Brasileiro de Contratação & Gestão Pública. 2019. (Apresentação de Trabalho/Congresso).

22.

CAMARAO, T. M. C.. Aspectos Polêmicos da Fase Interna da Licitação. 2019. (Apresentação de Trabalho/Congresso).

23.

CAMARAO, T. M. C.. Política de Integridade no Ambiente Público: a lei anticorrupção. 2019. (Apresentação de Trabalho/Conferência ou palestra).

24.

CAMARAO, T. M. C.. 3º Congresso Brasileiro de Boas Práticas em Contratos e Compras Públicas. 2019. (Apresentação de

Trabalho/Conferência ou palestra).

25.

CAMARAO, T. M. C.. 5º Fórum de Boas Práticas de Auditoria e Controle Interno do Poder Judiciário. 2019. (Apresentação de Trabalho/Conferência ou palestra).

26.

CAMARAO, T. M. C.. Governança, Gestão de Risco e Compliance: uma nova realidade para Administração Pública. 2019. (Apresentação de Trabalho/Conferência ou palestra).

27.

CAMARAO, T. M. C.. Inteligência Artificial e novas ferramentas para ganhos de eficiência nas Contratações públicas: o que diz o PL 1292/95?. 2019. (Apresentação de Trabalho/Outra).

28.

CAMARAO, T. M. C.. Os Pilares do Programa de Integridade nas Estatais. 2019. (Apresentação de Trabalho/Conferência ou palestra).

29.

CAMARAO, T. M. C.. O impacto da nova lei de licitações nas compras públicas dos pequenos municípios. 2019. (Apresentação de Trabalho/Conferência ou palestra).

30.

CAMARAO, T. M. C.. Governança, integridade e planejamento nas contratações: como transformar conceitos abstratos em instrumentos práticos?. 2019. (Apresentação de Trabalho/Conferência ou palestra).

31.

CAMARAO, T. M. C.. Contratação Pública sob um olhar cíclico: o que devo considerar no planejamento?. 2019. (Apresentação de Trabalho/Conferência ou palestra).

32.

Tatiana Camarão ; **CAMARAO, T. M. C.** . Principais dúvidas sobre a Fase Interna da Licitação. 2018. (Apresentação de Trabalho/Conferência ou palestra).

33.

CAMARAO, T. M. C.. Licitações: contratações eficientes e prevenção da corrupção. 2018. (Apresentação de Trabalho/Conferência ou palestra).

34.

CAMARAO, T. M. C.. Construindo Sistemas de Integridade no setor público. 2018. (Apresentação de Trabalho/Seminário).

35.

CAMARAO, T. M. C.. O Futuro das Licitações. 2018. (Apresentação de Trabalho/Conferência ou palestra).

36.

CAMARAO, T. M. C.. Pregão, Registro de Preços e Efeito Carona: Reflexões Atuais. 2018. (Apresentação de Trabalho/Conferência ou palestra).

37.

CAMARAO, T. M. C.. Compliance Público. 2018. (Apresentação de Trabalho/Conferência ou palestra).

38.

CAMARAO, T. M. C.. Qualidade nos Gastos Públicos. 2018. (Apresentação de Trabalho/Conferência ou palestra).

39.

CAMARAO, T. M. C.. Contratação Pública aos 25 anos da Lei nº 8.666/93. 2018. (Apresentação de Trabalho/Conferência ou palestra).

40.

CAMARAO, T. M. C. Debates para Integridade. 2018. (Apresentação de Trabalho/Outra).

41.

CAMARAO, T. M. C. A Relevância dos Tribunais de Contas no Controle das Contratações Municipais. 2018. (Apresentação de Trabalho/Conferência ou palestra).

42.

CAMARAO, T. M. C. Sistemas de registros de preços e pregão presencial: aspectos relevantes. 2018. (Apresentação de Trabalho/Conferência ou palestra).

43.

CAMARAO, T. M. C. Lei anticorrupção: um instrumento desconsiderado pela Administração Pública? ? proposições para garantir a probidade da contratação pública. 2018. (Apresentação de Trabalho/Conferência ou palestra).

44.

CAMARAO, T. M. C. Presidente de Mesa. 2018. (Apresentação de Trabalho/Outra).

45.

CAMARAO, T. M. C. Reflexões sobre o Fiscal de Contratos e Boas Práticas de Gestão. 2018. (Apresentação de Trabalho/Conferência ou palestra).

46.

CAMARAO, T. M. C. I Congresso Brasileiro da Advocacia Municipalista. 2018. (Apresentação de Trabalho/Congresso).

47.

CAMARAO, T. M. C. A Sinergia entre o Compliance Público e o Privado. 2017. (Apresentação de Trabalho/Conferência ou palestra).

48.

CAMARAO, T. M. C.. Mecanismos de integridade e a sinergia entre o compliance público e privado. 2017. (Apresentação de Trabalho/Conferência ou palestra).

49.

CAMARAO, T. M. C.. Benefícios do Programa de compliance, os pontos da Lei Anticorrupção Empresarial (Lei n. 12.846/13). 2017. (Apresentação de Trabalho/Conferência ou palestra).

50.

CAMARAO, T. M. C.. Boas Práticas de Gestão: Valorização da Qualidade das Contratações. 2017. (Apresentação de Trabalho/Conferência ou palestra).

51.

CAMARAO, T. M. C.. Ações Afirmativas nas Licitações e nos concursos públicos. 2017. (Apresentação de Trabalho/Congresso).

52.

CAMARAO, T. M. C.. Compras públicas sustentáveis no Termo de Referência. 2017. (Apresentação de Trabalho/Seminário).

53.

CAMARAO, T. M. C.. Integridade e Administração Pública. 2016. (Apresentação de Trabalho/Conferência ou palestra).

54.

CAMARAO, T. M. C.. A Lei nº 13.303/2016 de Compliance das Empresas Públicas e o Novo Programa para Compras Sustentáveis pelas Empresas. 2016. (Apresentação de Trabalho/Conferência ou palestra).

55.

CAMARAO, T. M. C.. Regras e Cautelas para especificação do objeto no Termo de Referência. 2016. (Apresentação de

Trabalho/Conferência ou palestra).

56.

CAMARAO, T. M. C. Pesquisas de Preços e Fraudes em Licitações. 2016. (Apresentação de Trabalho/Conferência ou palestra).

57.

CAMARAO, T. M. C. A Nova Lei Anticorrupção Empresarial. 2016. (Apresentação de Trabalho/Conferência ou palestra).

58.

CAMARAO, T. M. C. Desafios Contemporâneos do Direito Administrativo Brasileiro. 2016. (Apresentação de Trabalho/Conferência ou palestra).

59.

CAMARAO, T. M. C. Licitações e Contratos: Dificuldades na especificação do objeto e possíveis soluções. 2016. (Apresentação de Trabalho/Conferência ou palestra).

60.

CAMARAO, T. M. C. Cuidados na Elaboração do Termo de Referência em Licitações. 2015. (Apresentação de Trabalho/Conferência ou palestra).

61.

Tatiana Camarão ; **CAMARAO, T. M. C.** . Termo de Referência e seu impacto nas contratações públicas. 2014. (Apresentação de Trabalho/Conferência ou palestra).

62.

CAMARAO, T. M. C. Termo de Referência e seu impacto nas contratações públicas. 2014. (Apresentação de Trabalho/Conferência ou palestra).

63.

Tatiana Camarão ; **CAMARAO, T. M. C.** . Cuidados na Elaboração do Termo de Referência. 2014. (Apresentação de Trabalho/Conferência ou palestra).

64.

Tatiana Camarão ; **CAMARAO, T. M. C.** . VIII Congresso Mineiro de Direito Administrativo. 2013. (Apresentação de Trabalho/Congresso).

65.

CAMARAO, T. M. C.. Mesa de Debate: Inovações na Legislação sobre Licitações. 2013. (Apresentação de Trabalho/Outra).

66.

CAMARAO, T. M. C.. Pregão e as entidades do Terceiro Setor. 2009. (Apresentação de Trabalho/Congresso).

Outras produções bibliográficas

1.

★ **CAMARAO, T. M. C.**. Orientação para implantação dos Consórcios Intermunicipais no Estado do Paraná 1998 (Manual).

2.

★ **CAMARAO, T. M. C.**. Consórcio Intermunicipal de Saúde 1996 (Manual).

3.

★ **CAMARAO, T. M. C.**. Convite - SES/MG 1996 (Manual).

4.

★ **CAMARAO, T. M. C.**. Comissão de Licitação 1995 (Manual).

5.

★ **CAMARAO, T. M. C.** Convênios - SES-MG 1995 (Manual).

Produção técnica

Entrevistas, mesas redondas, programas e comentários na mídia

1.

CAMARAO, T. M. C. III Seminário de Governança e Gestão das Contratações. 2021. (Programa de rádio ou TV/Mesa redonda).

2.

CAMARAO, T. M. C. Nova Lei de Licitações traz definição mais clara do termo de referência, afirma especialista. 2020. (Programa de rádio ou TV/Entrevista).

3.

CAMARAO, T. M. C. Instrumentos Preparatórios ao processo de compras públicas. 2019. (Programa de rádio ou TV/Entrevista). 📺

4.

CAMARAO, T. M. C. Bate-Pronto sobre Compliance. 2018. (Programa de rádio ou TV/Entrevista). 📺

5.

CAMARAO, T. M. C. A Nova Lei das Estatais. 2016. (Programa de rádio ou TV/Entrevista). 📺

6.

CAMARAO, T. M. C. Observatório Feminino. 2016. 📺

Redes sociais, websites e blogs

1.

CAMARAO, T. M. C.. Tatiana Camarão. 2015; Tema: Tatiana Camarão. (Rede social).

2.

CAMARAO, T. M. C.. tatianacamarao.com.br. 2015; Tema: Site. (Rede social).

Demais tipos de produção técnica

1.

CAMARAO, T. M. C.. Nova Lei de Licitações e Contratos Administrativos Nº 14.133/21. 2024. .

2.

CAMARAO, T. M. C.. 1ª etapa teórica do ?Curso Aplicação da Nova Lei de Licitações no TJMG. 2023. .

3.

CAMARAO, T. M. C.. Análise de perfil dos contratados do TJMG: capacitação para gestores e fiscais de contrato. 2022. .

4.

CAMARAO, T. M. C.. Palestrante da Nova Lei de licitações e contratos administrativos - A Governança e a Fase Preparatória da Contratação. 2021. (Curso de curta duração ministrado/Especialização).

5.

CAMARAO, T. M. C.. Política de Integridade das Contratações e da Transparência nas Contratações Públicas. 2021. (Curso de curta duração ministrado/Especialização).

6.

CAMARAO, T. M. C.. 3º CURSO ON-LINE DE CAPACITAÇÃO. 2021. (Curso de curta duração ministrado/Especialização).

7.

CAMARAO, T. M. C.. Ciclo de palestras sobre a Lei Geral de Proteção de Dados - As Repercussões da LGPD nos Órgãos Governamentais. 2021. (Curso de curta duração ministrado/Especialização).

8.

CAMARAO, T. M. C.. Privacidade e Proteção de Dados Pessoais: In Company para o TJMG, classificado pela EJEJF como essencial. 2021. .

9.

CAMARAO, T. M. C.. Nova Lei de Licitações - 1ª Edição,, 2021. (Curso de curta duração ministrado/Especialização).

10.

CAMARAO, T. M. C.. Nova Lei de Licitações - 2ª Edição. 2021. .

11.

CAMARAO, T. M. C.. In Company do Tribunal de Contas do Estado de Goiás - TCE/GO sobre a Nova Lei de Licitações. 2021. .

12.

CAMARAO, T. M. C.. Modalidades de Licitação e o Regime Diferenciado de Contratações Públicas. 2021. (Curso de curta duração ministrado/Especialização).

13.

CAMARAO, T. M. C.. Nova Lei de Licitações e Contratos Administrativos. 2021. (Curso de curta duração ministrado/Especialização).

14.

CAMARAO, T. M. C.. Procedimento Licitatório. 2021. (Curso de curta duração ministrado/Especialização).

15.

CAMARAO, T. M. C.. Webinar Conectados com o Controle. 2021. (Curso de curta duração ministrado/Especialização).

16.

CAMARAO, T. M. C.. Estudos Técnicos Preliminares (ETP) e Termo de Referência. 2020. (Curso de curta duração ministrado/Especialização).

17.

CAMARAO, T. M. C.. 13º Curso de Formação Inicial de Juízes de Direito Substitutos ? Turma 2, no eixo temático Pacto pela Integridade do TJMG e Plano de Logística Sustentável ? PLS. 2020. .

18.

CAMARAO, T. M. C.. Pregão Eletrônico: Novo Decreto Federal nº 10.024/19 - Mudanças e Impactos. 2019. .

19.

CAMARAO, T. M. C.. 13o. Curso de Formação Inicial de Juízes de Direito Substitutos. 2019. .

20.

CAMARAO, T. M. C.. Trilha de aprendizagem do Programa de Ética e Integridade do TJMG. 2019. (Curso de curta duração ministrado/Especialização).

21.

CAMARAO, T. M. C.. 13º Curso de Formação Inicial de Juízes de Direito Substitutos ? Turma 1, no eixo temático Pacto pela Integridade do TJMG e Plano de Logística Sustentável ? PLS. 2019. .

22.

CAMARAO, T. M. C.. Licitações e Contratos administrativos. 2018. .

23.

CAMARAO, T. M. C.. Termo de Referência e seu impacto na eficácia das contratações públicas, gestão e fiscalização de contratos, registro de preços, credenciamento e contratação direta. 2018. .

24.

CAMARAO, T. M. C.. Termo de Referência e seu impacto na eficácia das contratações públicas, gestão e fiscalização de contratos, registro de preços, credenciamento e contratação direta. 2018. .

25.

CAMARAO, T. M. C.. Termo de Referência: como produzi-lo com excelência. 2018. .

26.

CAMARAO, T. M. C.. SRP - Sistema de Registro de Preços: com as Alterações do recém-publicado Decreto Federal n 9.488/18. 2018. .

27.

CAMARAO, T. M. C.. Curso de Elaboração de Editais de Licitação. 2018. .

28.

CAMARAO, T. M. C.. Capacitação e Atualização de Pregoeiros e Equipe de Apoio. 2018. .

29.

CAMARAO, T. M. C.. Gestão e Fiscalização de Contratos. 2018. .

30.

CAMARAO, T. M. C. Compliance no Poder Judiciário - Caso Prático: o modelo do TJMG. 2018. (Curso de curta duração ministrado/Especialização).

31.

CAMARAO, T. M. C. Termo de Referência e seu impacto na eficácia das contratações públicas. 2017. .

32.

CAMARAO, T. M. C. Termo de Referência: como produzi-lo com excelência. 2017. .

33.

CAMARAO, T. M. C. Termo de Referência. 2017. .

34.

CAMARAO, T. M. C. Treinamento Manual de Compliance. 2017. (Curso de curta duração ministrado/Outra).

35.

CAMARAO, T. M. C. Curso de Formação de Pregoeiro. 2017. .

36.

CAMARAO, T. M. C. Credenciamento. 2017. .

37.

CAMARAO, T. M. C. O termo de Referência e seu impacto na eficácia das licitações e contratações públicas. 2017. .

38.

CAMARAO, T. M. C.; FORTINI, Cristiana . Preparação da licitação, gestão e fiscalização de contratos. 2017. .

39.

CAMARAO, T. M. C.. Capacitação e Formação de Pregoeiros e Equipe de Apoio. 2017. .

40.

CAMARAO, T. M. C.. Compliance - Guia para as Organizações Brasileiras. 2016. (Cartilha).

41.

Tatiana Camarão ; **CAMARAO, T. M. C.** . Gestão e Fiscalização de Contratos. 2014. .

42.

Tatiana Camarão ; **CAMARAO, T. M. C.** . Termo de Referência e Aspectos Polêmicos de Licitação: Registro de Preços. 2014. (Curso de curta duração ministrado/Especialização).

43.

CAMARAO, T. M. C.. Gestão e Fiscalização de Contratos. 2014. .

44.

CAMARAO, T. M. C.. Especificação de Compras e Serviços para a Administração Pública. 2012. (Curso de curta duração ministrado/Especialização).

45.

CAMARAO, T. M. C.. Construção de Itens de Prova. 2012. (Curso de curta duração ministrado/Extensão).

46.

CAMARAO, T. M. C.. Como Identificar Proposta Inexequível e Superfaturada. 2011. .

47.

CAMARAO, T. M. C. Básico de Licitação. 2011. (Curso de curta duração ministrado/Especialização).

48.

CAMARAO, T. M. C. Licitação. 2011. (Curso de curta duração ministrado/Especialização).

49.

CAMARAO, T. M. C. Licitação e Estudo dos Elementos do Termo de Referência. 2011. (Curso de curta duração ministrado/Especialização).

50.

CAMARAO, T. M. C. Gestão e Fiscalização de Contratos. 2011. (Curso de curta duração ministrado/Especialização).

51.

CAMARAO, T. M. C. Curso de Especificações de Compras e Serviços para a Administração Pública. 2010. (Curso de curta duração ministrado/Especialização).

52.

CAMARAO, T. M. C. Capacitação de Pregoeiro. 2010. (Curso de curta duração ministrado/Especialização).

53.

CAMARAO, T. M. C. Licitação. 2010. (Curso de curta duração ministrado/Especialização).

54.

CAMARAO, T. M. C. Curso de Licitação, Pregão e Registro de Preços. 2009. .

55.

CAMARAO, T. M. C. Curso Básico de Licitação. 2009. .

56.

CAMARAO, T. M. C. Curso de Licitação e Contratos Administrativos para iniciantes.. 2009. .

57.

CAMARAO, T. M. C. Palestra sobre o Estudo da Lei 10.520: Pregão Presencial. 2009. .

58.

CAMARAO, T. M. C. Curso de Capacitação de Pregoeiro. 2009. (Curso de curta duração ministrado/Especialização).

59.

CAMARAO, T. M. C. Licitação e Capacitação de Pregoeiro. 2008. (Curso de curta duração ministrado/Especialização).

60.

CAMARAO, T. M. C. Processo Administrativo - Pós Graduação "lato sensu" em Direito Processual. 2008. .

61.

CAMARAO, T. M. C. Licitação, Contratos Administrativos e Pregão. 2007. (Curso de curta duração ministrado/Especialização).

62.

CAMARAO, T. M. C. Sistema de Registro de Preços. 2007. (Curso de curta duração ministrado/Especialização).

63.

CAMARAO, T. M. C. Noções Básicas de Direito Administrativo. 2007. (Curso de curta duração ministrado/Especialização).

64.

CAMARAO, T. M. C.. Direito Administrativo. 2007. (Curso de curta duração ministrado/Especialização).

65.

CAMARAO, T. M. C.. Administração Pública, Licitações e Contratos. 2006. (Curso de curta duração ministrado/Extensão).

66.

CAMARAO, T. M. C.. Contrato Administrativos. 2006. (Curso de curta duração ministrado/Especialização).

67.

CAMARAO, T. M. C.. Licitações e Contratos. 2006. (Curso de curta duração ministrado/Especialização).

68.

CAMARAO, T. M. C.. Pregão Presencial e Eletrônico. 2005. (Curso de curta duração ministrado/Especialização).

69.

CAMARAO, T. M. C.. Processo Administrativo - Pós Graduação. 2005. (Curso de curta duração ministrado/Extensão).

70.

CAMARAO, T. M. C.. Licitações e Contratos Administrativos. 2005. (Curso de curta duração ministrado/Especialização).

71.

CAMARAO, T. M. C.. Licitações e Contratos. 2005. (Curso de curta duração ministrado/Especialização).

72.

CAMARAO, T. M. C.. Licitações e Contratos. 2002. .

73.

CAMARAO, T. M. C. Sistema de Registro de Preços. 2002. .

74.

CAMARAO, T. M. C. Especificação de Compras e Serviços para Administração Pública, 2001. .

75.

CAMARAO, T. M. C. Licitação. 2000. .

76.

CAMARAO, T. M. C. Licitações e Contratos Administrativos. 2000. (Curso de curta duração ministrado/Especialização).

Demais trabalhos

1.

CAMARAO, T. M. C. Pos graduação. 2019 (Curso Ministrado) .

2.

CAMARAO, T. M. C. Pregão Presencial e Eletrônico. 2007 (Curso Ministrado) .

3.

CAMARAO, T. M. C. Pregão. 2007 (Curso Ministrado) .

4.

CAMARAO, T. M. C. Licitações, Contratos Administrativos e Pregão. 2007 (Curso Ministrado) .

5.

CAMARAO, T. M. C.. Pregão Presencial e Eletrônico. 2007 (Curso Ministrado) .

6.

CAMARAO, T. M. C.. Curso de Licitação e Contrato Administrativo pela Assessoria Educacional e Treinamento. 2002 (Cursos ministrados) .

7.

CAMARAO, T. M. C.. Especialização em Direito Administrativo. 2002 (Curso ministrado) .

8.

CAMARAO, T. M. C.. Registro de preços - Microrregião do Médio rio Grande. 2002 (Curso ministrado) .

9.

CAMARAO, T. M. C.. Registro de Preços Microrregião Baixa Mogiana. 2002 (Curso ministrado) .

10.

CAMARAO, T. M. C.. Licitação e Contrato Administrativo - Associação dos Municípios do Vale do Parnaíba - Uberlândia. 2002 (Curso Ministrado) .

11.

CAMARAO, T. M. C.. Licitação e Contrato administrativo - FJP. 2002 (Curso Ministrado) .

12.

CAMARAO, T. M. C.. Licitação e Contrato Administrativo-ESMP. 2001 (Curso ministrado) .

13.

CAMARAO, T. M. C.. Licitação e Contrato Administrativo - FUNCESI. 2001 (Curso ministrado) .

14.

CAMARAO, T. M. C.. Licitação e Contrato administrativo - Vale Martins Advogados Associados. 2001 (Curso ministrado) .

15.

CAMARAO, T. M. C.. Redação e elaboração de atos para documentos licitatórios- Vale Martins Advogados Associados. 2001 (Cursos ministrados) .

16.

CAMARAO, T. M. C.. Licitação e Contrato Administrativo - Microrregião de Baixa Mogiana - Guaxupé. 2001 (Curso ministrado) .

17.

CAMARAO, T. M. C.. Credenciamento - Vale Martins Advogados Associados. 2001 (Curso ministrado) .

18.

CAMARAO, T. M. C.. Registro de Preços - Vale Martins Advogados Associados. 2001 (Curso Ministrado) .

19.

CAMARAO, T. M. C.. Licitação e Contrato administrativo - FUNED. 2001 (Curso Ministrado) .

Bancas

Participação em bancas de comissões julgadoras

Livre docência

1.

CAMARAO, T. M. C.. Prazo prescricional aplicável às ações de indenização por desapropriação indireta.. 2005. FACULDADE IZABELA HENDRIX.

2.

CAMARAO, T. M. C.. A comprovação da atividade especial do contribuinte individual.. 2005. FACULDADE IZABELA HENDRIX.

3.

CAMARAO, T. M. C.. Modelo Previdenciário Brasileiro versus modelo previdenciário chileno um estudo comparativo entre a previdência pública e privada.. 2005. FACULDADE IZABELA HENDRIX.

4.

CAMARAO, T. M. C.. Responsabilidade do Estado por Atos Jurisdicionais.. 2005. UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS.

5.

CAMARAO, T. M. C.. A Responsabilidade Civil omissiva do Estado pelos danos causados aos consorciados nas liquidações extrajudiciais de instituições financeiras.. 2004. FACULDADE IZABELA HENDRIX.

6.

CAMARAO, T. M. C.. Possibilidade Jurídica da iniciativa privada atuar juntamente com o Estado para melhorar o sistema prisional de Minas Gerais.. 2004. FACULDADE IZABELA HENDRIX.

7.

CAMARAO, T. M. C.. Atos de Improbidade Administrativa por violação ao princípio da publicidade e a orientação do Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais.. 2004. FACULDADE IZABELA HENDRIX.

8.

CAMARAO, T. M. C. Do Tombamento e o dever do Estado de Indenizar: Análise Crítica.. 2004. FACULDADE IZABELA HENDRIX.

9.

CAMARAO, T. M. C. Como tratar a competência concorrente dos estados-membros para regular matéria lotérica, em face do princípio federativo.. 2004. FACULDADE IZABELA HENDRIX.

10.

CAMARAO, T. M. C. Cooperativas em Licitação.. 2004. FACULDADE IZABELA HENDRIX.

11.

CAMARAO, T. M. C. Aprovação em Concurso Público e Direito à Nomeação.. 2004. Universidade Federal de Minas Gerais.

12.

CAMARAO, T. M. C. Transação e Improbidade Administrativa.. 2004. Universidade Federal de Minas Gerais.

Eventos

Participação em eventos, congressos, exposições e feiras

1.

Fórum Soteropolitano de Contratações e Gestão Pública.Os desafios para proporcionar um salto de qualidade e eficiência nas contratações públicas. 2024. (Outra).

2.

5º Fórum de Boas Práticas de Auditoria e Controle Interno do Poder Judiciário.Encontro de Sustentabilidade - TJMG. 2023. (Outra).

3.

Encontro de Sustentabilidade - TJMG.Encontro de Sustentabilidade - TJMG. 2023. (Encontro).

4.

A nova Lei de Licitação e Contratos Administrativos (Lei nº 14.133/2021).Fase Interna da Licitação. 2021. (Outra).

5.

Condutas de Integridade e gestão de riscos.Escola Superior do Ministério Público do Estado de Goiás. 2021. (Oficina).

6.

Curso Online para os servidores do Tribunal de Justiça do Distrito Federal e Territórios - TJDFT. A Nova Lei de Licitações: Da fase preparatória à Execução Contratual. 2021. (Exposição).

7.

Fórum de Governança e Gestão Pública do Tribunal Superior Eleitoral.Desafios nas aquisições e nos contratos para a Justiça Eleitoral. 2021. (Outra).

8.

Introdução à Aprendizagem em Gestão de Riscos. 2021. (Seminário).

9.

Palestra Gestão Pública do Poder Judiciário. 2021. (Encontro).

10.

Webinar - Proteção de Dados Pessoais no TJMG.A adequação dos Tribunais à LGPD. 2021. (Simpósio).

11.

4º Congresso Brasileiro de Governança Controle Público e Gestão de Riscos nas Aquisições. Termo de Referência e os impactos da IN 73/20. 2020. (Congresso).

12.

Curso Código de Conduta do TJMG. 2020. (Seminário).

13.

ENASTIC AGU - Encontro Nacional de Tecnologia, Inovação e Cultura. 2020. (Encontro).

14.

II Preview On-Line do Congresso de Direito Digital, Tecnologia e Proteção de Dados. 2020. (Congresso).

15.

I Jornada de Direito Administrativo Comissão 4 - Contratos Administrativos. 2020. (Outra).

16.

LGPD Aplicada a Contratos. 2020. (Seminário).

17.

Programas de Compliance e Proteção de Dados. 2020. (Seminário).

18.

Proteção de Dados Pessoais no Cotidiano do Poder Judiciário e do Superior Tribunal de Justiça. Proteção de Dados Pessoais no Cotidiano do Poder Judiciário e do Superior Tribunal de Justiça. 2020. (Outra).

19.

Seminário Lei Geral de Proteção de Dados. 2020. (Seminário).

20.

2º Congresso Internacional de Proteção de Dados. 2019. (Congresso).

21.

I Fórum de Governança e Gestão de Pessoas do Poder Judiciário. 2019. (Outra).

22.

Oficina de Autoavaliação Trilha de Aprendizagem do Programa de Ética e Integridade do TJMG. 2019. (Oficina).

23.

Oficina de Levantamento e Inventário de Risco Trilha de Aprendizagem do Programa de Ética e Integridade do TJMG. 2019. (Oficina).

24.

Simpósio Internacional Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD). 2019. (Simpósio).

25.

CONGRC 2018 - I Conferência Nacional: Governança, Riscos e Compliance. 2018. (Congresso).

26.

Simpósio de Inteligência do Tribunal de Contas do Estado do Piauí. ELEIÇÕES E O PODER POLÍTICO VICIADOS: A ORIGEM DA CORRUPÇÃO NOS GOVERNOS. 2018. (Congresso).

27.

15º Fórum Brasileiro de Contratação e Gestão Pública. Boas Práticas de Gestão: valorização da qualidade na licitação. 2017. (Seminário).

28.

Combate à Corrupção.Mecanismos de Integridade e a Sinergia entre o Compliance Público e Privado. 2017. (Seminário).

29.

Compliance, sua empresa está preparada?.A sinergia entre o cpmpliance publico e privado. 2017. (Seminário).

30.

ESCOLA DA AGU.Elaboração do Termo de Referência nas Licitações Sustentáveis. 2017. (Seminário).

31.

X Congresso Mineiro de Direito Administrativo. Desafios para a redução das desigualdades. 2017. (Congresso).

32.

X Congresso Mineiro de Direito Administrativo. Ações Afirmativas nas Licitações e nos Concursos Públicos. 2017. (Congresso).

33.

III Ciclo de Palestras da Emater-MG.O Compliance e a Nova Lei das Estatais. 2016. (Outra).

34.

Fórum Nacional de Direito Público.O Regime de Preços na Jurisprudência no TCU e do TCE-MG. 2012. (Outra).

35.

II Congresso Brasileiro de Direito e Sustentabilidade. A Elaboração de Projetos Básicos e Termo de Referência: A observância de padrões de sustentabilidade. 2012. (Congresso).

36.

II Congresso de Licitações e Contratos da Região Norte. Elaboração de Termo de Referência. 2012. (Congresso).

37.

Palestra no Centro de Extensão Faculdade Milton Campos.Improbidade Administrativa. 2011. (Seminário).

38.

VII Congresso Mineiro de Direito Administrativo. Discussões sobre Licitação e Contratação de Publicidade (Lei nº 12.232/10). 2011. (Congresso).

39.

VI Congresso Mineiro de Direito Administrativo. Pregão e as entidades do Terceiro Setor. 2009. (Congresso).

40.

Curso de Capacitação de Pregoeiros da Associação Brasileira das Empresas de Ecoturismo e de Turismo de Aventura.Pregão. 2008. (Outra).

41.

Seminário de Direito Administrativo Promovido pela Ordem dos Advogados do Brasil - Seção de Minas Gerais.Temas Polêmicos do Pregão. 2008. (Seminário).

42.

Curso de Especialização em Direito Sanitário - Pós Graduação "lato sensu" na Escola de Saúde Pública de Minas Gerais.Direito Público III - Direito Administrativo. 2007. (Outra).

43.

Curso de Pregão Presencial e Eletrônico pela Associação dos Municípios da Microrregião do Vale do Paranaíba - AMVAP.Pregão Presencial e Eletrônico. 2007. (Outra).

44.

III Módulo da Oficina Jurídica - Estudo de Casos e Correção das Questões no Centro Universitário Una.Direito Administrativo. 2007. (Outra).

45.

Licitações e Contratos na Subseção da OAB em Viçosa. Licitações e Contratos. 2007. (Seminário).

46.

Seminário de Direito Administrativo do Instituto Mineiro de Direito Administrativo - IMDA. Pregão: Dúvidas Frequentes. 2007. (Seminário).

47.

Curso de Licitação e Contratos do Instituto Brasileiro de Administração Municipal - IBAM. Licitação e Contratos. 2006. (Outra).

48.

Congresso de Advocacia Pública.. Temas Polêmicos sobre Licitação e Contratos.. 2005. (Congresso).

49.

Congresso de Advocacia Pública no Núcleo de Atividades Complementares do Centro Universitário Metodista Izabela Hendrix. Temas Polêmicos do Pregão. 2005. (Congresso).

50.

Curso de Licitações e Contratos Administrativos. Licitações e Contratos Administrativos. 2005. (Outra).

51.

Curso de Pregão Presencial e Eletrônico da AMUC - Associação dos Municípios do Vale do Mucuri. Pregão Presencial e Eletrônico. 2005. (Outra).

52.

CAD e Izabela Hendrix discutem as Parcerias Público Privadas.. Parcerias Público Privadas.. 2004. (Outra).

53.

CAD e Izabela Hendrix Discutem as Parcerias Público Privado.Parcerias Público Privado. 2004. (Outra).

54.

Ciclo de Estudos sobre Licitações e Direito Administrativo da Ordem dos Advogados do Brasil - Seção Minas Gerais.Pregão - Lei n. 10.520/02. 2004. (Outra).

55.

Encontro para Prefeitos Eleitos pela R&B - Assessoria, Produção e Eventos Jurídicos.A Lei de Licitações e a Improbidade Administrativa. 2004. (Encontro).

56.

I Fórum Brasileiro de Direito Administrativo.. Direito Administrativo.. 2004. (Congresso).

57.

III Encontro de Estudos Jurídicos da Ordem dos Advogados do Brasil - Seção Minas gerais.Licitações - Aspectos Gerais. 2004. (Encontro).

58.

O Impacto das Novas Tecnologias e do Meio Ambiente.. O Impacto das Novas Tecnologias e do Meio Ambiente.. 2004. (Congresso).

59.

Palestra sobre Licitação na Escola Superior de Advocacia da OAB/MG.Licitação. 2004. (Seminário).

60.

Improbidade Administrativa.Improbidade Administrativa. 2003. (Simpósio).

61.

Processo Disciplinar e Sindicância. Processo Disciplinar e Sindicância. 2003. (Simpósio).

62.

Simpósio sobre Contratos Administrativos. Contratos Administrativos. 2003. (Simpósio).

63.

Treinamento de Licitações e Casuismo - Teórico e Prático. Treinamento de Licitações e Casuismo - Teórico e Prático. 2003. (Simpósio).

64.

Treinamento sobre Pregão e Capacidade Técnica do Pregoeiro - Teórico e Prático. Pregão e Capacidade Técnica do Pregoeiro - Teórico e Prático. 2003. (Simpósio).

65.

Curso de Licitações. Licitação. 2002. (Outra).

66.

Sistema de Registro de Preços. A licitação nos seus Aspectos Jurídicos e Operacionais e o Sistema de Registro de Preços. 2001. (Seminário).

67.

Treinamento de Licitações e Casuismo - Teórico e Prático. Treinamento de Licitações e Casuismo - Teórico e Prático. 2001. (Seminário).

68.

III Congresso de Direito Administrativo. Direito Administrativo e Licitações. 1998. (Congresso).

69.

I Seminário Interdisciplinar: LER Problemas e Soluções. LER Problemas e Soluções. 1998. (Seminário).

70.

XI Congresso Brasileiro de Direito Administrativo. 1997. (Congresso).

71.

Curso de Licitação e Contratos. 1996. (Oficina).

72.

II Encontro Nacional de Comissões de Licitação. 1996. (Encontro).

73.

III Seminário Nacional de Direito Administrativo. 1996. (Seminário).

74.

I Seminário de Direito Municipal Brasileiro. 1996. (Seminário).

75.

Atualização em Licitação. 1995. (Seminário).

76.

IX Congresso Brasileiro de Direito Administrativo. 1995. (Congresso).

77.

Seminário Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Direito. 1995. (Seminário).

78.

X Simpósio Nacional de Civil e Processual. 1995. (Simpósio).

79.

Seminário sobre Servidores Públicos - Temas Polêmicos. 1994. (Seminário).

80.

Seminário sobre a Modalidade Pregão. 1993. (Seminário).

81.

Atualização em Direito Bancário. 1992. (Oficina).

82.

I Seminário Brasileiro Sobre Educação do Consumidor. 1990. (Seminário).

Organização de eventos, congressos, exposições e feiras

1.

CAMARAO, T. M. C.. Perguntas e Respostas Forum Online: Impacto da COVID-19 nas Contratações Públicas. (Ronny Charles, Gabriela Pércio, João Domingues, Cristiana. 2020. (Outro).

2.

CAMARAO, T. M. C.. I Congresso Jurídico UNA. 2016. (Congresso).

3.

CAMARAO, T. M. C.. Seminário de Direito Administrativo. 2007. (Congresso).

Orientações

Orientações e supervisões concluídas

Monografia de conclusão de curso de aperfeiçoamento/especialização

1.

Fabiana Carvalho Gusmão. Implicações Práticas na Implantação da Licitação na Modalidade Pregão.. 2005. Monografia. (Aperfeiçoamento/Especialização em Direito) - FACULDADE IZABELA HENDRIX. Orientador: Tatiana Martins da Costa Camarão.

2.

Márcia Leme Álvares de Oliveira. Contratação Direta de Prestação de Serviços Advocatícios por Inexigibilidade de Licitação.. 2005. Monografia. (Aperfeiçoamento/Especialização em Direito) - FACULDADE IZABELA HENDRIX. Orientador: Tatiana Martins da Costa Camarão.

3.

Caroline Toledo de Figueiredo. Comissões parlamentares de inquérito: alcances e limitações, em virtude do princípio da separação dos poderes.. 2005. Monografia. (Aperfeiçoamento/Especialização em Direito) - FACULDADE IZABELA HENDRIX. Orientador: Tatiana Martins da Costa Camarão.

4.

Frederico Notini de Castro.. O Controle do poder judiciário no mérito do ato administrativo.. 2005. Monografia. (Aperfeiçoamento/Especialização em Direito) - FACULDADE IZABELA HENDRIX. Orientador: Tatiana Martins da Costa Camarão.

5.

Helvécio Torres Lage Filho. Consórcio Intermunicipal de Saúde: sua natureza e personalidade jurídica.. 2005. Monografia. (Aperfeiçoamento/Especialização em Direito) - FACULDADE IZABELA HENDRIX. Orientador: Tatiana Martins da Costa Camarão.

6.

Pedro Augusto Menezes Cortez. Atraso de pagamento pela administração pública. Impossibilidade da suspensão do contrato administrativo ? proibição da alegação da exceptio non adimpleti contractus no prazo inferior a 90 dias.. 2005. Monografia. (Aperfeiçoamento/Especialização em Direito) - FACULDADE IZABELA HENDRIX. Orientador: Tatiana Martins da Costa Camarão.

7.

Adriana Fernandes Rezende. A aplicação do princípio da motivação em face a discricionariedade dos atos administrativos relativos à licitação.. 2004. Monografia. (Aperfeiçoamento/Especialização em Direito) - FACULDADE IZABELA HENDRIX. Orientador: Tatiana Martins da Costa Camarão.

8.

Jucilane Zaparolli. O Advogado na Administração Pública: sua atuação, sua autonomia e sua isenção técnica.. 2003. Monografia. (Aperfeiçoamento/Especialização em Direito) - FACULDADE DE DIREITO DE PASSOS. Orientador: Tatiana Martins da Costa Camarão.

9.

Bruno Ferreira Cypriano. A estruturação do Controle Interno para o Incremento da Legalidade e Moralidade na Administração Pública.. 2003. Monografia. (Aperfeiçoamento/Especialização em Direito) - FUNDAÇÃO ESCOLA SUPERIOR DO MINISTÉRIO PÚBLICO. Orientador: Tatiana Martins da Costa Camarão.

10.

Pauliana Soares Silva. Uso Privativo de Bens Públicos por Particulares: Dificuldades Intrínsecas e Extrínsecas na Compreensão e aplicação do Instituto.. 2003. Monografia. (Aperfeiçoamento/Especialização em Direito) - FACULDADE DE DIREITO DE PASSOS. Orientador: Tatiana Martins da Costa Camarão.

11.

Luiz Cláudio Camanducaia da Gama. A Possível Inconstitucionalidade da Lei Federal n. 8.666/93, que dispõe sobre Licitações e Contratações pelo Poder Público.. 2002. Monografia. (Aperfeiçoamento/Especialização em Direito) - FUNDAÇÃO ESCOLA SUPERIOR DO MINISTÉRIO PÚBLICO. Orientador: Tatiana Martins da Costa Camarão.

12.

Luiz Cláudio Camanducaia da Gama. A Possível Inconstitucionalidade da Lei Federal n. 8.666/93, que dispõe sobre Licitações e Contratações pelo Poder Público.. 2002. Monografia. (Aperfeiçoamento/Especialização em Direito) - FUNDAÇÃO ESCOLA SUPERIOR DO MINISTÉRIO PÚBLICO. Orientador: Tatiana Martins da Costa Camarão.

Trabalho de conclusão de curso de graduação

1.

Frederico Afonso de Moura Basílio. Análise Constitucional do Direito de Greve dos Servidores Públicos a Luz da Lei 7783/89. 2009. Trabalho de Conclusão de Curso. (Graduação em Direito) - Centro Universitário UNA. Orientador: Tatiana Martins da Costa Camarão.

Educação e Popularização de C & T

Cursos de curta duração ministrados

1.

CAMARAO, T. M. C. Nova Lei de Licitações e Contratos Administrativos Nº 14.133/21. 2024. .

2.

CAMARAO, T. M. C. 13º Curso de Formação Inicial de Juízes de Direito Substitutos ? Turma 1, no eixo temático Pacto pela Integridade do TJMG e Plano de Logística Sustentável ? PLS. 2019. .

3.

CAMARAO, T. M. C. 13º Curso de Formação Inicial de Juízes de Direito Substitutos ? Turma 2, no eixo temático Pacto pela

Integridade do TJMG e Plano de Logística Sustentável ? PLS. 2020. .

4.

CAMARAO, T. M. C. 1ª etapa teórica do ?Curso Aplicação da Nova Lei de Licitações no TJMG. 2023. .

5.

CAMARAO, T. M. C. Análise de perfil dos contratados do TJMG: capacitação para gestores e fiscais de contrato. 2022. .

Outras informações relevantes

Membro da Comissão de Compliance Membro da Comissão de Parceria Público-Privada

Página gerada pelo Sistema Currículo Lattes em 06/06/2024 às 11:29:53



Christianne de Carvalho Stroppa

000144

Endereço para acessar este CV: <http://lattes.cnpq.br/3679219004491225>

ID Lattes: **3679219004491225**

Última atualização do currículo em 27/06/2023

Professora Doutora e Mestre pela PUC/SP. Professora de Direito Administrativo da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, Professora de cursos de Especialização no COGEAE/PUCSP, na Faculdade Damásio de Jesus, na Faculdade CERS e na Faculdade Baiana de Direito. Ex-Assessora de Gabinete no Tribunal de Contas do Município de São Paulo. Ex-Procuradora na Universidade de São Paulo. Advogada especialista em Licitações e Contratos Administrativos. Membro associado do Instituto Brasileiro de Direito Administrativo IBDA, do Instituto de Direito Administrativo Paulista IDAP, do Instituto dos Advogados de São Paulo IASP e do Instituto Nacional de Contratação Pública - INCP. Autora de diversos artigos e palestrante na área da contratação pública. **(Texto informado pelo autor)**

Identificação

Nome	Christianne de Carvalho Stroppa
Nome em citações bibliográficas	STROPPIA, Christianne de Carvalho; STROPPIA, CHRISTIANNE DE CARVALHO
Lattes iD	 http://lattes.cnpq.br/3679219004491225
Orcid iD	 https://orcid.org/0000-0002-0923-5012

Endereço

Endereço Profissional	Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, Faculdade de Direito. Rua Ministro Godói 969 - 2º andar - sala 201 Perdizes 01060970 - São Paulo, SP - Brasil Telefone: (11) 36708127 URL da Homepage: http://portal.pucsp.br
------------------------------	--

Formação acadêmica/titulação

2015 - 2019	Doutorado em Direito (Conceito CAPES 5). Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, PUC/SP, Brasil. Título: O regime jurídico dos contratos de empresas estatais de serviços públicos na lei de responsabilidade das estatais - Lei n. 13.303/2016, Ano de obtenção: 2020. Orientador: José Roberto Oliveira Pimenta. Grande área: Ciências Sociais Aplicadas Grande Área: Ciências Sociais Aplicadas / Área: Direito / Subárea: Direito Público. Grande Área: Ciências Sociais Aplicadas / Área: Direito / Subárea: Direito Público / Especialidade: Direito Administrativo. Setores de atividade: Educação.
2000 - 2013	Mestrado em Direito (Conceito CAPES 5). Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, PUC/SP, Brasil. Título: As Micros e Pequenas Empresas (MPE's) e a Função Social da Licitação, Ano de Obtenção: 2013. Orientador:  Clóvis Beznos. Grande área: Ciências Sociais Aplicadas Setores de atividade: Política Econômica e Administração Pública em Geral; Outras Atividades de Assessoria e Consultoria Às Empresas; Educação Superior.
1987 - 1990	Graduação em Direito. Centro Universitário Eurípedes de Marília, UNIVEM, Brasil.

Formação Complementar

Atuação Profissional

Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, PUC/SP, Brasil.

Vínculo institucional

1991 - Atual

Vínculo: Celetista, Enquadramento Funcional: Auxiliar de Ensino

Vínculo institucional

2014 - 2014

Vínculo: Professor Assistente, Enquadramento Funcional: Professor Assistente
Professora Assistente da disciplina Teoria Geral do Direito, do programa de Pós-Graduação em Direito, da PUC/SP, no segundo semestre de 2014

Outras informações

Vínculo institucional

2002 - 2005

Vínculo: Celetista formal, Enquadramento Funcional: Professor Assistente, Carga horária: 4

Atividades

05/2014 - Atual

Pesquisa e desenvolvimento, Faculdade de Direito, Departamento de Direito Público.
Linhas de pesquisa
Formas contemporâneas de Contratação Pública e seu impacto nas atividades administrativas

2/1997 - Atual

Ensino, Direito, Nível: Graduação

Disciplinas ministradas

Direito Administrativo

08/2005 - 07/2013

Direção e administração, Faculdade de Direito.

Cargo ou função

Coordenadora do Curso de Estágio Profissional Supervisionado.

9/2002 - 12/2005

Ensino, Direito Administrativo, Nível: Especialização

Disciplinas ministradas

Direito Administrativo

8/1991 - 12/1999

Ensino, Administração de Empresas, Nível: Graduação

Disciplinas ministradas

Direito Administrativo

2/1992 - 12/1996

Ensino, Direito, Nível: Graduação

Disciplinas ministradas

Fundamentos de Direito Público

Prefeitura Municipal de São Paulo, PMSP, Brasil.

Vínculo institucional

2013 - 2015

Vínculo: Colaborador, Enquadramento Funcional: Assessora Jurídica

Atividades

09/2013 - 05/2015

Direção e administração, Secretaria Municipal da Saúde do Estado de São Paulo.

Cargo ou função

Assessora Jurídica.

Escola de Contas do Tribunal de Contas do Município de São Paulo, ECTCMSP, Brasil.

Vínculo institucional

2015 - Atual

Vínculo: Colaborador, Enquadramento Funcional: Assessora de Controle Externo

Faculdade de Direito Prof Damásio de Jesus, FDDJ, Brasil.

Vínculo institucional

2005 - 2018

Vínculo: Celetista, Enquadramento Funcional: Professor titular, Carga horária: 0

Atividades

2/2005 - 8/2018

Ensino, Direito, Nível: Graduação

Disciplinas ministradas

Direito Administrativo

Sociedade Brasileira de Direito Público, SBDP, Brasil.

Vínculo institucional

2005 - Atual

Vínculo: Outro, Enquadramento Funcional: Professor titular

Atividades

2/2005 - Atual

Extensão universitária, Sociedade Brasileira de Direito Público.

Atividade de extensão realizada

Membro do Corpo Docente.

Universidade Municipal de São Caetano do Sul, USCS, Brasil.

Vínculo institucional

2001 - Atual

Vínculo: Servidor Público, Enquadramento Funcional: Professor titular, Carga horária: 20

Vínculo institucional

2011 - 2013
Vínculo institucional
1999 - 2000
Atividades
3/2001 - Atual

Vínculo: Colaborador, Enquadramento Funcional: Assessoria Jurídica

Vínculo: Servidor Público, Enquadramento Funcional: Professor titular, Carga horária: 8

Ensino, Direito, Nível: Graduação
 Disciplinas ministradas
 Teoria Geral de Direito Público
 Direito Administrativo
 Ensino, Direito, Nível: Graduação
 Disciplinas ministradas
 Direito Administrativo
 Instituições de Direito Público

2/1999 - 1/2000

Instituto dos Advogados de São Paulo, IASP, Brasil.

Vínculo institucional
2016 - Atual
Atividades
02/2017 - Atual

Vínculo: sócio, Enquadramento Funcional: membro

Conselhos, Comissões e Consultoria, Comissão de Direito Administrativo.
 Cargo ou função
 Membro.

06/2016 - Atual

Conselhos, Comissões e Consultoria, Comissão de Estudos da Lei de Licitações.
 Cargo ou função
 Integrante.

Agência Nacional de Transportes Terrestres, ANTT, Brasil.

Vínculo institucional
2010 - 2011

Vínculo: Colaborador, Enquadramento Funcional: Consultor Jurídico, Carga horária: 40

Instituto de Desenvolvimento de Estudos Jurídicos e Aperfeiçoamento Cultura, IDEJUR, Brasil.

Vínculo institucional
2002 - 2003

Vínculo: Professor autônomo, Enquadramento Funcional: Professor titular, Carga horária: 3, Regime: Dedicação exclusiva.

Atividades
4/2002 - 12/2003

Ensino, Direito Administrativo, Nível: Aperfeiçoamento
 Disciplinas ministradas
 Direito Administrativo

Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, PLANEJAMENTO, Brasil.

Vínculo institucional
2006 - 2007

Vínculo: Colaborador, Enquadramento Funcional: Consultor Jurídico, Carga horária: 30

Ordem dos Advogados do Brasil Seção São Paulo, OAB/SP, Brasil.

Vínculo institucional
1998 - 2000
Atividades
1/1998 - 12/2000

Vínculo: Outro, Enquadramento Funcional: , Carga horária: 0

Conselhos, Comissões e Consultoria, Comissão do Meio Ambiente.
 Cargo ou função
 Membro de comissão.

Conselho Regional de Economia - 2a Região, CRE, Brasil.

Vínculo institucional
1999 - 1999

Vínculo: Colaborador, Enquadramento Funcional: Assessora Jurídica

CONSULTORIA EM ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL S/C LTDA., CONAM, Brasil.

Vínculo institucional
1993 - 1996

Vínculo: Colaborador, Enquadramento Funcional: Advogada

EDITORA NDJ LTDA, NDJ, Brasil.

Vínculo institucional
1992 - 1993

Vínculo: Colaborador, Enquadramento Funcional: Advogada Plena

Serviço de Apoio às Micro e Pequenas Empresas de São Paulo, SEBRAE/SP, Brasil.

Vínculo institucional

1996 - 1998
Outras informações

Vínculo: Celetista, Enquadramento Funcional: Consultora Especialista I
Elaboração de pareceres e orientação técnica-jurídica às Agências que compõem a Entidade, principalmente na área de licitação e contratos administrativos. Coordenadora de Agência.

000147

Universidade Bandeirante de São Paulo, UNIBAN, Brasil.

Vínculo institucional

1999 - 2000

Atividades

2/1999 - 1/2000

Vínculo: Celetista, Enquadramento Funcional: Professor titular, Carga horária: 0

Ensino, Direito, Nível: Graduação

Disciplinas ministradas

Direito Administrativo

Universidade Cidade de São Paulo, UNICID, Brasil.

Vínculo institucional

2001 - 2002

Atividades

2/2001 - 2/2002

Vínculo: Celetista, Enquadramento Funcional: Professor titular, Carga horária: 0

Ensino, Direito, Nível: Graduação

Disciplinas ministradas

Direito Administrativo

Direito Constitucional

Universidade Cruzeiro do Sul, UNICSUL, Brasil.

Vínculo institucional

2007 - 2007

Outras informações

Vínculo: Professor visitante, Enquadramento Funcional: Professora

Curso de Pós-Graduação em Direito Militar, tendo ministrado aulas com o tema "Direito Administrativo Disciplinar".

Universidade de São Paulo, USP, Brasil.

Vínculo institucional

2007 - 2010

Vínculo institucional

1999 - 2001

Vínculo: Servidor Público, Enquadramento Funcional: Procurador I, Carga horária: 40

Vínculo: Servidor Público, Enquadramento Funcional: Procurador, Carga horária: 40

São Paulo Turismo S/A, SPTURIS, Brasil.

Vínculo institucional

2014 - 2015

Atividades

09/2014 - 01/2015

Vínculo: Colaborador, Enquadramento Funcional: Membro

Direção e administração, São Paulo Turismo S/A.

Cargo ou função

Membro do Conselho de Administração.

Tribunal de Contas do Município de São Paulo, TCM/SP, Brasil.

Vínculo institucional

2015 - Atual

Outras informações

Atividades

02/2021 - Atual

Vínculo: Servidor Público, Enquadramento Funcional: Assessora de Gabinete I

Análise e manifestação nos processos internos do Tribunal de Contas do Município de São Paulo, bem como, nos processos instaurados em face do exercício do controle externo nos órgãos e entes municipais

Serviços técnicos especializados, Grupo de Trabalho.

Serviço realizado

Integrante do Grupo de Trabalho encarregado da elaboração de estudos visando ao desenvolvimento de programas de integridade e compliance no âmbito dos Tribunais de Contas ? Portaria Conjunta ATRICON/IRB nº 02/2021.

Serviços técnicos especializados, Grupo de Trabalho.

Serviço realizado

Integrante do Grupo de Trabalho encarregado de analisar o teor da nova Lei de Licitações e Contratos Administrativos, bem como propor orientações ao Sistema Tribunais de Contas ? Portaria ATRICON nº 07/2021.

Rede Governança Brasil, RGB, Brasil.

Vínculo institucional

2020 - Atual

Atividades

2020 - Atual

Vínculo: Servidor Público, Enquadramento Funcional: Integrante

Conselhos, Comissões e Consultoria, Comitê de Governança das Contratações.

Linhas de pesquisa

1. Formas contemporâneas de Contratação Pública e seu impacto nas atividades administrativas

Projetos de pesquisa

- 2020 - Atual**
Governança. Controle interno e externo. Novos instrumentos no processo de contratação Pública. Lei n. 14.133/2021
Situação: Em andamento; Natureza: Pesquisa.
- 2020 - Atual**
Integrantes: Christianne de Carvalho Stroppa - Coordenador.
Direito e Combate à Corrupção - Grupo de Pesquisa
Descrição: O Grupo de Pesquisa visa o estudo e pesquisa sistemática do fenômeno da Corrupção, em sentido amplo, sob o prisma central da Ciência do Direito Público, em especial, o Direito Administrativo, devendo proceder à investigação do tema sob o prisma jurídico-dogmático, incluindo estudos multidisciplinares e interdisciplinares..
Situação: Em andamento; Natureza: Pesquisa.
Alunos envolvidos: Graduação: (6) / Mestrado acadêmico: (5) / Doutorado: (6) .
- 2014 - Atual**
Integrantes: Christianne de Carvalho Stroppa - Integrante / Jose Roberto Pimenta Oliveira - Coordenador / Luis Manuel Fonseca Pires - Integrante.
Formas contemporâneas de Contratação Pública e seu impacto nas atividades administrativas
Descrição: Postula-se a organização de Projeto de Pesquisa destinado a congregiar docentes, pesquisadores e discentes em torno do tema comum, Formas contemporâneas de Contratação Pública e seu impacto e efetividade nas atividades administrativas , o qual pretende abrigar projetos individuais de pesquisa Dissertações e Teses - relacionados à pretensa liberdade de formas de agir da Administração que a permitiria substituir os meios tradicionais de ação por meios comuns ao direito privado, o que daria origem ao que alguns denominam como Administração Pública Consensual , bem como a participação do particular na gestão do interesse público por meio das contratações públicas e respectivas consequências nas atividades administrativas de fomento, serviço público, intervenção e controle..
Situação: Em andamento; Natureza: Pesquisa.
- 2010 - 2011**
Integrantes: Christianne de Carvalho Stroppa - Coordenador / Silvio Luis Ferreira da Rocha - Integrante.
Transporte terrestre internacional de passageiros
Descrição: Realização de pesquisa relacionada aos serviços de transporte regular rodoviário internacional de passageiros, tendo atuado especificamente nas Etapas II e III, respectivamente, ?Compilação e Análise das Legislações do Transporte Rodoviário Internacional de Passageiros? e ?Proposta do Regime e dos Atributos da Delegação dos Serviços de Transporte Rodoviário Internacional de Passageiros?..
Situação: Concluído; Natureza: Pesquisa.
- 2006 - 2007**
Integrantes: Christianne de Carvalho Stroppa - Coordenador.
Como possibilitar a participação das MPE's nas Compras Governamentais
Descrição: Análise do Capítulo V da Lei complementar nº 123/2006, auxílio na redação do Decreto federal de proteção às micro e pequenas empresas, bem como estudo sobre a constitucionalidade do tratamento privilegiado dado à tais empresas nas licitações.
Situação: Concluído; Natureza: Pesquisa.
- Integrantes: Christianne de Carvalho Stroppa - Coordenador.
Financiador(es): Banco Internacional de Reconstrução e Desenvolvimento (Banco Mundial) - Remuneração.

Projetos de desenvolvimento

- 2009 - 2011**
Reestruturação Administrativa
Descrição: Projeto de Reestruturação dos servidores do Município de Botucatu - Estado de São Paulo, juntamente com a elaboração de Projetos de Lei de Reestruturação Administrativa e Estatuto dos Servidores Municipais.
Situação: Concluído; Natureza: Desenvolvimento.
- Integrantes: Christianne de Carvalho Stroppa - Coordenador.

Membro de corpo editorial

2020 - Atual

Periódico: Revista Lex de Direito Administrativo

Áreas de atuação

1. Grande área: Ciências Sociais Aplicadas / Área: Direito / Subárea: Direito Público/Especialidade: Direito Administrativo.
2. Grande área: Ciências Sociais Aplicadas / Área: Direito / Subárea: Direito Público/Especialidade: Direito Constitucional.
3. Grande área: Ciências Sociais Aplicadas / Área: Direito / Subárea: Direito Público.

Idiomas

Português
Espanhol
Francês
Italiano

Compreende Bem, Fala Bem, Lê Bem, Escreve Bem.
Compreende Bem, Fala Pouco, Lê Bem, Escreve Pouco.
Compreende Razoavelmente, Fala Pouco, Lê Razoavelmente, Escreve Pouco.
Compreende Bem, Fala Pouco, Lê Bem, Escreve Pouco.

Produções

Produção bibliográfica

Citações

Outras

Total de trabalhos:1Total de citações:2

Carlos Pinto Coelho Motta Data: 03/10/2005

Artigos completos publicados em periódicos

Ordenar por

Ordem Cronológica



1. SILVA, Cristiana Maria Fortini Pinto e ; **STROPPA, Christianne de Carvalho** . A vedação à aquisição dos bens de luxo ? dificuldades à vista. CONSULTOR JURÍDICO (SÃO PAULO. ONLINE), v. I, p. 1, 2022.
2. **STROPPA, Christianne de Carvalho**. O papel dos Órgãos de Controle nas Contratações Públicas. Campos de Públicas: conexões e experiências, v. 1, p. 76-88, 2022.
3. **STROPPA, Christianne de Carvalho**; MELISSOPOULOS, A. G. . A atuação dos tribunais de contas em tempos de pandemia. Revista Lex de Direito Administrativo, v. 1, p. 47-64, 2021.
4. **STROPPA, Christianne de Carvalho**; OLIVEIRA, R. S. . O contrato de facilities da Lei nº 14.011/2020. Revista digital da ESA OABRJ, v. 3, p. 1, 2021.
5. **STROPPA, CHRISTIANNE DE CARVALHO**; MELISSOPOULOS, ARTUR GIOLITO . Controle Preventivo dos Tribunais de Contas como forma de combate a irregularidades na Administração Pública. Direitos Democráticos & Estado Moderno, v. 1, p. 52-73, 2021.
6. **STROPPA, Christianne de Carvalho**. Quanto ao critério de desempate para as microempresas e empresas de pequeno porte nas contratações públicas dos serviços sociais autônomos. Solução em Licitações e Contratos, v. 1, p. 33-34, 2019.
7. **STROPPA, Christianne de Carvalho**. O Futuro Da Lei Nº 8.666/93. Soluções em Licitações e Contratos, v. 12, p. 103-114, 2019.

8. **STROPPA, Christianne de Carvalho.** O Impacto Da Alteração Dos Valores Das Modalidades Da Lei Nº 8.666/1993. Solução em Licitações e Contratos, v. 1, p. 27-32, 2018.
9. **STROPPA, Christianne de Carvalho.** Decreto Federal Nº 8.538/2015: A Nova Regulamentação Do Tratamento Favorecido, Diferenciado E Simplificado Para As Microempresas E Empresas De Pequeno Porte. BLC (São Paulo), v. ano 29, p. 32-46, 2016.
10. **STROPPA, Christianne de Carvalho.** A Nova Regulamentação Do Sistema De Registro De Preços ? Decreto Federal Nº 7.892/2013. BLC (São Paulo), v. 1, p. 179-203, 2013.
11. **STROPPA, Christianne de Carvalho.** Procedimentos Licitatórios No Regime Diferenciado De Contratações Públicas. BLC (São Paulo), v. 1, p. 895-912, 2013.
12. **STROPPA, Christianne de Carvalho.** A Participação Das Micro E Pequenas Empresas (MPE's) NAS Compras Governamentais. BLC (São Paulo), v. 1, p. 103, 2013.
13. **STROPPA, Christianne de Carvalho.** Atribuições Do Gestor/Fiscal Do Contrato Administrativo. Revista Brasileira de Estudos da Função Pública - RBEFP, v. 1, p. 103-119, 2012.
14. **STROPPA, Christianne de Carvalho.** Comentários as alterações inseridas na Lei nº 8.666/93 pela Medida Provisória nº 495/10. Governet. Boletim de Licitações e Contratos, v. 69, p. 29-33, 2011.
15. **STROPPA, Christianne de Carvalho.** Punição Eleitoral como Impedimento à participação em Licitações. Interesse Público (Impresso), Porto Alegre, v. 28, p. 91-103, 2004.

Capítulos de livros publicados

1. **STROPPA, Christianne de Carvalho.** O controle na Lei nº 14.133/2021. In: Paulo Alves , Rogério Corrêa.. (Org.). Governança das contratações e seus instrumentos de implementação. 1ed.São José dos Pinhais, PR: Editora Negócios Públicos, 2022, v. 1, p. 113-124.
2. **STROPPA, Christianne de Carvalho; BORDIN, N. A. P. .** A prescrição no âmbito dos tribunais de contas: uma proposta de solução trazida pela nova lei de improbidade. In: Fabricio Mota, Ismar Viana. (Org.). Improbidade administrativa e Tribunal de Contas: as inovações da Lei n. 14230/2021. 1ed.Belo Horizonte: Fórum, 2022, v. 1, p. 1-.
3. **STROPPA, Christianne de Carvalho; SILVA, Cristiana Maria Fortini Pinto e .** Artigos 151,152,153 e 154 - Dos meios alternativos de resolução de controvérsias. In: Cristiana Fortini (Autor), Rafael Sérgio Lima de Oliveira (Autor), Tatiana Camarão. (Org.). Comentários à Lei de Licitações e contratos administrativos : Lei 14.133, de 1º abril de 2021. 1ed.Belo Horizonte: Fórum, 2022, v. 2, p. 270-.
4. **STROPPA, CHRISTIANNE DE CARVALHO; MELISSOPOULOS, A. G. .** O impacto do 'Princípio da moralidade de tarifária' nas concessões rodoviárias. In: augusto Neves Dal Pozo; José Virgílio Lopes Enei. (Org.). Tratado sobre o setor de rodovias no direito brasileiro. 1ed.São Paulo: Contracorrente, 2022, v. 2, p. 181-198.
5. **STROPPA, CHRISTIANNE DE CARVALHO; PERCIO, G. V. .** A terceirização de serviços e o contrato de facilites da lei n. 14.011/2020. In: Cristina Fortini; Flaviana Vieira Paim. (Org.). Terceirização na Administração Pública. 1ed.Belo Horizonte: Fórum, 2022, v. 1, p. 209-224.
6. **STROPPA, CHRISTIANNE DE CARVALHO.** O relacionamento entre o controle interno e controle externo na lei n. 14.133/2021. In: Thiago Marrara , Sabrina Nunes Iocken , José Maurício Conti , André Castro Carvalho. (Org.). Responsabilidade do gestor na administração pública - Improbidade e temas especiais. 1ed.São Paulo: Fórum, 2022, v. 3, p. 331-342.
7. **STROPPA, CHRISTIANNE DE CARVALHO.** Comentário Específico - Os atores do processo de contratação na Lei n. 14.133/21. In: Alexandre Jorge Carneiro da Cunha Filho; Carmen Silvia L. de Arruda; Roberto Ricomini Piccelli. (Org.). Lei de licitações e contratos - Comentada Lei n. 14133/2021. 1ed.São Paulo: Quartier Latin, 2022, v. 1, p. 359-370.
8. **STROPPA, CHRISTIANNE DE CARVALHO; FORTINI, C. .** Artigos 94 a 123. In: Cristina Fortini; Rafael Sérgio Lima de Oliveira; Tatiana Camarão. (Org.). Comentários a Lei de licitações e contratos administrativos. 1ed.Belo Horizonte: Fórum, 2022, v. 1, p. 287-370.
9. **STROPPA, Christianne de Carvalho; PERCIO, G. V. .** O processo de padronização e o instituto do carona. In: OLIVEIRA, Rafael Carvalho Rezende. MARÇAL, Thaís. (Org.). Estudos sobre a Lei 14.133/2021 ? Nova lei de licitações e contratos administrativos. 1ed.JusPodvim: São Paulo, 2021, v. 1, p. 79-98.
10. **STROPPA, Christianne de Carvalho.** A Administração poderá alterar unilateralmente os contratos?: segundo a Lei 14.133/21. In: ELIAS, Aline de Oliveira. SILVA, Araune Cordeiro da. (Org.). Todas as respostas sobre a nova lei de licitações e contratos.. 1ed.Curitiba: Negócios Públicos, 2021, v. 1, p. 1-.
11. **STROPPA, Christianne de Carvalho.** Comentários aos arts. 1º a 4º. In: POZZO, Augusto Neves. CAMMAROSANO, Márcio. ZOCKUN, Maurício. (Org.). Lei de licitações e contratos administrativos comentada; Lei 14.133/21. 1ed.São Paulo: Revista dos Tribunais, 2021, v. 1, p. 25-37.
12. **STROPPA, Christianne de Carvalho.** Algumas questões relevantes sobre os contratos administrativos na Nova Lei de Licitações. In: Cristiana Fortini Rafael Sérgio Lima de Oliveira Tatiana Camarão. (Org.). NOVA LEI DE LICITAÇÕES: DESTAQUES IMPORTANTES LEI Nº 14.133, DE 1º DE ABRIL DE 2021. 1ed.Belo Horizonte: Fórum, 2021, v. 1, p. 44-47.
13. **STROPPA, Christianne de Carvalho.** Comentários ao artigos do 189. In: Augusto Neves Dal Pozzo, Márcio Cammarosano, Maurício Zockun. (Org.). Lei de licitações e contratos administrativos comentada. 1ed.São Paulo: Thomson Reuters Brasil, 2021, v. 1, p. 782-787.
14. **STROPPA, Christianne de Carvalho; BRAGAGNOLI, R. L. .** A ordem cronologica de pagamento na Lei 13.303/2016 - Lei de Responsabilidade das Estatais (LRE). In: Gilberto Bernardino de Oliveira Filho; Nathalia Leone Marco. (Org.). A boa gestão pública e o novo direito administrativo: dos conflitos às melhores soluções práticas. 1ed.São Paulo: SGP, 2021, v. 1, p. 84-99.
15. **VIANA, I. S. ; STROPPA, Christianne de Carvalho .** LGPD: o que muda no controle da Administração Pública?. In: Rodrigo Pironti. (Org.). Lei Geral de Proteção de Dados no Setor Público. 1ed.Belo Horizonte: Fórum, 2021, v. 1, p. 239-258.
16. **STROPPA, CHRISTIANNE DE CARVALHO.** O pagamento antecipado nos contratos administrativos. In: Maurício Zockun; Emerson Gabardo. (Org.). O direito administrativo do pós-crise. 1ed.Curitiba: Íthala, 2021, v. 1, p. 137-150.

17. **STROPPA, CHRISTIANNE DE CARVALHO**; MELISSOPOULOS, A. G. . Pregão na lei Nº 14.133/2021 ? Possibilidade de contratação de projetos e outros serviços de engenharia consultiva. In: Marcos Nóbrega Daniela Bonato B. Zambelli. (Org.). Novos rumos das licitações e contratos administrativos. 1ed.Osasco: Daniela Zambelli, 2021, v. 1, p. 64-78.
18. **STROPPA, CHRISTIANNE DE CARVALHO**. O contrato de Facilities da Lei nº 14.011/2020. In: Gabriela Verona Pércio, Cristiana Fortini. (Org.). Inteligência e inovação em contratação pública. 1ed.Belo Horizonte: Fórum, 2021, v. 1, p. 243-252.
19. **STROPPA, CHRISTIANNE DE CARVALHO**; BONATTO, H. . A adoção do Building Information Modeling - BIM e sua repercussão nas obras públicas: um novo tempo. In: Aldem Johnthom Barbosa ARAÚJO e Leonardo Saraiva. (Org.). Obras públicas e serviço de engenharia na Nova Lei de Licitações e Contratos. 1ed.Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2021, v. 1, p. 29-52.
20. **STROPPA, CHRISTIANNE DE CARVALHO**; MELISSOPOULOS, A. G. . Concessão da zonal azul: um exemplo prático da importância do controle pelo Tribunal de Contas do Município de São Paulo. In: Diego Jacome Valois Tafur, Guilherme Jardim Jurksaitis, Rafael Hamze Issa. (Org.). Experiências Práticas em Concessões e PPP. 1ed.São Paulo: Quartier Latin, 2021, v. II, p. 91-103.
21. **STROPPA, Christianne de Carvalho**. Despesas Públicas. In: FAIM FILHO, Eurípides Gomes e SERRANO, Mônica de Almeida Magalhães. (Org.). Direito Financeiro e Direito Econômico: À luz da jurisprudência e da administração dos tribunais. 1ed.São Paulo: IPAM, 2020, v. 1, p. 151-159.
22. **STROPPA, Christianne de Carvalho**. A aplicação da Lei nº 13.979/2020 pelas empresas estatais. In: Augusto Dal Pozzo, Márcio Cammarosano. (Org.). As Implicações da Covid-19 no Direito Administrativo. 1ed.São Paulo: Revista dos Tribunais, 2020, v. 1, p. 563-586.
23. **STROPPA, Christianne de Carvalho**. O Princípio da Moralidade Tarifária. In: CUNHA FILHO, Alexandre Jorge Carneiro da. ARRUDA, Carmen Sílvia L. de. SCHWIND, Rafael Wallbach. ISSA, Rafael Hamze. (Org.). Direito em Tempos de Crise ? Covid-19. 1ed.São Paulo: Quartier Latin, 2020, v. 4, p. 1-.
24. **STROPPA, Christianne de Carvalho**. A oportunidade de negócio como alternativa à desestatização das empresas estatais de saneamento básico. In: DAL POZZO, Augusto Neves. (Org.). O novo marco regulatório do saneamento básico. 1ed.São Paulo: Revista dos Tribunais, 2020, v. 1, p. 461-478.
25. **STROPPA, Christianne de Carvalho**; MELISSOPOULOS, A. G. . As prerrogativas das MPES no Projeto de Lei 1.292/1995. Revista do IBEDAFT. 1ed.Salvador: Paginea, 2020, v. 1, p. 257-284.
26. **STROPPA, CHRISTIANNE DE CARVALHO**; MELISSOPOULOS, A. G. . A teoria da imprevisão na lei n. 8.666/93 e sua aplicação perante a pandemia da COVID/-19. In: Alexandre Jorge Carneiro da Cunha Filho; Carmen Sílvia L. de Arruda; Roberto Ricomini Piccelli. (Org.). Direitos em tempos de crise - COVID -19 Contratos Administrativos - Controle. 1ed.São Paulo: Quartier Latin, 2020, v. IV, p. 51-60.
27. **STROPPA, Christianne de Carvalho**. Responsabilidade do Parecerista. In: Alexandre Jorge Carneiro da Cunha Filho, Rafael Hamze Issa e Rafael Wallbach Schwind. (Org.). Lei de introdução às normas do direito brasileiro ? anotada. 1ed.São Paulo: Quartier Latin, 2019, v. II, p. 0-.
28. **STROPPA, Christianne de Carvalho**. O Instituto do ?Carona? (Adesão) no Sistema de Registro de Preços segundo Toshio Mukai. In: HIGA, Alberto Shinji e SOUZA JUNIOR, Arthur Bezerra de. (Org.). Temas atuais de direito público: estudos em homenagem ao professor Toshio Mukai.. 1ed.Paraná: Thoth, 2019, v. 1, p. 9-.
29. **STROPPA, Christianne de Carvalho**; BORDIN, N. A. P. . Considerações a respeito do controle dos Procedimentos de Manifestação de Interesse (PMI) pelos Tribunais de Contas. In: MOTTA, Fabrício e GABARDO, Emerson. (Org.). Limites do controle da administração pública no Estado de direito. 1ed.Curitiba: Íthala, 2019, v. 1, p. 65-78.
30. **STROPPA, Christianne de Carvalho**. Hospital do Subúrbio (Salvador/BA) ? Primeira unidade hospitalar pública viabilizada por meio de Parceria Público-Privada. In: NUNES JÚNIOR, Vidal Serrano e BASTOS, Juliana Cardoso Ribeiro. (Org.). O Regime Jurídico nos hospitais. 1ed.São Paulo: Verbatim, 2019, v. 1, p. 21-40.
31. **STROPPA, Christianne de Carvalho**; STROPPA, Y. M. C. E. S. . Suspensão preventiva de contratos administrativos sem observância dos princípios norteadores do Direito Sancionados ? O caso do Decreto nº 20.381/2018 do Município de São Bernardo do Campo. In: José Roberto Pimenta Oliveira. (Org.). Direito administrativo sancionador : estudos em homenagem ao professor emérito da PUC/SP Celso Antônio Bandeira de Mello. 1ed.São Paulo: Malheiros, 2019, v. 1, p. 499-512.
32. **STROPPA, Christianne de Carvalho**. A Revogação da Licitação na Lei das Estatais ? Lei nº 13.303/2016.. In: MOTTA, Fabrício e GABARDO, Emerson. (Org.). Crise e reformas legislativas na agenda do Direito Administrativo XXXI Congresso Brasileiro de Direito Administrativo.. 1ed.Belo Horizonte: Forum, 2018, v. 1, p. 47-57.
33. **STROPPA, Christianne de Carvalho**. O tempo de serviço prestado às empresas públicas e sociedades de economia mista somente pode ser computado para efeitos de aposentadoria e disponibilidade. In: DI PIETRO, Maria Sílvia Zanella e NOHARA, Irene. (Org.). Teses jurídicas dos tribunais superiores: direito administrativo. 1ed.São Paulo: Revista dos Tribunais, 2017, v. III, p. 717-728.
34. **STROPPA, Christianne de Carvalho**. Fase externa da licitação nas Parcerias Público-Privadas: fase de saneamento. In: Augusto Neves Dal Pozzo, Rafael Valim, Bruno Aurélio, André Luiz Freire. (Org.). Parcerias Público-Privadas: teoria geral e aplicação nos setores de infraestrutura. 1ed.Belo Horizonte: Forum, 2014, v. 1, p. 225-241.
35. **STROPPA, Christianne de Carvalho**. O Sistema de Registro de Preços no Regime Diferenciado de Contratações Públicas (RDC). In: Márcio Cammarosano, Augusto Neves Dal Pozzo, Rafael Valim. (Org.). Regime Diferenciado de Contratações Públicas ? RDC (Lei nº 12.462/11; Decreto nº 7.581/11): aspectos fundamentais. 3ed.Belo Horizonte: Fórum, 2014, v. 1, p. 179-194.
36. **STROPPA, Christianne de Carvalho**. Participação das Micro e Pequenas Empresas (MPES) e a Função Social da Licitação.. In: Celso Antonio Bandeira de Mello, Sérgio Ferraz, Silvio Luis Ferreira da Rocha, Amauri Feres Saad. (Org.). Direito Administrativo e Liberdade ? Estudos em Homenagem a Lúcia Valle Figueiredo. 1ed.São Paulo: Malheiros, 2014, v. 1, p. 199-222.
37. **STROPPA, Christianne de Carvalho**. Regime Jurídico das Empresas Estatais na Jurisprudência do Supremo Tribunal Federal. In: Márcio Cammarosano, Augusto Neves Dal Pozzo, Rafael Valim. (Org.). O Direito Administrativo na Jurisprudência do STF e do STJ: homenagem ao Professor Celso Antônio Bandeira de Mello. 1ed.Belo Horizonte: Fórum, 2014, v. 1, p. 109-115.

1. **STROPPA, Christianne de Carvalho**; QUEIROZ, A. P. A. : Orçamento sigiloso na obtenção da proposta mais vantajosa. Solicita, 20 jan. 2023.
2. **STROPPA, Christianne de Carvalho**. Licitações públicas e o pagamento do auxílio-alimentação. Solicita, 19 out. 2022.
3. **STROPPA, Christianne de Carvalho**. O Processo de Contratação Direta na Lei nº 14.133/21. Observatório da nova lei de licitações, 19 ago. 2022.
4. SILVA, Cristiana Maria Fortini Pinto e ; **STROPPA, CHRISTIANNE DE CARVALHO** . A vedação à aquisição dos bens de luxo: difi cultdades à vista. CONJUR, 11 ago. 2022.
5. **STROPPA, Christianne de Carvalho**. Como ME/EPPs comprovam a situação financeira da empresa?. Solicita, 03 mar. 2022.
6. **STROPPA, CHRISTIANNE DE CARVALHO**. Extinção unilateral do contrato pelo contratado. Revista do Advogado, São Paulo, p. 110 - 116, 01 mar. 2022.
7. **STROPPA, CHRISTIANNE DE CARVALHO**. A duração dos contratos na Lei nº 14.133/2021: o que muda, por que muda e a polêmica em torno dos contratos de prestação/fornecimento. Solução em Licitações e contratos, São Paulo, p. 51 - 54, 01 mar. 2022.
8. **STROPPA, Christianne de Carvalho**. Certame exclusivo sem três ME/EPPs deve continuar?. Solicita, 24 fev. 2022.
9. **STROPPA, Christianne de Carvalho**. A administração poderá alterar unilateralmente os contratos?: segundo a lei 14.133/21. Solicita, 17 out. 2021.
10. **STROPPA, Christianne de Carvalho**. Contratos abertos ou incompletos: quando usá-los?.. Solicita, 01 out. 2021.
11. **STROPPA, Christianne de Carvalho**. Os 10 cuidados iniciais do fornecedor Para participar das contratações fundamentadas na Lei nº 14.133/2021. Solicita, 09 set. 2021.
12. **STROPPA, Christianne de Carvalho**. CONTRATOS ABERTOS OU INCOMPLETOS Quando usá-los?. Solicita, 07 jun. 2021.
13. **STROPPA, Christianne de Carvalho**; SOUSA, G. C. E. . Da negação à ousadia: o WhatsApp como ferramenta válida nas licitações públicas. SLC ? Solução em Licitações e Contratos, São Paulo, p. 37 - 40, 01 set. 2020.
14. **STROPPA, Christianne de Carvalho**. As prerrogativas das microempresas, empresas de pequeno porte e microempreendedores individuais nas contratações públicas em face da covid-19. SLC ? Solução em Licitações e Contratos, São Paulo, p. 47 - 50, 01 jul. 2020.
15. **STROPPA, Christianne de Carvalho**; MOREIRA, E. B. . O impacto da covid-19 nos concursos públicos. SAM ? Solução em Direito Administrativo e Municipal, São Paulo, p. 49 - 52, 01 jul. 2020.
16. **STROPPA, Christianne de Carvalho**. A preferência das microempresas e empresas de pequeno porte, em face do projeto de lei nº 1.292/1995. SLC ? Solução em Licitações e Contratos, São Paulo, p. 9 - 22, 21 dez. 2019.
17. **STROPPA, Christianne de Carvalho**. Aproveitamento - a possibilidade da adoção do instituto do carona nos concursos públicos. Revista Colunistas de Direito do Estado,, São Paulo, 27 ago. 2018.
18. **STROPPA, Christianne de Carvalho**. A nova regulamentação do sistema de registro de preços ? decreto federal nº 7.892/2013. www.novo.licitacao.com.br, 04 fev. 2013.
19. **STROPPA, Christianne de Carvalho**. Ministro reforça impasse. Jornal Agência de Notícias, 28 ago. 2009.
20. **STROPPA, Christianne de Carvalho**. O impasse dos guinchos. Jornal Zero Hora, 21 jun. 2009.
21. **STROPPA, Christianne de Carvalho**. Reembolso da inspeção exclui quem não licenciou o carro. Folha de São Paulo, São Paulo, 10 mar. 2009.
22. **STROPPA, Christianne de Carvalho**. Justiça manda por placas nas ruas do rodízio. Folha de São Paulo, São Paulo, 11 dez. 2008.

Apresentações de Trabalho

1. **STROPPA, CHRISTIANNE DE CARVALHO**. Participação popular em licitações e contratações públicas. 2022. (Apresentação de Trabalho/Congresso).
2. **STROPPA, CHRISTIANNE DE CARVALHO**. Impressões sobre a nova lei de licitação. 2022. (Apresentação de Trabalho/Congresso).
3. **STROPPA, CHRISTIANNE DE CARVALHO**. Inovações da nova Lei de Licitações (Lei n. 14.133/2021) Parte I. 2021. (Apresentação de Trabalho/Congresso).
4. **STROPPA, CHRISTIANNE DE CARVALHO**. O ?compliance? nos Poderes públicos. 2020. (Apresentação de Trabalho/Congresso).
5. **STROPPA, Christianne de Carvalho**. Gestão Pública: ética e competência para o desenvolvimento das cidades. 2018. (Apresentação de Trabalho/Conferência ou palestra).
6. **STROPPA, Christianne de Carvalho**. Licitação, Pregão e Lei das Estatais. 2017. (Apresentação de Trabalho/Conferência ou palestra).
7. **STROPPA, Christianne de Carvalho**. Abordagem Normativa Das Parcerias Em Saúde. 2017. (Apresentação de Trabalho/Conferência ou palestra).
8. **STROPPA, Christianne de Carvalho**. Direito Financeiro E Regras Sobre Micros E Pequenas Empresas. 2017. (Apresentação de Trabalho/Conferência ou palestra).
9. **STROPPA, Christianne de Carvalho**. Abordagem Normativa Das Parcerias Em Saúde. 2017. (Apresentação de Trabalho/Conferência ou palestra).
10. **STROPPA, Christianne de Carvalho**. Contratações públicas em tempos de incerteza: inovações legislativas e segurança jurídica. 2017. (Apresentação de Trabalho/Conferência ou palestra).
11. **STROPPA, Christianne de Carvalho**. RDC COMO GARANTIR A PARTICIPAÇÃO DOS PEQUENOS NEGÓCIOS. 2012. (Apresentação de Trabalho/Seminário).
12. **STROPPA, Christianne de Carvalho**. O RDC É UM BOM REFERENCIAL PARA UM NOVO CÓDIGO DE LICITAÇÕES?. 2011. (Apresentação de Trabalho/Seminário).
13. **STROPPA, Christianne de Carvalho**. LICITAÇÃO SUSTENTÁVEL. 2009. (Apresentação de Trabalho/Seminário).
14. **STROPPA, Christianne de Carvalho**. TEMAS POLÊMICOS E ESTRATÉGIAS EM LICITAÇÕES. 2008. (Apresentação de Trabalho/Congresso).
15. **STROPPA, Christianne de Carvalho**. Capacitação dos Multiplicadores do Governo Federal Para Inclusão das MPE's no Uso do Poder de Compras. 2006. (Apresentação de Trabalho/Conferência ou palestra).

Outras produções bibliográficas

1. **STROPPIA, Christianne de Carvalho.** COMENTÁRIOS AS ALTERAÇÕES INSERIDAS NA LEI Nº 8.666/93 PELA MEDIDA PROVISÓRIA Nº 495/10 2010 (Licitação).
2. **STROPPIA, Christianne de Carvalho.** CONCURSO PÚBLICO 2010 (Licitação).
3. **STROPPIA, Christianne de Carvalho.** PARTICIPAÇÃO DAS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS NAS LICITAÇÕES 2009 (Licitação).
4. **STROPPIA, Christianne de Carvalho.** Extensão da Expressão 'Representante Legal' 2003 (Licitação).

100153

Produção técnica

Assessoria e consultoria

1. **STROPPIA, Christianne de Carvalho.** Sistema de Registro de Preços. 2005.
2. **STROPPIA, Christianne de Carvalho.** Impugnação, Recursos, Representações e Medidas Judiciais em Licitação. 2003.

Processos ou técnicas

1. **STROPPIA, Christianne de Carvalho.** Elementos de Direito Administrativo. 2001.

Trabalhos técnicos

1. **STROPPIA, Christianne de Carvalho.** Integrante do Grupo de Trabalho encarregado da elaboração de estudos visando ao desenvolvimento de programas de integridade e compliance no âmbito dos Tribunais de Contas ? Portaria Conjunta ATRICON/IRB nº 02/2021.. 2021.
2. **STROPPIA, Christianne de Carvalho.** Integrante do Grupo de Trabalho encarregado de analisar o teor da nova Lei de Licitações e Contratos Administrativos, bem como propor orientações ao Sistema Tribunais de Contas ? Portaria ATRICON nº 07/2021.. 2021.
3. **STROPPIA, Christianne de Carvalho.** Integrante da Rede Governança Brasil - Comitê de Governança das Contratações.. 2021.
4. **STROPPIA, Christianne de Carvalho.** Membro da Comissão da Sessão de Teses e Comunicados Científicos 02 -. 2019.
5. **STROPPIA, Christianne de Carvalho.** Membro da Comissão da Sessão de Teses e Comunicados Científicos I, no XXXII Congresso Brasileiro De Direito Administrativo. 2018.
6. **STROPPIA, Christianne de Carvalho.** Componente de equipe técnica da empresa Logit Engenharia Consultiva Ltda., contratada por Werner Kraus Junior. 2017.
7. **STROPPIA, Christianne de Carvalho.** Componente de equipe técnica da empresa Logit Engenharia Consultiva Ltda., contratada pela Prefeitura Municipal da Estância de Praia Grande, Estado de São Paulo. 2016.
8. **STROPPIA, Christianne de Carvalho.** Componente de equipe técnica da empresa Logit Engenharia Consultiva Ltda., contratada pela Secretaria de Transportes do Município de São José dos Campos. 2015.
9. **STROPPIA, Christianne de Carvalho.** Componente de equipe técnica da empresa Logit Engenharia Consultiva Ltda., contratada pela Secretaria de Transportes do Município de São José dos Campos, Estado de São Paulo. 2014.
10. **STROPPIA, Christianne de Carvalho.** Parecer pelo Departamento nos Projetos de Iniciação Científica da Faculdade de Direito da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. 2014.
11. **STROPPIA, Christianne de Carvalho.** Componente de equipe técnica da empresa Logit Engenharia Consultiva Ltda., contratada pelo IPPLAN ? Instituto de Pesquisa, Administração e Planejamento. 2014.
12. **STROPPIA, Christianne de Carvalho.** Componente de equipe técnica da empresa Logit Engenharia Consultiva Ltda., contratada pela Secretaria de Estado dos Transportes e Obras Públicas do Estado do Espírito Santo (Contrato nº 006/2012). 2013.
13. **STROPPIA, Christianne de Carvalho.** Componente de equipe técnica contratada pela Agência Nacional de Transportes Terrestres ? ANTT (Contrato nº 037/2010), para a prestação de serviços para realização de pesquisa relacionada aos serviços de transporte regular rodoviário internacional de passageiros. 2010.

Demais tipos de produção técnica

1. **STROPPIA, Christianne de Carvalho.** LICITAÇÕES PARA AS ESTATAIS, curso de Pós-Graduação em Licitações e Contratações Públicas. 2023. (Curso de curta duração ministrado/Especialização).
2. **STROPPIA, Christianne de Carvalho.** CONCESSÕES, PERMISSÕES E PARCERIA PÚBLICO-PRIVADA, curso de especialização em Direito Contratual. 2023. (Curso de curta duração ministrado/Especialização).
3. **STROPPIA, Christianne de Carvalho.** DISPENSA E INEXIGIBILIDADE, curso de especialização em Direito Administrativo. 2023. (Curso de curta duração ministrado/Especialização).
4. **STROPPIA, Christianne de Carvalho.** REGIME JURÍDICO DOS CONTRATOS ADMINISTRATIVOS, curso de Pós-Graduação ONLINE Licitações e Contratações Públicas. 2022. (Curso de curta duração ministrado/Especialização).
5. **STROPPIA, Christianne de Carvalho.** LICITAÇÕES E CONTRATOS DE SERVIÇOS TERCEIRIZADOS, curso de Pós-Graduação em Licitações e Contratações Públicas. 2022. (Curso de curta duração ministrado/Especialização).
6. **STROPPIA, Christianne de Carvalho.** DESAPROPRIAÇÃO, curso de Pós-Graduação em Direito Público. 2022. (Curso de curta duração ministrado/Especialização).
7. **STROPPIA, Christianne de Carvalho.** SANÇÕES NAS LICITAÇÕES, curso de especialização em Direito Administrativo. 2022. (Curso de curta duração ministrado/Especialização).
8. **STROPPIA, Christianne de Carvalho.** LICITAÇÃO NO REGIME JURÍDICO DAS ESTATAIS, Curso de Pós-Graduação Lato Sensu em Licitações e Contratos Administrativos. 2022. (Curso de curta duração ministrado/Especialização).
- 9.

10. **STROPPA, Christianne de Carvalho.** PROCEDIMENTOS AUXILIARES À LICITAÇÃO, Curso de Pós-Graduação Lato Sensu em Licitações e Contratos. 2022. (Curso de curta duração ministrado/Especialização).
11. **STROPPA, Christianne de Carvalho.** CONCESSÕES, PERMISSÕES E PARCERIA PÚBLICO-PRIVADA, no curso ONLINE de especialização em Direito Contratual. 2022. (Curso de curta duração ministrado/Especialização).
12. **STROPPA, Christianne de Carvalho.** REGIME JURÍDICO DOS CONTRATOS ADMINISTRATIVOS. VIGÊNCIA, ALTERAÇÕES E RESCISÃO CONTRATUAL, no curso Licitações e Contratações Públicas. 2022. (Curso de curta duração ministrado/Especialização).
13. **STROPPA, Christianne de Carvalho.** CONTRATAÇÕES PÚBLICAS, no curso de especialização em Direito Administrativo. 2022. (Curso de curta duração ministrado/Especialização).
14. **STROPPA, Christianne de Carvalho.** CONTRATAÇÕES PÚBLICAS: LICITAÇÃO. ASPECTOS GERAIS. LEI Nº 14.133/2021, no curso de Especialização em Direito Público. 2022. (Curso de curta duração ministrado/Especialização).
15. **STROPPA, Christianne de Carvalho.** DESFAZIMENTO DO PROCESSO LICITATÓRIO, RESPONSABILIZAÇÃO E SANCIONAMENTO, no de Pós-Graduação em Licitações e Contratos Administrativos. 2022. (Curso de curta duração ministrado/Especialização).
16. **STROPPA, Christianne de Carvalho.** Corrupção nas contratações públicas e os tribunais de contas, curso de Pós-Graduação ONLINE Licitações e Contratações Públicas. 2021. (Curso de curta duração ministrado/Especialização).
17. **STROPPA, Christianne de Carvalho.** Lei geral de licitações Lei n. 8.666/1993, no curso curso de especialização em Direito Administrativo. 2021. (Curso de curta duração ministrado/Especialização).
18. **STROPPA, Christianne de Carvalho.** Concessões, permissões e parceria público-privada, curso ONLINE de especialização em Direito Contratual. 2021. (Curso de curta duração ministrado/Especialização).
19. **STROPPA, Christianne de Carvalho.** Licitação I, curso ONLINE de Pós-Graduação em Direito Público ? ênfase em Gestão Pública. 2021. (Curso de curta duração ministrado/Especialização).
20. **STROPPA, Christianne de Carvalho.** Nova Lei De Licitações (Panorama Geral), curso de especialização em Direito Administrativo. 2021. (Curso de curta duração ministrado/Especialização).
21. **STROPPA, Christianne de Carvalho.** Licitação II, curso ONLINE de Pós-Graduação em Direito Público ? ênfase em Gestão Pública. 2021. (Curso de curta duração ministrado/Especialização).
22. **STROPPA, Christianne de Carvalho.** Aspectos gerais do objeto da licitação, curso ONLINE de especialização de Licitações, Contratos Administrativos e Orçamento Público. 2021. (Curso de curta duração ministrado/Especialização).
23. **STROPPA, Christianne de Carvalho.** A fase preparatória das licitações na lei 14.133/2021: ETP, anteprojeto, projeto básico e projeto executivo, curso de especialização em Direito do Estado. 2021. (Curso de curta duração ministrado/Especialização).
24. **STROPPA, Christianne de Carvalho.** Nova Lei De Licitações (Panorama Geral), curso de especialização em Direito Administrativo. 2021. (Curso de curta duração ministrado/Especialização).
25. **STROPPA, Christianne de Carvalho.** Alteração dos contratos administrativos na nova lei de licitações, no curso de especialização em Direito Administrativo. 2021. (Curso de curta duração ministrado/Especialização).
26. **STROPPA, Christianne de Carvalho.** Concessões, permissões e parceria público-privada, curso ONLINE de especialização em Direito Contratual. 2021. (Curso de curta duração ministrado/Especialização).
27. **STROPPA, Christianne de Carvalho.** Debatedora do curso de extensão online sobre a Nova Lei de Licitações e Contratos Administrativos, tendo abordado o tema ?CONTROLE DOS CONTRATOS. 2021. (Curso de curta duração ministrado/Extensão).
28. **STROPPA, Christianne de Carvalho.** Licitação no regime jurídico da estatais, curso de especialização em Licitações e Contratos Administrativos. 2021. (Curso de curta duração ministrado/Especialização).
29. **STROPPA, Christianne de Carvalho.** Curso Online ?Prático De Licitação, Pregão Presencial E Eletrônico? (fornecedor). 2021. .
30. **STROPPA, Christianne de Carvalho.** Curso Online ?Prático De Licitação, Pregão Presencial E Eletrônico? (fornecedor). 2021. .
31. **STROPPA, Christianne de Carvalho.** Curso Online ?Prático De Licitação, Pregão Presencial E Eletrônico'. 2021. .
32. **STROPPA, Christianne de Carvalho.** Aspectos Gerais do objeto da licitação no Curso ONLINE sobre a Nova Lei de Licitações e Contratos,. 2021. .
33. **STROPPA, Christianne de Carvalho.** Impugnações, Esclarecimentos, Recursos e Respostas no Curso Online ?Pregão Eletrônico: Teórico E Prático. 2021. .
34. **STROPPA, Christianne de Carvalho.** Os Recursos Administrativos, A Impugnação E Os Esclarecimentos Na Nova Lei De Licitações no Curso ONLINE sobre a Nova Lei de Licitações e Contratos. 2021. .
35. **STROPPA, Christianne de Carvalho.** Curso Online Nova Lei De Licitações. 2021. .
36. **STROPPA, Christianne de Carvalho.** Curso In Company ?A Aplicação Da Nova Lei De Licitações E Contratações Nas Obras Públicas. 2021. .
37. **STROPPA, Christianne de Carvalho.** O Sistema De Registro De Preços no Curso Online Sobre ?As Principais Mudanças Da Nova Lei De Licitações E Contratos Administrativos. 2021. .
38. **STROPPA, Christianne de Carvalho.** A Importância Do PNCP E As Inovações No Regramento Quanto Às Irregularidades no Curso ONLINE sobre a Nova Lei de Licitações. 2021. .
39. **STROPPA, Christianne de Carvalho.** As Contratações Diretas e a Importância Dos Procedimentos Auxiliares no Curso ONLINE sobre a Nova Lei de Licitações. 2021. .
40. **STROPPA, Christianne de Carvalho.** Curso Online Nova Lei De Licitações. 2021. .
41. **STROPPA, Christianne de Carvalho.** Impactos Da Nova Lei De Licitações Na Indústria Farmacêutica. 2021. .
42. **STROPPA, Christianne de Carvalho.** Curso Online ?Prático De Licitação, Pregão Presencial E Eletrônico (fornecedor). 2021. .
43. **STROPPA, Christianne de Carvalho.** Planejamento De Contratação no Curso ONLINE sobre a Nova Lei de Licitações e Contratos. 2021. .
44. **STROPPA, Christianne de Carvalho.** Curso Online Nova Lei De Licitações. 2021. .
- 45.

46. STROPPIA, Christianne de Carvalho. Curso Online ?Nova Lei De Licitações'. 2021. .
47. STROPPIA, Christianne de Carvalho. Curso Online Nova Lei De Licitações. 2021. .
48. STROPPIA, Christianne de Carvalho. Curso Online ?Nova Lei De Licitações'. 2021. .
49. STROPPIA, Christianne de Carvalho. Curso Online ?Nova Lei De Licitações'. 2021. .
50. STROPPIA, Christianne de Carvalho. Curso Online ?Prático De Licitação, Pregão Presencial E Eletrônico'(fornecedor). 2021. .
51. STROPPIA, Christianne de Carvalho. Curso Online ?Prático De Licitação, Pregão Presencial E Eletrônico'(fornecedor). 2021. .
52. STROPPIA, Christianne de Carvalho. Serviços em Geral, no Curso Online ?Atualização Em Licitações E Contratos Administrativos. 2021. .
53. STROPPIA, Christianne de Carvalho. Curso Online ?Prático De Licitação, Pregão Presencial E Eletrônico'(fornecedor). 2021. .
54. STROPPIA, Christianne de Carvalho. Questões polêmicas sobre habilitação na Nova Lei de Licitações no Curso Premium Online ?Nova Lei De Licitações E Contratos?. 2021. .
55. STROPPIA, Christianne de Carvalho. Planejamento De Contratação, no Curso ONLINE sobre a Nova Lei de Licitações e Contratos. 2021. .
56. STROPPIA, Christianne de Carvalho. CORRUPÇÃO NAS CONTRATAÇÕES PÚBLICAS E OS TRIBUNAIS DE CONTAS,curso de Pós-Graduação ONLINE Licitações e Contratações Públicas. 2021. (Curso de curta duração ministrado/Especialização).
57. STROPPIA, Christianne de Carvalho. CONCESSÕES, PERMISSÕES E PARCERIA PÚBLICO-PRIVADA, especialização em Direito Contratual. 2021. (Curso de curta duração ministrado/Especialização).
58. STROPPIA, Christianne de Carvalho. LICITAÇÃO I, Pós-Graduação em Direito Público. 2021. (Curso de curta duração ministrado/Especialização).
59. STROPPIA, Christianne de Carvalho. NOVA LEI DE LICITAÇÕES (PANORAMA GERAL), curso de especialização em Direito Administrativo. 2021. (Curso de curta duração ministrado/Especialização).
60. STROPPIA, Christianne de Carvalho. LICITAÇÃO II, Pós-Graduação em Direito Público. 2021. (Curso de curta duração ministrado/Especialização).
61. STROPPIA, Christianne de Carvalho. ASPECTOS GERAIS DO OBJETO DA LICITAÇÃO, especialização de Licitações, Contratos Administrativos e Orçamento Público. 2021. (Curso de curta duração ministrado/Especialização).
62. STROPPIA, Christianne de Carvalho. A FASE PREPARATÓRIA DAS LICITAÇÕES NA LEI 14.133/2021: ETP, ANTEPROJETO, PROJETO BÁSICO E PROJETO EXECUTIVO. 2021. (Curso de curta duração ministrado/Especialização).
63. STROPPIA, Christianne de Carvalho. NOVA LEI DE LICITAÇÕES (PANORAMA GERAL), curso de especialização em Direito Administrativo. 2021. (Curso de curta duração ministrado/Especialização).
64. STROPPIA, Christianne de Carvalho. PLANEJAMENTO DE CONTRATAÇÃO, Curso ONLINE sobre a Nova Lei de Licitações e Contratos. 2021. .
65. STROPPIA, Christianne de Carvalho. Questões polêmicas sobre habilitação na Nova Lei de Licitações,Curso Premium ONLINE ?NOVA LEI DE LICITAÇÕES E CONTRATOS. 2021. (Curso de curta duração ministrado/Especialização).
66. STROPPIA, Christianne de Carvalho. LICITAÇÕES E CONTRATOS DE SERVIÇOS TERCEIRIZADOS, no curso de Pós-Graduação em Licitações e Contratações Públicas. 2021. (Curso de curta duração ministrado/Especialização).
67. STROPPIA, Christianne de Carvalho. FASE EXTERNA DA LICITAÇÃO: PROCEDIMENTOS AUXILIARES,curso ONLINE de especialização em Direito Administrativo. 2021. (Curso de curta duração ministrado/Especialização).
68. STROPPIA, Christianne de Carvalho. DESAPROPRIAÇÃO, curso de Pós-Graduação em Direito Público ? ênfase em Gestão Pública. 2021. (Curso de curta duração ministrado/Especialização).
69. STROPPIA, Christianne de Carvalho. CONTROLE DOS CONTRATOS ? Aula 21, curso de extensão online sobre a Nova Lei de Licitações e Contratos Administrativos. 2021. (Curso de curta duração ministrado/Extensão).
70. STROPPIA, Christianne de Carvalho. LICITAÇÃO NO REGIME JURÍDICO DAS ESTATAIS, curso de especialização em Licitações e Contratos Administrativos. 2021. (Curso de curta duração ministrado/Especialização).
71. STROPPIA, Christianne de Carvalho. AS MODALIDADES DE LICITAÇÃO: O QUE MUDA? ? Aula 3, no curso de extensão online sobre a Nova Lei de Licitações e Contratos Administrativos. 2021. (Curso de curta duração ministrado/Extensão).
72. STROPPIA, Christianne de Carvalho. ASPECTOS GERAIS DO OBJETO DA LICITAÇÃO,curso ONLINE de especialização de Licitações, Contratos Administrativos e Orçamento Público. 2021. (Curso de curta duração ministrado/Extensão).
73. STROPPIA, Christianne de Carvalho. A FASE PREPARATÓRIA DAS LICITAÇÕES NA LEI 14.133/2021: ETP, ANTEPROJETO, PROJETO BÁSICO E PROJETO EXECUTIVO, curso de especialização em Direito do Estado,. 2021. (Curso de curta duração ministrado/Especialização).
74. STROPPIA, Christianne de Carvalho. NOVA LEI DE LICITAÇÕES (PANORAMA GERAL), no curso de especialização em Direito Administrativo. 2021. (Curso de curta duração ministrado/Especialização).
75. STROPPIA, Christianne de Carvalho. CONCESSÕES, PERMISSÕES E PARCERIA PÚBLICO-PRIVADA, do curso ONLINE de especialização em Direito Contratual. 2021. (Curso de curta duração ministrado/Especialização).
76. STROPPIA, Christianne de Carvalho. Relatora do curso de extensão online sobre a Nova Lei de Licitações e Contratos Administrativos, promovido pela Fundação Arcadas, tendo abordado o tema ?EXTINÇÃO DOS CONTRATOS. 2021. (Curso de curta duração ministrado/Extensão).
77. STROPPIA, Christianne de Carvalho. Curso Online ?Prático De Licitação, Pregão Presencial E Eletrônico? (fornecedor). 2021. .
78. STROPPIA, Christianne de Carvalho. Curso Online ?Prático De Licitação, Pregão Presencial E Eletrônico?. 2021. .
79. STROPPIA, Christianne de Carvalho. Curso Online ?Prático De Licitação, Pregão Presencial E Eletrônico? (fornecedor). 2021. .
80. STROPPIA, Christianne de Carvalho. Curso Online ?Impactos Da Nova Lei De Licitações Na Indústria Farmacêutica?. 2021. .
81. STROPPIA, Christianne de Carvalho. Aspectos Gerais do objeto da licitação?, no Curso ONLINE sobre a Nova Lei de Licitações e Contratos. 2021. .
- 82.

STROPPA, Christianne de Carvalho. OS Recursos Administrativos, A Impugnação E Os Esclarecimentos Na Nova Lei De Licitações no Curso Online sobre a Nova Lei de Licitações e Contratos. 2021. .

83. **STROPPA, Christianne de Carvalho.** Curso Online ?Nova Lei De Licitações?. 2021. .
84. **STROPPA, Christianne de Carvalho.** A Importância Do PNCP E As Inovações No Regramento Quanto Às Irregularidades ?Curso ONLINE sobre a Nova Lei de Licitações. 2021. .
85. **STROPPA, Christianne de Carvalho.** As Contratações Diretas E A Importância Dos Procedimentos Auxiliares, no Curso ONLINE sobre a Nova Lei de Licitações. 2021. .
86. **STROPPA, Christianne de Carvalho.** Curso Online ?Nova Lei De Licitações?. 2021. .
87. **STROPPA, Christianne de Carvalho.** Curso Online ?Prático De Licitação, Pregão Presencial E Eletrônico? (fornecedor). 2021. .
88. **STROPPA, Christianne de Carvalho.** Planejamento De Contratação? no Curso ONLINE sobre a Nova Lei de Licitações e Contratos. 2021. .
89. **STROPPA, Christianne de Carvalho.** Curso Online ?Nova Lei De Licitações?. 2021. .
90. **STROPPA, Christianne de Carvalho.** Curso Online ?Planejamento E Fiscalização De Compras Em Empresa Pública?. 2021. .
91. **STROPPA, Christianne de Carvalho.** Curso Online ?Nova Lei De Licitações?. 2021. .
92. **STROPPA, Christianne de Carvalho.** Curso Online ?Nova Lei De Licitações?. 2021. .
93. **STROPPA, Christianne de Carvalho.** Curso Online ?Nova Lei De Licitações?. 2021. .
94. **STROPPA, Christianne de Carvalho.** Curso Online ?Nova Lei De Licitações?. 2021. .
95. **STROPPA, Christianne de Carvalho.** Curso Online ?Prático De Licitação, Pregão Presencial E Eletrônico? (fornecedor). 2021. .
96. **STROPPA, Christianne de Carvalho.** Curso Online ?Prático De Licitação, Pregão Presencial E Eletrônico? (fornecedor),. 2021. .
97. **STROPPA, Christianne de Carvalho.** Serviços em Geral?, no Curso Online ?Atualização Em Licitações E Contratos Administrativos?. 2021. .
98. **STROPPA, Christianne de Carvalho.** Curso Online ?Prático De Licitação, Pregão Presencial E Eletrônico? (fornecedor). 2021. .
99. **STROPPA, Christianne de Carvalho.** ?Questões polêmicas sobre habilitação na Nova Lei de Licitações?, no Curso Premium Online ?Nova Lei De Licitações E Contratos?. 2021. .
100. **STROPPA, Christianne de Carvalho.** Planejamento De Contratação?, no Curso ONLINE sobre a Nova Lei de Licitações e Contratos. 2021. .
101. **STROPPA, Christianne de Carvalho.** Lei Geral De Licitações: Lei Nº 8.666/1993, no curso de especialização em Direito Administrativo. 2020. (Curso de curta duração ministrado/Especialização).
102. **STROPPA, Christianne de Carvalho.** Servidores E Empregados Públicos: Regime Estatutário E Celetista, no curso de especialização em Direito Administrativo. 2020. (Curso de curta duração ministrado/Especialização).
103. **STROPPA, Christianne de Carvalho.** Licitação I, curso de Pós-Graduação em Direito Público ? ênfase em Gestão Pública. 2020. (Curso de curta duração ministrado/Especialização).
104. **STROPPA, Christianne de Carvalho.** Convênio, Consórcio E Parceria Público-Privada, curso de especialização em Direito Contratual. 2020. (Curso de curta duração ministrado/Especialização).
105. **STROPPA, Christianne de Carvalho.** Licitação II, curso de Pós-Graduação em Direito Público ? ênfase em Gestão Pública. 2020. (Curso de curta duração ministrado/Especialização).
106. **STROPPA, Christianne de Carvalho.** Corrupção Nas Contratações Públicas E Os Tribunais De Contas, curso de Pós-Graduação Licitações e Contratações Públicas. 2020. (Curso de curta duração ministrado/Especialização).
107. **STROPPA, Christianne de Carvalho.** Prático De Licitação, Pregão Presencial E Eletrônico (Fornecedor). 2020. (Curso de curta duração ministrado/Especialização).
108. **STROPPA, Christianne de Carvalho.** Prático De Licitação, Pregão Presencial E Eletrônico (Fornecedor) ? ONLINE. 2020. .
109. **STROPPA, Christianne de Carvalho.** Novo pregão eletrônico e a contratação emergencial sob a ótica da lei Nº 13.979/2020. 2020. .
110. **STROPPA, Christianne de Carvalho.** Pregão eletrônico e lei nº 13.979/2020. 2020. .
111. **STROPPA, Christianne de Carvalho.** Online Prático de licitação, pregão presencial e eletrônico (fornecedor). 2020. .
112. **STROPPA, Christianne de Carvalho.** Online Prático de licitação, pregão presencial e eletrônico (fornecedor). 2020. .
113. **STROPPA, Christianne de Carvalho.** Online pregão eletrônico (1ª parte). 2020. .
114. **STROPPA, Christianne de Carvalho.** Online pregão eletrônico (2ª parte). 2020. .
115. **STROPPA, Christianne de Carvalho.** Online gestão de contratos. 2020. .
116. **STROPPA, Christianne de Carvalho.** Concessões E Permissões, no curso de curso de especialização em Direito Administrativo. 2020. (Curso de curta duração ministrado/Especialização).
117. **STROPPA, Christianne de Carvalho.** Desapropriação, urso de Pós-Graduação em Direito Público ? ênfase em Gestão Pública. 2020. (Curso de curta duração ministrado/Especialização).
118. **STROPPA, Christianne de Carvalho.** Curso Online ?Lei Das Estatais (1ª Parte). 2020. .
119. **STROPPA, Christianne de Carvalho.** Curso Online ?Lei Das Estatais (2ª Parte). 2020. .
120. **STROPPA, Christianne de Carvalho.** Curso Online ?Estratégias Ilegais Em Licitações E A Lei Anticorrupção ? Lei Nº 12.846/2013. 2020. .
121. **STROPPA, Christianne de Carvalho.** DESAPROPRIAÇÃO, curso de Pós-Graduação em Direito Público. 2020. (Curso de curta duração ministrado/Especialização).
122. **STROPPA, Christianne de Carvalho.** LEI DAS ESTATAIS (1ª PARTE). 2020. .
123. **STROPPA, Christianne de Carvalho.** Curso Online ?Estratégias Ilegais Em Licitações E A Lei Anticorrupção ? LEI Nº 12.846/2013?. 2020. .
124. **STROPPA, Christianne de Carvalho.** Bens públicos: classificação, regime jurídico, formas de aquisição e alienação, no curso de especialização em Direito Administrativo. 2019. (Curso de curta duração ministrado/Especialização).
125. **STROPPA, Christianne de Carvalho.** Novo regime jurídico das empresas estatais: licitação,no de especialização em Direito do Estado. 2019. (Curso de curta duração ministrado/Especialização).
- 126.

127. **STROPPA, Christianne de Carvalho.** Licitação I, curso de extensão em Gestão Pública. 2019. (Curso de curta duração ministrado/Extensão).
128. **STROPPA, Christianne de Carvalho.** Concessões e permissões, curso de especialização em Direito Administrativo. 2019. (Curso de curta duração ministrado/Especialização).
129. **STROPPA, Christianne de Carvalho.** Servidores e empregados públicos: regime estatutário e celetista, no curso de especialização em Direito Administrativo. 2019. (Curso de curta duração ministrado/Especialização).
130. **STROPPA, Christianne de Carvalho.** Convênio, consórcio e parceria público-privada, no curso de especialização em Direito Contratual,. 2019. (Curso de curta duração ministrado/Especialização).
131. **STROPPA, Christianne de Carvalho.** Regime diferenciado de contratações públicas e lei complementar nº 123/06, curso de especialização em Direito Público Municipal, na Disciplina Direito Administrativo ? Licitações e Contratos. 2019. (Curso de curta duração ministrado/Especialização).
132. **STROPPA, Christianne de Carvalho.** Prático de Licitação, Pregão Presencial e Eletrônico (fornecedor). 2019. .
133. **STROPPA, Christianne de Carvalho.** ME, EPP, COOPERATIVA, MEI, EIRELLIs nas licitações públicas. 2019. (Curso de curta duração ministrado/Outra).
134. **STROPPA, Christianne de Carvalho.** Prático de Licitação, Pregão Presencial e Eletrônico (fornecedor). 2019. .
135. **STROPPA, Christianne de Carvalho.** Classificação e Julgamento Das Propostas Comerciais Nas Licitações & Recursos Administrativos, Impugnações Ao Edital E Pedidos De Esclarecimentos. 2019. .
136. **STROPPA, Christianne de Carvalho.** Lei Das Estatais: Lei Nº 13.303/2016 Licitações e Contratos de Acordo com o Regulamento da SABESP. 2019. .
137. **STROPPA, Christianne de Carvalho.** Contratos, Reajuste, Fiscalização E Penalidades. 2019. .
138. **STROPPA, Christianne de Carvalho.** Sistema De Registro De Preços. 2019. .
139. **STROPPA, Christianne de Carvalho.** Aspectos Jurídicos Da Licitação. 2019. .
140. **STROPPA, Christianne de Carvalho.** Contratos, Reajuste, Fiscalização E Penalidades. 2019. .
141. **STROPPA, Christianne de Carvalho.** Lei Geral De Licitações: Lei Nº 8.666/1993. 2019. (Curso de curta duração ministrado/Especialização).
142. **STROPPA, Christianne de Carvalho.** Bens Públicos: Classificação, Regime Jurídico, Formas De Aquisição E Alienação, no curso de especialização em Direito Administrativo. 2019. (Curso de curta duração ministrado/Especialização).
143. **STROPPA, Christianne de Carvalho.** Convênio, Consórcio E Parceria Público-Privada, no curso de especialização em Direito Contratual. 2019. (Curso de curta duração ministrado/Especialização).
144. **STROPPA, Christianne de Carvalho.** Concessões E Permissões, no curso de especialização em Direito Administrativo. 2019. (Curso de curta duração ministrado/Especialização).
145. **STROPPA, Christianne de Carvalho.** Parcerias Na Administração Pública, no 10º Curso de Pós-Graduação ?Lato Sensu? - Especialização em Direito Público. 2019. (Curso de curta duração ministrado/Especialização).
146. **STROPPA, Christianne de Carvalho.** Desapropriação, curso de Pós-Graduação em Direito Público ? ênfase em Gestão Pública. 2019. (Curso de curta duração ministrado/Especialização).
147. **STROPPA, Christianne de Carvalho.** Curso PREPARATÓRIO PARA A OAB, promovido Pela Faculdade de Direito da PUC/SP. 2019. (Curso de curta duração ministrado/Outra).
148. **STROPPA, Christianne de Carvalho.** Prático De Licitação, Pregão Presencial E Eletrônico (Fornecedor). 2019. .
149. **STROPPA, Christianne de Carvalho.** Prático De Licitação, Pregão Presencial E Eletrônico (Fornecedor). 2019. .
150. **STROPPA, Christianne de Carvalho.** Curso PREPARATÓRIO PARA A OAB. 2019. (Curso de curta duração ministrado/Outra).
151. **STROPPA, Christianne de Carvalho.** Novo decreto do pregão eletrônico ? DECRETO Nº 10.024/2019. 2019. .
152. **STROPPA, Christianne de Carvalho.** Novo decreto do pregão eletrônico ? decreto nº 10.024/2019. 2019. .
153. **STROPPA, Christianne de Carvalho.** Atualização na lei de licitações e mudanças no pregão eletrônico. 2019. .
154. **STROPPA, Christianne de Carvalho.** Novo decreto do pregão eletrônico ? decreto nº 10.024/2019. 2019. .
155. **STROPPA, Christianne de Carvalho.** Novo decreto do pregão eletrônico ? decreto nº 10.024/2019. 2019. .
156. **STROPPA, Christianne de Carvalho.** Organização administrativa: panorama geral ? administração direta e administração indireta. 2018. (Curso de curta duração ministrado/Especialização).
157. **STROPPA, Christianne de Carvalho.** Exceções ao dever de licitar, no curso de especialização em Direito Municipal. 2018. (Curso de curta duração ministrado/Especialização).
158. **STROPPA, Christianne de Carvalho.** Lei de Responsabilidade das Estatais. 2018. .
159. **STROPPA, Christianne de Carvalho.** Prático de Licitação, Pregão Presencial e Eletrônico (fornecedor). 2018. .
160. **STROPPA, Christianne de Carvalho.** Lei de Responsabilidade das Estatais. 2018. .
161. **STROPPA, Christianne de Carvalho.** Prático de Licitação, Pregão Presencial e Eletrônico (fornecedor). 2018. .
162. **STROPPA, Christianne de Carvalho.** Professor Conteudista de Direito Administrativo, Temas Fundamentais, Princípios Administrativos e Meios de Atuação. 2018. (Curso de curta duração ministrado/Outra).
163. **STROPPA, Christianne de Carvalho.** Professor Leitor Crítico Do Tema 'Licitações E Responsabilidade Fiscal'. 2018. .
164. **STROPPA, Christianne de Carvalho.** Sistema de registro de preços e regime diferenciado de contratações públicas - RDC, curso de especialização em Direito Municipal da Escola Paulista de Direito. 2018. (Curso de curta duração ministrado/Especialização).
165. **STROPPA, Christianne de Carvalho.** Infração e sanção administrativa, no curso de especialização em Direito Administrativo. 2018. (Curso de curta duração ministrado/Especialização).
166. **STROPPA, Christianne de Carvalho.** Responsabilidade Administrativa, no curso de especialização em Direito Administrativo. 2018. (Curso de curta duração ministrado/Especialização).
167. **STROPPA, Christianne de Carvalho.** Contratações públicas : aspectos fundamentais, no curso de especialização em Direito Administrativo. 2018. (Curso de curta duração ministrado/Especialização).
168. **STROPPA, Christianne de Carvalho.** Procedimentos da lei nº 8.666/93, no curso de especialização em Direito do Estado. 2018. (Curso de curta duração ministrado/Especialização).
169. **STROPPA, Christianne de Carvalho.** Desapropriação, no curso de especialização em Direito Municipal. 2018. (Curso de curta duração ministrado/Especialização).

170. **STROPPA, Christianne de Carvalho.** Servidores e empregados Públicos, no curso de especialização em Direito Administrativo. 2018. (Curso de curta duração ministrado/Especialização).
171. **STROPPA, Christianne de Carvalho.** O futuro da lei nº 8.666/93, no curso de especialização em Direito do Estado. 2018. (Curso de curta duração ministrado/Especialização).
172. **STROPPA, Christianne de Carvalho.** Lei de Responsabilidade das Estatais. 2018. .
173. **STROPPA, Christianne de Carvalho.** Lei de Responsabilidade das Estatais. 2018. .
174. **STROPPA, Christianne de Carvalho.** Lei de Responsabilidade das Estatais. 2018. .
175. **STROPPA, Christianne de Carvalho.** Despesas, Curso Direito Financeiro e Econômico à luz da jurisprudência e da administração dos tribunais. 2018. .
176. **STROPPA, Christianne de Carvalho.** Curso 'PREPARATÓRIO PARA A OAB', promovido Pela Faculdade de Direito da PUC/SP. 2018. (Curso de curta duração ministrado/Outra).
177. **STROPPA, Christianne de Carvalho.** Contratos Das Estatais. 2018. .
178. **STROPPA, Christianne de Carvalho.** LINDB E Novidades Na Lei Das Estatais. 2018. .
179. **STROPPA, Christianne de Carvalho.** Prático de Licitação, Pregão Presencial e Eletrônico (fornecedor). 2017. .
180. **STROPPA, Christianne de Carvalho.** Leis das Estatais. 2017. .
181. **STROPPA, Christianne de Carvalho.** Agentes públicos: conceito. Classificação. Regime jurídico: estatutário e contratual, no curso de especialização em Direito Administrativo. 2017. (Curso de curta duração ministrado/Especialização).
182. **STROPPA, Christianne de Carvalho.** Deveres e responsabilidade dos servidores públicos. Sindicância e processo administrativo, no curso de especialização em direito administrativo. 2017. (Curso de curta duração ministrado/Especialização).
183. **STROPPA, Christianne de Carvalho.** Licitação I no curso de extensão em Gestão Pública. 2017. (Curso de curta duração ministrado/Extensão).
184. **STROPPA, Christianne de Carvalho.** Atos administrativos e o princípio da confiança legítima, curso de especialização em Direito Público na Disciplina Temas Atuais de Direito Administrativo. 2017. (Curso de curta duração ministrado/Especialização).
185. **STROPPA, Christianne de Carvalho.** Licitação: princípios e modalidades, no curso de especialização em Direito Administrativo. 2017. (Curso de curta duração ministrado/Especialização).
186. **STROPPA, Christianne de Carvalho.** Licitação: fases ? interna e externa. Edital, no curso de especialização em Direito Administrativo. 2017. (Curso de curta duração ministrado/Especialização).
187. **STROPPA, Christianne de Carvalho.** Processo administrativo, no curso de especialização em direito Municipal. 2017. (Curso de curta duração ministrado/Especialização).
188. **STROPPA, Christianne de Carvalho.** Contratos Administrativos e Contratos Administrativos em Espécie, no curso de especialização Direito Contratual. 2017. (Curso de curta duração ministrado/Especialização).
189. **STROPPA, Christianne de Carvalho.** Curso regime diferenciado de contratações públicas. 2017. (Curso de curta duração ministrado/Extensão).
190. **STROPPA, Christianne de Carvalho.** Prático de Licitação, Pregão Presencial e Eletrônico (fornecedor). 2017. .
191. **STROPPA, Christianne de Carvalho.** Dase interna da licitação (pregão). 2017. .
192. **STROPPA, Christianne de Carvalho.** Lei das Estatais. 2017. .
193. **STROPPA, Christianne de Carvalho.** Lei das Estatais. 2017. .
194. **STROPPA, Christianne de Carvalho.** Prático de Licitação, Pregão Presencial e Eletrônico (fornecedor). 2017. .
195. **STROPPA, Christianne de Carvalho.** Prático de Licitação, Pregão Presencial e Eletrônico (fornecedor). 2017. .
196. **STROPPA, Christianne de Carvalho.** Lei das Estatais. 2017. .
197. **STROPPA, Christianne de Carvalho.** Prático de Licitação, Pregão Presencial e Eletrônico (fornecedor). 2017. .
198. **STROPPA, Christianne de Carvalho.** Leis das Estatais. 2017. .
199. **STROPPA, Christianne de Carvalho.** Prático de Licitação, Pregão Presencial e Eletrônico (fornecedor). 2017. .
200. **STROPPA, Christianne de Carvalho.** Lei de Responsabilidade das Estatais. 2017. .
201. **STROPPA, Christianne de Carvalho.** Processo de Contratação - Módulo II. 2016. (Curso de curta duração ministrado/Especialização).
202. **STROPPA, Christianne de Carvalho.** Entidades da Administração Pública Municipal. 2016. (Curso de curta duração ministrado/Especialização).
203. **STROPPA, Christianne de Carvalho.** Licitação I. 2016. (Curso de curta duração ministrado/Extensão).
204. **STROPPA, Christianne de Carvalho.** Contratos Administrativos e Contratos Administrativos em Espécie. 2016. (Curso de curta duração ministrado/Especialização).
205. **STROPPA, Christianne de Carvalho.** Contratos Administrativos e Contratos Administrativos em Espécie. 2016. (Curso de curta duração ministrado/Especialização).
206. **STROPPA, Christianne de Carvalho.** Prático de Licitação, Pregão Presencial e Eletrônico (fornecedor). 2016. .
207. **STROPPA, Christianne de Carvalho.** Prático de Licitação, Pregão Presencial e Eletrônico (fornecedor). 2016. .
208. **STROPPA, Christianne de Carvalho.** Prático de Licitação, Pregão Presencial e Eletrônico (fornecedor). 2016. .
209. **STROPPA, Christianne de Carvalho.** Prático de Licitação, Pregão Presencial e Eletrônico (fornecedor). 2016. .
210. **STROPPA, Christianne de Carvalho.** Prático de Licitação, Pregão Presencial e Eletrônico (fornecedor). 2016. .
211. **STROPPA, Christianne de Carvalho.** Prático de Licitação, Pregão Presencial e Eletrônico (fornecedor). 2016. .
212. **STROPPA, Christianne de Carvalho.** Prático de Licitação, Pregão Presencial e Eletrônico (fornecedor). 2016. .
213. **STROPPA, Christianne de Carvalho.** Regime Diferenciado De Contratações Públicas. 2016. .
214. **STROPPA, Christianne de Carvalho.** Ato Administrativo no Município III. 2015. (Curso de curta duração ministrado/Especialização).
215. **STROPPA, Christianne de Carvalho.** Licitação I. 2015. (Curso de curta duração ministrado/Especialização).
216. **STROPPA, Christianne de Carvalho.** Licitação II. 2015. (Curso de curta duração ministrado/Especialização).
217. **STROPPA, Christianne de Carvalho.** Licitação I. 2015. (Curso de curta duração ministrado/Extensão).
218. **STROPPA, Christianne de Carvalho.** Contratos e Convênios Com a Administração Pública. 2015. (Curso de curta duração ministrado/Outra).
219. **STROPPA, Christianne de Carvalho.** Licitação II. 2015. (Curso de curta duração ministrado/Extensão).
220. **STROPPA, Christianne de Carvalho.** Prático De Licitação, Pregão Presencial E Eletrônico(Fornecedor). 2015. .

221. **STROPPA, Christianne de Carvalho.** Prático De Licitação, Pregão Presencial E Eletrônico(Fornecedor). 2015. .
222. **STROPPA, Christianne de Carvalho.** Prático De Licitação, Pregão Presencial E Eletrônico(Fornecedor). 2015. .
223. **STROPPA, Christianne de Carvalho.** Micro Empresas E Empresas De Pequeno Porte ? Alteração Da Lei Complementar Nº 123/2006 Pela Lei Complementar Nº 147/2014. 2015. .
224. **STROPPA, Christianne de Carvalho.** Treinamento De Gestão De Contratos Administrativos. 2015. .
225. **STROPPA, Christianne de Carvalho.** Fases, Procedimentos e Editais no curso de especialização em Direito Administrativo, promovido pela Coordenadoria Geral de Especialização, Aperfeiçoamento e Extensão ? COGEAE. 2015. (Curso de curta duração ministrado/Especialização).
226. **STROPPA, Christianne de Carvalho.** Prático de Licitação, Pregão Presencial e Eletrônico (fornecedor). 2015. .
227. **STROPPA, Christianne de Carvalho.** Prático de Licitação, Pregão Presencial e Eletrônico (fornecedor). 2015. .
228. **STROPPA, Christianne de Carvalho.** Regime Diferenciado de Contratação - RDC. 2015. .
229. **STROPPA, Christianne de Carvalho.** Micro Empresas e Empresas de Pequeno Porte nas Licitações. 2015. .
230. **STROPPA, Christianne de Carvalho.** Micro Empresas e Empresas de Pequeno Porte nas Licitações. 2015. .
231. **STROPPA, Christianne de Carvalho.** Regime Diferenciado de Contratação - RDC. 2015. .
232. **STROPPA, Christianne de Carvalho.** Participação das Micros e Pequenas Empresas nas Licitações. 2015. .
233. **STROPPA, Christianne de Carvalho.** Prático de Licitação, Pregão Presencial e Eletrônico (fornecedor). 2015. .
234. **STROPPA, Christianne de Carvalho.** Parceria Público-Privada. 2015. (Curso de curta duração ministrado/Especialização).
235. **STROPPA, Christianne de Carvalho.** Organização Administrativa do Estado. 2015. (Curso de curta duração ministrado/Especialização).
236. **STROPPA, Christianne de Carvalho.** Concessões. 2015. .
237. **STROPPA, Christianne de Carvalho.** Responsabilidade Dos Membros De Comissões De Licitações. 2015. .
238. **STROPPA, Christianne de Carvalho.** Prático de Licitação, Pregão Presencial e Eletrônico (fornecedor). 2015. .
239. **STROPPA, Christianne de Carvalho.** Prático de Licitação, Pregão Presencial e Eletrônico (fornecedor). 2015. (Curso de curta duração ministrado/Especialização).
240. **STROPPA, Christianne de Carvalho.** PROCESSO ADMINISTRATIVO NO TRIBUNAL DE CONTAS. 2014. (Curso de curta duração ministrado/Especialização).
241. **STROPPA, Christianne de Carvalho.** LICITAÇÃO: RECURSOS E SANÇÕES. 2014. (Curso de curta duração ministrado/Especialização).
242. **STROPPA, Christianne de Carvalho.** DESAPROPRIAÇÃO: INSTRUMENTOS DE POLÍTICA URBANA. 2014. (Curso de curta duração ministrado/Especialização).
243. **STROPPA, Christianne de Carvalho.** PROCESSO ADMINISTRATIVO. 2014. (Curso de curta duração ministrado/Extensão).
244. **STROPPA, Christianne de Carvalho.** Poder Legislativo Municipal. 2014. (Curso de curta duração ministrado/Especialização).
245. **STROPPA, Christianne de Carvalho.** Novos Instrumentos De Realização Do Interesse Público ? OS, OSCIPS E ONG'S. 2014. (Curso de curta duração ministrado/Especialização).
246. **STROPPA, Christianne de Carvalho.** Ato Administrativo No Município I. 2014. (Curso de curta duração ministrado/Especialização).
247. **STROPPA, Christianne de Carvalho.** Ato Administrativo no Município II. 2014. (Curso de curta duração ministrado/Especialização).
248. **STROPPA, Christianne de Carvalho.** Regime Diferenciado De Contratação. 2014. .
249. **STROPPA, Christianne de Carvalho.** Dispensa E Inexigibilidade De Licitação. 2014. .
250. **STROPPA, Christianne de Carvalho.** Fase Interna Da Licitação. 2014. .
251. **STROPPA, Christianne de Carvalho.** Regime Diferenciado De Contratação. 2014. .
252. **STROPPA, Christianne de Carvalho.** Prático De Licitação, Pregão Presencial E Eletrônico (Fornecedor). 2014. .
253. **STROPPA, Christianne de Carvalho.** Dispensa E Inexigibilidade De Licitação. 2014. .
254. **STROPPA, Christianne de Carvalho.** Fase Interna Da Licitação. 2014. .
255. **STROPPA, Christianne de Carvalho.** Regime Diferenciado De Contratação. 2014. .
256. **STROPPA, Christianne de Carvalho.** Reunião de Departamento - Departamento de Direito Público (19 de maio). 2014. (Reunião).
257. **STROPPA, Christianne de Carvalho.** Reunião de Departamento - Departamento de Direito Público (31 de março). 2014. (Reunião).
258. **STROPPA, Christianne de Carvalho.** Reunião de Departamento - Departamento de Direito Público (15 de maio). 2014. (Reunião).
259. **STROPPA, Christianne de Carvalho.** Reunião de Departamento - Departamento de Direito Público (13 de março). 2014. (Reunião).
260. **STROPPA, Christianne de Carvalho.** SERVIÇOS PÚBLICOS. 2013. (Curso de curta duração ministrado/Especialização).
261. **STROPPA, Christianne de Carvalho.** ENTIDADES DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA. 2013. .
262. **STROPPA, Christianne de Carvalho.** LICITAÇÃO. 2013. (Curso de curta duração ministrado/Especialização).
263. **STROPPA, Christianne de Carvalho.** ATO ADMINISTRATIVO NO MUNICÍPIO II. 2013. (Curso de curta duração ministrado/Especialização).
264. **STROPPA, Christianne de Carvalho.** ATO ADMINISTRATIVO NO MUNICÍPIO I. 2013. (Curso de curta duração ministrado/Especialização).
265. **STROPPA, Christianne de Carvalho.** NOVOS INSTRUMENTOS DE REALIZAÇÃO DO INTERESSE PÚBLICO ? OS, OSCIP E ONG'S?. 2013. (Curso de curta duração ministrado/Especialização).
266. **STROPPA, Christianne de Carvalho.** PODER LEGISLATIVO MUNICIPAL. 2013. (Curso de curta duração ministrado/Especialização).
267. **STROPPA, Christianne de Carvalho.** Reunião de Departamento - Departamento de Direito Público (12 de agosto). 2013. (Reunião).
268. **STROPPA, Christianne de Carvalho.** Reunião de Departamento - Departamento de Direito Público (09 de setembro). 2013. (Reunião).
- 269.

2013. (Reunião).

270. STROPPA, Christianne de Carvalho. Reunião de Departamento - Departamento de Direito Público (12 de novembro). 2013. (Reunião).

271. STROPPA, Christianne de Carvalho. Reunião de Departamento - Departamento de Direito Público (04 de dezembro). 2013. (Reunião).

272. STROPPA, Christianne de Carvalho. ATO ADMINISTRATIVO NO MUNICÍPIO. 2012. (Curso de curta duração ministrado/Especialização).

273. STROPPA, Christianne de Carvalho. ENTIDADES DA ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL. 2012. .

274. STROPPA, Christianne de Carvalho. NOVOS INSTRUMENTOS DE REALIZAÇÃO DO INTERESSE PÚBLICO ? OS, OSCIP E ONG?S. 2012. (Curso de curta duração ministrado/Especialização).

275. STROPPA, Christianne de Carvalho. PODER LEGISLATIVO MUNICIPAL. 2012. (Curso de curta duração ministrado/Especialização).

276. STROPPA, Christianne de Carvalho. SERVIÇOS PÚBLICOS. 2012. (Curso de curta duração ministrado/Especialização).

277. STROPPA, Christianne de Carvalho. ENTIDADES DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA. 2012. (Curso de curta duração ministrado/Especialização).

278. STROPPA, Christianne de Carvalho. LICITAÇÃO E PREGÃO. 2012. .

279. STROPPA, Christianne de Carvalho. LICITAÇÃO E PREGÃO. 2012. .

280. STROPPA, Christianne de Carvalho. LICITAÇÃO E PREGÃO. 2012. .

281. STROPPA, Christianne de Carvalho. PRÁTICO DE LICITAÇÃO, PREGÃO PRESENCIAL E ELETRÔNICO. 2012. .

282. STROPPA, Christianne de Carvalho. Regime Diferenciado de Contratações Públicas. 2012. .

283. STROPPA, Christianne de Carvalho. LICITAÇÃO E PREGÃO. 2012. .

284. STROPPA, Christianne de Carvalho. LICITAÇÃO E PREGÃO. 2012. .

285. STROPPA, Christianne de Carvalho. LICITAÇÃO E PREGÃO. 2012. .

286. STROPPA, Christianne de Carvalho. PRÁTICO DE LICITAÇÃO, PREGÃO PRESENCIAL E ELETRÔNICO (fornecedor). 2012.

287. STROPPA, Christianne de Carvalho. REGIME DIFERENCIADO DE CONTRATAÇÕES PÚBLICAS. 2012. .

288. STROPPA, Christianne de Carvalho. CONTRATAÇÃO DIRETA, DISPENSA E INEXIGIBILIDADE. 2011. .

289. STROPPA, Christianne de Carvalho. CONTRATAÇÕES ESPECÍFICAS. 2011. .

290. STROPPA, Christianne de Carvalho. PRÁTICO DE LICITAÇÃO, PREGÃO PRESENCIAL E ELETRÔNICO. 2011. .

291. STROPPA, Christianne de Carvalho. CLÁUSULAS EXTRAVAGANTES. 2011. .

292. STROPPA, Christianne de Carvalho. CONTRATOS ADMINISTRATIVOS. 2011. .

293. STROPPA, Christianne de Carvalho. NORMAS GERAIS SOBRE LICITAÇÃO, PREGÃO, CONCESSÃO E PERMISSÃO DE SERVIÇOS PÚBLICOS, PARCERIAS PÚBLICO-PRIVADAS E SERVIÇOS DE PUBLICIDADE. 2011. .

294. STROPPA, Christianne de Carvalho. REQUISICION, LIMITAÇÕES ADMINISTRATIVAS, SERVIDÃO E TOMBAMENTO. 2011. (Curso de curta duração ministrado/Especialização).

295. STROPPA, Christianne de Carvalho. PODER LEGISLATIVO MUNICIPAL. 2011. (Curso de curta duração ministrado/Especialização).

296. STROPPA, Christianne de Carvalho. ATO ADMINISTRATIVO NO MUNICÍPIO. 2011. (Curso de curta duração ministrado/Especialização).

297. STROPPA, Christianne de Carvalho. SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS. 2011. (Curso de curta duração ministrado/Especialização).

298. STROPPA, Christianne de Carvalho. LICITAÇÃO, PREGÃO, SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS E SANÇÕES PENAS. 2011. (Curso de curta duração ministrado/Especialização).

299. STROPPA, Christianne de Carvalho. RESPONSABILIDADE CIVIL. 2011. (Curso de curta duração ministrado/Especialização).

300. STROPPA, Christianne de Carvalho. GESTÃO DE CONTRATOS ADMINISTRATIVOS. 2011. .

301. STROPPA, Christianne de Carvalho. IMPUGNAÇÕES E RECURSOS EM LICITAÇÕES. 2011. .

302. STROPPA, Christianne de Carvalho. CLASSIFICAÇÃO E JULGAMENTO DAS PROPOSTAS COMERCIAIS NAS LICITAÇÕES & RECURSOS ADMINISTRATIVOS, IMPUGNAÇÕES AO EDITAL E PEDIDOS DE ESCLARECIMENTO. 2011. .

303. STROPPA, Christianne de Carvalho. PRÁTICO DE LICITAÇÃO, PREGÃO PRESENCIAL E ELETRÔNICO. 2011. .

304. STROPPA, Christianne de Carvalho. EDITAL INSTRUMENTO FUNDAMENTAL PARA O SUCESSO DA LICITAÇÃO. 2011. .

305. STROPPA, Christianne de Carvalho. LICITAÇÃO, PREGÃO, SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS, CONTRATOS E CONVÊNIOS. 2011. (Curso de curta duração ministrado/Especialização).

306. STROPPA, Christianne de Carvalho. CONTRATOS ADMINISTRATIVOS & SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS. 2011. .

307. STROPPA, Christianne de Carvalho. CONTRATAÇÃO DIRETA, DISPENSA E INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO. 2011. .

308. STROPPA, Christianne de Carvalho. IMPUGNAÇÕES E RECURSOS EM LICITAÇÕES. 2011. .

309. STROPPA, Christianne de Carvalho. PRÁTICO DE LICITAÇÃO, PREGÃO PRESENCIAL E ELETRÔNICO. 2011. .

310. STROPPA, Christianne de Carvalho. SIMPÓSIO BÁSICO DE LICITAÇÕES. 2011. .

311. STROPPA, Christianne de Carvalho. EDITAL INSTRUMENTO FUNDAMENTAL PARA O SUCESSO DA LICITAÇÃO. 2011. .

312. STROPPA, Christianne de Carvalho. LICITAÇÃO, PREGÃO E SANÇÕES. 2011. .

313. STROPPA, Christianne de Carvalho. CLASSIFICAÇÃO E JULGAMENTO DAS PROPOSTAS COMERCIAIS NAS LICITAÇÕES & RECURSOS ADMINISTRATIVOS, IMPUGNAÇÕES AO EDITAL E PEDIDOS DE ESCLARECIMENTO. 2011. .

314. STROPPA, Christianne de Carvalho. REGIME DIFERENCIADO DE CONTRATAÇÕES PÚBLICAS. 2011. .

315. STROPPA, Christianne de Carvalho. REGIME DIFERENCIADO DE CONTRATAÇÕES PÚBLICAS. 2011. .

316. STROPPA, Christianne de Carvalho. PRÁTICO DE LICITAÇÃO, PREGÃO PRESENCIAL E ELETRÔNICO. 2011. .

317. STROPPA, Christianne de Carvalho. CONTRATOS ADMINISTRATIVOS & SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS. 2011. .

318. STROPPA, Christianne de Carvalho. PLANEJAMENTO PRÉVIO DAS LICITAÇÕES. 2011. .

319. STROPPA, Christianne de Carvalho. PLANEJAMENTO PRÉVIO DAS LICITAÇÕES. 2011. .

320. ★ STROPPA, Christianne de Carvalho. SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS. 2010. (Curso de curta duração ministrado/Especialização).

321. STROPPA, Christianne de Carvalho. Impugnações e Recursos em Licitações. 2010. .

322. STROPPA, Christianne de Carvalho. Impugnações e Recursos em Licitações. 2010. .
323. STROPPA, Christianne de Carvalho. Impugnações e Recursos em Licitações. 2010. .
324. STROPPA, Christianne de Carvalho. Sistema de Registro de Preços. 2010. .
325. STROPPA, Christianne de Carvalho. Contratos Administrativos. 2010. .
326. STROPPA, Christianne de Carvalho. Prático de Licitação, Pregão Presencial e Eletrônico. 2010. .
327. STROPPA, Christianne de Carvalho. Prático de Licitação, Pregão Presencial e Eletrônico. 2010. .
328. STROPPA, Christianne de Carvalho. Prático de Licitação, Pregão Presencial e Eletrônico. 2010. .
329. STROPPA, Christianne de Carvalho. Contratação Direta. 2010. .
330. STROPPA, Christianne de Carvalho. Licitações, Pregão e MPE's. 2010. .
331. STROPPA, Christianne de Carvalho. LICITAÇÃO, PREGÃO, SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS, CONTRATOS E CONVÊNIOS. 2010. .
332. STROPPA, Christianne de Carvalho. SIMPÓSIO SOBRE EDITAIS. 2010. .
333. STROPPA, Christianne de Carvalho. CLASSIFICAÇÃO E JULGAMENTO DAS PROPOSTAS COMERCIAIS NAS LICITAÇÕES & RECURSOS ADMINISTRATIVOS, IMPUGNAÇÕES AO EDITAL E PEDIDOS DE ESCLARECIMENTO. 2010. .
334. STROPPA, Christianne de Carvalho. SIMPÓSIO BÁSICO DE LICITAÇÕES. 2010. .
335. STROPPA, Christianne de Carvalho. SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS. 2010. (Curso de curta duração ministrado/Especialização).
336. STROPPA, Christianne de Carvalho. ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA DIRETA E INDIRETA SOB A CONSTITUIÇÃO DE 1988. 2010. (Curso de curta duração ministrado/Especialização).
337. STROPPA, Christianne de Carvalho. CONTRATOS ADMINISTRATIVOS. 2010. (Curso de curta duração ministrado/Especialização).
338. STROPPA, Christianne de Carvalho. NOVOS INSTRUMENTOS DE REALIZAÇÃO DO INTERESSE PÚBLICO ? OS, OSCIP E ONG'S. 2010. (Curso de curta duração ministrado/Especialização).
339. STROPPA, Christianne de Carvalho. Licitação, Pregão, Registro de Preços, Contratos e Convênios. 2010. (Desenvolvimento de material didático ou instrucional - Jurídica).
340. STROPPA, Christianne de Carvalho. Pregão Presencial e Eletrônico. 2009. .
341. STROPPA, Christianne de Carvalho. Contratação Direta. 2009. .
342. STROPPA, Christianne de Carvalho. Pregão Presencial. 2009. .
343. STROPPA, Christianne de Carvalho. Prático de Licitação para Gestor Público. 2009. .
344. STROPPA, Christianne de Carvalho. Impugnações e Recursos em Licitações. 2009. .
345. ★ STROPPA, Christianne de Carvalho. AGENTES E SERVIÇOS PÚBLICOS. SERVIDORES PÚBLICOS ESTATUTÁRIOS DO ESTADO DE SÃO PAULO. 2009. (Curso de curta duração ministrado/Especialização).
346. STROPPA, Christianne de Carvalho. Sistema de Registro de Preços. 2009. (Curso de curta duração ministrado/Especialização).
347. STROPPA, Christianne de Carvalho. Gestão de Contratos Administrativos. 2009. .
348. STROPPA, Christianne de Carvalho. Lei Complementar 123/06. 2008. .
349. STROPPA, Christianne de Carvalho. Prático de Licitação para Gestor Público. 2008. .
350. STROPPA, Christianne de Carvalho. Gestão de Contratos Administrativos. 2008. .
351. STROPPA, Christianne de Carvalho. Simulação de Pregão Eletrônico. 2008. .
352. STROPPA, Christianne de Carvalho. Dispensa e Inexigibilidade. 2008. .
353. STROPPA, Christianne de Carvalho. Contratos Administrativos. 2008. .
354. STROPPA, Christianne de Carvalho. Prático de Licitações. 2008. .
355. STROPPA, Christianne de Carvalho. Licitação e Pregão Presencial. 2008. .
356. STROPPA, Christianne de Carvalho. Simulação de Pregão Eletrônico. 2008. .
357. STROPPA, Christianne de Carvalho. Impugnações e Recursos. 2008. .
358. STROPPA, Christianne de Carvalho. Prático de Licitações. 2008. .
359. STROPPA, Christianne de Carvalho. Pregão eletrônico. 2008. .
360. STROPPA, Christianne de Carvalho. Aperfeiçoamento Jurídico e Preparatório para a Carreira Jurídica. 2008. .
361. STROPPA, Christianne de Carvalho. Aperfeiçoamento Jurídico e Preparatório para a Carreira Jurídica. 2008. .
362. ★ STROPPA, Christianne de Carvalho. COMO POSSIBILITAR A PARTICIPAÇÃO DAS MPE'S NAS COMPRAS GOVERNAMENTAIS. 2008. (Manual desenvolvido para o Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão).
363. STROPPA, Christianne de Carvalho. AGÊNCIAS REGULADORAS E AGÊNCIAS EXECUTIVAS. 2007. (Curso de curta duração ministrado/Especialização).
364. STROPPA, Christianne de Carvalho. SERVIDORES PÚBLICOS. 2007. (Curso de curta duração ministrado/Especialização).
365. STROPPA, Christianne de Carvalho. O Uso do Poder de Compra do Estado dirigido à ampliação da participação das MPE's nas Compras Governamentais. 2007. .
366. STROPPA, Christianne de Carvalho. O Uso do Poder de Compra do Estado dirigido à ampliação da participação das MPE's nas Compras Governamentais. 2007. .
367. STROPPA, Christianne de Carvalho. Sistema de Registro de Preços. 2006. .
368. STROPPA, Christianne de Carvalho. Impugnações, Recursos, Representações e Medidas Judiciais em Licitação. 2006. .
369. STROPPA, Christianne de Carvalho. Aspectos Essenciais sobre Licitações e Comportamento e Responsabilidade da Comissão de Julgamento, Pregoeiro e Equipe de Apoio. 2005. .
370. STROPPA, Christianne de Carvalho. Licitações e Contratos Administrativos. 2005. .
371. STROPPA, Christianne de Carvalho. Impugnações, Recursos, Representações e Medidas Judiciais em Licitação. 2005. .
372. STROPPA, Christianne de Carvalho. Licitações e Contratos Administrativos. 2005. .
373. STROPPA, Christianne de Carvalho. Registro Cadastral e Documentos de Habilitação. 2005. .
374. STROPPA, Christianne de Carvalho. Sistema de Registro de Preços. 2005. .
375. STROPPA, Christianne de Carvalho. Gestão de Contratos Administrativos. 2005. .
376. STROPPA, Christianne de Carvalho. Sistema de Registro de Preços. 2005. .
377. STROPPA, Christianne de Carvalho. Impugnações, Recursos, Representações e Medidas Judiciais em Licitação. 2004. .
378. STROPPA, Christianne de Carvalho. Licitações e Contratos Administrativos. 2004. .
379. STROPPA, Christianne de Carvalho. Técnicas de Elaboração e Análise de Editais. 2004. .

380. **STROPPIA, Christianne de Carvalho.** Registro Cadastral e Documentos de Habilitação. 2004. .
381. **STROPPIA, Christianne de Carvalho.** Recursos Administrativos e Vias Judiciais. 2004. .
382. **STROPPIA, Christianne de Carvalho.** Licitações e Contratos Administrativos. 2004. .
383. **STROPPIA, Christianne de Carvalho.** Contratação Direta sem Licitação. 2004. .
384. **STROPPIA, Christianne de Carvalho.** Aspectos Essenciais sobre Licitações e Comportamento e Responsabilidade da Comissão de Julgamento, Pregoeiro e Equipe de Apoio. 2004. .
385. **STROPPIA, Christianne de Carvalho.** Registro Cadastral e Documentos de Habilitação. 2003. .
386. **STROPPIA, Christianne de Carvalho.** Técnicas de Elaboração de Análise de Editais. 2003. .
387. **STROPPIA, Christianne de Carvalho.** Reequilíbrio da Equação Econômico-financeira do Contrato. 2003. .
388. **STROPPIA, Christianne de Carvalho.** Licitações e Contratos Administrativos. 2003. .
389. **STROPPIA, Christianne de Carvalho.** Registro Cadastral e Documentos de Habilitação. 2003. .
390. **STROPPIA, Christianne de Carvalho.** Licitações e Contratos Administrativos. 2003. .
391. **STROPPIA, Christianne de Carvalho.** Registro Cadastral e Documentos de Habilitação. 2003. .
392. **STROPPIA, Christianne de Carvalho.** Impugnações, Recursos, Representações e Medidas Judiciais em Licitação. 2003. .
393. **STROPPIA, Christianne de Carvalho.** Licitações e Contratos Administrativos. 2003. .
394. **STROPPIA, Christianne de Carvalho.** Reequilíbrio da Equação Econômico-financeira do Contrato. 2003. (Desenvolvimento de material didático ou instrucional - Jurídica).
395. **STROPPIA, Christianne de Carvalho.** Impugnações, Recursos, Representações e Medidas Judiciais em Licitação. 2003. (Desenvolvimento de material didático ou instrucional - Jurídica).
396. **STROPPIA, Christianne de Carvalho.** Registro Cadastral e Documentos de Habilitação. 2003. (Desenvolvimento de material didático ou instrucional - Jurídica).
397. **STROPPIA, Christianne de Carvalho.** Curso Prático de Licitações e Contratos. 2002. .
398. **STROPPIA, Christianne de Carvalho.** Conceitos e Práticas Avançadas de Licitação. 2002. .
399. **STROPPIA, Christianne de Carvalho.** Gestão de Contratos Administrativos. 2002. .
400. **STROPPIA, Christianne de Carvalho.** Técnicas de Elaboração e Análise de Editais. 2002. .
401. **STROPPIA, Christianne de Carvalho.** Licitações e Contratos Administrativos. 2002. .
402. **STROPPIA, Christianne de Carvalho.** Licitações e Contratos Administrativos. 2002. .
403. **STROPPIA, Christianne de Carvalho.** Técnicas de Elaboração e Análise de Editais. 2002. .
404. **STROPPIA, Christianne de Carvalho.** Registro Cadastral e Documentos de Habilitação. 2002. .
405. **STROPPIA, Christianne de Carvalho.** Técnicas de Elaboração de Editais. 2002. (Desenvolvimento de material didático ou instrucional - Jurídica).
406. **STROPPIA, Christianne de Carvalho.** Licitações na prática. 1998. .
407. **STROPPIA, Christianne de Carvalho.** Licitações na prática Leis nº 8666/93 e nº 8883/84. 1997. .
408. **STROPPIA, Christianne de Carvalho.** Licitações na Prática Leis nº 8666/93 e nº 8883/94. 1997. .

Patentes e registros

Patente

A Confirmação do status de um pedido de patentes poderá ser solicitada à Diretoria de Patentes (DIRPA) por meio de uma Certidão de atos relativos aos processos

1. **STROPPIA, Christianne de Carvalho.** Elementos de Direito Administrativo. 2001, Brasil.
Patente: Outro. Número do registro: 274.578, título: "Elementos de Direito Administrativo" Concessão: 27/11/2002

Bancas

Participação em bancas de trabalhos de conclusão

Mestrado

1. CAMMAROSANO, M.; **STROPPIA, Christianne de Carvalho**; SILVA, C. M. F. P. E.. Participação em banca de Gilvan Carneiro de Andrade Filho. A responsabilidade do agente público em face do artigo 37 £6º da Constituição federal : uma análise principiológica. 2023. Dissertação (Mestrado em Direito) - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo.
2. CAMMAROSANO, M.; **STROPPIA, Christianne de Carvalho**; PEREIRA, F. H. U.. Participação em banca de Ana Luiza Queiroz Melo Jacoby Fernandes. O controle exercido pelo Tribunal de contas da União em matéria de contratações públicas e a Lei n. 14133/2021. 2022. Dissertação (Mestrado em Direito) - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo.

Qualificações de Mestrado

1. CAMARA, J. S. D. A.; **STROPPIA, Christianne de Carvalho**; OLIVEIRA, J. R. P.. Participação em banca de Felipe Miranda Ferrari Picolo. Prorrogação antecipada dos contratos de concessão de serviço público. 2022. Exame de qualificação (Mestrando em Direito) - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo.
2. ZOCKUN, M. G. P.; CAMARA, J. S. D. A.; **STROPPIA, Christianne de Carvalho**. Participação em banca de Marcela Volponi Xavier de Sá Santos. Procedimento administrativo para identificação de parcerias em oportunidades de negócio. 2022.

3. CAMARA, J. S. D. A.; **STROPPIA, Christianne de Carvalho**; PELEGRINI, M.. Participação em banca de Gabriela Duque Poggi de Carvalho. O controle dos contratos administrativos pelo tribunal de contas da união. 2021. Exame de qualificação (Mestrando em Direito) - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo.
4. OLIVEIRA, J. R. P.; **STROPPIA, Christianne de Carvalho**. Participação em banca de Ana Luiza Queiroz Melo Jacoby Fernandes. Efetividade dos direitos constitucionais no processo de controle das contratações públicas. 2021. Exame de qualificação (Mestrando em Direito) - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo.
5. CAMMAROSANO, M.; **STROPPIA, Christianne de Carvalho**; CAMARA, J. S. D. A.. Participação em banca de Ana Cristina Fecuri. Lei geral de licitações. Falhas em projetos básicos e as alterações qualitativas em contratos de obras de infraestrutura. 2021. Exame de qualificação (Mestrando em Direito) - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo.

Monografias de cursos de aperfeiçoamento/especialização

1. **STROPPIA, Christianne de Carvalho**. Participação em banca de Adriana Ramos Dos Santos. Eficiência no processo licitatório: proposta de instrumentos de auxílio ao controle interno na instrução de licitações. 2018. Monografia (Aperfeiçoamento/Especialização em Gestão e Controle Externo das Contas Públicas) - Escola de Contas do Tribunal de Contas do Município de São Paulo.
2. **STROPPIA, Christianne de Carvalho**. Participação em banca de Antonio Carlos Mingrone. Eficiência no processo licitatório: proposta de instrumentos de auxílio ao controle interno na instrução de licitações. 2018. Monografia (Aperfeiçoamento/Especialização em Gestão e Controle Externo das Contas Públicas) - Escola de Contas do Tribunal de Contas do Município de São Paulo.
3. **STROPPIA, Christianne de Carvalho**. Participação em banca de Nájela Cristina Pedro Targhetta. Eficiência no processo licitatório: proposta de instrumentos de auxílio ao controle interno na instrução de licitações. 2018. Monografia (Aperfeiçoamento/Especialização em Gestão e Controle Externo das Contas Públicas) - Escola de Contas do Tribunal de Contas do Município de São Paulo.
4. **STROPPIA, Christianne de Carvalho**. Participação em banca de Paulo de Tarso Augusto Junior. Licitação Internacional: Aplicabilidade Efetiva Na Polícia Militar Do Estado De São Paulo. 2009. Monografia (Aperfeiçoamento/Especialização em Curso de aperfeiçoamento de Oficiais I) - Polícia Militar do Estado de São Paulo.

Trabalhos de conclusão de curso de graduação

1. **STROPPIA, Christianne de Carvalho**. Participação em banca de Eduino Orione Borges. O processo licitatório da lei nº 13.303/2016 ? Lei das estatais. 2019. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo.
2. **STROPPIA, Christianne de Carvalho**; GROTTI, D. A. M.. Participação em banca de Victor Silveira Martins. Atividade Econômica Do Estado - Licitações nas Empresas Estatais Exploradoras de Atividade Econômica à Luz da Concorrência. 2015. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo.
3. **STROPPIA, Christianne de Carvalho**; DAL POZO, A. N.. Participação em banca de Victor Alexandre El Khoury Marcondes Pereira. Acordo De Leniência Na Lei Anticorrupção (Lei N. 12.846/2013). 2015. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo.
4. **STROPPIA, Christianne de Carvalho**; DAL POZO, A. N.. Participação em banca de Bibiana Helena Freitas Camargo. O impacto da Lei da Ficha Limpa no Controle Externo. 2015. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo.
5. **STROPPIA, Christianne de Carvalho**. Participação em banca de Isabela De Fátima Lhano. A Excessão Do Contrato Não Cumprido Pela Administração. 2011. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) - Universidade Municipal de São Caetano do Sul.
6. **STROPPIA, Christianne de Carvalho**. Participação em banca de Sueli Lefort. Responsabilidade Do Estado Para Com Os Recém-Nascidos De Mães Usuárias De Drogas Ilícitas. 2011 - Universidade Municipal de São Caetano do Sul.
7. **STROPPIA, Christianne de Carvalho**. Participação em banca de Franciano Fabricio de Araujo. Eutanásia ? Quando A Morte É Um Passaporte Para A Liberdade. 2010. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) - Universidade Municipal de São Caetano do Sul.
8. **STROPPIA, Christianne de Carvalho**. Participação em banca de Juliana Dos Santos Melo. Concessão De Uso Especial Para Fins De Moradia. 2010. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) - Universidade Municipal de São Caetano do Sul.
9. **STROPPIA, Christianne de Carvalho**. Participação em banca de Paola Piva Lorca. Projeto De Lei Complementar Nº 92/2007 E As Organizações Sociais - A Hipertrofia Da Administração Pública Indireta. 2008. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo.
10. **STROPPIA, Christianne de Carvalho**. Participação em banca de Lucila De Almeida Magalhães Lobo. O Regime Democrático Nas Relações De Poder: Legalidade, Legitimidade E O Mercado Político. 2007. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) - Centro Universitário Municipal de São Caetano do Sul.
11. **STROPPIA, Christianne de Carvalho**. Participação em banca de Marcelo Geraldo da Silva. Licitações - Pregão. 2007. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) - Universidade Municipal de São Caetano do Sul.
12. **STROPPIA, Christianne de Carvalho**. Participação em banca de João Batista De Almeida Sobrinho. Parcerias Público-Privadas: Aspectos Históricos, Doutrinários E Políticos. 2006. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) - Centro Universitário Municipal de São Caetano do Sul.
13. **STROPPIA, Christianne de Carvalho**. Participação em banca de Nivia Cristina Fonseca. Direito Eleitoral. 2005. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) - Universidade Municipal de São Caetano do Sul.
14. **STROPPIA, Christianne de Carvalho**. Participação em banca de Oswaldo Turina Junior. Controle de Constitucionalidade. 2005. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) - Universidade Municipal de São Caetano do Sul.
15. **STROPPIA, Christianne de Carvalho**. Participação em banca de Ronaldo Rapini Barbosa. Lei De Improbidade Administrativa: Dos Atos Que Atentam Contra Os Princípios Da Administração Pública. 2005. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) - Centro Universitário Municipal de São Caetano do Sul.

16. **STROPPIA, Christianne de Carvalho.** Participação em banca de Daniel Dias Peres. A Modalidade De Licitação Pregão. 2005. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) - Centro Universitário Municipal de São Caetano do Sul.
17. **STROPPIA, Christianne de Carvalho.** Participação em banca de Vania Bernadete Maschi. Processo Legislativo. 2005. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) - Universidade Municipal de São Caetano do Sul.
18. **STROPPIA, Christianne de Carvalho.** Participação em banca de Daniele Garavello Martinez. Responsabilidade Objetiva do Estado. 2003. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) - Centro Universitário Municipal de São Caetano do Sul.
19. **STROPPIA, Christianne de Carvalho.** Participação em banca de Carlos Eduardo Donadelli Grechi. O Equilíbrio Econômico-Financeiro Dos Contratos Administrativos. 2003. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) - Centro Universitário Municipal de São Caetano do Sul.
20. **STROPPIA, Christianne de Carvalho.** Participação em banca de Lillian Cristina Zocaratto. O Poder De Polícia Das Comissões De Especialistas Do MEC. 2003. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) - Centro Universitário Municipal de São Caetano do Sul.
21. **STROPPIA, Christianne de Carvalho.** Participação em banca de Marcos Antônio da Silva. Concurso Público: Aspectos Jurídicos. 2003. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) - Centro Universitário Municipal de São Caetano do Sul.
22. **STROPPIA, Christianne de Carvalho;** BITTAR, Marcelo Buczek; SANTOS, Aloísio dos. Participação em banca de Fernando. Agência Nacional de Saúde Suplementar. 2001. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) - Universidade Cidade de São Paulo.

Participação em bancas de comissões julgadoras

Outras participações

1. **STROPPIA, Christianne de Carvalho.** Comissão do Concurso de Artigos Jurídicos Prêmio ?Sergio de Andréa Ferreira, no XXXI Congresso Brasileiro de Direito Administrativo. 2017. INSTITUTO BRASILEIRO DE DIREITO ADMINISTRATIVO.
2. **STROPPIA, Christianne de Carvalho.** Licitação Internacional: Aplicabilidade Efetiva Na Polícia Militar Do Estado De São Paulo. 2009. Centro de Aperfeiçoamento e Estudos Superiores.
3. **STROPPIA, Christianne de Carvalho.** Julgamento de uma Concorrência Pública. 2000. Departamento de Estradas e Rodagem do Estado de São Paulo.

Eventos

Participação em eventos, congressos, exposições e feiras

1. 18º CONGRESSO BRASILEIRO DE PREGOEIROS. CARREIRA DE COMPRADOR PÚBLICO E ESTRATÉGIAS DE REMUNERAÇÃO: O QUE É POSSÍVEL??, ?TALK SHOW? e OFICINA: APLICAÇÃO DOS BENEFÍCIOS PARA ME/EPP: LC Nº 123/2006 X ART. 4º DA NLL. 2023. (Congresso).
2. 4º CONGRESSO BRASILEIRO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS. A INDICAÇÃO DE MARCA E O PROCESSO DE VEDAÇÃO. 2023. (Congresso).
3. 17º CONGRESSO BRASILEIRO DE PREGOEIROS. PREGÃO E CONCORRÊNCIA NA NLL: FACES DA MESMA MOEDA?? e OFICINA: APLICAÇÃO DOS BENEFÍCIOS PARA ME/EPP: LC Nº 123/2006 X ART. 4º DA NLL. 2022. (Congresso).
4. 1º CONGRESSO BRASILEIRO PARA PREGOEIROS E AGENTES PÚBLICOS ENVOLVIDOS EM LICITAÇÕES E CONTRATOS. O PAPEL DOS AGENTES RESPONSÁVEIS PELO CONTROLE NA NLLC. 2022. (Congresso).
5. 3º CONGRESSO BRASILEIRO DE COMPRAS PÚBLICAS. IDENTIFICAÇÃO DE FALHAS PRÁTICO-OPERACIONAIS NA FASE INTERNA DAS LICITAÇÕES? e PALESTRA: O NOVO PERFIL DO COMPRADOR PÚBLICO. 2022. (Congresso).
6. II Congresso rondoniense de direito administrativo. Impressões sobre a nova lei de licitação. 2022. (Congresso).
7. XXIII Congresso paranaense de direito administrativo. Extinção dos contratos administrativos. 2022. (Congresso).
8. XXXVI Congresso Brasileiro De Direito Administrativo. Participação popular em licitações e contratações públicas. 2022. (Congresso).
9. 1º Congresso brasileiro para pregoeiros e agentes públicos envolvidos em licitações e contratos. O papel dos agentes responsáveis pelo controle na NLLC. 2021. (Congresso).
10. 1º CONGRESSO BRASILEIRO PARA PREGOEIROS E AGENTES PÚBLICOS ENVOLVIDOS EM LICITAÇÕES E CONTRATOS. O PAPEL DOS AGENTES RESPONSÁVEIS PELO CONTROLE NA NLLC. 2021. (Congresso).
11. A NOVA LEI DE LICITAÇÕES E CONTRATOS ADMINISTRATIVOS. A FASE DE HABILITAÇÃO. PROCEDIMENTO E ENCERRAMENTO DA LICITAÇÃO. RECURSOS ADMINISTRATIVOS. 2021. (Outra).
12. Diálogo a nova lei de licitações e contratos, promovida pela Escola de Contas e Gestão do TCE/RJ. A nova lei de licitações e contratos ? planejamento das contratações públicas e as novidades trazidas pela nova lei. 2021. (Seminário).
13. Evento Elas Na Licitação - BLL Compras. Contratação de facilities. 2021. (Seminário).
14. EVENTO - NOVA LEI DE LICITAÇÕES. MODALIDADES E TIPOS DE LICITAÇÃO. 2021. (Outra).
15. Evento Nova Lei De Licitações, promovido pelo Instituto Brasileiro de Direito Administrativo ? IBDA. Modalidades e Tipos de Licitação. 2021. (Seminário).
16. III Seminário De Governança E Gestão De Contratações No Poder Judiciário. Painel 2: Gestão de riscos e controle na nova lei de licitações. 2021. (Seminário).
17. III SEMINÁRIO DE GOVERNANÇA E GESTÃO DE CONTRATAÇÕES NO PODER JUDICIÁRIO. PAINEL 2: GESTÃO DE RISCOS E CONTROLE NA NOVA LEI DE LICITAÇÕES. 2021. (Seminário).

18. Live ? Conversando com o gestor - Escola de Contas do TCE/AL.Os tribunais de contas e os impasses mais identificados nos municípios. 2021. (Seminário).
19. Palestra no evento Nova lei de licitações - IBDA.Modalidades E Tipos De Licitação. 2021. (Outra).
20. Palestra online promovida Escola Superior de Gestão e Contas Públicas Conselheiro Eurípides Sales do Tribunal de Contas do Município de São Paulo.Concessão da zona azul: um exemplo prático da importância do controle externo. 2021. (Seminário).
21. Palestra online promovida Escola Superior de Gestão e Contas Públicas Conselheiro Eurípides Sales do Tribunal de Contas do Município de São Paulo.CONCESSÃO DA ZONA AZUL: UM EXEMPLO PRÁTICO DA IMPORTÂNCIA DO CONTROLE EXTERNO. 2021. (Outra).
22. Palestra online promovida Escola Superior de Gestão e Contas Públicas Conselheiro Eurípides Sales do Tribunal de Contas do Município de São Paulo.PAPEL DA ASSESSORIA JURÍDICA NAS CONTRATAÇÕES PÚBLICAS. 2021. (Outra).
23. Palestra online promovida Escola Superior de Gestão e Contas Públicas Conselheiro Eurípides Sales do Tribunal de Contas do Município de São Paulo.PLANEJAMENTO NA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA (LEI Nº 14.133/2021)?,. 2021. (Outra).
24. Palestra online promovida Escola Superior de Gestão e Contas Públicas Conselheiro Eurípides Sales do Tribunal de Contas do Município de São Paulo.Planejamento na administração pública (lei nº 14.133/2021). 2021. (Outra).
25. Palestra online promovida Escola Superior de Gestão e Contas Públicas Conselheiro Eurípides Sales do Tribunal de Contas do Município de São Paulo.Papel da assessoria jurídica nas contratações públicas. 2021. (Outra).
26. Palestra online promovida pela Comissão de Direito Administrativo da OAB/SP.O ÓRGÃO DE ASSESSORAMENTO JURÍDICO. 2021. (Outra).
27. Palestra online promovida pela Comissão de Direito Administrativo da OAB/SP.O órgão de assessoramento jurídico. 2021. (Outra).
28. palestra online promovida pela Escola de Contas do TCE/AL.RECURSOS, IMPUGNAÇÃO E ESCLARECIMENTOS. 2021. (Outra).
29. Palestra online promovida pela Escola de Contas do TCE/AL.Recursos, impugnação e esclarecimentos. 2021. (Outra).
30. Palestra online promovida pela IMED Passo Fundo.O PAPEL DO ASSESSOR JURÍDICO NA NOVA LEI DE LICITAÇÕES. 2021. (Outra).
31. Palestra online promovida pela IMED Passo Fundo, Porto Alegre.O papel do assessor jurídico na nova lei de licitações. 2021. (Outra).
32. palestra online promovida pela Negócios Públicos.CONTRATOS ABERTOS OU INCOMPLETOS. 2021. (Outra).
33. Palestra online promovida pela Negócios Públicos.OS CONTRATOS ADMINISTRATIVOS NA JURISPRUDÊNCIA DO TCU. 2021. (Outra).
34. Palestra online promovida pela Negócios Públicos.Contratos abertos ou incompletos. 2021. (Outra).
35. Palestra online promovida pela Negócios Públicos.Os contratos administrativos na jurisprudência do TCU. 2021. (Outra).
36. Palestra online promovida pela OAB/BA.Pontos críticos da nova lei de licitações. 2021. (Outra).
37. Palestra online promovida Pela OAB/BA.?PONTOS CRÍTICOS DA NOVA LEI DE LICITAÇÕES. 2021. (Outra).
38. Palestra online promovida pela Prefeitura Municipal de Salvador/BA.A FASE DE HABILITAÇÃO: O QUE MUDA? (Debate 7). 2021. (Outra).
39. Palestra online promovida pela Prefeitura Municipal de Salvador/BA.A fase de habilitação: o que muda? (debate 7),. 2021. (Outra).
40. palestra ONLINE promovida pela Universidade Municipal de São Caetano do Sul ? USCS.O PAPEL DO ASSESSOR JURÍDICO NA NOVA LEI DE LICITAÇÕES. 2021. (Outra).
41. Palestra online promovida pela Universidade Municipal de São Caetano do Sul ? USCS.O papel do assessor jurídico na nova lei de licitações. 2021. (Outra).
42. Palestra online promovida pelo Centro de Estudos da PGE/PE.Discussão sobre a nova lei de licitações. 2021. (Seminário).
43. Palestra online promovida pelo Centro de Estudos da PGE/PE.DISSCUSSÃO SOBRE A NOVA LEI DE LICITAÇÕES. 2021. (Outra).
44. Palestra online promovida pelo CONSAD/MG.Agente de contratação. 2021. (Outra).
45. Palestra online promovida pelo Portal L&C.ASPECTOS RELEVANTES SOBRE CONTRATOS ADMINISTRATIVOS NO PL 4253/2020. 2021. (Outra).
46. Palestra online promovida pelo Portal L&C.Aspectos relevantes sobre contratos administrativos no PL 4253/2020. 2021. (Outra).
47. Palestra online realizada no evento A nova lei de licitações e contratos administrativos TRF4.A fase de habilitação. Procedimento e encerramento da licitação. Recursos administrativos. 2021. (Outra).
48. Palestra online realizada no evento DIÁLOGO ?A NOVA LEI DE LICITAÇÕES E CONTRATOS.A NOVA LEI DE LICITAÇÕES E CONTRATOS ? PLANEJAMENTO DAS CONTRATAÇÕES PÚBLICAS E AS NOVIDADES TRAZIDAS PELA NOVA LEI. 2021. (Outra).
49. SÉRIE DE LIVES ? CONVERSANDO COM O GESTOR.?OS TRIBUNAIS DE CONTAS E OS IMPASSES MAIS IDENTIFICADOS NOS MUNICÍPIOS. 2021. (Outra).
50. SIAUD-JUD Fórum permanente de auditoria do poder judiciário.Painel: desafios da nova lei de licitações e contratos. 2021. (Outra).
51. SIAUD-JUD FÓRUM PERMANENTE DE AUDITORIA DO PODER JUDICIÁRIO.PAINEL: DESAFIOS DA NOVA LEI DE LICITAÇÕES E CONTRATOS. 2021. (Outra).
52. WEBINAR: ETP E TR NA NOVA LEI DE LICITAÇÕES (Prof. Marcus Alcantara), promovida pela Escola Superior de Gestão e Contas Públicas Conselheiro Eurípides Sales do Tribunal de Contas do Município de São Paulo.mediadora e organizadora. 2021. (Seminário).
53. XXXV Congresso Brasileiro de Direito Administrativo IBDA ? AASP: Direito Administrativo e Inovação: crise e soluções. Inovações da nova Lei de Licitações (Lei n. 14.133/2021) Parte I. 2021. (Congresso).
54. 10º Encontro do Webinar: Adesão do Brasil ao GPA/OMC: Compras Governamentais e Reforma das Licitações.Debatedora - Reforma do sistema brasileiro de licitações e compras governamentais. 2020. (Encontro).
55. Congresso Brasileiro de Direito Administrativo - IBDA/AASP. O ?compliance? nos Poderes públicos. 2020. (Congresso).
56. CURSO 1º SEMINÁRIO VIRTUAL 3R CAPACITA: DIÁLOGOS EM LOGÍSTICA PÚBLICA NO COMBATE À PANDEMIA, promovido na modalidade à distância pela 3R Capacita. 2020. (Seminário).
57. CURSO 2º SEMINÁRIO VIRTUAL 3R CAPACITA: INTEGRIDADE NO SETOR PÚBLICO ? A CONFIANÇA COMO BEM PÚBLICO NACIONAL. 2020. (Seminário).

58. CURSO COMPLETO ? CONTRATAÇÕES PÚBLICAS EM TEMPOS DO CORONAVÍRUS, promovido na modalidade à distância por Ronny Charles Lopes de Torres. 2020. (Outra).
59. CURSO COMPLETO ? LEI DO CORONAVÍRUS (LEI 13.979/20), promovido na modalidade à distância pela CP Iuris. 2020. (Outra).
60. Desafios do direito público econômico no Brasil, proferida pelo Prof. Carlos Ari Sundfeld, transmitida pelo YOUTUBE, promovida pelo curso de Pós-Graduação em Direito Econômico e Regulatório do Instituto de Direito da PUC-Rio. 2020. (Outra).
61. Diálogos Sobre Contratação Publica Na Época Pandêmica: Europa ? Brasil.Sustentabilidade E Contratação Pública No Brasil. 2020. (Outra).
62. Diálogos Sobre Contratação Publica Na Época Pandêmica: Europa ? Brasil, Promovida Pela Associação Nacional Dos Procuradores Dos Estados E Do Distrito Federal.Sustentabilidade e Contratação Pública No Brasil. 2020. (Encontro).
63. Direito Administrativo na visão Delas - IBDA.A Reforma Nos Modelos De Relacionamento/Execução Das Atividades Administrativas ART. 37-A. 2020. (Seminário).
64. Direito Administrativo na visão Delas - IBDA.A REFORMA NOS MODELOS DE RELACIONAMENTO/EXECUÇÃO DAS ATIVIDADES ADMINISTRATIVAS ART. 37-A. 2020. (Outra).
65. Direito administrativo sancionador ? Processo administrativo sancionador dos órgãos reguladores palestra transmitida pelo YOUTUBE, promovida pela Escola da Advocacia-Geral da União ? AGU. 2020. (Seminário).
66. Direito em pauta: direito administrativo e o desafio dos princípios da lndb (ONLINE), promovido pelo IDP ? Instituto Brasileiro de Ensino, Desenvolvimento e Pesquisa. 2020. (Outra).
67. Evento - Direito Administrativo Na Visão Delas, promovido pelo Instituto Brasileiro de Direito Administrativo ? IBDA, com o apoio da UniBrasil, do Instituto Paranaense de Direito Administrativo (IPDA) e da Comissão de Direito Administrativo da OAB-PR.A Reforma Nos Modelos De Relacionamento/Execução Das Atividades Administrativas ART. 37-A. 2020. (Seminário).
68. FACILITIES, promovido ONLINE pela InfraFM Centro-Oeste. 2020. (Outra).
69. I Congresso de Estudos em direito das licitações e contratos públicos. Estudos em direito das licitações e contratos públicos. 2020. (Congresso).
70. I Congresso Digital COVID-19 ? repercussões jurídicas e sociais da pandemia. COVID-19 ? repercussões jurídicas e sociais da pandemia. 2020. (Congresso).
71. III Conferência dos Procuradores do Estado de Rondônia (ONLINE) - Administração pública em tempos de crise. 2020. (Simpósio).
72. Lei complementar 173: impactos nos municípios, promovido ONLINE pelo Curso de Especialização em Direito Municipal da FDRP-USP. 2020. (Outra).
73. Live - Conexão portal 14 - Solução de impasses no pregão: a visão delas Portal de Compras Públicas.Solução de impasses no pregão: a visão delas. 2020. (Outra).
74. Live - Estimativa de preços - IN73: repercussão no pregão. 2020. (Outra).
75. Live - IN 73/2020, promovido pela Negócios Públicos. 2020. (Outra).
76. O coronavírus e as obras públicas (ONLINE), promovido pela empresa Con Treinamentos. 2020. (Outra).
77. Palestra: Prestação de contas ? nova regulamentação da IN ? TCU 84/2020 (ONLINE), promovida pela Escola Superior do TCU. 2020. (Outra).
78. Palestra (ONLINE) - Licitação sustentável promovida pela Ordem dos Advogados do Brasil, Seção de São Paulo. 2020. (Outra).
79. Palestra - Direito administrativo sancionador ? desafios e perspectivas no direito administrativo sancionador palestra transmitida pelo YOUTUBE, promovida pela Escola da Advocacia-Geral da União ? AGU. 2020. (Outra).
80. Palestra ONLINE (Instagram) promovida pelo IADA ? Instituto Amazonense de Direito Administrativo.- Os tribunais de contas e o controle da legitimidade dos atos administrativos. 2020. (Outra).
81. Palestra ONLINE (Instagram) promovida pelo escritório Pironi Advogados.A importância da igualdade de gênero nos eventos e participações institucionais. 2020. (Outra).
82. Palestra ONLINE (Instagram) promovida pelo IDAMS ? Instituto de Direito Administrativo do Mato Grosso do Sul.- As novidades do pregão eletrônico ? decreto federal nº 10.024/2019. 2020. (Outra).
83. Palestra ONLINE em Comemoração aos 18 anos da modalidade de licitação pregão ? Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2020.A modalidade pregão na lei das estatais. 2020. (Outra).
84. Palestra ONLINE Promovida Pela Universidade Municipal De São Caetano Do Sul ? USCS.Contratações Públicas E A Covid-19. 2020. (Outra).
85. palestra online promovida pelo Grupo Direito e Corrupção da PUC/SP.CONTRATAÇÕES PÚBLICAS. 2020. (Outra).
86. Palestra online promovida pelo Grupo Direito e Corrupção da PUC/SP, palestra online promovida pelo Grupo Direito e Corrupção. 2020. (Outra).
87. Palestra Online Promovida Pelo Grupo Direito E Corrupção Da PUC-SP.Contratações Públicas. 2020. (Outra).
88. Palestra ONLINE promovida pelo Núcleo Discente de Direito Administrativo ? NUDDA da Universidade Federal do Paraná - UFPR.A atuação do controle externo em meio à pandemia. 2020. (Outra).
89. Palestra ONLINE promovida pelo Portal Licitações Municipais.Prerrogativas das MPes nas licitações públicas. 2020. (Outra).
90. Palestra ONLINE - Requisições administrativas durante a pandemia promovida pela Escola da Advocacia-Geral da União ? AGU/MG. 2020. (Outra).
91. Palestra promovida pela empresa Conceito.A Visão Do Tribunal De Contas Sobre A Nova Lei De Licitações. 2020. (Outra).
92. Palestra promovida pela Escola Superior de Gestão e Contas Públicas Conselheiro Eurípides Sales do Tribunal de Contas do Município de São Paulo.Contratações públicas e o coronavírus. 2020. (Seminário).
93. Reequilíbrio econômico-financeiro: desafios e perspectivas palestram transmitida pelo YOUTUBE, promovida pela Escola da Advocacia-Geral da União ? AGU. 2020. (Outra).
94. Reforma administrativa na visão delas.A Reforma nos modelos de relacionamento/execução das atividades administrativas art 37-A. 2020. (Outra).
95. Seminário: Atualidade Das Contratações Públicas - Escola da Advocacia-Geral da União ? AGU.Atualidade Das Contratações Públicas. 2020. (Seminário).
96. Simpósio: aspectos controversos da declaração de direitos de liberdade econômica ? MP 881/2019, promovido pela Escola Superior de Gestão e Contas Públicas Conselheiro Eurípides Sales. 2020. (Simpósio).

97. Teoria da imprevisão nos contratos administrativos palestra transmitida pelo YOUTUBE, promovida pela Escola da Advocacia-Geral da União ? AGU. 2020. (Outra).
98. Terceirização e responsabilidade dos agentes públicos em tempos de pandemia palestra transmitida pelo YOUTUBE, promovida pela Escola da Advocacia-Geral da União ? AGU da 3ª Região. 2020. (Outra).
99. V Congresso de Arbitragem, Mediação e dispute boards em infraestrutura. Congresso de Arbitragem, Mediação e dispute boards em infraestrutura. 2020. (Congresso).
100. Webinar: A experiência do decreto 10.024/2019 e os desafios do pregão eletrônico, promovido pelo Portal L&C. 2020. (Seminário).
101. Webinar: As Inovações Trazidas Pela Lei Nº 13.303/2016 ? Lei De Responsabilidade Das Empresas Estatais - (Profa. Renila Lacerda Bragagnoli).Webinar: As Inovações Trazidas Pela Lei Nº 13.303/2016 ? Lei De Responsabilidade Das Empresas Estatais. 2020. (Seminário).
102. Webinar: como elaborar um termo de referência com excelência, promovido pela Multiplica Conhecimento. 2020. (Outra).
103. WEBINAR: ETP E TR NA NOVA LEI DE LICITAÇÕES.mediadora e organizadora. 2020. (Seminário).
104. Webinar: governança e planejamento nas contratações públicas, promovido pelo Portal L&C. 2020. (Seminário).
105. Webinar: o controle das contratações públicas em tempos de pandemia, promovido pelo Portal L&C.Debatedora - o controle das contratações públicas em tempos de pandemia. 2020. (Seminário).
106. Webinar: O Regime Diferenciado De Contratações Públicas ? RDC.Organizadora. 2020. (Seminário).
107. Webinar: pesquisa de preços nas contratações públicas, promovido pelo Portal L&C. 2020. (Seminário).
108. Webinar: Planilha de custos de serviços terceirizados, promovido pelo Portal L&C. 2020. (Seminário).
109. Webinário Letaci : Regulação Do Setor De Saneamento Básico Em Tempos De COVID-19, promovido pelo Laboratório de Estudos Institucionais ? LETACI, vinculado ao Programa de Pós-Graduação em Direito da UFRJ. 2020. (Seminário).
110. Webpalestra - Um diálogo sobre direito administrativo ? a consensualidade e o direito administrativo sancionados: reflexões sobre o pragmatismo e o consequencialíssimo na aplicação das sanções administrativas- IADA.Um diálogo sobre direito administrativo ? a consensualidade e o direito administrativo sancionados: reflexões sobre o pragmatismo e o consequencialíssimo na aplicação das sanções administrativas. 2020. (Outra).
111. Webseminário ? Contratos Administrativos De Terceirização.Debatedora Contratos Administrativos De Terceirização , promovido pela ESA OAB-RJ ? Escola Superior de Advocacia da Ordem dos Advogados do Brasil, Seção Rio de Janeiro. 2020. (Seminário).
112. Webseminário ? Regime Emergencial Covid De Contratações Públicas: O PL 2139/20 Do Senado Federal.Debatedora - Regime Emergencial Covid De Contratações Públicas: O PL 2139/20 Do Senado Federal?, promovido pelo Grupo de Estudos ? O Direito em Tempos de Covid-19, do IDP ? Instituto Brasileiro de Ensino, Desenvolvimento e Pesquisa. 2020. (Seminário).
113. XXXIV CONGRESSO BRASILEIRO DE DIREITO ADMINISTRATIVO. O COMPLIANCE NOS PODERES PÚBLICOS. 2020. (Congresso).
114. XXXIV Congresso Brasileiro De Direito Administrativo, promovido pelo Instituto Brasileiro de Direito Administrativo ? IBDA. O Compliance Nos Poderes Públicos. 2020. (Congresso).
115. Café com Mediação.A Consensualidade Na Administração Pública Como Instrumento De Economia E Eficiência E A Importância Dos Órgãos De Controle. 2019. (Encontro).
116. Compreendendo Os Dispute Boards.Mediadora. 2019. (Outra).
117. Conferência: Sistema De Controle Externo No Estado Democrático De Direito?, promovido pela Escola Superior de Gestão e Contas Públicas Conselheiro Eurípides Sales. 2019. (Simpósio).
118. Desafio Da Política De Integridade Nas Empresas Públicas.Mediadora. 2019. (Outra).
119. I Jornada De Direito Administrativo.Professora Especialista - Comissão 1 ? Regime Jurídico Administrativo, realizada pelo Centro de Estudos Judiciários do Conselho da Justiça Federal. 2019. (Outra).
120. Palestra no Curso Planejamento na Gestão da Saúde Pública, pela Escola Superior de Gestão e Contas Públicas Conselheiro Eurípides Sales do Tribunal de Contas do Município de São Paulo.Abordagem Normativa Das Parcerias Em Saúde. 2019. (Outra).
121. Palestra promovida no Curso Planejamento na Gestão da Saúde Pública.O direito administrativo sancionador no âmbito do controle interno e externo. 2019. (Outra).
122. Palestra promovida para a empresa Abbott Laboratórios do Brasil Ltda.Fórum Discussão De Licitações. 2019. (Outra).
123. Palestra promovida pela Escola Superior de Gestão e Contas Públicas Conselheiro Eurípides Sales do Tribunal de Contas do Município de São Paulo.Abordagem Normativa Das Parcerias Em Saúde. 2019. (Outra).
124. Palestra promovida pela Escola Superior de Gestão e Contas Públicas Conselheiro Eurípides Sales do Tribunal de Contas do Município de São Paulo.A nova lei de licitações ? PL Nº 1.292/1995. 2019. (Outra).
125. Palestra promovida pela Prefeitura Municipal de São Caetano do Sul.PAINEL ? Nova Lei De Licitações. 2019. (Outra).
126. Palestra promovida por RHS Licitações, para a empresa Roche Diagnóstica Brasil.Licitações Públicas ? Novidades (Lei Anti Trust). 2019. (Outra).
127. Seminário: Boas Práticas De Auditoria Dos Tribunais De Contas Do Brasil ? Análise De Dados: A Inteligência Artificial A Favor Dos Tribunais De Contas. 2019. (Seminário).
128. Seminário IASP e ABRADADE.Presidente de Mesa - O processo administrativo e a participação do administrado na formação das decisões administrativas. 2019. (Seminário).
129. XVII Semana Jurídica ? TCESP.Possível alterações na lei de licitações. 2019. (Outra).
130. XXXIII Congresso brasileiro de direito administrativo - IBDA. Membro da Comissão da Sessão de Teses e Comunicados Científicos 02. 2019. (Congresso).
131. Curso internacional: estruturação, implementação e gestão de projetos de infraestrutura, promovido pela Escola Superior de Gestão e Contas Públicas Conselheiro Eurípides Sales. 2018. (Outra).
132. Debate promovido por RHS Licitações, para a SABESP ? Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo.Debatedora - Discussão Sobre Dúvidas Acerca Da Lei Das Estatais. 2018. (Outra).
133. I Conferência Internacional Sobre Gestão Pública E Mobilidade.Painel 1: Gestão Pública: ética e competência para o desenvolvimento das cidades. 2018. (Seminário).
134. I Conferência Internacional Sobre Gestão Pública E Mobilidade.palestrante, promovido pela Escola Pública de Trânsito ? EPT do Departamento Estadual de Trânsito do Estado de São Paulo. 2018. (Seminário).
135. Oficina Sobre a Lei 13.655/18.Lei 13.655/18. 2018. (Oficina).

136. Palestra promovida na Universidade Municipal de São Caetano do Sul - USCS.A Importância Do Compliance Na Contratação Das MPes. 2018. (Outra).
137. Palestra promovida para a empresa Abbott Laboratórios do Brasil Ltda.Pregão, Contratos, Lei Anticorrupção E Novidades. 2018. (Outra).
138. Palestra promovida pela Escola Superior de Gestão e Contas Públicas Conselheiro Eurípides Sales do Tribunal de Contas do Município de São Paulo.Abordagem Normativa Das Parcerias Em Saúde. 2018. (Outra).
139. Palestra promovida pela Escola Superior de Gestão e Contas Públicas Conselheiro Eurípides Sales do Tribunal de Contas do Município de São Paulo.Compatibilização Das Políticas Públicas Na Licitação. 2018. (Outra).
140. Palestra promovida pela Escola Superior de Gestão e Contas Públicas Conselheiro Eurípides Sales do Tribunal de Contas do Município de São Paulo.Abordagem Normativa Das Parcerias Em Saúde. 2018. (Outra).
141. Seminário Boas Práticas Na Gestão De Parceria Com O Terceiro Setor Na Saúde (YOUTUBE), promovido na modalidade à distância pelo Instituto Serzedello Correa ? Escola Superior do Tribunal de Contas da União.Seminário Boas Práticas Na Gestão De Parceria Com O Terceiro Setor Na Saúde (YOUTUBE). 2018. (Seminário).
142. Seminário - Diálogo público discussão do projeto de lei nº 7448/2017 ? altera a lei de introdução às normas do direito brasileiro e inui disposições sobre segurança e eficiência na criação e na aplicação do direito público. 2018. (Seminário).
143. Seminário Impacto Da Lei 13.655/18, promovido pela Escola Superior de Gestão e Contas Públicas Conselheiro Eurípides Sales.Seminário Impacto Da Lei 13.655/18. 2018. (Seminário).
144. Seminário internacional: 30 anos da Constituição de 1988?, promovido pela Escola Superior de Gestão e Contas Públicas Conselheiro Eurípides Sales. 2018. (Seminário).
145. Workshop - Cidades inteligentes: conceito e repercussões.Workshop - Cidades inteligentes: conceito e repercussões. 2018. (Outra).
146. XXXII Congresso Brasileiro De Direito Administrativo. Membro da Comissão da Sessão de Teses e Comunicados Científicos I. 2018. (Congresso).
147. Conferências em Direito Público em Homenagem à Professora Dra. Maria Garcia: Questões Contemporâneas em Direito Constitucional e em Direito Administrativo. 2017. (Outra).
148. Conferência sobre governança e planejamento estratégico em tribunais de contas. 2017. (Outra).
149. Curso para gestores públicos em parceiras público-privadas e concessões. 2017. (Outra).
150. II Ciclo de Palestras - Tribunal de Contas do Município de São Paulo e a APDA ? Associação Paulista de Direito Administrativo.A lei das estatais (lei federal nº 13.303/2016) e o controle: o que muda na atuação e no controle das empresas estatais. 2017. (Outra).
151. I Seminário de Direito Administrativo.Contratações públicas em tempos de incerteza: inovações legislativas e segurança jurídica. 2017. (Seminário).
152. Palestra IASP ? Instituto dos Advogados de São Paulo, Grupo Público da FGV Direito ? SP e SBDP ? Sociedade Brasileira de Direito Público.Direito administrativo e política na prevenção da corrupção. 2017. (Outra).
153. Palestra para Eurofarma.Direito Financeiro E Regras Sobre Micros E Pequenas Empresas. 2017. (Outra).
154. Palestra promovida para a empresa Abbott Laboratórios do Brasil Ltda.Licitação, Pregão e Lei das Estatais. 2017. (Outra).
155. Palestra promovida pela Escola Superior de Gestão e Contas Públicas Conselheiro Eurípides Sales do Tribunal de Contas do Município de São Paulo.Abordagem Normativa Das Parcerias Em Saúde. 2017. (Outra).
156. Palestra promovida pela Escola Superior de Gestão e Contas Públicas Conselheiro Eurípides Sales do Tribunal de Contas do Município de São Paulo.A Fase Interna Do Processo Licitatório No Regime Diferenciado De Contratações Públicas: Novidades. 2017. (Outra).
157. Palestra promovida pela Escola Superior de Gestão e Contas Públicas Conselheiro Eurípides Sales do Tribunal de Contas do Município de São Paulo - Abordagem Normativa Das Parcerias Em Saúde.Abordagem Normativa Das Parcerias Em Saúde. 2017. (Outra).
158. Simpósio de direito administrativo em homenagem ao professor dr. Márcio Cammarosano. 2017. (Simpósio).
159. XXXI CONGRESSO BRASILEIRO DE DIREITO ADMINISTRATIVO,. Membro da Comissão de Concursos de artigos Jurídicos. 2017. (Congresso).
160. Ciclo De Palestras O Novo CPC e o Processo Administrativo Perante Os Tribunais De Contas, Promovido Pelo Tribunal De Contas Do Município De São Paulo E A APDA ? Associação Paulista De Direito Administrativo. 2016. (Outra).
161. Componente de equipe técnica contratada pela Agência Nacional de Transportes Terrestres ? ANTT (Contrato nº 037/2010). atuando especificamente nas Etapas II e III, respectivamente, ?Compilação e Análise das Legislações do Transporte Rodoviário Internacional de Passageiros? e ?Proposta do Regime e dos Atributos da Delegação dos Serviços de Transporte Rodoviário Intern. 2016. (Congresso).
162. Debate sobre o Projeto De Lei Do Senado Nº 559/2013.Debatedor no Debate sobre o ?Projeto De Lei Do Senado Nº 559/2013?, a fim de debater e propor sugestões, promovido pela Comissão de Estudos da Lei de Licitações, instituída pelo Instituto dos Advogados de São Paulo - IASP. 2016. (Outra).
163. Lei Das Estatais ? Lei Nº 13.303/2016, Conferência promovida pela Escola Superior de Gestão e Contas Públicas Conselheiro Eurípides Sales do Tribunal de Contas do Município de São Paulo.Lei Das Estatais ? Lei Nº 13.303/2016. 2016. (Outra).
164. Novos Desafios ? Compliance, Lei Da Empresa Limpa E Novas Regras Da Cgu / Papel Do Tcu / Concorrência, Novos Controles E Cade / Direito Financeiro: As Regras Sobre Pagamentos Da Administração Pública / Gestão Ativa Do Contrato.Novos Desafios ? Compliance, Lei Da Empresa Limpa E Novas Regras Da Cgu / Papel Do Tcu / Concorrência, Novos Controles E Cade / Direito Financeiro: As Regras Sobre Pagamentos Da Administração Pública / Gestão Ativa Do Contrato. 2016. (Seminário).
165. Novos Desafios ? Compliance, Lei Da Empresa Limpa E Novas Regras Da Cgu / Papel Do Tcu / Concorrência, Novos Controles E Cade / Direito Financeiro: As Regras Sobre Pagamentos Da Administração Pública / Gestão Ativa Do Contrato.Novos Desafios ? Compliance, Lei Da Empresa Limpa E Novas Regras Da Cgu / Papel Do Tcu / Concorrência, Novos Controles E Cade / Direito Financeiro: As Regras Sobre Pagamentos Da Administração Pública / Gestão Ativa Do Contrato. 2016. (Outra).
166. Palestra - Novo Estatuto Das Empresas Estatais E Sociedade De Propósito Especifico Nas Licitações E Contratos Administrativos, Palestras Proferidas Na XIV Semana Jurídica ? TCESP, promovida Pelo Tribunal De Contas Do Estado De São Paulo. 2016. (Outra).
- 167.

168. Palestra O Papel Estratégico Da Comunicação Social No Controle Externo, Promovida Pela Escola Superior De Gestão E Contas Públicas Conselho Eurípides Sales Do Tribunal De Contas Do Município De São Paulo. 2016. (Outra).
169. Palestra promovida pela Escola Superior de Gestão e Contas Públicas Conselho Eurípides Sales do Tribunal de Contas do Município de São Paulo. Abordagem normativa das parcerias em Saúde. 2016. (Outra).
170. Seminário 'Revisão do marco legal de licitações e contratações públicas no Brasil', pela APDA - Associação Paulista de Direito Administrativo e pelo IASP ? Instituto dos Advogados de São Paulo. A Revisão Na Legislação De Licitações E Contratações Públicas: O Projeto De Lei Do Senado Nº 559/2013. 2016. (Seminário).
171. Seminário A Constitucionalização Do Direito Administrativo E Seu Reflexo Nas Licitações E Contratos Administrativos, promovido Pela Escola Superior De Gestão E Contas Públicas Conselho Eurípides Sales Do Tribunal De Contas Do Município De São Paulo,. 2016. (Seminário).
172. Seminário A Nova Lei De Responsabilidade Das Estatais, promovido Pela Elo Consultoria Empresarial E Produção De Eventos. 2016. (Seminário).
173. Seminário Concessão E Parcerias Público-Privadas, promovido Pela Escola Superior De Gestão E Contas Públicas Conselho Eurípides Sales Do Tribunal De Contas Do Município De São Paulo. 2016. (Seminário).
174. Seminário O Novo CPC e o Processo Administrativo, Promovido Pelo IASP ? Instituto Dos Advogados De São Paulo E A APDA ? Associação Paulista De Direito Administrativo. 2016. (Seminário).
175. Seminário Securitização De Dívida Ativa, promovido pela Inova Seminários. 2016. (Seminário).
176. Workshop Lei Anticorrupção 'Regras Para O Setor Público E Privado', Promovido Pela Escola Superior De Gestão E Contas Públicas Conselho Eurípides Sales Do Tribunal De Contas Do Município De São Paulo. 2016. (Outra).
177. XXX Congresso Brasileiro De Direito Administrativo - promovido pelo Instituto Brasileiro de Direito Administrativo ? IBDA. 2016. (Congresso).
178. 3º Ecossistema Público - Boas Práticas de Compras. Boas práticas em Licitação. 2015. (Congresso).
179. 3º Ecossistema Público - Boas Práticas de Compras - Prefeitura de Catanduva. Boas Práticas em Licitação. 2015. (Seminário).
180. 3º Ecossistema Público - Boas Práticas de Compras - Prefeitura Municipal de Curitiba e Centro de Hematologia e Hemoterapia do Paraná - HEMEPAR. Boas Práticas em Licitação. 2015. (Seminário).
181. 3º Ecossistema Público - Boas Práticas de Compras - UNICAMP. Boas Práticas em Licitação. 2015. (Seminário).
182. 3º Ecossistema Público - Boas Práticas de Compras - Universidade Estadual de Londrina - UEL. Boas Práticas em Licitação. 2015. (Seminário).
183. 42º Congresso Brasileiro de Análises Clínicas - SBAC. Boas práticas em Licitação. 2015. (Congresso).
184. IV Congresso Paulista De Direito Administrativo: Controle, Infração E Sanção No Direito Administrativo - Homenagem Ao Professor Geraldo Ataliba. Controle das Parcerias na Administração Pública ? Oss e OSCIPs. 2015. (Congresso).
185. Licitações e Contratos - Conferência promovida pela Escola Superior de Gestão e Contas Públicas Conselho Eurípides Sales do Tribunal de Contas do Município de São Paulo. Licitações e Contratos. 2015. (Seminário).
186. RDC - Regime Diferenciado de Contratação Aplicado ao Município de São Paulo - conferência promovida pela Escola Superior de Gestão e Contas Públicas Conselho Eurípides Sales do Tribunal de Contas do Município de São Paulo. RDC - Regime Diferenciado de Contratação Aplicado ao Município de São Paulo. 2015. (Seminário).
187. Seminário - Contratos de Gestão de Saúde: Visão Atual e Perspectivas. Debatedor - Aspectos Jurídicos dos Contratos de Gestão ? Legislação Vigente. 2015. (Seminário).
188. Aspectos Relevantes sobre o RDC. Aspectos Relevantes sobre o RDC. 2014. (Outra).
189. Palestrante - Debates Sobre O Projeto De Lei 559/2013, DE Licitações E Contratos Administrativos Do Senado Federal ? 5ª Parte. Debates Sobre O Projeto De Lei 559/2013, DE Licitações E Contratos Administrativos Do Senado Federal ? 5ª Parte. 2014. (Outra).
190. Temas Relevantes sobre o PLS 559/20113, para o Grupo CCR. Temas Relevantes sobre o PLS 559/20113. 2014. (Seminário).
191. Temas Relevantes sobre o RDC, para o Grupo CCR. Temas Relevantes sobre o RDC. 2014. (Seminário).
192. 2º Congresso Paulista De Direito Administrativo: Infraestrutura E Desenvolvimento Nacional. Debatedor - Regime diferenciado de contratações públicas (RDC). 2013. (Congresso).
193. 2º Congresso Paulista De Direito Administrativo: Infraestrutura E Desenvolvimento Nacional. Mediadora - Parcerias público-privadas (PPPs). 2013. (Congresso).
194. O RDC (Regime Diferenciado De Contratações Públicas). LICITAÇÃO ? INTRODUÇÃO ATÉ O INSTITUTO DO RDC. 2013. (Outra).
195. XIX Seminário de Atualização de Normas e Controle Externo. SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS. 2013. (Seminário).
196. XXVII Congresso Brasileiro De Direito Administrativo. 2013. (Congresso).
197. Fase Interna Da Licitação. FASE INTERNA DA LICITAÇÃO. 2012. (Outra).
198. Jornada de Direito Administrativo. PROCEDIMENTO LICITATÓRIO NO RDC. 2012. (Outra).
199. Pregão Eletrônico. Pregão Eletrônico. 2012. (Outra).
200. Sistema De Registro De Preços, MPE?S, Inexigibilidade E Concorrência Internacional. SSistema De Registro De Preços, MPE?S, Inexigibilidade E Concorrência Internacional. 2012. (Encontro).
201. XII Seminário Internacional De Compras Governamentais. RDC Como Garantir A Participação Dos Pequenos Negócios. 2012. (Seminário).
202. IV Fomenta Nacional 2011. O RDC é Um Bom Referencial Para Um Novo Código De Licitações?. 2011. (Outra).
203. Jornada De Estudos - NDJ, Regime Diferenciado De Contratações. 2011. (Outra).
204. Licitações, Pregão, MPE?S E Inovações. Licitações, Pregão, MPE?S E Inovações. 2011. (Encontro).
205. Regime Diferenciado De Contratações. 2011. (Outra).
206. Seminário promovido pelo IASP ? Instituto dos Advogados de São Paulo e a APDA ? Associação Paulista de Direito Administrativo. Presidente da Mesa - O Novo Marco Legal Das Empresas Estatais: O Que Muda Com A Lei Federal Nº 13.303/2016. 2011. (Seminário).
207. XXV Congresso Brasileiro De Direito Administrativo. 2011. (Congresso).
208. 10º Fórum de Debates Sobre as Compras Governamentais & 1ª Mostra de Produtos Sustentáveis. LICITAÇÃO SUSTENTÁVEL. 2010. (Outra).
209. Congresso Internacional De Contratações Públicas Sustentáveis. 2010. (Congresso).

210. LICITAÇÕES, PREGÃO E MPE'S. LICITAÇÕES, PREGÃO E MPE'S. 2010. (Encontro).
211. Sanções Administrativas. Sanções Administrativas. 2010. (Encontro).
212. Curso de Atualização em Direito Administrativo. Sistema de Registro de Preços. 2009. (Outra).
213. Curso de Licitação Sustentável. 2009. (Seminário).
214. V Simpósio Regional de Licitações, Contratos e Controle dos Atos Administrativos. Dispensa e Inexigibilidade de Licitação. 2009. (Simpósio).
215. Fomenta - Encontro de Oportunidades Para Micro e Pequenas Empresas nas Compras Governamentais. Temas Polêmicos e Estratégias em Licitações. 2008. (Encontro).
216. Participação Das Micro E Pequenas Empresas (MPE's) Nas Licitações. Participação Das Micro E Pequenas Empresas (MPE's) Nas Licitações. 2008. (Encontro).
217. Participação das Micro e Pequenas Empresas (MPE's) nas Licitações. Participação das Micro e Pequenas Empresas (MPE's) nas Licitações. 2008. (Outra).
218. Licitações e Contratos Administrativos. Licitações e Contratos Administrativos. 2007. (Outra).
219. Seminário Nacional de Direito Público. Aspectos Controvertidos do Mandado de Segurança. 2007. (Seminário).
220. 7º Seminário Internacional de Compras Governamentais. Capacitação dos Multiplicadores do Governo Federal Para Inclusão das MPE's no Uso do Poder de Compras. 2006. (Seminário).
221. Curso Anual de Direito Administrativo. 2005. (Seminário).
222. Congresso Brasileiro de Direito Público. 2003. (Congresso).
223. III Congresso Brasileiro de Direito do Estado. 2003. (Congresso).
224. V Simpósio Nacional de Direito Constitucional. 2003. (Simpósio).
225. IV Simpósio Nacional de Direito Constitucional. 2002. (Simpósio).
226. II Congresso Brasileiro de Direito Público. 2001. (Congresso).
227. III Simpósio Nacional de Direito Constitucional. 2001. (Simpósio).
228. XV Congresso Brasileiro de Direito Administrativo. 2001. (Congresso).
229. I Congresso Brasileiro de Direito Público. 2000. (Congresso).
230. XIV Congresso Brasileiro de Direito Administrativo. 2000. (Congresso).
231. As Transformações Recentes do Direito Administrativo. 1999. (Seminário).
232. III Congresso Sul-Americano de Direito Administrativo. 1999. (Congresso).
233. A Emenda Constitucional da Reforma Administrativa. 1998. (Seminário).
234. A Emenda Constitucional da Reforma Administrativa. 1998. (Seminário).
235. A Nova Organização Administrativa. 1998. (Seminário).
236. I Congresso da Associação de Direito Público do Mercosul e II Jornadas de Direito Administrativo nos Países do Mercosul. 1998. (Congresso).
237. Nova Lei Ambiental. 1998. (Seminário).
238. Comissão de Licitação - Tudo que os membros devem saber. 1996. (Seminário).
239. Atualização em Licitações. 1995. (Seminário).
240. Servidores Públicos e Reforma Constitucional. 1995. (Seminário).
241. A Nova Lei de Licitações. 1994. (Seminário).
242. VIII Congresso Brasileiro de Direito Administrativo. 1994. (Congresso).
243. III Congresso Internacional de Direito Administrativo. 1993. (Congresso).
244. O Novo Estatuto das Licitações. 1993. (Seminário).
245. Perspectivas do Direito para o Terceiro Milênio. 1993. (Simpósio).
246. Simpósio de Licitações e Contratos Administrativos. 1993. (Simpósio).
247. XIV Congresso Brasileiro de Direito Constitucional. 1993. (Congresso).
248. Contratos Administrativos. 1992. (Simpósio).
249. Encontro Nacional de Valorização da Advocacia Pública. 1992. (Encontro).
250. Licitações. 1992. (Simpósio).
251. Treinamento, Prática das Licitações e Casuísmo. 1992. (Simpósio).
252. Direito Administrativo. 1991. (Seminário).
253. O Processo Penal na Nova Constituição Federal. 1991. (Seminário).
254. Servidores Públicos e o Regime Único. 1991. (Seminário).
255. Temas de Direito Constitucional. 1991. (Seminário).

Organização de eventos, congressos, exposições e feiras

1. **STROPPIA, Christianne de Carvalho.** Webinar: ETP E TR Na Nova Lei De Licitações? (Prof. Marcus Alcantara). 2021. (Outro).
2. **STROPPIA, Christianne de Carvalho.** Webinar: O Regime Diferenciado De Contratações Públicas ? RDC. 2020. (Outro).
3. **STROPPIA, Christianne de Carvalho.** Webinar: As Inovações Trazidas Pela Lei Nº 13.303/2016 ? Lei De Responsabilidade Das Empresas Estatais - (Profa. Renila Lacerda Bragagnoli). 2020. (Outro).

Orientações

Orientações e supervisões em andamento

Trabalho de conclusão de curso de graduação

1. Adriane da Silva Martins. Participação Popular na Administração Pública. Início: 2005. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) - Universidade Municipal de São Caetano do Sul. (Orientador).
2. Carlos Eduardo N Montresol. Os meios de utilização de bens públicos pelos administrados. Início: 2005. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) - Universidade Municipal de São Caetano do Sul. (Orientador).
3. Eduardo Lins Zorzi. Infrações de Trânsito. Início: 2005. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) - Universidade Municipal de São Caetano do Sul. (Orientador).
4. Elton E Fernandes. PPPs. Início: 2005. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) - Universidade Municipal de São Caetano do Sul. (Orientador).
5. Frank Adriane G de Assis. Validade do Ato Administrativo. Início: 2005. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) - Universidade Municipal de São Caetano do Sul. (Orientador).
6. Jennifer Gonzales Lopes. Lei de Responsabilidade Fiscal e sua aplicação. Início: 2005. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) - Universidade Municipal de São Caetano do Sul. (Orientador).
7. João Batista de A Sobrinho. PPPs. Início: 2005. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) - Universidade Municipal de São Caetano do Sul. (Orientador).
8. Marcelo Geraldo da Silva. Licitações. Início: 2005. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) - Universidade Municipal de São Caetano do Sul. (Orientador).

Orientações e supervisões concluídas

Monografia de conclusão de curso de aperfeiçoamento/especialização

1. Paulo de Tarso Augusto Junior. LICITAÇÃO INTERNACIONAL: APLICABILIDADE EFETIVA NA POLÍCIA MILITAR DO ESTADO DE SÃO PAULO. 2009. Monografia. (Aperfeiçoamento/Especialização em Direito) - Centro de Aperfeiçoamento e Estudos Superiores. Orientador: Christianne de Carvalho Stroppa.
2. Jorge Alberto Pupin. Processo Administrativo Disciplinar - Questionamento sobre o princípio da atipicidade. 2004. 83 f. Monografia. (Aperfeiçoamento/Especialização em Direito Administrativo) - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. Orientador: Christianne de Carvalho Stroppa.
3. Ana Luiza Lazzarini. Estágio Probatório. 2004. 82 f. Monografia. (Aperfeiçoamento/Especialização em Direito Administrativo) - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. Orientador: Christianne de Carvalho Stroppa.

Trabalho de conclusão de curso de graduação

1. Karina Claudia Sodré De Aquino. Controle Judicial Dos Atos Administrativos Praticados No Exercício De Competência Discricionária: Limites E Possibilidades. 2015. Trabalho de Conclusão de Curso. (Graduação em Direito) - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. Orientador: Christianne de Carvalho Stroppa.
2. Aline Emi Akiyoshi. Implicações da Lei de Responsabilidade Fiscal na Lei de Licitações. 2015. Trabalho de Conclusão de Curso. (Graduação em Direito) - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. Orientador: Christianne de Carvalho Stroppa.
3. Bibiana Helena Freitas Camargo. O impacto da Lei da Ficha Limpa no Controle Externo. 2015. Trabalho de Conclusão de Curso. (Graduação em Direito) - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. Orientador: Christianne de Carvalho Stroppa.
4. Daniela Hidemi Bando. O Poder de Polícia do Banco Central no Controle de Divisas e do Câmbio. 2015. Trabalho de Conclusão de Curso. (Graduação em Direito) - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. Orientador: Christianne de Carvalho Stroppa.
5. Juliana Marinho de Andrade. Título do trabalho Política Nacional de Resíduos Sólidos e a Responsabilidade Pós-Consumo. 2015. Trabalho de Conclusão de Curso. (Graduação em Direito) - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. Orientador: Christianne de Carvalho Stroppa.
6. Raphael Bittar Arruda. A inconstitucionalidade da Lei Anticorrupção: A responsabilização objetiva das pessoas jurídicas. 2015. Trabalho de Conclusão de Curso. (Graduação em Direito) - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. Orientador: Christianne de Carvalho Stroppa.
7. Sarah Ladeira Lucas. A Inaplicabilidade Dos Limites De Modificação Contratual Previstos Na Lei Federal N.º 8.666/93 Aos Contratos De Concessão Comum. 2015. Trabalho de Conclusão de Curso. (Graduação em Direito) - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. Orientador: Christianne de Carvalho Stroppa.
8. Stephanie Pereira Ribeiro. Título do trabalho A Prestação De Serviços Públicos À Luz Do Princípio Da Dignidade Da Pessoa Humana. 2015. Trabalho de Conclusão de Curso. (Graduação em Direito) - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. Orientador: Christianne de Carvalho Stroppa.
9. Thalissa Nayara de Lima Terçariol. Título do trabalho Agências reguladoras e os limites do poder regulamentar: o exemplo da ANCINE. 2015. Trabalho de Conclusão de Curso. (Graduação em Direito) - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. Orientador: Christianne de Carvalho Stroppa.
10. Victor Alexandre El Khoury Marcondes Pereira. Acordo De Leniência Na Lei Anticorrupção (Lei N. 12.846/2013). 2015. Trabalho de Conclusão de Curso. (Graduação em Direito) - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. Orientador: Christianne de Carvalho Stroppa.
11. Victor Silveira Martins. Título do trabalho Atividade Econômica Do Estado - Licitações nas Empresas Estatais Exploradoras de Atividade Econômica à Luz da Concorrência. 2015. Trabalho de Conclusão de Curso. (Graduação em Direito) - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. Orientador: Christianne de Carvalho Stroppa.
12. Mariana Aquino Neves Coelho Silva. Os Limites Do Exercício Do Poder De Polícia Nas Atribuições Da Polícia Militar Do Estado De São Paulo. 2015. Trabalho de Conclusão de Curso. (Graduação em Direito) - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. Orientador: Christianne de Carvalho Stroppa.
13. Tatiana F. Mendes. Consórcios Públicos. 2011. Trabalho de Conclusão de Curso. (Graduação em Direito) - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. Orientador: Christianne de Carvalho Stroppa.
14. Felipe Akio De Souza Hirata. Súmula Vinculante Nº 13 ? Nepotismo Cruzado. 2011. Trabalho de Conclusão de Curso. (Graduação em Direito) - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. Orientador: Christianne de Carvalho Stroppa.
- 15.

16. Caio Teixeira de Carvalho. ALCANCE DO CÓDIGO DE DEFESA DO CONSUMIDOR ÀS RELAÇÕES DE CONSUMO EM QUE A ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA DIRETA FIGURA COMO CONSUMIDORA. 2009. Trabalho de Conclusão de Curso. (Graduação em Direito) - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. Orientador: Christianne de Carvalho Stroppa.
17. Eduardo Pimenta de Melo. INTERVENÇÃO DO ESTADO NA ECONOMIA COMO FUNÇÃO ADMINISTRATIVA. 2009. Trabalho de Conclusão de Curso. (Graduação em Direito) - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. Orientador: Christianne de Carvalho Stroppa.
18. Fernando Mollica Bedaque. ZONEAMENTO ECOLÓGICO-ECONÔMICO: INSTRUMENTO JURÍDICO E POLÍTICO PARA O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL. 2009. Trabalho de Conclusão de Curso. (Graduação em Direito) - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. Orientador: Christianne de Carvalho Stroppa.
19. Joel Vilhete D'alva Teixeira. RESPONSABILIDADE DA ADMINISTRAÇÃO NOS CONTRATOS DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS. 2009. Trabalho de Conclusão de Curso. (Graduação em Direito) - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. Orientador: Christianne de Carvalho Stroppa.
20. Luiza Andrade Correa. ANÁLISE DE CONSTITUCIONALIDADE DA LEI 11.079/2004 (LEI DAS PARCERIAS PÚBLICO-PRIVADAS). 2009. Trabalho de Conclusão de Curso. (Graduação em Direito) - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. Orientador: Christianne de Carvalho Stroppa.
21. Mariana Landini Dias de Lima Carvalho. RESPONSABILIDADE EXTRA CONTRATUAL DO ESTADO NAS CONCESSÕES DE SERVIÇO PÚBLICO. 2009. Trabalho de Conclusão de Curso. (Graduação em Direito) - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. Orientador: Christianne de Carvalho Stroppa.
22. Marina Negro Capeto. FINANCIAMENTO DE PROJETOS NO ÂMBITO DAS PARCERIAS PÚBLICO-PRIVADAS. 2009. Trabalho de Conclusão de Curso. (Graduação em Direito) - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. Orientador: Christianne de Carvalho Stroppa.
23. Paula Maria Vieira Coelho. SERVIÇOS PÚBLICOS. 2009. Trabalho de Conclusão de Curso. (Graduação em Direito) - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. Orientador: Christianne de Carvalho Stroppa.
24. Pedro Ivo Vieira Silva. A SUPREMACIA DO INTERESSE PÚBLICO COMO VERDADEIROS AXIOMA DO ORDENAMENTO JURÍDICO PÁTRIO. 2009. Trabalho de Conclusão de Curso. (Graduação em Direito) - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. Orientador: Christianne de Carvalho Stroppa.
25. Raphael Molina. AS INOVAÇÕES EM DIREITO ADMINISTRATIVO NA UNIÃO EUROPÉIA E O QUE PODE SER TRAZIDO AO BRASIL. 2009. Trabalho de Conclusão de Curso. (Graduação em Direito) - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. Orientador: Christianne de Carvalho Stroppa.
26. Robson Ramos da Silva. O TRATAMENTO DIFERENCIADO ÀS MPE'S E A SUPREMACIA DO INTERESSE PÚBLICO ? UMA FORMA DE ISONOMIA. 2009. Trabalho de Conclusão de Curso. (Graduação em Direito) - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. Orientador: Christianne de Carvalho Stroppa.
27. Tarsila Martinho Antunes de Carvalho. AUTONOMIA UNIVERSITÁRIA. 2009. Trabalho de Conclusão de Curso. (Graduação em Direito) - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. Orientador: Christianne de Carvalho Stroppa.
28. Thiago Maprelian. DESAPROPRIAÇÃO E DESAPROPRIAÇÃO INDIRETA, UMA LEITURA CONSTITUCIONAL. 2009. Trabalho de Conclusão de Curso. (Graduação em Direito) - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. Orientador: Christianne de Carvalho Stroppa.
29. Paola Piva Lorca. PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº 92/2007 E AS ORGANIZAÇÕES SOCIAIS ? A Hipertrofia da Administração Pública Indireta. 2008. Trabalho de Conclusão de Curso. (Graduação em Direito) - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. Orientador: Christianne de Carvalho Stroppa.
30. Vanessa Emi Yamane. O DIREITO DE GREVE DO SERVIDOR PÚBLICO SOB A LUZ CONSTITUCIONAL. 2008. Trabalho de Conclusão de Curso. (Graduação em Direito) - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. Orientador: Christianne de Carvalho Stroppa.
31. Lucila de Almeida Magalhães Lobo. O REGIME DEMOCRÁTICO NAS RELAÇÕES DE PODER: LEGALIDADE, LEGITIMIDADE E O MERCADO POLÍTICO. 2007. Trabalho de Conclusão de Curso. (Graduação em Direito) - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. Orientador: Christianne de Carvalho Stroppa.
32. Olívio Albino Cantão. IMISSÃO NA POSSE DOS IMÓVEIS DESAPROPRIADOS PARA FINS DE UTILIDADE PÚBLICA. 2007. Trabalho de Conclusão de Curso. (Graduação em Direito) - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. Orientador: Christianne de Carvalho Stroppa.
33. Maria Fernanda Politi Braha. A CONCESSÃO DE USO ESPECIAL DE BEM PÚBLICO E USUCAPIÃO DISFARÇADA. 2007. Trabalho de Conclusão de Curso. (Graduação em Direito) - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. Orientador: Christianne de Carvalho Stroppa.
34. Ana Braga Nobre Correia. O DIREITO URBANÍSTICO E AS PESSOAS PORTADORAS DE DEFICIÊNCIA. 2007. Trabalho de Conclusão de Curso. (Graduação em Direito) - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. Orientador: Christianne de Carvalho Stroppa.
35. Carolina Santo Pacini. A LICITAÇÃO E A PROPOSTA DO PROGRAMA DE ACELERAÇÃO DO CRESCIMENTO PAC DE INVERSÃO DAS FASES DA LEI Nº 8666/93. 2007. Trabalho de Conclusão de Curso. (Graduação em Direito) - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. Orientador: Christianne de Carvalho Stroppa.
36. Giovanna Mara Garcia Bello. AGÊNCIAS REGULADORAS - PRINCIPAIS INOVAÇÕES TRAZIDAS PELO PROJETO DE LEI Nº 333/04. 2007. Trabalho de Conclusão de Curso. (Graduação em Direito) - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. Orientador: Christianne de Carvalho Stroppa.
37. Gabriel Turra Rizaffi. RESPONSABILIDADE CIVIL DO ESTADO NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS. 2007. Trabalho de Conclusão de Curso. (Graduação em Direito) - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. Orientador: Christianne de Carvalho Stroppa.
38. Marcelo Geraldo da Silva. LICITAÇÕES - PREGÃO. 2007. Trabalho de Conclusão de Curso. (Graduação em Direito) - Universidade Municipal de São Caetano do Sul. Orientador: Christianne de Carvalho Stroppa.
39. Marcelo Ristow. DESVIO DE FINALIDADE EM LICITAÇÕES. 2007. Trabalho de Conclusão de Curso. (Graduação em Direito) - Faculdade de Direito Prof. Damásio de Jesus. Orientador: Christianne de Carvalho Stroppa.
- 40.

41. Anna Paula Nogueira. PERFIL CONSTITUCIONAL DO ARTIGO 8º DA LEI 11.079/04. 2007. Trabalho de Conclusão de Curso. (Graduação em Direito) - Faculdade de Direito Prof. Damásio de Jesus. Orientador: Christianne de Carvalho Stroppa.
42. João Batista de Almeida Sobrinho. Parcerias Público-Privadas: Aspectos Históricos, Doutrinários e Políticos. 2006. Trabalho de Conclusão de Curso. (Graduação em Direito) - Universidade Municipal de São Caetano do Sul. Orientador: Christianne de Carvalho Stroppa.
43. Daniel Peres. A Licitação na Modalidade Pregão. 2005. 0 f. Trabalho de Conclusão de Curso. (Graduação em Direito) - Universidade Municipal de São Caetano do Sul. Orientador: Christianne de Carvalho Stroppa.
44. Cássio Daniel Viana. O Sistema de Registro de Preços como alternativa para a Administração Pública. 2005. 0 f. Trabalho de Conclusão de Curso. (Graduação em Direito) - Universidade Municipal de São Caetano do Sul. Orientador: Christianne de Carvalho Stroppa.
45. Juliana Grangeiro Pereira. Responsabilidade Extracontratual do Estado. 2005. 0 f. Trabalho de Conclusão de Curso. (Graduação em Direito) - Universidade Municipal de São Caetano do Sul. Orientador: Christianne de Carvalho Stroppa.
46. Renato Gagliardi Sabo. Parcerias Público-Privadas. 2005. 0 f. Trabalho de Conclusão de Curso. (Graduação em Direito) - Universidade Municipal de São Caetano do Sul. Orientador: Christianne de Carvalho Stroppa.
47. Ronaldo Rapini Barbosa. Improbidade Administrativa. 2005. 0 f. Trabalho de Conclusão de Curso. (Graduação em Direito) - Universidade Municipal de São Caetano do Sul. Orientador: Christianne de Carvalho Stroppa.
48. Cintia Helena dos Santos. Desapropriação. 2005. 0 f. Trabalho de Conclusão de Curso. (Graduação em Direito) - Universidade Municipal de São Caetano do Sul. Orientador: Christianne de Carvalho Stroppa.
49. Cristiane dos Santos. Poder Normativo das Agências Reguladoras. 2004. 110 f. Trabalho de Conclusão de Curso. (Graduação em Direito) - Universidade Municipal de São Caetano do Sul. Orientador: Christianne de Carvalho Stroppa.
50. Marcos Antônio da Silva. Concurso Público - Aspectos Jurídicos. 2003. 126 f. Trabalho de Conclusão de Curso. (Graduação em Direito) - Universidade Municipal de São Caetano do Sul. Orientador: Christianne de Carvalho Stroppa.
51. Daniele Garavello Martinez. Responsabilidade Objetiva do Estado. 2003. 85 f. Trabalho de Conclusão de Curso. (Graduação em Direito) - Universidade Municipal de São Caetano do Sul. Orientador: Christianne de Carvalho Stroppa.
52. Carlos Eduzrdo Donadelli Grechi. O Equilíbrio Econômico-Financeiro dos Contratos Administrativos. 2003. 98 f. Trabalho de Conclusão de Curso. (Graduação em Direito) - Universidade Municipal de São Caetano do Sul. Orientador: Christianne de Carvalho Stroppa.
53. Lilian Cristina Zocarato. O Poder de Polícia das Comissões de Especialistas do MEC. 2003. 279 f. Trabalho de Conclusão de Curso. (Graduação em Direito) - Universidade Municipal de São Caetano do Sul. Orientador: Christianne de Carvalho Stroppa.

Educação e Popularização de C & T

Cursos de curta duração ministrados

1. **STROPPA, Christianne de Carvalho.** Professor Conteudista de Direito Administrativo, Temas Fundamentais, Princípios Administrativos e Meios de Atuação. 2018. (Curso de curta duração ministrado/Outra).
2. **STROPPA, Christianne de Carvalho.** Professor Leitor Crítico Do Tema 'Licitações E Responsabilidade Fiscal'. 2018. .



MUNICÍPIO DE

SÃO JORGE D'OESTE

Estado do Paraná

www.pmsjorge.pr.gov.br | CNPJ 76.995.380/0001-03

000174

PARECER JURIDICO 99/2024

ASSUNTO: INEXIGIBILIDADE xx/2024

INTERESSADO (A): Executivo Municipal.

EMENTA: CONTRATAÇÃO DA EMPRESA IAGP- INSTITUTO APLICADO EM GESTÃO PÚBLICA LTDA - (IGAM PR), CNPJ 32.651.451/0001-85, PARA INSCRIÇÃO DE PARTICIPAÇÃO NO 4º SIMPÓSIO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS, PROMOVIDO PELA IGAM PARANÁ NOS DIAS 04 A 06 DE SETEMBRO, PARA DOIS SERVIDORES MUNICIPAIS VINCULADOS A SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL, CONTABILIDADE E FINANÇAS DE SÃO JORGE D' OESTE. LEI 14.133/21. INEXIGIBILIDADE. ART. 74, III, "F", §3º, DA LEI 14.133/21.

1. BREVE SÍNTESE DOS FATOS:

Pretende-se a contratação direta visando treinamento dos servidores vinculados quanto a nova Lei de Licitações.

Justifica que pretende a contratação da empresa ante a natureza intelectual e notória especialização, advinda do alto gabarito dos professores palestrantes, conforme ampla juntada de títulos e publicações de formações nas áreas de atuação.

Acompanham o DFD, documentos relativos ao instituto, tais como certificações, notas fiscais e contratos demonstrando o valor.

Acrescenta-se que o presente processo segue com os seguintes documentos: 1) Documento de formalização de demanda; 2) Termo de referência; 3) Proposta da empresa; 4) Documentos pertinentes à



MUNICÍPIO DE

SÃO JORGE D'OESTE

Estado do Paraná

www.pmsjorge.pr.gov.br | CNPJ 76.995.380/0001-03

300175

habilitação; 5) comprovação de tratar-se de empresa do ramo de atividade e de notória capacidade intelectual; 6) Justificativa de preços.

Isto posto, segue abaixo a análise jurídica.

2. DO PARECER:

2.1. DA INEXIGIBILIDADE:

A Lei 14.133/21 apresenta de forma expressa em seu artigo 74 sobre os casos de inexigibilidade, de modo que o inciso II e III, "f" dispõe sobre contratação de profissional pela intelectualidade , *in verbis*:

Art. 74. É inexigível a licitação quando inviável a competição, em especial nos casos de:

II - contratação de profissional do setor artístico, diretamente ou por meio de empresário exclusivo, desde que consagrado pela crítica especializada ou pela opinião pública;

III - contratação dos seguintes serviços técnicos especializados de natureza predominantemente intelectual com profissionais ou empresas de notória especialização, vedada a inexigibilidade para serviços de publicidade e divulgação:

§ 3º Para fins do disposto no inciso III do caput deste artigo, considera-se de notória especialização o profissional ou a empresa cujo conceito no campo de sua especialidade, decorrente de desempenho anterior, estudos, experiência, publicações, organização, aparelhamento, equipe técnica ou outros requisitos relacionados com suas atividades, permita inferir que o seu trabalho é essencial e reconhecidamente adequado à plena satisfação do objeto do contrato.

§ 4º Nas contratações com fundamento no inciso III do caput deste artigo, é vedada a subcontratação de empresas ou a atuação de profissionais distintos daqueles que tenham justificado a inexigibilidade.

Jen



MUNICÍPIO DE

SÃO JORGE D'OESTE

Estado do Paraná

www.pmsjorge.pr.gov.br | CNPJ 76.995.380/0001-03

Da leitura do inciso supracitado, tem que pode ser contratado o instituto ante a notória especialização profissional, cujo conceito no campo de sua especialidade decorre de desempenho anterior, estudos, experiência, publicações, organização, aparelhamento, equipe técnica ou outros requisitos relacionados com suas atividades, que permitiu inferir que o seu trabalho é essencial e reconhecidamente adequado à plena satisfação do objeto do contrato.

No caso a presente contratação represente especialidade nas áreas, conforme currículos anexos e certificados dos profissionais.

Ainda assim é possível inferir do Termo de Referência, que a razão da escolha da contratada, esta de acordo com as exigências do §3º no que tange a este conceito.

Portanto, nesse caso cabe ao Administrador escolher o profissional mais adequado a satisfação das necessidades e que atenderá ao interesse público, visto que o próprio legislador admitiu e trouxe o poder discricionário para a escolha do contratado, sob a devida e indispensável motivação.

Em face do exposto, a realização da contratação da inexigibilidade é compatível com a norma, fundamentada no art. 74, inciso III, "f", da Lei 14.133/21 e na discricionariedade da escolha do profissional que melhor atenda as necessidades do Poder Público.

3. DA JUSTIFICATIVA DO PREÇO

Diante da natureza personalíssima inexistem meios objetivos para comparar valores de potenciais contratados.

Nesse sentido, a Lei 14.133/21 trouxe o procedimento necessário em seu artigo 23, § 4º, vejamos:

Art. 23, § 4º Nas contratações diretas por inexigibilidade ou por dispensa, quando não for possível estimar o valor do objeto na forma estabelecida nos §§ 1º, 2º e 3º deste



artigo, o contratado deverá comprovar previamente que os preços estão em conformidade com os praticados em contratações semelhantes de objetos de mesma natureza, por meio da apresentação de notas fiscais emitidas para outros contratantes no período de até 1 (um) ano anterior à data da contratação pela Administração, ou por outro meio idôneo.

Referido entendimento já era passivo, vejamos a Orientação Normativa N.17 da AGU:

"A RAZOABILIDADE DO VALOR DAS CONTRATAÇÕES DECORRENTES DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO PODERÁ SER AFERIDA POR MEIO DA COMPARAÇÃO DA PROPOSTA APRESENTADA COM OS PREÇOS PRATICADOS PELA FUTURA CONTRATADA JUNTO A OUTROS ENTES PÚBLICOS E/OU PRIVADOS, OU OUTROS MEIOS IGUALMENTE IDÔNEOS."

Assim, as contratações similares do próprio contratado demonstram a compatibilidade com o preço de mercado e justificam a contratação, como mui bem ensinado por Jorge Ulisses Jacoby Fernandes:

"Justificar o preço não é, em absoluto, informar que a Administração se sujeitou ao preço imposto pelo contratado. O sentido do termo é muito mais amplo: justificar o preço é declarar, conforme o que for determinado em cada inciso ou parágrafo do artigo que autoriza a contratação direta, se o valor contratado é compatível com o do mercado, ou se o preço é justo, certo, que uma avaliação técnica encontraria"¹ (Ulysses Jacoby: 2004, p. 646).

Nesse caso, foram arrolados documentos que comprovam que demonstram a viabilidade do valor através de contratações anteriores e similares.

¹ JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses. Contratação Direta sem licitação. Brasília, Brasília Jurídica. 5ed. 2004.p. 646.



MUNICÍPIO DE

SÃO JORGE D'OESTE

Estado do Paraná

www.pmsjorge.pr.gov.br | CNPJ 76.995.380/0001-03

4. CONCLUSÃO

Assim, conclui-se que 1) o processo é composto pelos documentos necessários; 2) o caso em tela configura a realização da contratação por inexigibilidade; 3) está enquadrado como profissionais de notoriedade, 4) há justificativa de preços, sendo assim, RECOMENDA-SE pelo prosseguimento da Contratação.

Salvo melhor juízo, é o entendimento.

À autoridade maior para apreciação.

É o parecer.

São Jorge D' Oeste, 13 de agosto de 2024

ELIZANGELA ALVES GOMES
PROCURADORA JURÍDICA MUNICIPAL
(OAB/PR 64103)



MUNICÍPIO DE SÃO JORGE D'OESTE

ESTADO DO PARANÁ | www.pmsjorge.pr.gov.br | CNPJ: 76.995.380/0001-03

Memorando nº 109/2024.

São Jorge D'Oeste, 14 de Agosto de 2024.

A Secretaria de Administração Contabilidade e Finanças,
Departamento de Administração,
Divisão de Licitações,

Assunto: Licitação na modalidade Inexigibilidade para contratação da empresa IAGP – INSTITUTO APLICADO EM GESTÃO PÚBLICA LTDA, CNPJ nº. 32.651.451/0001-85 para inscrição de participação no 4º Simpósio de Licitações e Contratos, promovido pela IGAM Paraná nos dias 04 a 06 de Setembro para dois servidores municipais. Evento em Foz do Iguaçu.

Valor Global: R\$ 4.580,00 (Quatro Mil Quinhentos Oitenta Reais)

LEILA DA ROCHA, prefeita do município de São Jorge D'Oeste, no uso de suas atribuições legais, previstas no artigo 145, inciso VI do Decreto nº. 3.927/2023, DECIDE:

1. Aprovar o Parecer Jurídico da Licitação na modalidade Inexigibilidade para contratação da empresa IAGP – INSTITUTO APLICADO EM GESTÃO PÚBLICA LTDA, CNPJ nº. 32.651.451/0001-85 para inscrição de participação no 4º Simpósio de Licitações e Contratos, promovido pela IGAM Paraná nos dias 04 a 06 de Setembro para dois servidores municipais. Evento em Foz do Iguaçu.
2. Também foi apresentado informativo de impacto orçamentário, atestando que a presente despesa possui adequação à Lei Orçamentária para o exercício de 2024, além de ser compatível com o Plano Plurianual para os exercícios futuros.
3. Determinar a tramitação do processo pelos setores competentes em especial ao Departamento de Licitações para que proceda aos tramites internos.
4. Encaminhe-se ao Setor de Compras e Licitações para as providências imediatas.

LEILA DA ROCHA
Prefeita



MUNICÍPIO DE SÃO JORGE D'OESTE

ESTADO DO PARANÁ | www.pmsjorge.pr.gov.br | CNPJ: 76.995.380/0001-03

000180

INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 016/2024 PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 221/2024 AUTORIZAÇÃO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO

1. PRÊAMBULO:

O Município de São Jorge D'Oeste, Estado do Paraná, inscrito no CNPJ nº 76.995.380/0001-03, leva ao conhecimento dos interessados a realização do seguinte processo administrativo de INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO:

I – Base Legal:

a) Lei nº 14.133/2021, art. 74, inciso III, "F".

II – Processo Administrativo nº 221/2024.

2. OBJETO:

OBJETO: CONTRATAÇÃO, POR INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO, DA EMPRESA: IAGP – INSTITUTO APLICADO EM GESTÃO PÚBLICA LTDA – (IGAM PR), INSCRITA NO CNPJ SOB O Nº 32.651.451/0001-85, RUA MINAS GERAIS, Nº 1391, ED. ELLON, 5º ANDAR/SALA 502, BAIRRO N. SRA. APARECIDA FRANCISCO BELTRÃO/PR., POR SEU REPRESENTANTE LEGAL: RODRIGO ANZILIERO – CPF Nº 062.856.909-28, PARA A INSCRIÇÃO DE PARTICIPAÇÃO NO 4º SIMPÓSIO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS, PROMOVIDO PELA IGAM PARANÁ NOS DIAS DE 04 A 06 DE SETEMBRO, PARA DOIS SERVIDORES MUNICIPAIS DE VINCULADO A SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, CONTABILIDADE E FINANÇAS DE SÃO JORGE D'OESTE/PR.

3. VALOR DA CONTRATAÇÃO:

3.1. Valor do objeto:

IAGP INSTITUTO APLICADO EM GESTAO PUBLICA LTDA						
Lote	Item	Produto/Serviço	Unidad e	Qtde.	Preço	Preço total
1	1	Curso preparatório licitações 04/09/2024 - 08h30 às 12h. TATIANA CAMARÃO. Mestre em Direito Administrativo pela Universidade Federal de Minas Gerais – UFMG (1997). Diretora de Relações Institucionais do Instituto Mineiro de Direito Administrativo – IMDA. Professora da Pós-Graduação da Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais – PUC Minas. Palestrante e instrutora de cursos de capacitação. Autora de diversas obras como: Comentários à Lei de Licitações e Contratos Administrativos - Volume 1 e 2; Termo de referência: O impacto da especificação do objeto e	UN	2,00	2.290,00	4.580,00



MUNICÍPIO DE SÃO JORGE D'OESTE

ESTADO DO PARANÁ | www.pmsjorge.pr.gov.br | CNPJ: 76.995.380/0001-03

000181

	do termo de referência na eficácia das licitações e contratos; Processo Administrativo. Comentários À Lei número 9.784/1999; Licitações e contratos - aspectos relevantes. DESCOMPLICANDO O ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR E TERMO DE REFERÊNCIA I – Estudo Técnico Preliminar - ETP Definição e Propósito Principais elementos do ETP Estudo de Solução e Interação com o Mercado Hipóteses que o ETP é dispensado Responsabilidade pela elaboração Boas Práticas Jurisprudência das Cortes de Contas sobre o tema II – Termo de Referência - TR Responsabilidade pela elaboração e autorização do Termo de Referência; Projeto Básico X Termo de Referência Elementos do Termo de Referência Cuidados na elaboração e pontos de atenção Descrição do objeto: como descrever o bem e evitar especificações impróprias; esclarecimento sobre a indicação de marca e utilização da expressão "ou similar"; Indicação de marca: situações nas quais o TR poderá indicar marca específica. Cases: objetos mal definidos e impactos nas contratações Decisões do TCU que podem auxiliar na descrição do objeto; Padronização e Pré-qualificação Exigência de laudos e amostras A Divisão em Lotes e a Formação de Grupos de Itens				
--	---	--	--	--	--



MUNICÍPIO DE
SÃO JORGE D'OESTE

ESTADO DO PARANÁ | www.pmsjorge.pr.gov.br | CNPJ: 76.995.380/0001-03

000182

	Justificativa da Contratação; Fundamentação, Modelo de Execução e Modelo de Gestão Publicação do Documento Jurisprudência das Cortes de Contas sobre o tema Boas Práticas para evitar incorreções no TR 04.09.24 14h às 17h30 CHRISTIANNE STROPPIA Doutora e Mestre em Direito pela PUCSP, Advogada especialista em contratações públicas, Assessora de Controle Externo no Tribunal de Contas do Município de São Paulo. Especialista em contratações públicas. Autora de diversos artigos na área da contratação pública, dentre os quais: 'Considerações a respeito do controle dos Procedimentos de Manifestação de Interesse (PMI) pelos Tribunais de Contas'; 'A aplicação da Lei nº 13.979/2020 pelas empresas estatais'; 'A teoria da imprevisão na Lei nº 8.666/93 e sua aplicação perante a pandemia da Covid-19'; 'A oportunidade de negócio como alternativa à desestatização das empresas estatais de saneamento básico'; e 'Quem tem competência para julgar recursos no pregão eletrônico?' OFICINA: APLICAÇÃO DAS PENALIDADES DA LEI Nº 14.133/2021 1. Contextualização sobre a importância da aplicação correta das penalidades na gestão pública. 2. Visão geral da Lei nº 14.133/21 e sua relevância para os servidores municipais. 3. Explanação detalhada das penalidades previstas na Lei nº 14.133/21: 3.1. Tipos de penalidades: advertência, multa, suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a administração pública. 3.2 Critérios e condições para aplicação de cada penalidade.				
--	---	--	--	--	--



MUNICÍPIO DE SÃO JORGE D'OESTE

ESTADO DO PARANÁ | www.pmsjorge.pr.gov.br | CNPJ: 76.995.380/0001-03

000183

	3.3 Estudos de casos para compreensão prática. 4. Procedimentos e Processos: 4.1 Passo a passo para a aplicação das penalidades. 4.2 Fluxograma dos procedimentos internos desde a identificação da infração até a aplicação da penalidade. 4.3 Documentação necessária e formalidades a serem seguidas. 4.4 Exemplos de relatórios e pareceres para embasar as decisões. 5. Garantias processuais e direitos dos servidores no contexto da aplicação das penalidades. 6. Limites e possibilidades de recurso por parte do servidor. 7. Boas práticas para evitar questionamentos legais e garantir a efetividade das penalidades aplicadas. 05.09.24 08h30 as 12h. FELIPE ANSALONI Mestre em Administração pela Centro Universitário Unihorizontes; Especialista em Direito Público pela Faculdade Milton Campos; Especialista em Gestão Pública pelo SENAC-MG (2011); Graduado em Direito pela Universidade Federal de Minas Gerais; Graduado em Administração Pública pela Fundação João Pinheiro; Professor em cursos de Pós Graduação em disciplinas de Direito e Administração dos Centros Universitários UNA e UNI/BH; Advogado especializado em licitações e contratos administrativos; Consultor de Governança e Gestão; Consultor do Sistema SEBRAE; Instrutor e consultor do Ministério da Fazenda, nos Centros de Treinamentos Regionais da Escola Superior de Administração Fazendária de Minas Gerais ESAF-MG e ESAF-PA; Instrutor e consultor da Associação Mineira de Municípios AMM; Consultor credenciado da Confederação Nacional de Municípios CNM. Professor e Instrutor de cursos na área de Licitações e Contratos. OFICINA DE CREDENCIAMENTO: QUANDO USAR E				
--	---	--	--	--	--



MUNICÍPIO DE SÃO JORGE D'OESTE

ESTADO DO PARANÁ | www.pmsjorge.pr.gov.br | CNPJ: 76.995.380/0001-03

000184

	COMO FAZER NO SEU MUNICÍPIO 1. O Credenciamento: 1.1 O que é? 1.2 Quando utilizar? 1.3 Quando adotar o Credenciamento ou as modalidades licitatórias? 1.4 Como o Credenciamento pode auxiliar as contratações em serviços públicos sensíveis nas áreas da Saúde, Educação, Trânsito e Obras? 2. Boas Práticas recomendadas pela Jurisprudência sobre o Credenciamento; 3. Estudo de Casos de Editais de Credenciamento já realizados: 3.1 Paralela e Não Excludente: foco em serviços demandados pelas Prefeituras; 3.2 Com Seleção a Critério de Terceiros: foco em serviços de Saúde oferecidos à população; 3.3 Em Mercados Fluidos: foco em medicamentos; 4. Oficina de Exercícios: 4.1 Quiz: principais perguntas e respostas sobre o Credenciamento? 4.2 Hora de estruturar as cláusulas de um Edital de Credenciamento? 05.09.24 14h as 17h30 RODRIGO CARDOSO Graduado em Ciências Contábeis, Pós Graduado em Direito e Economia pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UFRGS. Servidor público federal nomeado pela Advocacia Geral da União como Pregoeiro e Presidente da Comissão Permanente de Licitação da Superintendência do Estado do Rio Grande do Sul. Instrutor da Escola Superior de				
--	---	--	--	--	--



MUNICÍPIO DE
SÃO JORGE D'OESTE

ESTADO DO PARANÁ | www.pmsjorge.pr.gov.br | CNPJ: 76.995.380/0001-03

000185

	Administração Fazendária no Rio Grande do Sul - ESAF/RS, Ministério do Planejamento, Escola Nacional de Administração Pública - ENAP/DF, Escola da Advocacia Geral da União para Formação de Pregoeiro e Fiscalização e Gestão Contratual e Palestrante na área de licitações e contratos. OFICINA PRÁTICA DE PREGÃO, CONCORRÊNCIA E DISPENSA ELETRÔNICA 1. Pregão Eletrônico /Concorrência e Dispensa Eletrônica 2. Fases de Julgamento 3. Habilitação e Recurso 4. Preço Inexequível 5. Inclusão, substituição de habilitação 6. Prorrogação de prazos 7. A legislação x A prática 06.09.24 08h30 as 12h. PAULO ALVES Servidor de carreira do Superior Tribunal de Justiça, titular da unidade de Auditoria Operacional e de Governança do Conselho da Justiça Federal. Bacharel em Direito, Pós-Graduado em Direito Administrativo Contemporâneo, Mestrando em Ciências Jurídicas. Extensões em Auditoria Governamental, Gestão de Riscos e Auditoria Baseada em Riscos pelo ISC/TCU e Tutoria e Docência pelo CEJ/CJF. Instrutor de capacitações em Gestão Pública, Governança, Gestão de Riscos e Auditoria Governamental. Professor de Direito Administrativo em instituições privadas de ensino. Professor convidado da Academia Militar das Agulhas Negras - AMAN, do Conselho Nacional de Justiça - CNJ, da Escola Nacional de Administração Pública - ENAP, e da Escola da Advocacia Geral da União - EAGU. Membro e Coordenador do Comitê de Governança das Contratações da Rede Governança Brasil - RGB e membro-fundador da Associação Latino-americana de Governança - ALAGOV. Experiência de uma década realizando auditorias por todo o Brasil. Professor de pós-graduação na Faculdade Amadeus, na Faculdade CERS e na Faculdade Baiana de Direito.				
--	--	--	--	--	--



MUNICÍPIO DE
SÃO JORGE D'OESTE

ESTADO DO PARANÁ | www.pmsjorge.pr.gov.br | CNPJ: 76.995.380/0001-03

000186

		OFICINA DE GESTÃO DE RISCOS				
		1. A NLLC e a obrigação de Governança;				
		2. Etapas do processo de Gestão de Riscos (oficina):				
		2.1 Estabelecimento do contexto;				
		2.2 Identificação do risco;				
		2.3 Análise do risco;				
		2.4 Avaliação do risco;				
		2.5 Tratamento do risco;				
		2.6 Monitoramento e comunicação.				
		3. Instrumentos de Gerenciamento de Riscos em Contratações:				
		3.1 Plano de Tratamento de Riscos do Metaprocessos;				
		3.2 Mapa de Riscos;				
		3.3 Matriz de Riscos				
		TOTAL.....				4.580,00

3.2. O valor total a ser cobrado pelo sistema a ser adquirido será de **R\$ 4.580,00 (Quatro Mil, Quinhentos e Oitenta Reais)**.

4. FUNDAMENTAÇÃO LEGAL:

Art. 74. É inexigível a licitação quando inviável a competição, em especial nos casos de:

III - contratação dos seguintes serviços técnicos especializados de natureza predominantemente intelectual com profissionais ou empresas de notória especialização, vedada a inexigibilidade para serviços de publicidade e divulgação:

f) treinamento e aperfeiçoamento de pessoal;

5. JUSTIFICATIVA DO VALOR DA CONTRATAÇÃO:

A referida contratação visa a participação de servidores municipais lotados no departamento de licitações, em evento de treinamento e aperfeiçoamento, para posterior replicação dos conteúdos para os demais servidores ligados em referidos procedimentos.



MUNICÍPIO DE SÃO JORGE D'OESTE

ESTADO DO PARANÁ | www.pmsjorge.pr.gov.br | CNPJ: 76.995.380/0001-03

000187

6. PREVISÃO DE RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS:

As despesas decorrentes do presente contrato correrão por conta dos seguintes recursos e Dotações Orçamentárias:

Dotações					
Exercício da despesa	Conta da despesa	Funcional programática	Fonte de recurso	Natureza da despesa	Grupo da fonte
2024	1770	07.001.04.122.0004.2026	0	3.3.90.39.99.99	Do Exercício
2024	1780	07.001.04.122.0004.2026	504	3.3.90.39.99.99	Do Exercício
2024	1790	07.001.04.122.0004.2026	510	3.3.90.39.99.99	Do Exercício
2024	1800	07.001.04.122.0004.2026	511	3.3.90.39.99.99	Do Exercício

7. HABILITAÇÃO E QUALIFICAÇÃO MÍNIMA NECESSÁRIA:

PESSOA JURÍDICA:

- a) Regularidade com a Fazenda Federal;
- b) Regularidade com a Fazenda Estadual do domicílio ou sede do interessado;
- c) Regularidade com a Fazenda Municipal do domicílio ou sede do interessado;
- d) Regularidade com o FGTS
- e) Regularidade com a Justiça do Trabalho;

8. DISPOSIÇÕES FINAIS:

8.1. Para fins de garantir a ampla publicidade, este ato que autoriza a inexigibilidade de licitação, junto com os demais documentos mencionados neste documento, será divulgado:

Portal Nacional de Contratações Públicas – PNCP, a partir da adoção pelo Município (art. 176, III c/c p. ú. da Lei nº 14.133/2021);

- I – Página do Município de São Jorge D'Oeste;
- II – Diário Oficial dos Municípios – AMP;
- III – Editora Jornal de Beltrão.

8.2. As questões decorrentes das previsões desta contratação que não possam ser dirimidas administrativamente serão processadas e julgadas no Foro da Comarca São João, Estado do Paraná, com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

São Jorge D'Oeste – Pr, 27/08/2024


LEILA DA ROCHA
PREFEITA



MUNICÍPIO DE SÃO JORGE D'OESTE

ESTADO DO PARANÁ | www.pmsjorge.pr.gov.br | CNPJ: 76.995.380/0001-03

000188

ATO DE RATIFICAÇÃO Nº 016/2024

Em análise ao processo de **Inexigibilidade de Licitação nº 016/2024**, de 27/08/2024, instaurado pela Secretaria de Contabilidade e Finanças, atendendo solicitação da e, no uso de suas atribuições, o **Sra. Leila da Rocha**, Prefeita de São Jorge D'Oeste, **R A T I F I C A** o procedimento tomado pela Secretaria de Administração, Contabilidade e Finanças com amparo na Lei nº 14.133/2021, art. 74, inciso III, "f".

8.3. VALOR ESTIMADO - R\$ 4.580,00 (quatro mil, quinhentos e oitenta reais).

1.1. OBJETO: CONTRATAÇÃO, POR INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO, DA EMPRESA: IAGP – INSTITUTO APLICADO EM GESTÃO PÚBLICA LTDA – (IGAM PR), INSCRITA NO CNPJ SOB O Nº 32.651.451/0001-85, RUA MINAS GERAIS, Nº 1391, ED. ELLON, 5º ANDAR/SALA 502, BAIRRO N. SRA. APARECIDA FRANCISCO BELTRÃO/PR., POR SEU REPRESENTANTE LEGAL: RODRIGO ANZILIERO – CPF Nº 062.856.909-28, PARA A INSCRIÇÃO DE PARTICIPAÇÃO NO 4º SIMPÓSIO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS, PROMOVIDO PELA IGAM PARANÁ NOS DIAS DE 04 A 06 DE SETEMBRO, PARA DOIS SERVIDORES MUNICIPAIS DE VINCULADO A SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, CONTABILIDADE E FINANÇAS DE SÃO JORGE D'OESTE/PR.

FUNDAMENTO LEGAL: art. 74, inciso III, f, da Lei Federal 14.133/2021.

FORNECEDOR: IAGP INSTITUTO APLICADO EM GESTAO PUBLICA LTDA, CNPJ Nº. 32.651.451/0001-85, situada na Rua Minas Gerais, 1391 - CEP: 85601-060 - BAIRRO: Nossa Senhora Aparecida CIDADE/UF: Francisco Beltrão/PR

CONTRATANTE: Município de São Jorge D'Oeste - Paraná.

São Jorge D'Oeste, 27/08/2024.


Leila da Rocha
Prefeita

São Jorge D'Oeste-PR, 27/08/2024.

LEILA DA ROCHA

Prefeita

Publicado por:
Francieli Carletto Wulff
Código Identificador:016C2D07

DIVISÃO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS
EXTRATO INEXIGIBILIDADE 016/2024

ATO DE RATIFICAÇÃO Nº 016/2024

Em análise ao processo de **Inexigibilidade de Licitação nº 016/2024**, de 27/08/2024, instaurado pela Secretaria de Contabilidade e Finanças, atendendo solicitação da e, no uso de suas atribuições, o **Sra. Leila da Rocha**, Prefeita de São Jorge D'Oeste, **RATIFICA** o procedimento tomado pela Secretaria de Administração, Contabilidade e Finanças com amparo na Lei nº 14.133/2021, art. 74, inciso III, "f".

VALOR ESTIMADO - R\$ 4.580,00 (quatro mil, quinhentos e oitenta reais).

OBJETO: CONTRATAÇÃO, POR INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO, DA EMPRESA: IAGP – INSTITUTO APLICADO EM GESTÃO PÚBLICA LTDA – (IGAM PR), INSCRITA NO CNPJ SOB O Nº 32.651.451/0001-85, RUA MINAS GERAIS, Nº 1391, ED. ELLON, 5º ANDAR/SALA 502, BAIRRO N. SRA. APARECIDA FRANCISCO BELTRÃO/PR., POR SEU REPRESENTANTE LEGAL: RODRIGO ANZILIERO – CPF Nº 062.856.909-28, PARA A INSCRIÇÃO DE PARTICIPAÇÃO NO 4º SIMPÓSIO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS, PROMOVIDO PELA IGAM PARANÁ NOS DIAS DE 04 A 06 DE SETEMBRO, PARA DOIS SERVIDORES MUNICIPAIS DE VINCULADO A SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, CONTABILIDADE E FINANÇAS DE SÃO JORGE D'OESTE/PR.

FUNDAMENTO LEGAL: art. 74, inciso III, f., da Lei Federal 14.133/2021.

FORNECEDOR: IAGP INSTITUTO APLICADO EM GESTÃO PÚBLICA LTDA, CNPJ Nº. 32.651.451/0001-85, situada na Rua Minas Gerais, 1391 - CEP: 85601-060 - BAIRRO: Nossa Senhora Aparecida CIDADE/UF: Francisco Beltrão/PR

CONTRATANTE: Município de São Jorge D'Oeste - Paraná.

São Jorge D'Oeste, 27/08/2024.

LEILA DA ROCHA

Prefeita

Publicado por:
Francieli Carletto Wulff
Código Identificador:B4931566

DIVISÃO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS
EXTRATO ATAS 101 E 102

PUBLICAÇÃO DE PREÇOS REGISTRADOS - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 46/2024

O Município de São Jorge D'Oeste/Pr, Órgão Gerenciador do Sistema de Registro de Preços, com base no Art. 94 da Lei Federal nº 14.133/2021 e Decreto Municipal nº 3927/2023, torna público o(a) Registro de preços, objetivando futuro e/ou eventual fornecimento de pedra britada tipo bica corrida, pedra graduada, pedrisco, pedra rachão e pó de pedra, para manutenção das estradas vicinais para atender a demanda sob controle da Secretaria de Obras, Infraestrutura Rural e Serviços Urbanos do Município de São Jorge D'Oeste-Pr, através da Ata de Registro de Preços decorrente do Pregão Eletrônico nº 46/2024, com prazo de execução/vigência de 12 (doze) meses.

Ata nº	Empresa Detentora	CNPJ Nº.	Valor R\$
101/2024	IVONEI ZOTTI & CIA LTDA	02.418.793/0001-99	1.908.621,00
102/2024	LIMA E MARTINASSO DESENVOLVIMENTO PROFISSIONAL	11.924.244/0001-87	6.949,00

Os preços registrados poderão ser consultados na íntegra junto ao endereço eletrônico <http://pmsjorge.com.br>

São Jorge D'Oeste/Pr, 27/08/2024 –

LEILA DA ROCHA –

Prefeita.

Publicado por:
Francieli Carletto Wulff
Código Identificador:2D30AB1A

DIVISÃO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS
EXTRATO INEXIGIBILIDADE 17/2024

ATO DE RATIFICAÇÃO Nº 017/2024

Em análise ao processo de **Inexigibilidade de Licitação nº 017/2024**, de 27/08/2024, instaurado pela Secretaria de Contabilidade e Finanças, atendendo solicitação da e, no uso de suas atribuições, o **Sra. Leila da Rocha**, Prefeita de São Jorge D'Oeste, **RATIFICA** o procedimento tomado pela Secretaria de Administração, Contabilidade e Finanças com amparo na Lei nº 14.133/2021, art. 74, inciso III, "f".

VALOR ESTIMADO – R\$ 4.950,00 (quatro mil, novecentos e cinquenta reais).

OBJETO: CONTRATAÇÃO, POR INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO, DA EMPRESA: MARIA EDUARDA PONTES MACAGNAN, INSCRITA NO CNPJ SOB O Nº 40.998.617/0001-62, RUA ARNALDO BUSATO, Nº 1203, CEP.: 85.598-000, CRUZEIRO DO IGUAÇU/PR, PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE MINISTRAR PALESTRA COM O TEMA: “CONSCIENTIZAÇÃO E COMBATE A VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER”, EVENTO DA CAMPANHA AGOSTO LILÁS, PROMOVIDA PELA SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE SÃO JORGE D'OESTE/PR.

FUNDAMENTO LEGAL: art. 74, inciso III, f., da Lei Federal 14.133/2021.

FORNECEDOR: MARIA EDUARDA PONTES MACAGNAN LTDA, CNPJ Nº. 40.998.617/0001-62, situado na Rua Dep Arnaldo Busato, 1203 - CEP: 85598-000 - BAIRRO: CENTRO CIDADE/UF: Cruzeiro do Iguaçu/PR

CONTRATANTE: Município de São Jorge D'Oeste - Paraná.

São Jorge D'Oeste, 27/08/2024.

LEILA DA ROCHA

Prefeita

Publicado por:
Francieli Carletto Wulff
Código Identificador:E5A14BBA

DIVISÃO DE RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 2662 LIC MATERNIDADE JULIANY CRISTINA TUSSI BONETTI

Portaria nº 2662/2024

Concede Licença Maternidade à servidora Juliany Cristina Tussi Bonetti

Leila da Rocha, Prefeita de São Jorge D'Oeste, Estado do Paraná no uso de suas atribuições legais,

R E S O L V E: